



Universidade de Brasília

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

GLÁUCIA FALSARELLA PEREIRA FOLEY

**JUSTIÇA TRANSFORMATIVA:
A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS**

Brasília - DF, 18 de março de 2025



Universidade de Brasília

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

GLÁUCIA FALSARELLA PEREIRA FOLEY

**JUSTIÇA TRANSFORMATIVA:
A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Doutora em Direitos Humanos e Cidadania.

ORIENTADOR: Professor Menelick de Carvalho Netto



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Doutora em Direitos Humanos e Cidadania.

Aprovada por:

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto – UnB
(Orientador)

Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Junior - UnB
(Examinador interno - Titular)

Prof. Dr. Fabio Costa Moraes de Sa e Silva – University of Oklahoma
(Examinador externo - Titular)

Prof.^a Dr.^a Gisele Guimarães Cittadino – PUC-RJ
(Examinadora externa - Titular)

Prof. Dr. Manuel Eugenio Gándara Carballido - UFRJ
(Examinador externo - Suplente)

A Daniel e Conor Foley,

Dedico todo o amor que houver nessa vida.

Caminhar ao lado de vocês é muito mais divertido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu núcleo original, minha família: minha mãe, Luiza, a quem honro por ter me tecido em seu ventre e a quem devo o entusiasmo e a coragem de ir à luta e realizar os meus sonhos. Meu saudoso pai, Dau, que me inspirou o desejo de cuidar de um jardim, para servir de alimento a quem precisa. Às minhas irmãs, Maísa e Luli, por cuidarem tão bem de mim e por me mostrarem, a todo o tempo, que o nosso amor é atemporal e incondicional. Aos Foley, Lanna e Gerry, porque me receberam como se eu sempre estivesse ali.

Aos meus amores, Daniel e Conor Foley, pelo afeto e aconchego nesses quatro anos difíceis de muitos estudos, sacrifícios e turbulências. Cada linha que escrevi neste trabalho teve por inspiração a forma como nos relacionamos: cooperativa, delicada e amorosa.

À minha amiga Vera Lucia Araújo. Reverencio, com amor, cada passo da sua trajetória. Axé!

Aos meus pilares e inspiração na política e no Direito, Henrique Pacheco e José Laurindo de Oliveira.

Agradeço àqueles que sempre estiveram ao nosso lado, emprestando brilho e apoio incondicional à Justiça Comunitária: Eugênio Aragão, Tarso Genro, Jorge Hage, Mario Machado, Ana Maria Amarante, Edmundo Minervino, Marivaldo Pereira, Max Maciel, Érika Kokay, Rogério Favreto, Pierpaolo Bottini, Flávio Croce Caetano, Maristela Baioni, Moema Freire, Iaris Cortês, Fernando Calmon, Luciana Yuki, Pedro Strozenberg e Andréa Sepúlveda.

Aos nossos mestres, com carinho: Juan Carlos Vezzulla e Célia Passos. Ambos estiveram presentes nos momentos mais significativos do Programa Justiça Comunitária: quando estávamos em busca de orientação e, também, quando estávamos prontos para questionar e avançar com nossos próprios pés.

Às minhas queridas amigas e juízas, parceiras na Coordenação da Justiça Comunitária, Carla Patrícia Lopes, Caroline Lima e Lília Vieira. Desde que vocês chegaram com potência, inteligência e sensibilidade, a gente nunca mais sentiu medo.

Gabriela Jardon, Fabio Esteves e Maria Isabel da Silva, vocês regem nosso refúgio pleno de acolhimento e resistência. E isso nada tem de *poquito*...

Agradeço aos companheiros da Associação Juízas e Juizes para a Democracia por me acolherem e me embalarem nas jornadas que integram afeto à luta por justiça social. Obrigada pelo pertencimento.

Agradeço às interlocuções afetivas e acadêmicas que eu tive o privilégio de estabelecer com José Geraldo de Sousa Junior, Alexandre Bernardino, Vanessa de Castro, Wellington de Almeida, Pedro Demo, Nair Bicalho, Cristiano Paixão, Myriam Krenzinger, Manuel Gándara Carballido, Gisele Cittadino, Julita Lemgruber, Claudia Dadico, Cecília Moreira e Rubens Ferreira do Nascimento. Minha irmã e professora Maísa Pannuti, muito obrigada pela preciosa ajuda na delimitação do objeto deste trabalho. Especial agradecimento a Fiona Macaulay, da University of Bradford, que me apresentou a Justiça Transformativa. Todo o meu carinho aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília -PPGDH.

Ao querido Menelick de Carvalho Netto, que me ofereceu suporte acadêmico, sem cortar minhas asas, porque confiou na minha trajetória. Estou certa de que o meu orientador se inspirou na música Oriente de Gilberto Gil: “se oriente, rapaz, pela constatação de que a aranha vive do que tece, vê se não se esquece...”.

Um agradecimento sem fim à equipe da Justiça Comunitária, que se dedicou com compromisso e amor ao nosso sonho coletivo. Como fomos e somos, felizmente, muitos, quero reverenciar todo o coletivo na pessoa da Vera Soares. Eu tive a sorte de ter esse encontro raro com uma pessoa sensível, competente e, sobretudo, comprometida. Vera, você sempre foi a nossa mais sensível trincheira!

A dedicação e o entusiasmo de Monalyza Alves, Fernanda Monteiro, Claudia Gabriela Medeiros e Luana Bráz, da Casa da Mulher Carioca, foram decisivos para a realização desta pesquisa. Muito obrigada pelo apoio! Quero expressar minha profunda gratidão às mulheres que emprestaram suas vidas, dores e afetos a esta pesquisa que nos transformou. Entramos todas em casulos e saímos borboletas.

Por fim, agradeço aos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, na pessoa de Valdeci Pereira da Silva, pela oportunidade de aprender a construir um projeto a múltiplas mãos. Estamos juntos há um quarto de século, modulando aqui e acolá tudo o que foi preciso ser ajustado para que a Justiça Comunitária pertencesse à comunidade e, nessa

condição, expressasse, genuinamente, suas vozes e anseios. A autenticidade e legitimidade da Justiça Comunitária vem da força e do compromisso com os quais vocês se dedicam às pessoas. Estou certa de que, no próximo quarto de século, não nos faltará energia e afeto para continuarmos caminhando, transformando e sendo transformados ao caminhar. Seguiremos em busca de terras férteis para alimentar a nossa fecunda inquietude.

Adelante!

RESUMO

Este trabalho tem por objeto o estudo da participação comunitária na identificação e transformação de suas violências, à luz das diretrizes da Justiça Transformativa. Por meio desta pesquisa, pretende-se investigar quais são as práticas sociais adequadas para impulsionar o protagonismo das comunidades socioeconomicamente vulnerabilizadas, no processo de mapeamento e escolha de estratégias de enfrentamento das violências, sob uma perspectiva transformadora e emancipatória. A hipótese considerada é a de que os Círculos Comunitários, por sua dinâmica dialógica, cooperativa e democrática, podem constituir uma prática social com potencial para proporcionar esse protagonismo. Isso porque a metodologia circular participativa permite que as comunidades reflitam criticamente sobre as inúmeras dimensões da realidade, ao mesmo tempo que projetam as possibilidades de transformação social, embaladas nos contornos de um futuro ansiado. O que se pretende examinar, por meio de uma pesquisa qualitativa na modalidade participante, é se a prática dos Círculos Comunitários Transformativos pode colaborar para que a reflexão crítica e as ações dela derivadas extrapolem as dimensões interpessoais da violência e possam repercutir em suas esferas simbólicas e estruturais, conforme preconiza a Justiça Transformativa.

Palavras-chave: Justiça Transformativa; Círculos Comunitários; Violências Estruturais e Culturais; Protagonismo Comunitário.

ABSTRACT

The object of this work is the study how community identify and transform their violences within their own communities, considering the guidelines on Transformative Justice. Through this research, we intend to identify and investigate appropriate social practices to encourage vulnerable socioeconomic communities to be protagonists in this process, from a transformative and emancipatory perspective. The hypothesis considered is that Community Circles, due to their dialogic, cooperative and democratic dynamics, constitute a social practice capable of providing this protagonism. This is because the participatory circular methodology allows communities to critically reflect on the numerous dimensions of reality, while projecting possibilities of social transformation. We intend to examine, through a qualitative research, whether this circular methodology can stimulate critical reflection and if the actions derived from it can go beyond the interpersonal dimensions and have repercussions in the symbolic and structural spheres, as advocated by Transformative Justice.

Keywords: Transformative Justice; Community Circles; Structural and Cultural Violences; Community Protagonism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
SOBRE O OBJETO DESTE ESTUDO E SUA JUSTIFICATIVA.....	18
1.1 DE COMO EU CHEGUEI ATÉ AQUI.....	18
1.2 OBJETO E JUSTIFICATIVA DESTE TRABALHO, À LUZ DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS ADOTADOS.....	40
1.2.1 As Expressões da Violência.....	41
1.2.2 Mecanismos Institucionais para a Resolução de Conflitos Violentos.....	42
1.2.2.1 Mecanismo heterocompositivo de resolução de conflitos violentos: a prestação jurisdicional.....	43
1.2.2.2 Mecanismos autocompositivos de resolução de conflitos violentos: a mediação e as práticas restaurativas.....	44
CAPÍTULO 2	
CÍRCULOS COMUNITÁRIOS.....	48
2.1 OS CÍRCULOS DE CULTURA.....	49
2.2 PROCESSOS CIRCULARES.....	55
2.2.1 Modalidades de Círculos.....	57
2.2.2 Elementos Estruturais dos Círculos.....	59
2.2.3 Etapas dos Círculos.....	63
CAPÍTULO 3	
JUSTIÇA TRANSFORMATIVA.....	68
3.1 PERSPECTIVAS CRÍTICAS DAS PRÁTICAS INFORMAIS DE GESTÃO DE CONFLITOS.....	69
3.2 POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DAS MODALIDADES INFORMAIS DE GESTÃO DE CONFLITOS.....	70
3.3 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO.....	73
3.4 LEITURAS CRÍTICAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.....	75
3.5 ARTICULAÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COM A JUSTIÇA TRANSFORMATIVA.....	77
3.6 JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	80
3.6.1 Origens da Justiça Restaurativa.....	80
3.6.2 Fundamentos da Justiça Restaurativa.....	82
3.6.3 Modalidades da Justiça Restaurativa.....	85
3.6.3.1 Mediação Comunitária.....	85
3.6.3.2 Mediação Vítima-Ofensor (MVO)	87
3.6.3.3 Conferências de Grupo Familiar.....	88
3.6.3.4 Círculos de Construção da Paz.....	89
3.6.3.5 Comissão de Reconciliação e Verdade.....	90
3.6.4 Críticas direcionadas à Justiça Restaurativa.....	91
3.6.4.1 Risco de Violação dos Direitos Fundamentais do Ofensor.....	92
3.6.4.2 Risco de Cooptação Estatal para Preservação da Ordem.....	92
3.6.4.3 Risco do Foco no Consenso sem Consciência Crítica.....	93
3.6.4.4 Risco da Restauração das Relações de Opressão.....	94

3.6.4.5 Risco de Limitar a Atuação da Justiça Restaurativa para Resolver Problemas do Sistema Criminal, em vez de Direcioná-la para Impulsionar a Democracia Participativa.....	96
3.6.4.6 Risco da Utilização das Categorias do Direito Penal na Justiça Restaurativa.....	97
3.6.5 A Participação da Comunidade na Justiça Restaurativa.....	99
3.6.6 Justiça Restaurativa e Gênero.....	103
3.6.7 Justiça Restaurativa e a Questão Racial.....	107
3.7 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA.....	108
3.7.1 Elementos da Justiça Transformativa.....	108
3.7.1.1 Democracia Participativa.....	108
3.7.1.2 Transformação de Conflitos.....	110
3.7.1.3 Educação Política para a Conscientização.....	112
3.7.1.4 Paz com Justiça Social.....	113
3.7.1.5 Redes de Cooperação para a Igualdade na Diversidade.....	116
3.8 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA NA PRÁTICA.....	117
3.8.1 Justiça Transformativa e Violência de Gênero.....	118
3.8.2 Justiça Transformativa na Educação.....	121
3.9 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA. CONSTRUINDO O FUTURO SEM VIOLÊNCIA.....	123

CAPÍTULO 4

DAS NECESSIDADES E DAS IDENTIDADES.....	128
4.1 A TEORIA CRÍTICA.....	129
4.2 CATEGORIAS DE HABERMAS.....	131
4.2.1 A Esfera Pública.....	132
4.2.2 A Teoria do Agir Comunicativo.....	133
4.2.3 Reformulação da Esfera Pública.....	137
4.2.4 A Ética Discursiva e a Situação Ideal de Fala.....	138
4.2.5 Democracia Deliberativa.....	139
4.3 A TEORIA TRIDIMENSIONAL DA JUSTIÇA DE NANCY FRASER.....	141
4.3.1 A Esfera Pública sob o Olhar Feminista de Nancy Fraser.....	142
4.3.2 Meios Socioculturais de Interpretação e Comunicação das Necessidades.....	146
4.3.3 Uma Teoria (inicialmente) Dual de Justiça: Redistribuição e Reconhecimento.....	150
4.3.4 O Dualismo de Nancy Fraser em Debate com o Monismo de Axel Honneth.....	153
4.3.5 A Representação como Elemento Integrador da Teoria Tridimensional da Justiça.....	157
4.3.6 O Capitalismo.....	160
4.4 AS CATEGORIAS DA OBRA DE NANCY FRASER APLICADAS AOS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS.....	162

CAPÍTULO 5

A TRANSFORMAÇÃO PARTICIPATIVA DAS VIOLÊNCIAS.....	168
5.1 A PAZ.....	169
5.2 AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA: DIRETA, ESTRUTURAL E CULTURAL.....	171
5.3 O CONFLITO.....	176
5.4 TRANSFORMAÇÃO DOS CONFLITOS.....	182
5.4.1 Método <i>Transcend</i> de Galtung.....	182

5.4.2 A Transformação de Conflitos de Lederach.....	186
CAPÍTULO 6	
A METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	196
6.1 ASPECTOS DA METODOLOGIA CIRCULAR CONSIDERADOS NO DESENHO DOS CCTs.....	197
6.2 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR CONSIDERADOS NO DESENHO DOS CCTs.....	198
6.3 ASPECTOS DA TRANSFORMAÇÃO PARTICIPATIVA DAS VIOLÊNCIAS CONSIDERADOS NO DESENHO DOS CCTs.....	200
6.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	201
6.4.1 Pesquisa-ação.....	202
6.4.2 Pesquisa Participante.....	203
6.5 ELEMENTOS DA METODOLOGIA.....	204
6.5.1 A Hipótese.....	204
6.5.2 O Local do Campo.....	205
6.5.3 A Prática Discursiva e a Pluralidade de Saberes.....	206
6.5.4 A Tomada de Consciência na Educação Popular.....	208
6.5.5 A Integração do Afeto.....	210
CAPÍTULO 7	
OS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS.....	212
7.1 O ROTEIRO DOS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS.....	212
7.2 O MÉTODO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO.....	220
7.3 A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS..	225
CAPÍTULO 8	
OS PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO.....	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	326
REFERÊNCIAS.....	335

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende identificar quais são as práticas sociais e políticas potencialmente adequadas para impulsionar as comunidades socioeconomicamente vulnerabilizadas a serem protagonistas no processo de identificação e transformação de suas violências estruturais e simbólicas, sob uma perspectiva emancipatória.

A justificativa quanto à relevância do tema, descrita no Capítulo 1, está dividida em dois tópicos: o primeiro, de motivação pessoal, e o segundo, de natureza teórica. A opção por inserir razões subjetivas no capítulo destinado à delimitação do problema resulta do fato de que a pergunta formulada é, como se verá, parte integrante da trajetória política e profissional da autora.

Em seu tópico teórico, o Capítulo 1 indica as limitações dos mecanismos disponíveis – estatais ou não – de resolução de conflitos. De um lado, os meios heterocompositivos, próprios da prestação jurisdicional, que impõem vertical e coercitivamente a decisão judicial, e, de outro, os mecanismos autocompositivos, que operam com um padrão colaborativo para a construção do consenso entre as partes em conflito.

A despeito das características positivas e potencialmente emancipatórias dos meios autocompositivos – quais sejam, ênfase na autonomia dos indivíduos para a resolução de seus conflitos; atendimento aos anseios e às necessidades dos envolvidos e; ao menos em algumas de suas vertentes, participação comunitária –, a mediação e a Justiça Restaurativa ostentam limitações para a superação das hierarquias de poder dominantes e, conseqüentemente, para o enfrentamento da violência estrutural e simbólica.

Uma vez apresentados os contornos do problema, cujo diagnóstico é, em parte, compartilhado pelas diretrizes da Justiça Transformativa, a conclusão do capítulo deságua na questão que se pretende investigar nesta pesquisa.

Em seguida, a hipótese considerada no Capítulo 2 é a de que os Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) oferecem mecanismos adequados para gerar projetos comunitários de natureza social, cultural, econômica e política que enfrentem as expressões da violência estrutural e cultural, desconstruindo hierarquias e exclusões, ao

mesmo tempo que edificam novas sociabilidades, pautadas na inclusão, cooperação e cuidado mútuo. Nesse compasso, o texto sustenta que é preciso investigar em que medida a arquitetura dialógica que emerge da metodologia circular pode colaborar na construção da democracia participativa.

Para tanto, serão utilizados os fundamentos dos Círculos de Cultura, baseados na formulação de Paulo Freire, como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade na qual está inserida a vida das pessoas, com o objetivo de transformá-la. Os Círculos de Cultura abrem oportunidade para a promoção de uma prática política democrática e participativa, porque preparam seus integrantes para uma vida comunitária na qual cada indivíduo explora seus próprios limites e potencialidades, no confronto e na disputa de poder entre as diferentes perspectivas. Nesse processo de construção da democracia, que implica pluralidade e diálogo das diferenças com horizontalidade, a construção do sujeito emerge da sua mediação com o outro, no seu reconhecimento no outro.

Em seguida, os Processos Circulares analisados derivam de experiências e rituais das culturas tradicionais, somadas às práticas contemporâneas de transformação dos conflitos para a construção da paz. Sob essa abordagem, que articula o ancestral às demandas políticas contemporâneas, pretende-se apresentar a metodologia circular como uma alternativa democrática ao paradigma organizacional hierárquico, que se coloca a serviço do controle e da ordem social.

A convergência dos elementos emancipatórios presentes em ambas as abordagens – os Círculos de Cultura e os processos circulares – serviu de guia para a elaboração dos traços dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs), delineado especialmente para esta pesquisa.

No decorrer da elaboração da metodologia, contudo, uma outra questão emergiu: se a mediação e as práticas restaurativas, que são horizontais e dialógicas, ostentam limitações no enfrentamento das violências estruturais e simbólicas, qual a garantia de que os CCTs não contenham a mesma limitação? Como essa questão está alinhada aos princípios da Justiça Transformativa, esse instituto é apresentado no Capítulo 3. Inicialmente, o texto analisa a emergência de sistemas informais de resolução de conflitos, *desjudicializando* a gestão dos litígios e flexibilizando o monopólio estatal no âmbito da justiça, a partir de seus críticos e de seus entusiastas.

O que se pretende demonstrar nesse capítulo é que as modalidades de gestão de conflitos, operadas fora do padrão adversarial e desenhadas para a prática da cooperação nos espaços comunitários, podem assumir contornos mais ou menos emancipatórios, a depender do compromisso firmado com a democracia participativa, com a educação política e com o protagonismo popular na adoção de estratégias para a transformação das violências, a distribuição de poder e o enfrentamento das estruturas de exclusão e de hierarquias.

Após breve análise das limitações e potencialidades dessas modalidades – a Mediação e a Justiça Restaurativa –, o capítulo pretende demonstrar que a Justiça Transformativa oferece um conjunto de elementos que, acomodados sob diferentes arranjos, pode colaborar no processo de construção da paz, associada a uma justiça democrática e participativa.

Conforme se verá, a Justiça Transformativa é aplicável, sob variados formatos, em qualquer lugar, a qualquer tempo, para direcionar preocupações relativas às violências estruturais e simbólicas. Considerando que não se trata de um instituto com perfil consolidado, mas um movimento que demanda engajamento e crítica permanentes, esse capítulo pretende destacar os elementos essenciais a serem observados nas múltiplas configurações que as práticas de Justiça Transformativa podem ostentar: 1. Democracia participativa; 2. Transformação de conflitos; 3. Educação política para a conscientização; 4. Paz com justiça social; 5. Redes de cooperação para a igualdade na diversidade.

O capítulo 4 analisa algumas categorias teóricas elaboradas por Nancy Fraser, após breve exibição dos fundamentos da Teoria Crítica, das categorias da obra de Habermas e do debate da autora com Axel Honneth.

A metodologia e a temática desenvolvidas nos Círculos Comunitários Transformativos, que procuram analisar as experiências de injustiça derivadas do não atendimento das necessidades e do não reconhecimento das identidades, mostraram-se alinhadas aos fundamentos de Fraser. Sua teoria social, inserida no campo da Teoria Crítica, analisa as crises, os conflitos e as formas pelas quais os movimentos sociais podem oferecer resistência e elaborar projetos emancipatórios para a sua superação. Além disso, as categorias desenvolvidas pela autora, desde os anos 1980, guardam alinhamento com o desenho elaborado para a presente pesquisa, sobretudo o conceito de Esfera Pública, a Política de Interpretação das Necessidades e a Teoria Tridimensional da Justiça.

O Capítulo 5, que cuida da transformação participativa das violências, sustenta que a adoção de uma perspectiva emancipadora implica conceber o conflito como elemento estrutural da vida social e como oportunidade para a democratização das práticas políticas de transformação não violenta dos conflitos. Para tanto, o capítulo analisa o conceito de paz positiva e a classificação das expressões da violência: direta, estrutural e simbólica.

A abordagem de transformação de conflitos adotada tem como referência a obra de Galtung e de Lederach e está associada à Justiça Transformativa, à não violência, aos direitos humanos e a construção participativa de relacionamentos e estruturas adequadas para uma vida digna.

Vê-se, pois, que, para que haja justiça – e paz –, é preciso *redistribuição* dos bens – como promoção da *paz* estrutural – e *reconhecimento* das identidades – como construção da *paz* cultural. No entanto, o projeto político de transformação dos conflitos e das violências que opere nessas duas dimensões não pode ser imposto verticalmente, o que exige que a *representação* política seja assegurada por meio da prática da democracia participativa. Tem-se, aqui, pois, a centralidade dos elementos da Teoria Tridimensional da Justiça de Nancy Fraser.

O capítulo 6 se destina a exibir os fundamentos teóricos da arquitetura da pesquisa de campo, que ensejou o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs), cujo procedimento levou em conta a combinação dos elementos das metodologias da Educação Popular, dos Processos Circulares e da Transformação de Conflitos, todos analisados nos capítulos anteriores desta obra e reunidos sob os princípios e elementos da Justiça Transformativa, objeto do Capítulo 3.

O tópico final desse capítulo esclarece que a pesquisa adotou a metodologia participativa, articulando traços da pesquisa-ação e da pesquisa participante, cujos elementos essenciais convergem, em vários aspectos, com os objetivos deste estudo. Dentre as principais características de ambos os métodos, merece destaque a relação horizontal estabelecida entre os pesquisadores integrantes do contexto pesquisado, na busca de soluções para os problemas diagnosticados e na construção coletiva de conhecimento.

O Capítulo 7 ostenta detalhadamente cada etapa dos Círculos Comunitários Transformativos, momento em que são reproduzidos os diálogos e reflexões entre as participantes e é realizada a análise do material produzido no campo.

Por fim, o Capítulo 8 elenca os projetos de transformação comunitária apresentados pelas participantes dos Círculos Comunitários Transformativos, seguidos da análise sobre o potencial transformativo de cada um deles.

As Considerações Finais revisitam os temas analisados em cada um dos capítulos, articulando-os em um mosaico que oferece suporte à metodologia desenhada para a pesquisa. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do processo de aplicação dos Círculos – traduzidas em oportunidade de aperfeiçoamento do desenho originalmente formulado –, a avaliação da metodologia contou com dados objetivos, consubstanciados nas expressões das participantes dos CCTs e, sobretudo, nos 22 (vinte e dois) projetos de transformação comunitária apresentados.

CAPÍTULO 1

SOBRE O OBJETO DESTE ESTUDO E SUA JUSTIFICATIVA

Este primeiro capítulo tinha, originalmente, o objetivo de expor as razões exclusivamente teóricas que me levaram a formular a pergunta que eu pretendo responder neste trabalho. Antes de iniciar a redação, resgatei meu projeto de pesquisa, conferi a adequação entre a questão formulada e a delimitação do problema que eu me dispus a enfrentar e comecei a organizar as referências bibliográficas para o desenvolvimento do texto.

No entanto, durante uma despreziosa caminhada matinal, ao pensar por onde eu deveria começar, eu percebi que a pergunta que faço neste trabalho é mais do que uma indagação teórica. Na verdade, é uma questão cuja resposta eu busquei durante toda a minha trajetória profissional, acadêmica e política. Como se trata de uma dúvida genuína, decidi aprofundar a reflexão, a partir dos recursos teóricos e empíricos disponíveis na experiência acadêmica.

Sendo assim, julguei mais interessante – para não dizer mais honesto – dividir este capítulo em duas partes. No primeiro tópico, compartilho as dúvidas, inquietudes e descobertas que fiz ao longo das várias etapas do meu caminho, no tópico seguinte, apresento o objeto do estudo e sua justificativa, a partir dos referenciais teóricos selecionados.

Assumindo o risco de parecer autobiográfico demais e acadêmico de menos, a elaboração do tópico a seguir serviu como uma catarse pessoal. Com novas lentes, contextualizei e revisei velhos enredos, todos eles impressos em momentos históricos muito marcantes e permeados com o entusiasmo das escolhas que fiz e que explicam como eu cheguei até aqui.

1.1 DE COMO EU CHEGUEI ATÉ AQUI

“Gerúndia” (Gláucia Foley)

Meu nome é Gerúndia

Vivo sob impulsos

Sou superlativa

Tenho pernas longas – para ir e vir –

Mas não ideias curtas – como diria Machado de Assis

Me chamam Gerúndia

– tal qual o meu nome –

porque minhas idas e vindas
 abreviam as permanências
 E não me resta tempo
 Para a construção afetuosa dos apelidos
 Pouso aqui e ali
 Onde os meus desejos são chamados
 Eu pulso quando submersa
 Em seguida, expulso
 Gerúndia.
 Parece nome de flor
 Mas sou passarinha
 Voando em busca da solidão
 Voando para pousar
 Voando desesperadamente para
 um dia, afinal,
 Me encontrar.

“Prometo cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis da República Federativa do Brasil, bem como exercer com exatidão, serenidade, independência e presteza os deveres do meu cargo.”

Esse foi o teor do meu juramento que, regado ao sonoro choro de meu pai, coroou meu ingresso na magistratura, no dia 6 de fevereiro de 1998, aos 29 anos de idade. Enquanto assinava o termo de posse, a promessa de cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil não se esvaziou nas palavras, nem nas penas de minha nova caneta, que me foi presenteada especialmente para a ocasião.

Naquele momento, eu sabia que meu compromisso deveria honrar as muitas histórias das quais participei, densamente povoadas de luta por direitos, por igualdade e por justiça social. Cumprir e fazer cumprir a Constituição só fariam sentido se eu carregasse comigo todo esse legado a iluminar o meu caminho e a orientar as minhas escolhas.

Afinal, a Constituição, como pacto político, se não for capaz de *constituir* a cidadania e a promoção dos direitos humanos na vida concreta das pessoas, é mera carta de boas intenções a conferir um verniz democrático em um mundo permeado por injustiças.

Com aquele juramento, toda a minha história de atuação nos movimentos populares da Zona Oeste de São Paulo tomou posse junto comigo.

Para situar o leitor, é preciso regredir um pouco no tempo. Nasci no turbulento maio de 1968 e, nos anos 1970, minha mãe era professora da rede pública e, como todos

os profissionais que se dedicam a esse mister no Brasil, uma guerreira. Com ela, aprendi a lutar por aquilo que eu acredito e a assumir as responsabilidades pelas minhas escolhas.

Morávamos em um bairro periférico em Santo André, no ABC paulista. Além da rede pública, minha mãe lecionava em uma pequena escola particular da comunidade judaica, o que me possibilitou acesso a uma bolsa de estudos, muito embora nossa família fosse de origem católica.

No final dos anos 1970, aos 11 anos de idade, comecei a ir sozinha de ônibus para a escola. Eram tempos efervescentes. As greves dos metalúrgicos do ABC ensejaram a organização de um novo movimento sindical, impulsionando a abertura democrática e imprimindo uma nova fase na história política do Brasil. Como o edifício do sindicato dos metalúrgicos de Santo André se localizava no centro da cidade, próximo à minha escola, testemunhei muitas situações de confronto entre os grevistas e as forças da repressão militar. Não é exagero afirmar que um capítulo importante da história do nosso país se descortinava ali, sob meus olhos, enquanto eu esperava o ônibus da linha “Vila Linda”.

Apesar da minha pouca idade, não era difícil compreender que aquela violência espelhava uma contradição de interesse de classes, em um quadro de brutal injustiça social.

A primeira vez que eu me descobri parte desse contexto foi quando associei a contradição da macroarena política às microcontradições que eu vivia em meu mundo particular. Afinal, a condição financeira de minha família e a nossa origem religiosa destoavam, em muito, dos membros da minha comunidade escolar, o que fazia com que eu sempre me sentisse uma parte estranha do todo. Esse quase não pertencimento, tão sensível na adolescência, marcou a minha vida social e talhou as escolhas políticas que fiz nos anos seguintes.

As inquietações que derivaram dessa nova descoberta causaram muitas transformações em mim: desde a mudança brusca da minha letra cursiva que, de redonda e ingênua, passou a ser ríspida e afiada, como se eu quisesse cutucar o leitor e o mundo com as minhas dúvidas e angústias, até o início tímido da minha militância no recém-criado Partido dos Trabalhadores, cuja filiação não foi possível porque, à época, eu ainda não contava com 16 anos.

Meu interesse pela militância política nasceu logo após eu ter feito um trabalho de escola, em que eu entrevistei um vereador do PT, de origem metalúrgica, o saudoso Wagner Lino. A entrevista, ocorrida em 1983 e registrada a caneta em uma folha de caderno que eu guardo até hoje, abriu um portal em minha vida, separando o antes e o depois do momento em que formei a convicção de que minha história estaria de alguma maneira ligada à política como meio de construção da justiça social.

Em 1986, ingressei na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), o que me levou a morar em São Paulo. Beneficiada com bolsa de estudos que cobria 70% das mensalidades, eu pagava os 30% restantes com a venda de doces caseiros feitos por mim. Venda, aliás, que enfrentou, em alguns momentos, um movimento de boicote organizado por alguns “colegas” do curso de Direito que integravam a ala jovem do MDU – Movimento Democrático Urbano, uma espécie de UDR¹ urbana que se colocava como articuladora das elites nas disputas de hegemonia política e ideológica, ocorridas no processo de redemocratização dos anos 1980. A justificativa para o boicote era a fantasiosa versão de que o dinheiro dos doces seria destinado à campanha eleitoral do PT para o governo do estado, em 1986.

No primeiro ano da faculdade, cursei o módulo “Básico”, pelo qual a PUC buscava integrar os estudantes de variados cursos nas disciplinas de Filosofia, Economia, Sociologia, Psicologia e Metodologia Científica. Essas matérias provocaram imenso entusiasmo em mim, ao contrário das disciplinas do Direito, que eu julgava burocráticas, dogmáticas e estéreis ao mundo real.

Diante da frustração com o Direito, comecei a cogitar um pedido de transferência para a Psicologia, mas, para a minha surpresa, quem me ajudou a compreender que eu poderia tentar transformar aquilo que me frustrava no Direito foi exatamente o meu professor de Psicologia do Curso Básico, o saudoso Nicola Centrone, a quem sou muito grata.

Foi nesse exato momento que surgiu a oportunidade de iniciar um estágio na ADM (Associação em Defesa da Moradia), um escritório de advocacia popular que fazia a defesa dos movimentos de ocupação de área urbana – favelas e cortiços. Como

¹ União Democrática Ruralista

à época não havia Defensoria Pública em São Paulo,² a Procuradoria do Estado estabelecia parcerias com escritórios de advocacia que se dispusessem a promover assistência judiciária gratuita.

Minha atuação na ADM foi marcada por aprendizados que fundaram as bases da minha trajetória profissional e política. Tive o privilégio de iniciar meu primeiro estágio ao lado de advogados populares que, além de habilidosos no manejo das técnicas jurídicas, atuavam como atores políticos na assessoria e organização dos movimentos populares. Registro, aqui, toda a minha reverência, gratidão e afeto a Henrique Pacheco e José Laurindo de Oliveira.

Minhas tarefas como estagiária eram das mais variadas: desde elaborar peças processuais e ir ao fórum para acompanhar os processos e os advogados nas audiências judiciais, até ajudar a organizar e participar das reuniões nas favelas da Zona Oeste e nos cortiços do centro da cidade de São Paulo. Essa experiência converteu a falta de entusiasmo do início da minha vida acadêmica em disposição para me qualificar e – perdoem-me o clichê – aplicar o Direito como instrumento de transformação social.

Nesse processo, compreendi a relevância da democratização do acesso à Justiça para a promoção dos direitos; aprendi a construir argumentação jurídica apta a desafiar a jurisprudência dominante e a interpretação dogmática da doutrina; concluí que a defesa jurídica dos excluídos em um sistema judicial hegemônico não é suficiente se não estiver incorporada à luta política; aprendi que, na prática, os direitos não são neutros, muito menos universais, e que, ao contrário do que eu ouvia na faculdade, não nascem da lei, mas da mobilização popular na luta por uma vida digna. Compreendi a formulação de Roberto Lyra Filho (1995, p. 86), de que “Justiça é Justiça Social, antes de tudo: é atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação duma sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem; e o Direito não é mais, nem menos, do que a expressão daqueles princípios supremos, enquanto modelo avançado de legítima organização social da liberdade”. E esse conceito constitui o marco do projeto “O direito achado na Rua”,³ coordenado pelos

² A Defensoria Pública do estado de São Paulo foi criada vinte anos após, em 9 de janeiro de 2006, pela Lei Complementar Estadual nº 988/06.

³ Cf. O Direito achado na rua: grupo de estudos Diálogos Lyrianos. Disponível em: <https://odireitoachadonarua.blogspot.com/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

professores José Geraldo Sousa Junior e Alexandre Bernardino Costa da Universidade de Brasília (UnB).

Todo esse aprendizado aconteceu em um contexto de ebulição política, marcado pela intensa mobilização dos movimentos sociais que participaram ativamente do processo constituinte, até culminar na promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. Nessas alturas, eu já não tinha mais qualquer traço de dúvida de que a escolha que eu havia feito era compatível com os caminhos jurídicos e políticos que eu pretendia trilhar, os quais implicavam participação popular na defesa da democracia e dos direitos humanos.

Em 1992, já advogando desde 1990, reuni meus pertences – à época, limitados aos meus livros, roupas e violão – e segui de ônibus para Brasília, em busca de uma vida de mais qualidade. Na condição de assessora parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, participei ativamente dos debates que envolviam o Direito à Cidade: a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, o primeiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e as alternativas urbanísticas ao caos populista que se consolidara à época no DF. Um período de imenso aprendizado, sobretudo em razão da interlocução institucional estabelecida entre o Parlamento, os movimentos sociais e o Ministério Público da União (MPU), na promoção dos direitos coletivos.

Motivada pelo vigor conferido pela Constituição Federal ao Ministério Público, tracei, em 1996, um novo projeto de vida: juntei minhas reservas e passei um ano em São Paulo para me dedicar exclusivamente aos estudos para ingresso na carreira do MPU. Ainda que isso significasse eleger outra arena de atuação, eu seguiria honrando meu projeto, incorporando as mesmas pautas com novos temas desafiadores: a defesa do interesse público, a tutela dos direitos coletivos e difusos, a proteção do meio ambiente e a promoção dos direitos humanos.

De volta à Brasília, e ainda estudando para o concurso, tive uma aula com um Juiz de Direito do TJDF, Jorge Hage, que havia sido prefeito de Salvador de 1975 a 1977, deputado estadual de 1983 a 1987, deputado federal pela Bahia de 1987 a 1991, participou da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e, anos mais tarde, foi Ministro da Controladoria Geral da União (CGU) do Governo Lula e Dilma. Seu perfil extremamente elegante, transitando pelas arenas da política, do humanismo, do técnico-jurídico e do ético, causaram-me forte impacto. Naquele momento, entendi que, embora imparciais diante de um caso concreto, os juízes não são – e nem devem ser – assépticos

à realidade social. Inspirada em sua figura, decidi me submeter ao concurso da magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em 1997, o que redundou na minha posse como magistrada, no dia 6 de fevereiro de 1998. E aqui retomamos o ponto de partida deste tópico, celebrado pelo choro do meu pai.

O primeiro ano de atividade jurisdicional foi marcado pela frustração. Após dez anos atuando com movimentos sociais, manejando o direito como instrumento de transformação social, lá estava eu, gerindo conflitos que envolviam instituições financeiras e empresas, em especial, prestadoras de serviços de telefonia, as quais, aliás, representam a grande clientela do Poder Judiciário. Não posso deixar de registrar, a propósito, que as vozes do Mercado que costumam bradar por um Estado mínimo e por segurança jurídica deveriam ser as primeiras a evitar a sobrecarga do Judiciário com demandas que seriam evitáveis se os direitos dos consumidores e dos trabalhadores fossem respeitados. Voltemos.

Quando eu estava prestes a remanejar meu projeto de vida profissional, o que implicava pedir exoneração do cargo em razão da frustração inicial, o meu Tribunal anunciou que pretendia instalar uma vara de juizado itinerante para facilitar o acesso à justiça às comunidades cujas Regiões Administrativas não dispunham de fórum. De imediato, eu me dirigi à Corregedoria e pedi para participar do projeto. Em 1999, tornei-me “a juíza do ônibus” e percorri as regiões mais distantes do Distrito Federal, as quais eu não conhecia sequer de nome. Um novo e vibrante desafio!

As demandas eram as mais variadas. Desde devolução de dentadura e dívida em boteco, até casos graves envolvendo grilagem de lotes urbanos. Percebi que a vida, as pessoas e seus conflitos eram muito mais complexos e criativos do que os exemplos que estudávamos nas coletâneas de direito civil, surpreendentemente denominadas “doutrina”.

Ficou evidente quão limitada era a aplicação da fórmula clássica “dê-me os fatos e eu te darei o direito” sobre o papel do juiz que aprendemos na faculdade. Ainda que eu assegurasse o rito do contraditório e a ampla defesa, a aplicação do preceito de que o justo é “dar a cada um o que é seu”, naquele contexto de pobreza, de desinformação, de silenciamentos e de violência, soaria irônico. Isso porque o foco probatório do processo civil, em geral, é a juntada de documentos e o depoimento de testemunhas. A realidade do “meu público”, no entanto, era bem outra: além de não “papelizar” seus contratos, as partes não se preocupavam em partilhar seus negócios com terceiros, para

comprovação futura dos termos do ajuste. Resultado: em dia de audiência de instrução para a produção de provas, era desesperador lidar com as fileiras de pessoas ao redor do ônibus que, embora não soubessem nada sobre os fatos em julgamento, faziam questão de testemunhar que o “fulano” era gente boa, merecia ganhar a ação e que, se a juíza fosse boa mesmo, o “fulano” venceria a demanda. Sem falar que, claro, o “beltrano” também dispunha de sua torcida embalada pela mesma lógica...

Diante dessa dificuldade, tive que desenvolver uma capacidade de conciliação para a qual eu não havia sido talhada: nem nos bancos da faculdade, nem na vida. Intuitivamente e sem qualquer técnica, passei a explorar a relação de amizade e afeto que as partes eventualmente tinham antes da eclosão do conflito. Funcionou. A média de acordos homologados no Juizado Itinerante – em torno de 80% – era bem superior aos demais juizados cíveis à época. O problema é que eu tinha a convicção de que as pessoas se submetiam aos acordos motivadas muito mais por uma razão instrumental, do tipo “melhor perder os anéis do que os dedos”, do que pela ética da alteridade, que implica a compreensão e o respeito à perspectiva do outro. Novas inquietações surgiram quando concluí – o que hoje é um lugar-comum – que acesso à justiça era muito mais amplo do que acesso ao Judiciário.

Diante de novas perguntas, em 1998, resolvi ingressar no mestrado em Direito da Universidade de Brasília (UnB). Além disso, procurei parceiros institucionais alinhados com a premissa de que a democratização da justiça implicava um movimento muito além dos muros e das liturgias forenses. Contando com o entusiasmo do professor José Geraldo Souza Junior, da Faculdade de Direito, reunimos representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), para desenharmos um projeto de “Justiça Comunitária”.

A partir da experiência do Juizado Itinerante, eu estava convencida de que a fragilidade democrática constatada nas comunidades vulnerabilizadas social e economicamente desdobrava-se em três dimensões: o não conhecimento dos direitos; a falta de diálogo para lidar com os conflitos; e a falta de mobilização comunitária para a superação de problemas comuns. A Justiça Comunitária, portanto, deveria elaborar seus eixos de atuação, contemplando essas três expressões de déficit de democracia.

Ao longo dos anos de 1999 e 2000, delineamos os contornos do Programa Justiça Comunitária (PJC) e selecionamos a primeira equipe de Agentes Comunitários de

Justiça e Cidadania, entre os integrantes da própria comunidade. Ao contrário de projetos comunitários cujos protagonistas são operadores do direito que atuam *na e para* a comunidade, a Justiça Comunitária se consolidou como uma justiça feita *na, para e, sobretudo, pela* própria comunidade.

Após a seleção, iniciamos a formação dos Agentes Comunitários para o desempenho das atividades correspondentes aos três eixos de atuação do PJC: a *Educação para os Direitos*; a *Mediação de Conflitos*; e a *Articulação de Redes Locais*, que integram o Programa até a atualidade, conforme descrito a seguir.

Para que a comunidade possa conhecer os seus direitos e, também, se reconhecer como sujeito de direitos, o eixo da *Educação para os Direitos* tem o objetivo de proporcionar uma formação capaz de traduzir o direito para uma linguagem acessível, além de promover uma leitura crítica sobre a lei, o Direito e a realidade social.

O desenvolvimento de habilidades para o diálogo e para a autogestão dos conflitos compõe o segundo eixo de atuação do Programa, que prevê a capacitação dos integrantes das comunidades para a prática da *Mediação de Conflitos*, sob uma perspectiva emancipatória, tal qual anunciava o Professor Luis Alberto Warat (1999).

Por fim, para que o Programa não se limite à resolução de conflitos interpessoais, e para que a comunidade seja estimulada a diagnosticar e enfrentar seus problemas coletivamente, o eixo da *Articulação de Redes Sociais* possibilita que a comunidade possa mapear seus problemas e recursos, colocando-se como protagonista de seu processo de transformação social.

Concluída a formação inicial dos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, em outubro de 2000, celebramos a instalação do primeiro núcleo de Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em parceria com a UnB, o MPDFT, a DPDF e a OAB-DF, na Ceilândia, Região Administrativa escolhida para o projeto piloto.

A capacitação em *Mediação de Conflitos* foi especialmente desafiadora, sobretudo porque as técnicas nela utilizadas confrontam a cultura punitivista que permeia a nossa sociedade e alicerça a atuação jurisdicional. A lógica binária e adversarial do processo judicial autoriza o Estado-juiz a expropriar a capacidade de decisão das partes, impondo vertical e coercitivamente uma decisão que reforça um padrão de terceirização das responsabilidades diante de um conflito.

A mediação, ao contrário, desde que praticada em espaços de horizontalidade de poder e livres de qualquer coerção, permite o desenvolvimento da ética da alteridade, pela qual o consenso é resultado de um processo dialógico que implica a compreensão da perspectiva do outro na construção conjunta de uma solução que atenda às necessidades de todos os envolvidos no conflito.

Além da capacitação nas técnicas de mediação propriamente ditas, o PJC tinha um desafio a mais, que era o de articular essa prática com os demais eixos do Programa, a saber, a *Educação para os Direitos* e a *Articulação de Redes Sociais*.

Resolvemos, então, desenhar a atuação do Programa em um formato que prevaleceu até os dias de hoje: cada demanda levada aos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania é apreciada por um coletivo interdisciplinar, dotado de múltiplas lentes – tanto a dos profissionais da Psicologia, Direito e Serviço Social do PJC, quanto a dos próprios Agentes Comunitários – para potencializar as possibilidades de transformação de uma solicitação individual em uma ação de impacto comunitário mais amplo.

Além disso, essa dinâmica permite que as atividades se sobreponham e sejam reciprocamente articuladas, conforme as necessidades da comunidade. Por exemplo, se em uma reunião local para a discussão da coleta e gestão do lixo – atividade típica da *Articulação de Redes Sociais* – for relatado eventual conflito interpessoal entre vizinhos, esses podem ser encaminhados à *Mediação de Conflitos*. O mesmo movimento pode ocorrer em sentido contrário, ou seja, caso o PJC promova uma *Mediação de Conflitos* entre vizinhos em conflito por causa do lixo, uma *Articulação de Rede Local* poderá ser acionada para que a comunidade possa se organizar para uma gestão cooperativa do descarte de resíduos. Um encontro dessa natureza pode também abrir uma oportunidade para o eixo da *Educação para os Direitos*, mobilizando ativistas e profissionais das áreas ambiental, urbanística e da saúde, por exemplo, para refletir criticamente com a comunidade, inclusive com as crianças, os impactos da gestão do lixo na saúde das pessoas e no meio ambiente, assim como a relação desse tema com a promoção do direito à cidade.

Ou seja, foi com a prática articulada dos três eixos do Programa Justiça Comunitária, a saber, *Educação para os Direitos*; *Mediação de Conflitos*; e *Articulação de Redes Sociais*, que o Programa Justiça Comunitária consolidou o seu conceito de *Mediação Comunitária*.

Ao longo desses quase 25 anos de atuação, o PJC recebeu diferentes modulações, sem se afastar da premissa de que o objetivo da Mediação Comunitária, muito além de construir consensos em conflitos interpessoais, é impulsionar que a comunidade desenvolva autonomia – *auto nomos*, autogestão – no diagnóstico e na escolha de como pretende resolver os seus problemas. Cada conflito se traduz em oportunidade de leitura crítica da realidade, com o objetivo de transformá-la. Trata-se, pois, de desenvolver protagonismo comunitário, sem o qual não há democracia, nem justiça participativa.

A propósito, da mesma forma que a democracia representativa revela limites, devendo ser articulada aos mecanismos de democracia participativa, a justiça representativa – essa que é conduzida pelos “operadores do direito” que representam e falam pelas partes nos processos e nos Tribunais – deve ser complementada pela *justiça participativa*, para que as pessoas possam participar, como coautores, da construção da justiça.

O anseio, porém, do PJC de adotar a Mediação Comunitária como uma ferramenta da *justiça participativa* suscitava mais dúvidas do que certezas. E, como o nosso trajeto nunca teve um caminho previamente traçado, novas inquietudes voltaram a pulsar conforme caminhávamos, abrindo o desejo por mais reflexões. Aprendi, com o tempo, que essas pulsões, embora assustadoras, prenunciavam mergulhos mais profundos.

Em 2001, recebi um convite para aprofundar meus estudos na Inglaterra. No exato momento em que eu fazia minhas malas, o mundo assistia, perplexo, aos ataques terroristas do 11 de setembro. Mais uma vez, as turbulências da história emergiam ao tempo que eu, inquieta, buscava respostas para as minhas intermináveis perguntas e me dispunha a experimentar novos caminhos.

Durante 1 ano e 3 meses, na condição de *visiting scholar* junto ao Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex – Inglaterra, eu pude acessar uma literatura bastante robusta sobre Mediação Comunitária, que revelou o quão plural são as modalidades e abordagens envolvendo a matéria: desde as mais pragmáticas até as mais transformadoras e emancipatórias. Daí eu compreendi o que eu já intuía: não havia uma “receita de bolo”. Ao contrário, para ser efetivamente comunitária, a mediação deveria ajustar o seu desenho às necessidades da comunidade, o que reforçava o quão imperiosa era a participação dos Agentes Comunitários de Justiça como coautores dos projetos desenvolvidos pelo PJC, a partir das demandas da comunidade.

Ao pesquisar sobre Mediação Comunitária, lembro-me de ter encontrado farta literatura sobre Justiça Restaurativa⁴ que analisava criticamente a experiência das Comissões da Verdade e Reconciliação, ocorridas em 1995, na África do Sul, no período pós-apartheid.

A despeito das muitas críticas que li a respeito, o tema da Justiça Restaurativa despertou meu interesse de imediato, sobretudo porque eu já havia atuado como juíza criminal e, como tal, conhecia de perto os limites da Justiça Retributiva.⁵ A minha experiência e meus estudos sobre os meios cooperativos e autocompositivos de solução de conflitos, em especial a Mediação Comunitária, credenciavam-me a sugerir que o Sistema de Justiça brasileiro se abrisse para o debate da Justiça Restaurativa, a fim de elaborar uma proposta adequada à nossa realidade. Estávamos no ano de 2002 e, até então, não havia nenhuma experiência nesse sentido no Brasil.

Apesar do interesse que o tema despertou em mim, meu foco era – como é até os dias de hoje – a Mediação Comunitária. Nós já adotávamos, desde sempre, práticas restaurativas nas mediações que envolviam relações permanentes como, por exemplo, conflitos familiares ou de vizinhança, mas sem que isso nos identificasse como um programa de Justiça Restaurativa. É importante registrar que as primeiras experiências

⁴ Segundo a Resolução 2002/12 da ONU, processo restaurativo significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (*conferencing*) e círculos decisórios (*sentencing circles*). Resultado restaurativo significa um acordo construído no processo restaurativo. Resultados restaurativos incluem respostas e programas tais como reparação, restituição e serviço comunitário, objetivando atender às necessidades individuais e coletivas e responsabilidades das partes, assim como promover a reintegração da vítima e do ofensor.

⁵ A Justiça Retributiva legitima o Estado a retribuir, com a punição, o mal perpetrado pelo autor de uma ofensa.

brasileiras de Justiça Restaurativa vieram em seguida,⁶ sendo hoje um instituto normatizado pelo Conselho Nacional de Justiça.⁷

Voltando à minha experiência em Essex. Como eu estava vinculada a um centro universitário de referência internacional, além do aprendizado teórico eu tive a oportunidade de trocar experiências e compreender diferentes perspectivas sobre os direitos humanos, com estudantes dos mais variados países do mundo. Foi nesse momento, aliás, que minha vida se juntou à de meu companheiro, Conor Foley, um ativista, consultor e doutor em Direitos Humanos com experiência em proteção de civis em mais de 30 áreas de conflitos e pós-conflitos, entre elas Kosovo, Afeganistão, Sri Lanka, Tunísia, Angola e Azerbaijão.

Ainda no período em que eu estava na Inglaterra, em 2002, fui convidada a aprofundar meus estudos na Universidade Wisconsin-Madison nos Estados Unidos, sob a supervisão do professor Boaventura de Sousa Santos e ao lado de pesquisadores dos mais variados países, em sua maioria, representantes das epistemologias do Sul,⁸ o que ampliou o marco teórico da minha pesquisa para a dissertação de mestrado.

Esse encontro dialógico e plural entre pessoas vindas de realidades tão distintas – somado a uma das experiências mais fascinantes de minha vida, que foi a ida ao Afeganistão, onde Conor Foley estava trabalhando, em 2004, para falar sobre a Justiça Comunitária – me fez compreender a essência do conceito formulado por Boaventura de Sousa Santos, segundo o qual a colonização do Norte em relação ao Sul e do centro em relação às periferias deve ser substituída pela *ecologia de saberes*, em que diferentes

⁶ Em Santa Catarina, a Infância e Juventude foi precursora no desenvolvimento de projetos de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário daquele estado. A experiência pioneira data de 2003 e foi realizada na Vara da Infância e da Juventude de Joinville, por iniciativa do juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa, com a atuação do psicólogo e mediador Juan Carlos Vezzulla. Cf. “Justiça Restaurativa completa mais de duas décadas de implementação e avanços em SC”, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/justica-restaurativa-completa-mais-de-duas-decadas-de-implementacao-e-avancos-em-sc-1>. Acesso em: 9 de março de 2024. Segundo o CNJ, a Justiça Restaurativa teve início no Brasil, oficialmente, no ano de 2005, com três projetos-piloto implantados no estado de São Paulo, no estado do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, a partir de uma parceria entre os Poderes Judiciários dessas localidades e a então Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ver Justiça Restaurativa. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/justica-restaurativa/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

⁷ Cf. Resolução 225/2016, de 31 maio de 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>. Acesso em: 12 mar. 2024.

⁸ “As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. (...) Trata-se de um Sul epistemológico, não geográfico, composto de muitos seus epistemológicos” (SANTOS, 2019, p. 17).

saberes, em suas incompletudes, reforçam-se por meio de uma relação de reciprocidade e complementaridade.⁹

Retornei ao Brasil em janeiro de 2003, no exato momento em que, pela primeira vez na história do país, um presidente de origem operária tomava posse. Nesse mesmo ano, concluí meu curso de mestrado junto à Universidade de Brasília e apresentei minha dissertação, *Justiça Comunitária: uma justiça para a emancipação* – sob a orientação do professor José Geraldo Sousa Junior e coorientação do professor Cristiano Paixão –, a qual veio a ser publicada anos mais tarde.¹⁰

Em 2005, o Programa Justiça Comunitária ganhou o Prêmio Innovare,¹¹ na categoria Tribunal. Essa premiação, a meu ver, derivou do fato de o PJC operar com mediação de conflitos, cuja metodologia, à época, era ainda muito inovadora no Sistema de Justiça. Além disso, os mediadores eram os próprios Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, que, na qualidade de membros da comunidade, participavam ativamente da gestão do Programa.

Esse reconhecimento institucional, ao lado do crescente interesse da comunidade pela atuação dos Agentes Comunitários, motivou-nos a continuar trilhando esse caminho, que foi sendo delineado conforme nos dispusemos a caminhá-lo, conforme os inspiradores versos do poeta espanhol Antonio Machado.

Seis anos após a criação do Conselho Nacional de Justiça (Emenda Constitucional 45/2004), que promoveu reformas importantes no Sistema de Justiça, a Resolução 125/2010 do CNJ normatizou o uso da mediação na esfera judicial, o que impulsionou a introdução desse instituto no sistema processual brasileiro, em 2015, quando da reforma do Código de Processo Civil.

A despeito dos esforços do CNJ para assegurar a qualificação dos mediadores, contudo, a política pública desenhada para a mediação no Sistema de Justiça ainda merece reflexão e ajustes. Isso porque as estruturas dos núcleos de mediação dos Tribunais de Justiça nem sempre conseguem assegurar, na prática, a indispensável supervisão para uma formação de qualidade de seus mediadores.

⁹ Cf. SANTOS, 2019, p. 124.

¹⁰ Cf. FOLEY, 2010.

¹¹ “O Prêmio Innovare tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil”. Instituto Innovare. Disponível em: <https://www.premioinnovare.com.br/>. Acesso em: 6 mar. 2024.

Além disso, a obrigatoriedade de atuação do mediador, em contrapartida à capacitação gratuita recebida pelos Tribunais, é temporária. Após o período de estágio, dificilmente o mediador permanecerá atuando como voluntário. Para contornar essa debilidade, é essencial que os tribunais invistam na formação de mediadores que integrem o quadro de servidores, a fim de garantir qualidade e estabilidade ao serviço de mediação judicial.

Além da necessária sustentabilidade na gestão do serviço, é fundamental que a mediação judicial ofereça um cardápio variado de modalidades de técnicas de resolução de conflitos, a depender da natureza da demanda. Uma ação de cobrança de uma dívida entre irmãos, por exemplo, dificilmente se reduz à dimensão financeira. Nesses casos, uma mediação focada demasiadamente nas técnicas de negociação entre os interesses materiais das partes, sem levar em consideração a relação, a história, as subjetividades e os afetos, pode estar fadada ao fracasso.

É preciso, aqui, registrar também alguns alertas aos membros do Sistema de Justiça que insistem em utilizar a mediação e as práticas restaurativas como meios de *desjudicialização* dos conflitos para o enfrentamento da morosidade judicial.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que nem todo conflito deve ser levado às metodologias autocompositivas, em especial quando há brutal descompasso de poder entre as partes, sob pena de reforçar eventual relação de opressão. Ademais, se a mediação e a prática restaurativa forem conduzidas de maneira adequada, sua adoção não implica celeridade da prestação jurisdicional, muito pelo contrário. Diante de casos complexos, talvez sejam necessários vários encontros entre as pessoas direta ou indiretamente envolvidas no conflito para assegurar a qualidade no processo restaurativo ou de mediação.

Por fim, é preciso que a Mediação e a Justiça Restaurativa, como institutos de vocação transformadora, sejam concebidas como ferramentas para a emancipação das pessoas e de suas relações, e não para resolver o problema de fluxo excessivo de processos nos escaninhos (agora virtuais) das varas judiciais.

Em relação à Mediação Comunitária, como não há normatização por parte do Conselho Nacional de Justiça, tampouco legislação federal regulamentando a sua prática, todas as instituições que queiram implementá-la – sejam elas estatais ou não – têm a liberdade de conceber um modelo que atenda às necessidades da comunidade.

Para tanto, é importante assegurar que o desenho do programa seja delineado de maneira participativa e que a qualificação de seus mediadores comunitários seja orientada pelos princípios da cidadania emancipadora, dos direitos humanos e da Constituição Federal.

No caso específico do PJC, muito embora o Programa seja coordenado e sustentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), hoje em parceria com a Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça (SAJ-MJ), toda a gestão estratégica do Programa conta com a participação da comunidade, por meio dos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania que a representam.

Sendo assim, ao contrário do que já foi dito certa feita, o PJC não é um “tentáculo do Estado” para controle e monitoramento da comunidade. Toda a atuação da Justiça Comunitária é voltada para a capacitação de atores sociais, preferencialmente já envolvidos com atividades comunitárias, para que possam agregar valor às suas práticas, na mesma medida que seus conhecimentos sobre a realidade social colaboram com o aperfeiçoamento do PJC.

Oportuno registrar, aqui, que nosso modelo de Mediação Comunitária, que foi sendo construído ao longo dos últimos 25 anos, recebeu a colaboração de muitas escolas de mediação. A abordagem, porém, que mais se alinhou aos objetivos emancipatórios da Justiça Comunitária, concebendo a Mediação Comunitária como expressão da democracia e justiça participativas, foi a *Mediação para uma Comunidade Participativa*, desenvolvida pelo nosso professor – e parceiro desde 2008 – Juan Carlos Vezzulla.¹²

A despeito do caráter emancipatório que buscamos imprimir em nossa prática de Mediação Comunitária, contudo, em determinado momento da nossa caminhada, percebemos que as demandas que até então chegavam ao Programa ainda eram muito limitadas a conflitos interpessoais de vizinhos ou familiares, o que nos fazia questionar a razão pela qual os conflitos coletivos – com maior vocação para a mobilização comunitária – não chegavam ao PJC.

Também admitimos que nem sempre conseguíamos articular os três eixos do PJC em uma única demanda, como foi possível no caso do lixo exemplificado anteriormente. Em nossos registros, prevaleciam as atividades desenvolvidas com muita

¹² Cf. VEZZULLA, 2005.

dedicação e qualidade, porém de maneira apartada. E quanto menor a articulação entre os eixos, menor é a possibilidade de ampliar a atuação para casos mais coletivos. Ou seja, essas duas questões estavam intimamente relacionadas e mereciam ser enfrentadas conjuntamente.

Além disso, convivíamos com um fantasma a nos rondar: o que fazer nos casos de racismo e de violência de gênero? Além da *Educação para os direitos*, é possível (ou desejável) operar com metodologias cooperativas – seja a mediação, sejam as práticas restaurativas – em situações envolvendo violência estrutural?

Por tudo o que já expus até aqui, posso afirmar com convicção que, quando estamos maduros o suficiente para formular perguntas tão precisas e difíceis como essas, significa que já reunimos condições de iniciar, ao menos, um esboço da resposta.

Em relação à dificuldade do PJC em articular os três eixos e, dessa forma, ampliar sua atuação para conflitos coletivos, a resposta veio por meio de uma demanda da própria comunidade. O diretor de uma escola pública da Ceilândia, que ostentava alto índice de violência, solicitou que o PJC apresentasse uma proposta de mediação escolar.

A fim de guardar coerência com a nossa abordagem, em vez de desenhar um projeto pronto, decidimos escutar todos os segmentos daquela escola para compreender as suas necessidades. Para tanto, instalamos círculos de diálogos escolares – no formato de rodas de conversa – formulando a pergunta-chave: “que escola queremos?”. Aqui, é preciso destacar que a promoção de diálogos para pensar o futuro que ansiamos prescinde da existência de um conflito específico já ocorrido no passado. Dispensa, portanto, qualquer desejo “restaurativo” ou “mediador” de recuperar uma relação eventualmente rompida pelo conflito – seja ele, violento ou não.

Após alguns encontros, concluímos que havia um anseio generalizado por compreender as motivações das regras impostas e por participar das decisões que afetavam a todos. Em outras palavras, havia um clamor por democracia.

Nesse momento, iniciamos a elaboração do Projeto “Vozes da Paz”, inspirado na poesia da canção “Minha alma”, de autoria de Marcelo Yuka: “Paz sem voz não é paz, é medo”.

Após dois anos de atuação nessa escola, os índices de violência sofreram forte declínio e todos os segmentos da escola tiveram espaço para se manifestar e participar

de alguns processos decisórios. Para ilustrar, o caso da sobra orçamentária cuja destinação foi submetida a um círculo de diálogo entre os alunos, que decidiram pela aquisição de ventiladores. Quando questionados sobre o fato de que vários ventiladores já haviam sido destruídos anteriormente, os alunos disseram que, dessa vez, os ventiladores lhes pertenciam, já que eram os responsáveis por aquela escolha. Esse encontro circular demonstrou a viabilidade da prática do orçamento participativo no contexto escolar.

A partir dessa experiência, muitas outras surgiram, abordando desde temas sensíveis relacionados ao enfrentamento de casos de *bullying* de natureza racial, passando por questões de valorização e reconhecimento dos alunos em relação ao trabalho de funcionários terceirizados, até a gestão participativa e cooperativa de práticas lúdicas nos intervalos das aulas. Não raro, pais e mães relatavam que seus filhos estavam propondo “rodinhas de conversa” em casa para que, diante da eclosão de conflitos familiares, cada um pudesse expor suas preocupações...

A mediação escolar, que havia sido demandada no início, não foi aplicada “de cima para baixo”. Ao contrário, foi um processo construído a partir da escuta da necessidade de todos os segmentos escolares e que envolveu seus integrantes como coautores. Tal qual o seu nome, a construção da paz foi talhada por muitas vozes.

Essa experiência revelou que o binômio “vigiar e punir”, por sua mediocridade, não é capaz de lidar com o complexo fenômeno da violência escolar, e que somente o protagonismo dos sujeitos e a cidadania participativa são aptos a reconstruir o tecido social, transformando espaços fragmentados, silenciados e violentos em oportunidades de coesão, cooperação e solidariedade.

Quando se adotam mecanismos de gestão de conflitos pelo diálogo com democracia, permitindo que todas as necessidades sejam atendidas e as identidades sejam reconhecidas, a disciplina – essencial em qualquer processo educativo – não resulta do medo da punição, mas da corresponsabilidade pela construção de um espaço seguro para o exercício da autonomia, da dignidade e do respeito. E é natural que, nesse processo, os índices de violência diminuam, porque as vozes, antes silenciadas, não precisam mais gritar para serem ouvidas.

A metodologia circular que utilizamos para ouvir as vozes da comunidade escolar demonstrou claro potencial para promover transformações de alcance coletivo, o que nos pareceu ser um caminho interessante para atrair demandas coletivas ao PJC.

Além disso, os círculos do *Vozes da Paz* ofereceram – e ainda oferecem – uma dinâmica de fácil articulação entre os três eixos do PJC porque, embora não sejam motivados por um conflito específico, os encontros circulares convidam a comunidade: 1) a ler criticamente a sua realidade, compreendendo os direitos eventualmente não atendidos, tal qual o eixo da *Educação para os direitos*; 2) a identificar e encaminhar as necessidades não atendidas e/ou identidades não reconhecidas, que fazem emergir os conflitos, à *Mediação*, seja interpessoal ou coletiva; e 3) a participar das decisões da comunidade escolar, fortalecendo o tecido social, que é o objetivo da *Articulação de Redes Locais*.

Toda a experiência do *Programa Vozes da Paz* foi ilustrada no livro *Vozes da paz: uma experiência de mediação comunitária nas escolas* (FOLEY, ANDREOZZI e BENÍCIO, 2022), escrito a múltiplas mãos, representadas pelos vários atores e coautores desse projeto. A propósito, na data em que escrevo este capítulo, 12 de março de 2024, a equipe do PJC tomou ciência de que o Programa “Vozes da Paz: paz e democracia nas escolas” logrou o terceiro lugar, em nível nacional, no Prêmio Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade, do Conselho Nacional de Justiça.

Diante da potência dos Círculos em oferecer respostas às questões que nos inquietavam, reunimos a bibliografia necessária para aprofundar os estudos sobre Processos Circulares e qualificamos nossa metodologia, até então intuitiva, com a formação ministrada pela professora Celia Passos, que, desde então, passou a ser responsável por nossa orientação na prática dos Círculos Comunitários em qualquer contexto, seja ele escolar ou não.

A partir dessa capacitação, ficamos convencidos de que a metodologia circular em nada compete com o desenho do PJC e seus três eixos de atuação. Muito pelo contrário, o que hoje denominamos “Círculos Comunitários Transformativos” vem se revelando um recurso apto a promover a articulação entre os eixos do Programa Justiça Comunitária, ampliando as possibilidades de sua atuação em demandas coletivas.

A consolidação do uso da metodologia circular no PJC, conforme relato a seguir, ensejou a reedição do *Guia de Formação em Mediação Comunitária* (FOLEY e

PASSOS, 2020), dessa vez, com a valiosa colaboração da professora Celia Passos, responsável pelos capítulos sobre os Processos Circulares. A obra foi uma iniciativa do PJC-TJDFT e contou com o apoio do Programa EUROsociAL, da Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas e do Consejo General de Abogacía Española.

A primeira experiência circular fora do contexto escolar foi a criação de um círculo de mulheres para promover diálogos sobre questões de gênero, com a participação das Agentes Comunitárias de Justiça e Cidadania de Ceilândia. A pergunta disparadora utilizada para iniciar a reflexão foi: “Qual o teu sonho? Você o realizou? Sim ou não, por quê?”.

Em meio a inúmeros relatos de vida, dificuldades e anseios, uma participante chamou a atenção de todas dizendo o seguinte: “meu sonho é dirigir carro... acho lindo mulheres que sabem dirigir!”. Muito embora não caiba qualquer tipo de julgamento nos diálogos promovidos nos Círculos, essa afirmação gerou curiosidade nas demais integrantes dos Círculos porque, convenhamos, a despeito de todas as manifestações explícitas de misoginia a que estamos assistindo desde que a extrema direita passou a disputar hegemonia na sociedade e no Estado, não há qualquer embaraço para que a mulher brasileira dirija um carro.

A integrante que havia se manifestado percebeu o estranhamento causado – sobretudo diante dos perceptíveis movimentos oculares, os chamados “editoriais de sobrancelhas” – e foi logo se justificando: “é que meu marido e eu tivemos uma conversa... como o nosso único patrimônio é o nosso carro, não queremos colocá-lo em risco caso eu o dirija e...”. Imediatamente após verbalizar essa frase, a mulher disse: “Ui, isso não tem olho roxo, mas também é violência de gênero, né?”. Todas concordaram, dessa vez, com veementes movimentos de cabeça.

A partir dessa reflexão, todas as integrantes daquele Círculo resolveram provocar discussões sobre a violência que a gente não vê, mas que dá sustentação à opressão de gênero. Uma mãe de meninos disse que começaria a conversar sobre isso em casa; outra, manicure, disse que passaria a falar com suas clientes; outra disse que as piadas envolvendo o senso comum “mulher no volante, perigo constante” deveriam ser evitadas, e assim por diante. Cada uma assumiu a responsabilidade de desconstruir ideias que reproduzem a hierarquização entre gêneros.

Dessa experiência inicial, nasceu o projeto “Dores e delícias de ser mulher”. O nome é uma provocação para a reflexão de que, quando falamos sobre “ser mulher”, não podemos limitar nossa identidade à condição de vitimizadas pela violência. Além das dores, é urgente e necessário conversar sobre as delícias dos prazeres.

Estávamos ainda sob os efeitos do entusiasmo em relação aos Círculos para promover conversas sobre gênero, quando uma demanda específica trazida por uma Agente Comunitária, professora da rede pública, propôs um novo desafio: ela estava com dificuldade em lidar com casos de *bullying* de natureza racial em sala de aula. Se, de um lado, ela tinha plena consciência da violência estrutural envolvida, de outro, não gostaria de abordar o fato com um viés punitivista.

Essa demanda nos impulsionou a articular a metodologia dos Círculos ao *Ubuntu*, um programa criado dentro do PJC para a luta antirracista que, até então, focava sua atuação no eixo da *Educação para os direitos*, considerando a dificuldade de se adotar a *Mediação* em casos envolvendo conflitos de natureza racial.

E foi essa a demanda que nos deu a oportunidade de aprofundar a reflexão sobre a segunda questão que nos inquietava na forma de um fantasma a nos rodear: é possível ou desejável operar com metodologia colaborativa em violências que não derivam somente de escolhas e condutas individuais, mas que são reproduzidas social e institucionalmente, na medida em que integram a própria estrutura social?

Para atender à demanda trazida pela professora, o *Vozes da Paz* e o *Ubuntu*, utilizando as metodologias circulares próprias da mediação desenvolvida pelo Programa Justiça Comunitária, instalaram um Círculo Comunitário naquela escola para provocar reflexões sobre as hierarquias, exclusões e violências causadas pelo racismo.

O Círculo utilizou como recurso a contação de histórias e uma oficina de confecção das bonecas *Abayomis*,¹³ oportunidade em que se abordou o processo de escravização dos povos africanos e seu deslocamento forçado para o Brasil. Ao longo do processo circular, as crianças negras relatavam episódios em que suas mães, ou elas próprias, haviam sido vítimas de ofensas raciais, relacionadas aos seus cabelos e à sua

¹³ “Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil –, as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim” (VIEIRA, 2015).

cor, assim como a personagem do livro *Dandara. Seus cachos e caracóis* (SUERTEGARAY, 2014), escolhido para impulsionar a contação de histórias. Os relatos também incluíam abordagens policiais sem qualquer motivação e toda a sorte de violências derivadas da discriminação racial.

Esse diálogo sobre o racismo, transitando entre as esferas do racional e do vivencial, além de fazer cumprir a Lei 10.639/03, que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem história e cultura afro-brasileira, promove uma integração de crianças negras e brancas na luta antirracista, revelando que o racismo é uma violência que demanda a mobilização e o compromisso de todos os segmentos sociais. Não seremos uma democracia enquanto o racismo for uma realidade.

Conforme se verá neste trabalho, a despeito de seu potencial para desenvolver diálogos horizontais e colaborativos, a utilização dos Círculos para a discussão de temas relacionados às violências estruturais, contudo, merece todo o cuidado do PJC, para que não haja o risco de reforçar eventuais relações de poder e hierarquias entre os participantes, sobretudo nas situações em que exista um caso concreto que tenha motivado a instalação dos Círculos.

Neste tópico, contextualizei as principais questões que emergiram ao longo do meu caminho profissional, acadêmico e político, em especial no período de coordenação do Programa Justiça Comunitária, desde o início de sua concepção em 1998.

Parte dessas questões foram contempladas pelas modulações na atuação do Programa, elaboradas e executadas por um coletivo plural e democrático, composto pela equipe técnica interdisciplinar e pelos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, todos comprometidos com a construção dinâmica e permanente do PJC.

Apesar da consolidação da concepção do Programa Justiça Comunitária, aqui exposta, restou em aberto a questão sobre a sua adequada atuação nas situações envolvendo violências estruturais. Para tanto, o planejamento estratégico do Programa dos anos de 2023 e 2024 conferiu prioridade às práticas de mobilização coletiva para a instalação de Círculos Comunitários Transformativos voltados à reflexão sobre as diversas expressões da violência. A avaliação que resultar desse processo guiará os próximos passos do PJC, que se mantém flexível e permeável a novos ajustes, a fim de honrar seu objetivo de construir uma justiça participativa.

Muito embora o PJC também esteja mobilizado para responder às questões aqui suscitadas, a pesquisa empírica que será analisada neste trabalho foi realizada fora do âmbito de atuação do Programa Justiça Comunitária, para assegurar o necessário distanciamento entre a minha condição de pesquisadora e de juíza coordenadora do PJC. Ou seja, muito embora a delimitação do objeto e a justificativa do presente trabalho estejam intimamente relacionadas às práticas do PJC, a pesquisa de campo foi realizada em um território com o qual eu não guardava qualquer vínculo anterior.

Feito o necessário esclarecimento da relação entre os dois tópicos deste capítulo, passo a sustentar, do ponto de vista teórico, a relevância da pergunta que pretendo responder ao longo deste trabalho.

1.2. OBJETO E JUSTIFICATIVA DESTE TRABALHO, À LUZ DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS ADOTADOS

Considerando que o objeto desta pesquisa é o protagonismo comunitário na transformação das violências estruturais e simbólicas, este tópico se inicia com uma breve exposição das categorias derivadas do referencial teórico que pretendo utilizar para a análise da complexidade do fenômeno da violência.

Em seguida, justifico a relevância do tema, indicando as limitações dos mecanismos disponíveis – estatais ou não – de resolução de conflitos violentos. De um lado, os meios heterocompositivos, próprios da prestação jurisdicional, que impõem vertical e coercitivamente a decisão judicial e, de outro, os meios autocompositivos, que operam com um padrão colaborativo para a construção do consenso entre as partes em conflito.

Uma vez apresentados os contornos do problema, cujo diagnóstico é, em parte, compartilhado pelas diretrizes da Justiça Transformativa, concluo o capítulo delimitando a pergunta que pretendo responder nesta pesquisa.

1.2.1 As Expressões da Violência

Para Galtung, há uma tendência em se reduzir a violência a um episódio no plano pessoal, envolvendo a ação de um sujeito contra outro ou contra um objeto. No entanto,

a complexidade do fenômeno da violência impõe uma análise que amplie a percepção de uma relação direta de causa e efeito, de sujeito e objeto, sobretudo diante de acontecimentos e situações que, embora não pareçam ser de responsabilidade de sujeitos específicos, também são violentos.

O autor, então, distribui as dimensões da violência em uma estrutura de formato triangular que inclui: a *direta*, que ocorre por meio de um evento visível envolvendo a agressão entre indivíduos; a *estrutural*,¹⁴ que é indireta, e se expressa nas relações de dominação reproduzidas nas instituições públicas e privadas, na injustiça social e nas desigualdades de poder e de oportunidades; e a *cultural*,¹⁵ que opera no nível do simbólico e do ideológico – a linguagem, a religião, a família, a arte, as ciências, o direito, os valores –, justificando e legitimando as violências dos outros vértices do triângulo, ou seja, as individuais e estruturais.

No mesmo sentido, Zizek (2014) divide a violência em três tipos: a subjetiva, que é explícita e ostenta autoria identificável; a sistêmica que, embora implícita, é objetiva porque se expressa na adoção do modelo econômico de globalização do capitalismo; e a simbólica, perpetrada por meio da linguagem e da imposição cultural. Para o filósofo, restringir o foco da análise da violência à sua esfera subjetiva impede a compreensão crítica em relação às suas outras dimensões e a quem elas beneficiam, fazendo com que as opressões sejam naturalizadas, inclusive pelo oprimido.

As categorias adotadas neste trabalho contemplam, pois, a classificação proposta por Galtung ao longo de sua obra: as *violências estruturais* são as perpetradas pelas estruturas de dominação próprias das instituições sociopolíticas e econômicas, enquanto as *violências culturais* constituem toda a violência reproduzida por meio da linguagem, do ideológico e do simbólico.

Tanto em uma, quanto em outra, o que importa, aqui, é conferir visibilidade a essas violências silenciosas que operam na macropolítica, influenciando e sendo influenciadas pelas subjetividades e sociabilidades das práticas sociais cotidianas. O risco da associação

¹⁴ A violência estrutural é a “limitação das potencialidades de realização humana, provocada por relações de poder, de desigualdade ou de opressão” (GALTUNG, 1969, p. 171). Isso significa afirmar que, toda vez que um indivíduo não consegue realizar todo o seu potencial, por se encontrar em uma posição de subalternidade, estamos diante de uma violência estrutural.

¹⁵ A violência cultural é a que se revela “em aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência, por exemplo, religião, ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica e matemática), que pode ser usada para justificar ou legitimar as violências diretas e estruturais” (GALTUNG, 1990, p. 291).

automática da violência a episódios de conflitos interpessoais é a ocultação, e consequente naturalização, das manifestações das violências estruturais e ideológicas, sobretudo em seus marcadores de raça, gênero e classe.

A transformação das violências, que integra o objeto deste estudo, requer a compreensão da complexidade desse fenômeno, para que a construção da paz não se limite à resolução de conflitos violentos entre indivíduos. Nesse sentido, ao contrário da perspectiva liberal que associa paz como resultante da equação democracia representativa somada à segurança jurídica para a manutenção da ordem social e econômica, é possível afirmar que não haverá paz sustentável enquanto houver reprodução da violência nas esferas cultural e estrutural¹⁶.

Apresentadas brevemente as categorias com as quais o fenômeno da violência será analisado em capítulo próprio, cabe-nos, agora, oferecer a delimitação do problema, consubstanciado nos limites (e potencialidades) dos recursos institucionais disponíveis para o enfrentamento da violência e suas eventuais repercussões nas esferas estruturais e simbólicas.

1.2.2 Mecanismos Institucionais para a Resolução de Conflitos Violentos

O tratamento destinado aos conflitos violentos se divide em dois modelos: o processo judicial, que opera com a lógica *heterocompositiva* binária e adversarial; e os meios *autocompositivos*, que se utilizam de técnicas consensuais de resolução de conflitos, em especial a mediação e as práticas restaurativas.

Embora sejam significativamente diferentes, ambos os modelos ostentam as mesmas limitações, porquanto reduzem sua intervenção à arena da interessoalidade, ou seja, ao contexto da relação havida entre o ofensor e a vítima. Além disso, dificilmente as expressões ideológicas e estruturais das violências serão alcançadas por essas intervenções, porque suas metodologias não são projetadas para cumprir essa função. Ao contrário, muitas delas podem até mesmo reforçá-las. É o que se pretende argumentar a seguir.

¹⁶ Cf. GALTUNG, 2003.

1.2.2.1 Mecanismo heterocompositivo de resolução de conflitos violentos: a prestação jurisdicional

Quando ocorre uma violência no plano interpessoal, classificada como “violência direta”, o fato é submetido à análise do Poder Judiciário, o qual, à luz dos princípios que regem a justiça retributiva, oferece a devida prestação jurisdicional. Sob essa lógica, provadas a autoria e a materialidade do fato e configurada a sua adequação ao tipo penal, a condenação do agressor enseja a aplicação de uma punição. Trata-se do clássico binômio crime e castigo. Muito embora sua natureza seja eminentemente pública, todo o processo judicial penal se desenrola em uma arena bastante restrita, mobilizando somente aqueles diretamente envolvidos no conflito, os operadores do direito e eventuais testemunhas do fato.

O sistema, permeado por uma lógica binária, competitiva e adversarial, deve assegurar o contraditório, e o seu desfecho, a sentença judicial, traduz a síntese coercitiva de um processo dialético que tensiona ao extremo as narrativas acusatórias e de defesa. Como um mosaico incompleto, o processo é um jogo de quebra-cabeças cujo objetivo, a “verdade real”, é uma ilusão diante da insuficiência de peças para a reconstrução de um passado multifacetado.

Sob uma metodologia heterocompositiva, pela qual o Estado expropria dos indivíduos a coparticipação na solução de seus conflitos, o juiz, após formar a sua convicção, dá uma resposta – estatal, coercitiva e unilateral – ao fato, fundamentada pela articulação entre justificação racional e lógica argumentativa, ambas permeadas pelas lentes ideológicas do julgador. Apesar de sua roupagem técnica, a decisão judicial implicará sempre uma opção política, sobretudo quando proferida na esfera criminal.

No Brasil, a seletividade com que se opera o sistema penal reproduz os padrões de exclusão e de violência estrutural e cultural contra pobres e negros. O Judiciário, como uma das instituições absortas na tradição oligárquica, adota a política criminal sem esforço crítico, reforçando as exclusões raciais e de classe e mantendo o negro e o pobre no lugar para o qual o Estado brasileiro historicamente os destinou: a prisão.¹⁷ A origem nuclear dessa violência praticada pelas instâncias judiciais tem como base a desigualdade

¹⁷ Cf. FOLEY e CASARA, 2019, p. 122.

social e racial, proveniente da escravidão, cujo papel foi constituinte na formação da sociedade brasileira.¹⁸

Portanto, à luz do objetivo deste trabalho, importa, aqui, salientar três das características do processo judicial formal: a) o seu caráter competitivo/adversarial; b) o seu alcance limitado à esfera privada do conflito interpartes – muito embora seu procedimento seja, em geral, público – e; c) a natureza ideológica da decisão judicial, em especial no âmbito penal – a despeito da racionalidade argumentativa exigida para a sua fundamentação.

Uma vez destacados os elementos da atuação jurisdicional, passemos a analisar as características dos meios autocompositivos, com os quais o Sistema de Justiça e demais instituições buscam resolver conflitos, operando com um padrão colaborativo, a fim de atender às necessidades de todas as partes envolvidas.

1.2.2.2 Mecanismos autocompositivos de resolução de conflitos violentos: a mediação e as práticas restaurativas

Ao longo das duas últimas décadas, assistimos à emergência de um movimento de estímulo à utilização de meios autocompositivos de solução de conflitos e de práticas pacificadoras por meio do qual a lógica adversarial, própria da atividade jurisdicional, é substituída por um processo dialógico, cooperativo e não coercitivo. No âmbito penal, havendo autorização legal, viabilidade institucional, reciprocidade de poder e disponibilidade dos envolvidos, o processo judicial pode ser substituído ou complementado por tais mecanismos, dentre eles, as inúmeras modalidades de mediação e de práticas restaurativas.

Nessa arena autocompositiva, os operadores do direito perdem protagonismo frente ao destaque conferido aos envolvidos diretamente no conflito e, no lugar das testemunhas, terceiros que integram a rede afetiva e social das partes são convidados a colaborar no processo de pacificação. Em vez de se provar “a verdade”, busca-se atender às necessidades da vítima, do ofensor e da comunidade, restaurando as relações rompidas pelo conflito, estabelecendo compromissos e pavimentando a possibilidade de um futuro sem violência entre aqueles que foram direta ou indiretamente envolvidos. Pois bem.

¹⁸ Cf. SOUZA, 2017.

A despeito dos avanços que esse movimento proporciona, flexibilizando a rigidez punitivista do sistema retributivo, é preciso uma leitura crítica e cuidadosa quanto às limitações da utilização dos meios autocompositivos em determinados contextos de violência. Vejamos.

Ainda que o desfecho do processo dialógico derivado da mediação ou da prática restaurativa possa repercutir formalmente em eventual procedimento público já instaurado no sistema de justiça – seja no âmbito judicial ou policial –, pode-se afirmar que esses mecanismos operam em um âmbito eminentemente privado, uma vez que limitam seu alcance às pessoas que guardam alguma relação – ainda que indireta – com o episódio de violência.

E, nessa arena privada, embora a interpretação dos fatos e das normas não seja realizada unilateralmente pelas lentes de um julgador – como o é na via judicial –, é muito provável que o desfecho do processo dialógico veicule os componentes ideológicos com os quais os participantes enxergam a si próprios, as suas relações e os fatos.

Vê-se, pois, que, a despeito das profundas diferenças metodológicas entre os meios de solução de conflitos – a prestação jurisdicional heterocompositiva, adversarial e competitiva de um lado; e os meios autocompositivos, dialógicos e cooperativos de outro –, ambos operam na esfera da interpessoalidade dos conflitos, e suas decisões e escolhas podem refletir, em maior ou menor grau, os padrões ideológicos hegemônicos entranhados nas dimensões sociais, políticas e culturais nas quais as violências estruturais são reproduzidas.

Sendo assim, se no processo judicial, o juiz expropria das partes a capacidade de gestão de seus conflitos e de suas escolhas, nos meios autocompositivos, o padrão ideológico hegemônico dos participantes pode sequestrar a autonomia, a subjetividade e os direitos fundamentais de um dos envolvidos, sobretudo quando houver relação de poder entre os mediandos.¹⁹

Essa influência ideológica ocorre sob um movimento de retroalimentação entre a ideologia dominante e as escolhas individuais – seja do juiz, dos mediandos ou de suas

¹⁹ Para ilustrar, lembro o caso narrado no episódio 5 do Podcast “Crime e Castigo”, produzido pela Rádio Novelo, em que uma menina de 14 anos foi vítima de estupro de vulnerável perpetrado por um membro de sua família e decidiu – em um processo restaurativo inserido em seu contexto comunitário, que contou com a participação do pastor de sua igreja, de sua mãe e de outros membros da família – pedir que seu algoz pagasse a sua festa de aniversário de 15 anos, como meio de “pacificar” as relações familiares.

comunidades. Ou seja, os aparatos e matizes ideológicos hegemonicamente impregnados nas estruturas institucionais – estatais ou não – orientam e influenciam as decisões individuais, da mesma forma que são cotidianamente alimentados pelas escolhas praticadas cotidianamente pelas pessoas.

Ao domesticar e privatizar temas que deveriam ser públicos, os meios autocompositivos correm o risco de reforçar as instâncias que reproduzem a violência estrutural.²⁰ Tampouco o Judiciário, a despeito da natureza formalmente pública de seus processos, promove transformações estruturais, proferindo, não raro, decisões judiciais que reforçam as opressões contra as minorias sociais.

Ora, havendo riscos de os meios disponíveis de solução de conflitos violentos – heterocompositivo e autocompositivo – ecoarem os padrões de dominação hegemônicos, nenhum deles, por si só, mostra-se hábil a promover a superação das violências ideológicas e estruturais.

A leitura crítica em relação às limitações dos meios autocompositivos para o enfrentamento das violências estruturais e culturais é também objeto da Justiça Transformativa, tema a ser desenvolvido no capítulo 3 deste trabalho. A despeito das características positivas e potencialmente emancipatórias desses mecanismos – quais sejam, ênfase na autonomia dos indivíduos para a resolução de seus conflitos; atendimento aos anseios e às necessidades dos envolvidos; e, ao menos em algumas de suas vertentes, participação comunitária –, a mediação e a Justiça Restaurativa ostentam limitações para a superação das hierarquias de poder dominantes.

Isso porque, se os valores partilhados por todos os sujeitos envolvidos no processo autocompositivo forem pautados no racismo, no sexismo e na homofobia, por exemplo, o desfecho consensual pode ensejar uma “resolução” ou “restauração” do conflito interpessoal, sem qualquer transformação dos mecanismos que reproduzem essas violências no âmbito comunitário. Somente uma visão idílica da comunidade parte da premissa de que a participação comunitária implica compromisso com uma justiça não violenta e solidária. Em qualquer situação de conflito, eventuais relações de desigualdade de poder precisam ser enfrentadas, sob pena de sua resolução implicar reforço da opressão.

²⁰ Cf. COKER, 2002.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que, se a dimensão interpessoal ou direta é somente a expressão mais visível da violência, a complexa articulação desta com as demais dimensões – estruturais e ideológicas – deve ser analisada na esfera macropolítica em que elas operam, que inclui as arenas social, econômica, cultural e política, muito além das relações interpessoais.

E é aqui que se mostra oportuna a pergunta formulada neste projeto: quais são as práticas sociais, culturais, econômicas e políticas potencialmente adequadas para impulsionar que as comunidades socioeconomicamente vulnerabilizadas sejam protagonistas no processo de identificação e transformação de suas violências estruturais e simbólicas, sob uma perspectiva emancipatória?

Em alinhamento com a premissa de que “a experiência concreta dos objetivos pelos quais se luta começa nos meios que se usam para atingi-los” (SANTOS, 2019, p. 124), o desafio aqui posto é o de compreender se é possível desenvolver uma metodologia capaz de motivar as comunidades a desconstruírem relações de hierarquia e de exclusão, enquanto edificam novas sociabilidades pautadas na horizontalidade e na colaboração.

A hipótese que articulo no próximo capítulo é a de que a metodologia dos Círculos Comunitários, por seu formato participativo, cooperativo, dialógico, horizontal e radicalmente democrático, revela potencial para que a comunidade seja protagonista no diagnóstico e na adoção de estratégias para a transformação social, cultural e política de suas violências estruturais e ideológicas, conforme preconiza a Justiça Transformativa.

CAPÍTULO 2

CÍRCULOS COMUNITÁRIOS

Em volta de um círculo não se está “em”, se está “entre”.

Carlos Rodrigues Brandão²¹

Conforme anunciado no capítulo anterior, a presente pesquisa tem por objetivo investigar quais são as práticas sociais vocacionadas a desenvolver protagonismo popular no mapeamento e enfrentamento das diversas expressões das violências, tal qual ansiado pela Justiça Transformativa.

A hipótese considerada é que os Círculos Comunitários (CCs) oferecem mecanismos adequados para gerar projetos comunitários de natureza social, cultural, econômica e política que enfrentem as expressões da violência estrutural e cultural, desconstruindo hierarquias e exclusões, ao tempo que edificam novas sociabilidades, pautadas na inclusão, cooperação e cuidado mútuo.

Estamos inseridos em uma era de comunicação marcada por avanços tecnológicos que imprimem uma velocidade vertiginosa ao cotidiano das pessoas. Nesse contexto, promover encontros presenciais nos quais os indivíduos sentam-se em círculo para a prática de uma escuta cuidadosa e qualificada parece pouco eficiente. No entanto, conforme se sustentará neste capítulo, o que assegura a eficiência do processo e de seus resultados é justamente o fato de os princípios e as diretrizes que regem os Círculos Comunitários resultarem de uma construção coletiva, horizontal, colaborativa e inclusiva. Nesse sentido, é preciso investigar em que medida a arquitetura dialógica que emerge da metodologia circular pode colaborar na construção da democracia participativa.

Conforme veremos a seguir, a prática de dialogar em círculos carrega fundamentos convergentes, desde o formato dos Círculos de Cultura instalados por Paulo Freire nos sertões de Angicos, no Rio Grande do Norte, nos anos 1960, até as variadas modalidades de processos circulares, inspirados nos rituais ancestrais dos povos tradicionais. O objetivo deste capítulo será destacar, em ambas as abordagens, quais elementos fazem com que os Círculos tenham potencial para impulsionar a formulação de projetos

²¹ BRANDÃO, 2016.

emancipadores para a construção da democracia participativa, conforme as exigências de uma sociedade contemporânea marcada pela pluralidade e complexidade.

Este capítulo oferecerá, inicialmente, os fundamentos dos Círculos de Cultura, baseados na formulação de Paulo Freire, como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade na qual está inserida a vida das pessoas, com o objetivo de transformá-la.

Em seguida, a metodologia circular, extraída das experiências ancestrais dos povos tradicionais, sistematizada por Kay Pranis (2010) e por Celia Passos (2019), será analisada à luz das demandas contemporâneas por democracia.²²

A convergência dos elementos emancipatórios presentes nas abordagens aqui analisadas serviu de guia para a elaboração dos traços dos Círculos Comunitários Transformativos, delineado especialmente para esta pesquisa. O seu desenho será ilustrado no capítulo 7, após a apresentação de sua justificativa teórica, referenciada nas diretrizes da Justiça Transformativa, objeto do Capítulo 3 deste trabalho.

2.1 OS CÍRCULOS DE CULTURA

Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Paulo Freire²³

Brandão (2016) retrata, com tintas poéticas, a transformação a que a humanidade foi submetida quando passou a se sentar em círculo, no entorno da fogueira, para que cada indivíduo ficasse equidistante do calor do fogo. Ao redor da fogueira acesa, “que clareia noites e ilumina mentes”, nossos ancestrais “aprenderam a acender na Terra as suas próprias estrelas da noite” (BRANDÃO, 2016, p. 13).

Segundo o autor, após a descoberta do fogo, a disposição para a partilha das noites, em formato circular, fez com que os seres humanos aprendessem a se contemplar e a reter

²² Conforme trabalhados por BALL, CALDWELL e PRANIS, 2010.

²³ FREIRE, 2022, p. 108.

seus olhares sem medo e sem pressa, permitindo a emergência dos primeiros raios do diálogo, das artes, dos ritos, dos contos, dos mitos e da filosofia.

O diálogo circular entre iguais, como gênese dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, proporciona ruptura com a ordem hierárquica de saberes, restituindo o diálogo entre indivíduos que se olham e se escutam.

A circularidade permite que o diálogo aconteça entre rostos e corpos vistos por inteiro, com suas emoções, sombras, luzes e silêncios. Essa “arquitetura social do diálogo” veicula a cultura na sua expressão política, ou seja, “como uma prática solidária cooperativa, participante e consciente da partilha de todas e todos nós, a partir do povo, na gestão plena de nossas comunidades, sociedades, vidas e destinos” (BRANDÃO, 2016, p. 17). Os Círculos de Cultura surgiram no âmbito do Programa de Educação de Adultos de Paulo Freire, em 1963. A princípio, o projeto visava à alfabetização em um espaço popular de confiança e respeito mútuo, fora da sala de aula. “Em lugar de professor, com tradições fortemente ‘doadoras’, o coordenador de debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar do aluno, com tradições passivas, o participante de grupo” (FREIRE, 1967, p. 103).

Os primeiros Círculos foram instalados em Angicos, Rio Grande do Norte, resultando na alfabetização, em um período de 45 dias, de parte significativa de um grupo de 380 moradores, distribuídos em 11 Círculos. O êxito da experiência fez o governo João Goulart decidir pela extensão da proposta pedagógica para todo o território nacional. O projeto, que foi abortado pelo Golpe de 1964, previa a mobilização de 20.000 Círculos de Cultura para a alfabetização de dois milhões de adultos.²⁴

No contexto dos movimentos de educação popular, a metodologia dos Círculos de Cultura adotou a abordagem epistemológica pela qual o educando é sujeito de seu processo educativo, da mesma forma que o educador aprende. A educação é, pois, projeto pedagógico popular a ser construído *com* o povo e não *para* o povo.

Além de sua proposta alfabetizadora, porém, os Círculos de Cultura foram projetados com o objetivo de proporcionar a formação de uma consciência crítica para a

²⁴ Cf. GIUBILEI e CAMPOS, 2016, p. 111.

emancipação social e para a prática da liberdade, por meio de uma relação dialógica entre os participantes, a partir de suas leituras e interpretações do mundo.²⁵

A qualificação “cultural” atribuída ao Círculo deriva da consciência política que emerge da reflexão dos indivíduos sobre a cultura como resultado da transformação do mundo pelo trabalho. Ao longo dos debates, os participantes se reconhecem como criadores de cultura. Para Paulo Freire, o funcionamento do Círculo de Cultura resulta de “uma reflexão que o homem começa a fazer sobre a sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências” (FREIRE, 1967, p. 142).

A nomenclatura “círculo” se justifica pela disposição geométrica na qual os indivíduos se acomodam, permitindo que todos possam se olhar e se observar. Nos Círculos, a leitura crítica do mundo e a convivência amorosa operam na dimensão coletiva (FREIRE, 2022, p. 96).

A partilha de trabalhos, práticas, percepções e vivências de seus integrantes possibilita a construção coletiva e dialogada do conhecimento. Sob essa metodologia dialógica, cada integrante se percebe como protagonista, como agente de transformação, rompendo com o conformismo e com a cultura do silêncio.²⁶

Para o desenvolvimento de uma visão crítica do contexto social, é preciso afastar-se da realidade para compreendê-la, sem mitificação. E é nesse processo que emerge a conscientização, conforme ilustra Freire ao relatar a manifestação de uma mulher diante de uma situação representada no Círculo de Cultura: “Gosto de discutir sobre isso porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora sim, observo como vivo” (Paulo Freire *apud* FIORI, 2022, p. 18).

Nessa circularidade cultural, os integrantes têm a oportunidade de ouvir a si próprios e ao outro, formular novas perguntas e compreender a realidade, a fim de transformá-la. No círculo, o indivíduo “vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura” (FREIRE, 1967, p. 43).

²⁵ Cf. RIBEIRO, VALENTE e BORGES, 2016, p. 127.

²⁶ Cf. BRANDÃO NETO, SILVA, AQUINO; LIMA e MONTEIRO, 2015.

Ao transcender a sua função alfabetizadora, a metodologia circular impulsiona a participação política qualificada de seus integrantes, porque os diálogos são regidos pelos princípios fundantes dos Círculos de Cultura: a colaboração, a corresponsabilidade, a solidariedade, o respeito, o compromisso e o reconhecimento do valor da contribuição de cada um no processo de produção participativa do saber.

Segundo Fiori, o Círculo de Cultura promove uma releitura coletiva do mundo:

A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano. Em diálogo circular, intersubjetivando-se mais e mais, vai assumindo criticamente o dinamismo de sua subjetividade criadora. Todos juntos, em círculo e em colaboração, reelaboram o mundo. (FIORI, 2022, p. 24)

Nos Círculos de Cultura, o diálogo ganha centralidade porque é por meio da comunicação que se conhece a si próprio, ao outro e ao mundo. Como a linguagem faz a mediação da relação entre os indivíduos, é na interação comunicativa que o sujeito é constituído. “O diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 2022, p. 109). Marinho (2009) aponta a convergência entre Bakhtin e Freire sobre a natureza dialógica na formação do pensamento humano: “a ideia começa a ter vida quando compartilhada com a ideia dos outros. É do contato entre as vozes que a ideia nasce e vive”.²⁷

A ideia, pois, como acontecimento vivo que nasce e se desenvolve nos Círculos de Cultura, emerge do diálogo entre consciências em construção e em comunhão. E essa é a essência da ética da alteridade: o reconhecimento do outro em si e de si, no outro.

Além da dimensão fraternal, a metodologia dialógica adotada nos Círculos de Cultura é emancipatória, eis que voltada à libertação das opressões, mobilizando os seus integrantes a pensarem sobre as suas realidades dentro de uma perspectiva reflexão-ação, em diálogos permeados por relações de confiança, esperança e amor.²⁸

²⁷ Segundo Bakhtin, a ideia, tal qual considerava Dostoiévski, “não é uma formação psicológico-individual subjetiva com ‘sede permanente’ na cabeça do homem; não, a ideia é interindividual e intersubjetiva, a esfera de sua existência não é a consciência individual, mas a comunicação dialogada entre as consciências. A ideia é um acontecimento vivo, que irrompe no ponto de contato dialogado entre duas ou várias consciências. Neste sentido, a ideia é semelhante ao *discurso*, com o qual forma uma unidade dialética. Como o discurso, a ideia quer ser ouvida, entendida e ‘respondida’ por outras vozes e de outras posições. [...]” A ideia não vive na consciência individual isolada de um homem: mantendo-se apenas nessa consciência ela degenera e morre. Somente quando contrai relações dialógicas essenciais com as ideias dos outros é que a ideia começa a ter vida, isto é, a formar-se, desenvolver-se, a encontrar e renovar sua expressão verbal, a gerar novas ideias. O pensamento humano só se torna pensamento autêntico, isto é, ideia, sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros expressa na palavra. É no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive a ideia” (BAKHTIN, 2013, p. 94).

²⁸ Cf. FREIRE, 1967, p. 107.

Ora, se o diálogo é condição política para a emancipação, o antidiálogo implica relação vertical, manipulação e invasão cultural.²⁹ Daí porque o coordenador dos Círculos de Cultura deve estar alerta para não domesticar os participantes com ideologias colonizadoras, permitindo a emergência de uma pluralidade de significações.³⁰ O papel do coordenador, portanto, é criar condições favoráveis para uma dinâmica troca de ideias, devolvendo ao grupo as perguntas que lhe são feitas para provocar reflexões coletivas sobre a realidade a ser transformada.

Essa premissa essencialmente política em relação ao papel do coordenador deriva da Pedagogia do Oprimido, pela qual a educação como prática da liberdade pressupõe que ensinar não é transferir conhecimento, enchendo os educandos de conteúdos exógenos à sua realidade, mas criar as possibilidades para a sua construção. Aprender, ao seu turno, implica observação, interpretação e invenção do mundo.³¹ Para Freire, o assistencialismo é uma forma violenta de antidiálogo porque impõe mutismo e passividade, impedindo a emergência da consciência crítica e roubando a responsabilidade dos indivíduos de tomarem decisões em relação aos seus problemas.³²

A metodologia dos Círculos de Cultura segue as seguintes etapas: 1) investigação temática para conhecer o *universo vocabular*: palavras, frases, expressões e temas que traduzem a realidade e o interesse dos participantes dos Círculos; 2) seleção dos *temas geradores* para compor o conteúdo programático; 3) *problematização* dos temas selecionados, a partir da criação de situações existenciais próprias do grupo.³³

Para conhecer o *universo vocabular* e selecionar os *temas geradores*, é preciso estimular as pessoas a contarem suas histórias e a partilharem suas vivências, valorizando suas perspectivas sobre a realidade e rompendo os silenciamentos causados pela cultura da colonização. Cada palavra oferecida ao Círculo veicula um universo de significados racionais e emocionais, que precisam ser compreendidos e explorados.

A *problematização dos temas* é feita por meio do processo de decodificação da representação (codificada) de uma situação existencial concreta. Essa “tradução” crítica passa primeiramente do nível concreto das palavras codificadas para o abstrato,

²⁹ *Ibid.*, 1967, p. 108.

³⁰ *Ibid.*, p. 114.

³¹ Cf. FREIRE, 2022, p. 79-86.

³² Cf. FREIRE, 1967, p. 56-57.

³³ *Ibid.*, p. 111-113.

preferencialmente por meio de uma obra de arte (imagem, filme, poesia) que representa o real. A descodificação é o processo de transição do abstrato para o concreto, estimulando a percepção crítica da realidade representada, que deixou de se apresentar como “um beco sem saída” para se converter em desafio de transformação.³⁴

Esse movimento promove uma ampliação não somente do repertório, como também da realidade dos participantes. Isso porque as interpretações habituais do mundo deixam de ser suficientes para a compreensão da realidade e é preciso pensar novas hipóteses, novas experiências e, nesse sentido, novas realidades.³⁵

A dimensão política dos Círculos cria condições para a emergência da “consciência popular democrática”. E democracia só se desenvolve com debate e reflexão plural sobre os problemas. A condição para isso é uma educação participativa “que nos leve a posições mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras” (FREIRE, 1967, p. 80 e 96). É o próprio Freire que traz, como ilustração, a necessidade da pergunta: “por que não há lixões no coração dos bairros ricos dos centros urbanos?” (FREIRE, 1996, p. 17).

Para que o coordenador dos Círculos impulse uma educação democrática e participativa, é preciso dialogar, assegurando o direito do outro de fazer suas escolhas, livre de qualquer coerção. Trata-se de uma reação amorosa “à violência dos que lhe pretendem impor o silêncio [...]. O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo” (FREIRE, 1967, p. 50).

O papel a ser desenvolvido pelos Círculos é, pois, o de impulsionar os oprimidos a se libertarem da hospedagem do opressor dentro de si.³⁶ Mas, para que essa libertação seja traduzida em autonomia – no sentido de autogestão, *auto nomos* –, é preciso responsabilidade, cujo desenvolvimento demanda a convocação para a tomada de decisões, a partir dos critérios de realidade de quem decide.³⁷

Os Círculos de Cultura abrem oportunidade para a promoção de uma prática política democrática e participativa porque preparam seus integrantes para uma vida comunitária na qual cada indivíduo explora seus próprios limites e potencialidades, no

³⁴ Cf. FREIRE, 2022, p. 135-136.

³⁵ Cf. MARINHO, 2019.

³⁶ Cf. FREIRE, 2022, p. 41-46.

³⁷ Cf. FREIRE, 1996, p. 43.

confronto e na disputa de poder entre as diferentes perspectivas. Nesse processo de construção da democracia, que implica pluralidade e diálogo das diferenças com horizontalidade, a construção do sujeito emerge da sua mediação com o outro, no seu reconhecimento no outro. Não é por outra razão a lição de Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2022, p. 71).

Conforme se verá a seguir, os elementos emancipadores que derivam da adoção de novas práticas sociais e políticas, presentes nos Círculos de Cultura, convergem com os princípios que regem as diferentes modalidades de processos circulares.

2.2 PROCESSOS CIRCULARES

Os Processos Circulares a serem analisados neste tópico derivam de experiências e rituais das culturas tradicionais, somadas às práticas contemporâneas de transformação dos conflitos para a construção da paz. Sob essa abordagem, que articula o ancestral às demandas políticas atuais, pretende-se apresentar a metodologia circular como uma alternativa democrática ao paradigma organizacional hierárquico, que se coloca a serviço do controle e da ordem social.

O padrão adotado nas organizações sociais e políticas, tanto para planejar e executar projetos, quanto para administrar seus recursos humanos ou resolver problemas, é hegemonicamente autocrático, terceirizador e punitivista. Autocrático, porque o mapeamento de qualquer estrutura organizacional, em geral, inicia com a identificação do líder, a ciência das regras para assegurar a ordem social e a compreensão do lugar e dos deveres de cada integrante nessa hierarquia. A depender da posição em que cada um se encontre, a emissão e/ou recepção de ordens opera dentro dos estritos limites de cada esfera de competências dessa estrutura piramidal.³⁸ É terceirizador, na medida em que não estimula a corresponsabilidade em relação aos problemas, que deveriam ser enfrentados de forma sistêmica: se há uma crise sem conexão direta com algumas funções específicas, os responsáveis por estas raramente colocam suas competências à disposição para colaborar na busca de uma solução integrada. E é punitivista porque as faltas, cujas autorias são atribuídas a condutas culposas ou dolosas, são tratadas como desvios

³⁸ Cf. BALL, CALDWELL e PRANIS, 2010, p. 123.

individuais que ensejam a devida e exemplar punição, sem qualquer análise quanto a eventuais falhas sistêmicas.

Nesse sentido, é preciso admitir que há um imenso vácuo entre a democracia ideal e a realmente existente. E esse hiato existe porque, diante da dificuldade em lidar com a pluralidade, as estratégias de implementação da democracia não consideram as vozes da minoria, privilegiando, não raro, os que falam mais alto. A vontade da maioria, contudo, pode ser opressora, quando não perversa. A democracia reduzida à sua natureza representativa tem se mostrado insuficiente para promover a necessária ruptura com o padrão autocrático das organizações sociais e políticas.

Qualquer questionamento que se faça a esse padrão é rotulado de utópico, ingênuo, quando não imprudente. O argumento frequente apela à necessidade de se adotarem sistemas organizacionais eficientes para a manutenção da estabilidade e da segurança social. Ainda que se considere razoável a preocupação, cabe então perguntar: o que é exatamente eficiência e como medi-la? Será que a obediência à hierarquia, a fragmentação das responsabilidades e o medo da punição são preços inevitáveis a serem pagos para assegurar resultados eficientes nas organizações sociais?

O que se pretende argumentar aqui é que, quando pessoas compartilham interesses e se dispõem a organizar ações e projetos coletivos com horizontalidade, democracia, responsabilidade, cooperação, criatividade e entusiasmo, os sistemas se adaptam às novas ideias e se tornam potencialmente mais eficientes e resilientes, porque ensejam a emergência de novas capacidades e habilidades, que impulsionam a formulação de metas inovadoras e mais qualificadas, alimentando um ciclo virtuoso de relações colaborativas.

O desafio que se coloca para a superação dos limites da democracia representativa, por meio da promoção da democracia participativa, é, pois, delinear novas e ousadas arquiteturas que permitam a escuta de todas as vozes para o reconhecimento das identidades, o atendimento das necessidades e a promoção dos direitos humanos. É preciso traçar desenhos capazes de gerar conexão e integração, empoderando os indivíduos e os coletivos a participarem politicamente das decisões que afetam suas vidas, ao mesmo tempo que estabelecem relações de reciprocidade, respeito e comunhão.

Conforme veremos a seguir, os Círculos Comunitários podem ser uma boa estratégia para essa integração dialógica, em especial, por seu caráter essencialmente

democrático, pelo qual seus integrantes aprendem a tomar decisões à luz dos princípios e diretrizes que foram escolhidos coletivamente e sobre os quais todos são corresponsáveis.

Para Pranis,³⁹ reunir-se em roda para conversar sobre questões comunitárias é algo que a maioria das comunidades tradicionais em todo o mundo já faz há muito tempo. Muito embora sejam herdeiros de uma tradição ancestral, processos circulares estão emergindo nas sociedades contemporâneas como uma forma de congregar pessoas, fortalecer relacionamentos e resolver problemas, articulando métodos tradicionais com as demandas por democracia nas sociedades plurais.

A premissa dos Círculos é a de que todos os seus integrantes são capazes de oferecer a sabedoria que deriva da experiência de vida, o que gera uma percepção do problema a partir dos anseios de cada um e, conseqüentemente, aponta para novas e plurais possibilidades de solução. O formato circular sugere, portanto, que os seus integrantes estão conectados horizontalmente e suas relações estão pautadas na igualdade dentro da diversidade.

Os tipos de Círculos variam conforme os elementos que os constituem, os quais podem ser combinados, a depender da necessidade e do propósito da instalação de cada Círculo.⁴⁰ Para o escopo do presente trabalho, destaco somente as modalidades que serviram de base para a elaboração dos Círculos Comunitários Transformativos, que serão apresentados no capítulo 7.

2.2.1 Modalidades de Círculos

- **Diálogo.** É uma oportunidade para que as vozes de todos os segmentos de um coletivo sejam respeitosamente ouvidas, expondo os participantes ao contato com diferentes perspectivas para estimular reflexões plurais. Seu propósito é o aprendizado da escuta, não tendo, necessariamente, o objetivo de se alcançar um consenso sobre o objeto da reflexão em pauta.
- **Compreensão.** Essa modalidade de Círculo tem por finalidade a ampliação do vocabulário conceitual dos seus integrantes, para a compreensão de uma questão sob diferentes perspectivas, inclusive de natureza técnica, se for o caso. É uma

³⁹ Cf. PRANIS, 2010, p. 15.

⁴⁰ *Ibid.*

forma de instrução para a posterior tomada de decisão, que deve ser adequadamente informada.

- Transformação de conflitos. Para esse objetivo, o Círculo é desenhado para que as decisões a serem tomadas contemplem todas as preocupações e necessidades, com vistas à superação das divergências e à transformação dos conflitos. Para tanto, a instalação prévia de círculos de diálogo ou de compreensão previne a persuasão por parte de um indivíduo ou grupo sobre os demais, no momento de tomada de decisão.
- Construção de comunidade. Nessa modalidade, o Círculo é formatado para construir vínculos e fortalecer relações comunitárias entre pessoas com interesses compartilhados. É também uma metodologia para mapear problemas e dificuldades; localizar recursos, talentos, habilidades e potencialidades; prevenir conflitos e traçar projetos coletivos de transformação.⁴¹

Observa-se que todas as modalidades aqui destacadas impulsionam um movimento contra-hegemônico, porque operam com práticas democráticas, que envolvem partilha de poder e inclusão de todos os segmentos que integram um coletivo, construindo relações horizontais de cooperação e de promoção de equidade nas diferenças, sem qualquer traço de hierarquia.

Antes, porém, de aprofundarmos a análise da capacidade da metodologia circular para impulsionar práticas de democracia participativa, é oportuna a definição dos

⁴¹ O Programa Justiça Comunitária, por meio da atuação de um dos seus eixos, a articulação de redes locais, promoveu o Projeto “Retrate a sua Realidade”, para destacar que a identidade de uma comunidade vulnerabilizada deve levar em consideração, além de seus problemas, seus talentos, habilidades e recursos. Por meio do projeto, foram distribuídas máquinas fotográficas para o registro de imagens das comunidades de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga, sob as lentes dos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania. A premissa era a de que o olhar dá sentido, dá forma, dá vida, o olhar transforma! As fotos selecionadas integraram o acervo do “Retrate sua Realidade” e colaboraram para a confecção de um mapeamento social que promovesse a reflexão sobre a necessidade de articulação de uma rede de cidadania capaz de construir uma comunidade mais justa e solidária. O objetivo dessa publicação era desenvolver, com os Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, um retrato de como a comunidade é percebida e como viabilizar redes solidárias de transformação no território em que se vive. Esse catálogo demonstra o cotidiano de histórias diversas. Traz a rua, a quadra, a praça abandonada ou transformada; faz uma visita ao passado e ao contemporâneo; aponta o descaso e a conquista; enfim, retrata o cotidiano de uma comunidade em movimento. Um retrato da vida tal como ela é, mas com projeção de um futuro ansiado. Um retrato da realidade e de suas possibilidades de transformação. Cf. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Justiça Comunitária. *Projeto Retrate sua realidade*. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/justica-comunitaria/publicacoes/arquivos/Retrate_sua_Realidade.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

contornos dos Círculos, para sua melhor compreensão. Após a apresentação de seus elementos estruturais, serão descritas as etapas do processo circular que serviram de ponto de partida para o desenho elaborado especialmente para esta pesquisa, conforme será ilustrado no capítulo 7.

Para o objetivo deste trabalho, destacaremos os seguintes elementos estruturais: formato circular; facilitador; cerimônia de abertura e de encerramento; objeto da fala; valores compartilhados; diretrizes; contação de histórias e decisão consensuada.

Conforme se verá, cada um desses elementos colabora para que o processo circular vá muito além de um encontro comunitário para a prática racional do diálogo. Como não são assépticos, os Círculos são capazes de acolher, generosamente, a emergência de eventuais emoções, as quais se comunicam com os valores, crenças, interesses, ideias e leituras do mundo, todos valiosos para o processo circular.⁴²

2.2.2 Elementos Estruturais dos Círculos

- *Formato circular*: convida todos os participantes à conexão. É um meio horizontal, sem vértice ou “cabeça”, para estabelecer comunhão e proporcionar igualdade e completude nas diferenças. Essa geometria, que nos remete à expressão “ninguém solta a mão de ninguém”, permite que todos os participantes se vejam e percebam como a fala de cada um afeta o comportamento dos demais. No centro do Círculo, sugere-se a colocação de um tapete redondo e colorido com plantas, flores, algumas tiras de papel com os valores que serão partilhados pelo grupo, um sino para marcar o início dos trabalhos e estimular a concentração e algumas peças a serem utilizadas como objeto de fala.
- *Facilitador*: é um participante assim como os demais. Embora planeje a dinâmica circular e formule as perguntas, o facilitador participa dos diálogos em condições de igualdade com os demais, de sorte que não lhe cabe tentar controlar o resultado do processo. Como os integrantes dos Círculos são responsáveis por aquilo que

⁴² Celia Passos sustenta que “há uma estrutura nos Processos Circulares que pressupõe a existência de elementos essenciais e estruturais do Círculo sem os quais os Círculos se desnaturam, perdem suas características e então não se pode falar em Processo Circular”. A autora destaca “cinco elementos considerados estruturais, que lhe são inerentes e o integram e cujas bases estão nos ensinamentos e valores ancestrais, ressurgidos na província de Yukon, no Canadá: as cerimônias de abertura e encerramento, os referenciais (valores, orientações e regras), o bastão de fala, o facilitador e a decisão por consenso” (Passos, 2019, p. 165).

decidem, o facilitador não pode chegar ao Círculo com uma ideia predeterminada, para resolver a questão para a qual o Círculo foi mobilizado. A propósito, a utilização do bastão de fala e a escolha coletiva dos valores e das diretrizes do processo são mecanismos que proporcionam o esvaziamento do exercício de poder pelo facilitador. Passos (2019, p. 111-112) destaca que o facilitador “é orientado pela busca da coesão e não estabelece controle sobre as pessoas, sobre o processo e tampouco sobre a decisão. É um participante também. Pode e deve se expressar”.

- *Abertura e encerramento*: Não se trata de aprisionar o Círculo em uma liturgia artificial, mas de pontuar o momento em que as pessoas vão se expressar e se escutar, acessando seus acervos cognitivos, psíquicos e emocionais. E, para se conectar a essas dimensões, é preciso acalmar a mente da agitação do mundo exterior.⁴³ A depender do perfil do grupo, pode-se utilizar um exercício de respiração, relaxamento corporal, escuta de uma música ou leitura de um poema. O soar de um sino é uma forma delicada de anunciar o início do processo, que é seguido de um agradecimento à presença de todos e uma breve exposição para esclarecer o propósito daquele encontro circular. No momento do encerramento, solicita-se que as pessoas partilhem como foi a vivência do Círculo, o que pensaram, como se sentiram e como saem da experiência.
- *Objeto da fala*: é qualquer peça que o facilitador ou os participantes levam para assegurar que cada um se expresse sem interrupções. Para tanto, o facilitador propõe que a pessoa que porte a peça escolhida como *objeto da fala* em suas mãos tenha a palavra assegurada. Ao fim da fala, o objeto vai passando para a pessoa que estiver ao seu lado, sem “pular” ninguém. O integrante que eventualmente não queira se manifestar, passa o objeto para o próximo ao seu lado, oferecendo seu silêncio ao grupo, o qual deverá ser respeitado. Como a sequência das falas segue a ordem em que as pessoas estão sentadas, o *objeto da fala* também se revela objeto de escuta, porque neutraliza a ansiedade de intervir na fala do outro quando se discorda, ou quando se lembra de algo interessante ao debate. Enquanto a

⁴³ Para Passos (2019, p. 79-80), as cerimônias – rituais – de abertura e de encerramento são utilizadas para marcar o tempo-espço diferenciado que o Círculo possibilita. São marcos de momentos em que cada participante se sente convidado, autorizado ou até mesmo seguro para retirar os filtros e máscaras utilizados para se colocar no mundo e se relacionar com os demais e a voltar a atenção para o espaço cotidiano após o Círculo”.

pessoa aguarda seu momento de falar, ela vai acrescentando outras perspectivas à sua própria opinião, o que pode flexibilizar posições eventualmente rígidas. É um jeito menos ansioso de escutar o outro, que foca na riqueza das diferenças e das convergências. Na contramão da cultura de imposição unilateral de ideias, aprender a escutar diferentes perspectivas reforça o protagonismo das nossas convicções. A circularidade com que o *objeto da fala* se move estimula a autogestão do grupo, porque retira do facilitador o controle das manifestações. Além disso, horizontaliza o diálogo, porque impede o monopólio de fala dos participantes vocacionados para a oratória, além de encorajar os tímidos.⁴⁴ Segundo Passos (2019, p. 88), o bastão da fala “produz o deslocamento de um lugar de poder, que poderia ser exercido pelo facilitador – lugar do especialista – para um lugar de poder compartilhado, de conhecimento e de reconhecimento da sabedoria existente em cada um”.

- *Valores compartilhados*: cada integrante propõe um valor a reger o processo circular, identificando em que momento de sua vida esse valor foi importante. O participante é estimulado a dizer como gostaria de ser tratado no coletivo, a partir de experiências anteriores, sejam elas positivas ou negativas. Para que os valores apresentados estejam ao alcance visual de todos durante todo o processo circular, o facilitador pode disponibilizar tiras de papel em que cada participante possa escrever o valor – tais como, honestidade, confiança, humildade, paciência, coragem, compromisso – que o representa naquele momento.⁴⁵ Os valores funcionam como guia para que os participantes sejam autorizados a questionar se determinada intervenção ou decisão do grupo está ou não de acordo com os valores partilhados.⁴⁶

⁴⁴Conforme será ilustrado no Capítulo 7, em que se apresenta o roteiro dos Círculos desenhado para este trabalho, as participantes, não raro, assim se expressavam: “eu, que sou tão tímida, me libertei com essa pedra! Eu preciso dela para me expressar!”. Oportuno esclarecer que o objeto de fala utilizado nesta pesquisa foi uma pedra em formato de coração.

⁴⁵ No Capítulo 7, veremos que, para a escolha dos valores, utilizei a “Dinâmica da Ilha Deserta” para que cada participante pudesse eleger um valor que expressasse o melhor de si, a partir da reflexão sobre suas necessidades.

⁴⁶ Na experiência de campo, houve a eclosão de um conflito entre duas participantes dos Círculos, o que me levou a suspender os trabalhos para conduzir o grupo à reflexão sobre a melhor maneira de lidarmos com o episódio, sobretudo porque estávamos exaustas, finalizando o trabalho após três horas de Círculo. Todas expressaram o desejo de que ambas se submetessem a uma sessão de mediação, mas não dispúnhamos de tempo para isso. Resgatando os valores que haviam sido escolhidos, pedi que cada uma delas se reportasse à outra utilizando a estrutura da comunicação não violenta – C.N.V. Conforme se verá no Capítulo 7 deste trabalho, a estrutura da C.N.V. contempla quatro fases: a exposição de um fato (sem

- *Diretrizes*: são as regras do jogo. Como queremos que o trabalho aconteça, sem grandes dificuldades? Como lidaremos com atrasos, celulares ligados e conversas paralelas? Como atender à necessidade de uma pausa para tomar água e ir ao banheiro? Como podemos manter nosso espaço seguro para gerar confiança? Como podemos nos comprometer com a confidencialidade? É muito importante que as regras sejam criadas conjuntamente e não impostas pelo facilitador. Em primeiro lugar, porque o facilitador é também um participante, sem poder de comando. Em segundo, porque, quando regras são partilhadas e o grupo se perde na indisciplina ou na desorganização, o facilitador pode propor uma pausa para que o grupo reflita se o trabalho está se desenvolvendo de acordo com as diretrizes e valores escolhidos e, se negativo, o que fazer: pensar em novas diretrizes ou fazer algo diferente. Nesse caso, é interessante que as diretrizes fiquem expostas ao alcance de todos, como, por exemplo, em um *flip chart*.
- *Contação de histórias*: faz com que as dimensões humanas – intelectual, física, psíquica, emocional, mítica, política, entre outras – apresentem-se de forma integrada. Quando contamos nossas histórias, nos humanizamos perante o outro, porque compartilhamos a matéria-prima comum da nossa humanidade. Os estereótipos são rompidos e a comunicação flui com mais facilidade. A contação de histórias de experiências pessoais permite que cada participante se apresente como ser humano, sem títulos ou cargos.⁴⁷ Apesar de diferentes, as histórias partilhadas guardam pertinência temática e conexão com o objeto em debate, porque cada um apresenta sua posição em relação à questão, revelando seus anseios, medos, preocupações e expectativas. Antes de qualquer tomada de decisão, se for o caso, é essencial que os integrantes tenham oportunidade de construção de relações entre si. A contação das próprias histórias é uma maneira de iniciar a leitura do mundo e da realidade codificados, para depois descodificá-los, tal qual nos ensinou Paulo Freire.

julgamento); seguida da partilha do sentimento que o fato gerou; a indicação da necessidade que deixou de ser atendida e que gerou o sentimento; finalizada com um pedido específico formulado à outra pessoa, com vistas à transformação do conflito. Embora nesse caso não tenha havido uma transformação do conflito, as participantes – que, inicialmente, queriam deixar o grupo em razão do episódio – permaneceram até o fim e mantiveram o respeito mútuo.

⁴⁷ Conforme será descrito no Capítulo 7, muitas das histórias partilhadas por mim estavam relacionadas à minha experiência como juíza, o que fez com que eu não omitisse essa condição, no momento em que me apresentei, ao final do primeiro Círculo. Como eu não exercia qualquer jurisdição no Rio de Janeiro, a minha profissão, que poderia ensejar algum tipo de exercício de poder simbólico, ficou em segundo plano.

- *Decisão consensuada*: as decisões que eventualmente sejam tomadas derivam de consenso, jamais da vontade da maioria por votação. Isso, claro, não significa que todas as necessidades serão atendidas, mas a decisão a que se chega deve expressar o que é factível, sem desatender a ninguém completamente. Sob circunstâncias específicas, busca-se o melhor resultado possível. Esse elemento é valioso, porque compromete os integrantes do coletivo a buscarem, com criatividade e respeito, uma solução que não derive do padrão adversarial, pelo qual se uma posição ganha, a outra, necessariamente, deverá perder. Pensar em saídas que extrapolem à lógica binária é um aprendizado para a inclusão de todas as vozes.

A seguir, serão descritas as etapas que integram um processo circular completo. Não se trata de um receituário, mas de uma exposição prática da sequência de suas fases, a ilustrar sua adequação aos princípios e valores estruturantes dos Círculos.

2.2.3. Etapas dos Círculos

1. Escolha da modalidade do Círculo, a partir da definição do seu propósito. A depender do seu objetivo, é possível o planejamento de vários encontros circulares, com datas e horários predeterminados;
2. Local. Qualquer espaço comunitário em que se pretende impulsionar práticas de democracia participativa;
3. Preparação: convidar as pessoas e preparar o material. Essa etapa é de extrema importância porque a escolha dos participantes segue o critério de quais vozes devem ser ouvidas;
4. Instalação do Círculo em um espaço fisicamente adequado: sem barulho; sem possibilidades de interrupção; arejado e amplo o suficiente para que os assentos estejam em círculo, ao redor do tapete central;
5. Previsão de uma *pausa coletiva* para um lanche, um café e conversas informais;
6. Abertura: o facilitador apresenta os principais elementos – tapete, *objeto da fala*, sino –, os objetivos do Círculo em geral e o propósito daquele Círculo específico;
7. Apresentação dos participantes: quem são e quais interesses e expectativas em relação ao tema a ser discutido. Se o objetivo do Círculo for algo relacionado a

uma comunidade específica, é interessante pedir que cada um se apresente no contexto de sua comunidade.

8. Valores e diretrizes. Utiliza-se uma dinâmica para a reflexão sobre os valores e para a escolha das diretrizes, conforme já descrito acima.
9. Início das perguntas facilitadoras: conforme os participantes vão trazendo informações, cabe ao facilitador fazer pequenos resumos para checagem em relação ao entendimento do que foi dito para, em seguida, formular novas questões.
10. Encerramento: o facilitador agradece a disponibilidade e pergunta como os participantes se sentiram. O coroamento final pode ser marcado pela arte – poema,⁴⁸ música ou o oferecimento de uma palavra que traduza a vivência. Esse momento é oportuno para a renovação do compromisso de participação nos próximos Círculos, se for o caso.

Uma última observação em relação à prática circular: o manejo do tempo nos Círculos não é tarefa fácil. Por um lado, é importante que todos os participantes possam se expressar, sobretudo porque os Círculos têm por objetivo a escuta de vozes em geral silenciadas, sob novos arranjos de diálogo. Como espaço de escuta, os Círculos permitem a convivência da pluralidade de perspectivas, a complementariedade de histórias incompletas. Quando a comunidade ouve a própria voz, ela abre oportunidade para confiar nos seus próprios recursos, abrindo novos caminhos para a resolução de problemas e para desenhar o futuro que se almeja, muito além das divergências.

No entanto, a falta de limites pode provocar a inviabilidade dos Círculos, em razão da evasão de participantes menos disponíveis. Esse é um problema que precisa ser partilhado com os integrantes, para que se pensem formas cuidadosas de sinalização, quando alguma fala monopolizar os trabalhos, sem que seja necessária a clássica fórmula de cronometrar o tempo para cada participante. Isso porque, não raro, alguma emoção

⁴⁸ Como ilustração, trago o texto que utilizei no encerramento de um dos encontros circulares promovidos para esta pesquisa e que causou muita emoção em todas as participantes: “Todo ser tem uma música, que é parte da rede de sons e luzes que sustentam este planeta inteiro e em funcionamento. Baleias, árvores e humanos têm uma música. Quando humanos aparecem com os seus corações, a Terra começa a funcionar como o coração do centro do Universo. Quando interagimos amorosamente, com compaixão, confiança e respeito, nós estamos cantando uma música, que pode não ser ouvida pelos ouvidos humanos, mas é a harmonia que faz este planeta funcionar” (BALL, CALDWELL e PRANIS, 2010, p. 80).

pode eclodir juntamente com a fala, e não há qualquer sentido em castrar a espontaneidade do sentimento com a frieza de um despertador.

Os traços que configuram os processos circulares adotados como referência neste trabalho – suas principais modalidades; seus elementos estruturais; suas etapas essenciais – revelam o seu potencial para o desenvolvimento de práticas democráticas em duas esferas: política e social.

Na esfera política, a experiência circular ensina que uma metodologia horizontal, sem hierarquias e sem punição, pode ser eficiente do ponto de vista organizacional para a elaboração de projetos políticos comuns. Isso porque nos Círculos é possível desenvolver habilidades para uma comunicação que implica escuta respeitosa, ainda que não haja concordância. Nesse sentido, o foco do diálogo não é a competição de interesses, nem as divergências das posições, mas as necessidades que os motivam, e, para que haja projeto comum, é preciso um esforço para que as necessidades de todos os envolvidos sejam ouvidas e atendidas.

Os Círculos ressurgem como uma alternativa de comunicação ao modelo de reunião contemporâneo, hierarquizado, que reflete posicionamentos competitivos e expressa a cultura de dominação em que vivemos, onde o poder e o controle estão quase sempre presentes e servem como estímulos constantes para os conflitos e a violência nas mais variadas formas. (PASSOS, 2010, p. 10)

Portanto, o potencial transformador dos Círculos está no fato de que as diferentes posições são traduzidas como preocupações e necessidades de cada participante. Quando há um compromisso do coletivo em buscar soluções consensuadas que não desatendam a necessidade de ninguém, a rigidez das posições individuais é flexibilizada. Transformar conflitos não é ignorar as divergências, mas engajar as diferenças em favor de um projeto plural, criativo e, nesse sentido, mais sustentável.

Ainda na arena política, os Círculos veiculam uma metodologia que fomenta a prática da democracia direta porque pode incluir todos os segmentos interessados nos debates relacionados às políticas públicas. Eventuais projetos extraídos de um debate participativo e representativo terão mais legitimidade e maior facilidade de implementação, porque resultam da vontade livre e sem coerção expressa por todos os interessados.

Na esfera das relações sociais, a conexão entre pessoas diferentes, cada qual acessando suas diversas dimensões – cognitiva, emocional, política – constitui matéria-

prima para a construção de novas sociabilidades, por meio da desconstrução do individualismo; da rigidez em relação às diferenças; do julgamento; da competição; da exclusão; e da indiferença com a dor do outro.

Essa conexão nos remete ao conceito de *ubuntu*, derivado da cosmovisão das tradições africanas segundo a qual o indivíduo só existe em relação ao coletivo, tal qual o provérbio nguni “Umuntu Ngumuntu Ngabantu” – “eu sou porque nós somos e nós somos porque eu sou” (Davis, 2023, p. 27). Para Fania Davis, *ubuntu* invoca a dialética de opostos, unindo o individual e a comunidade em uma rede de conexão e corresponsabilidade.

Assim, além da ruptura política com o padrão autocrático das organizações sociais, ao educar seus participantes a praticarem o diálogo da igualdade na diversidade, os Círculos podem colaborar para a emergência do *ethos* dos povos tradicionais, pelo qual “tudo no Universo está ligado, sendo impossível isolar e agir sobre algo sem atingir todo o resto” (PRANIS, 2010, p. 41). Ao promover a integração de diferentes saberes e histórias de vida, a arquitetura dos Círculos cria uma rede de inclusão, pertencimento e cuidado mútuo, sem a qual não se constrói comunidade.

Portanto, o padrão autocrático, punitivista e terceirizador, reproduzido hegemonicamente nas e pelas organizações sociais e institucionais e responsável por uma democracia deficitária, é confrontado pela metodologia circular, que se organiza para a promoção da igualdade e da cooperação. Círculos são capazes de prenunciar o futuro ansiado, por meio de projetos coletivos que integram visões e interesses compartilhados. E, quando indivíduos são convidados a refletir sobre suas necessidades, a se mobilizar para assegurar que elas sejam atendidas e a se relacionar cooperativamente nas suas diferenças, inicia-se um ciclo virtuoso no qual a comunidade se coloca como protagonista na formulação de projetos emancipadores capazes de impulsionar a construção da democracia participativa.

Conforme veremos a seguir, a questão que ensejou a iniciativa deste estudo, apresentada no capítulo anterior, trata dos riscos de os meios autocompositivos de solução de conflitos violentos ecoarem padrões de dominação hegemônicos. Apesar de potencialmente emancipatórias, a Mediação e a Justiça Restaurativa ostentam limitações para a superação das hierarquias de poder dominantes.

Sendo assim, a pergunta que deve ser feita nesse momento é: ora, se a mediação e as práticas restaurativas também são horizontais e dialógicas, como assegurar que o resultado dos Círculos Comunitários não reproduza as violências estruturais e simbólicas? É possível que uma metodologia cooperativa seja capaz de transformar padrões sistêmicos e relacionais para que deixem de normalizar as desigualdades e alimentar as violências?

Pretendo responder a essa indagação no momento em que os Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) forem apresentados no Capítulo 7 deste trabalho. No entanto, como a leitura crítica em relação às limitações dos meios autocompositivos para o enfrentamento das violências estruturais e culturais é também objeto da Justiça Transformativa, é oportuno que suas diretrizes sejam apresentadas em unidade própria, conforme se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

JUSTIÇA TRANSFORMATIVA

Conforme veremos neste capítulo, a emergência de sistemas informais de resolução de conflitos, *desjudicializando* a gestão dos litígios e flexibilizando o monopólio estatal no âmbito da justiça, é fenômeno que enseja interpretações sob diferentes perspectivas políticas.

De um lado, é lido criticamente como um meio de o Estado conter e controlar as lutas por direitos, *docilizando* os cidadãos e domesticando as contradições e opressões que têm natureza intrinsecamente pública.⁴⁹ Além disso, as críticas alertam para o risco de que a romantização da comunidade, como espaço de harmonia e pacificação, potencializa as violências reproduzidas em suas arenas.⁵⁰

De outro, a esfera comunitária é reverenciada como um espaço legítimo para a prática da justiça popular, sobretudo diante da crise de legitimidade do Sistema Formal de Justiça. Sob essa perspectiva, as organizações comunitárias devem gerir seus conflitos, enfatizando a sua transformação social, em vez de focar no alcance do acordo.⁵¹

O que se pretende sustentar, aqui, é que as modalidades de gestão de conflitos operadas fora do padrão adversarial e desenhadas para a prática da cooperação nos espaços comunitários podem assumir contornos mais ou menos emancipatórios, a depender do compromisso firmado com a democracia participativa, com a educação política e com o protagonismo popular na adoção de estratégias para a transformação das violências, a distribuição de poder e o enfrentamento das estruturas de exclusão e de hierarquias.

Após breve análise de algumas dessas modalidades, este capítulo pretende demonstrar que a Justiça Transformativa oferece um conjunto de elementos que, acomodados sob diferentes arranjos, pode colaborar no processo de construção de paz associada a uma justiça democrática e participativa, voltada para a transformação das diversas expressões da violência.

⁴⁹ Cf. Pavlich, 2005 *apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 171.

⁵⁰ Para um breve panorama das críticas aos sistemas informais de gestão de conflitos, ver FOLEY, 2010, p. 89-93.

⁵¹ Sobre isso, ver FOLEY, 2010, p. 95-99.

3.1 PERSPECTIVAS CRÍTICAS DAS PRÁTICAS INFORMAIS DE GESTÃO DE CONFLITOS

Os críticos da justiça informal operada nas esferas comunitárias nos anos 1960-1970 nos Estados Unidos⁵² afirmam que suas práticas foram concebidas como um meio de assegurar o controle estatal para neutralizar o potencial transformador das lutas sociais de promoção dos direitos civis e contraculturais.

Em tempos mais recentes, desde o final do século XX, a globalização da economia vem substituindo a regulação do Estado de bem-estar social por um capitalismo desregulado, voltado à livre movimentação do capital e à maximização do lucro. Nesse contexto, a eclosão e consolidação de novos e variados mecanismos de resolução de conflitos, pautados na lógica da conciliação de interesses, revelaram-se úteis ao patrocínio do *ethos* neoliberal⁵³ individualista, para transferir a gestão dos conflitos e das violências para os indivíduos.⁵⁴ E, para que essa descentralização das responsabilidades estatais para atores privados fosse viável, foi preciso valorizar as políticas de justiça e policiamento comunitários, a partir da instrumentalização do empoderamento individual e da autonomia comunitária.⁵⁵

Contudo, segundo as leituras críticas da justiça informal – nela incluídas a mediação comunitária e as práticas restaurativas, entre outras –, a despeito da exaltação das dimensões individuais e comunitárias, essas experiências não são capazes de promover autonomia e empoderamento, especialmente quando o Estado as implementa, colonizando-as e reduzindo-as a mecanismos de contenção da explosão das demandas judiciais. Também é problemático quando os serviços comunitários tentam replicar a liturgia formal e conferir uma certa áurea de autoridade na atuação dos mediadores ou facilitadores comunitários.⁵⁶

⁵² No período entre 1960-1970, emergiram, nos Estados Unidos, movimentos de luta pelo reconhecimento das identidades, em que o ativismo social foi guiado menos pela divisão de classes em relação ao sistema econômico capitalista e mais pelos grupos que sofriam discriminação, como resultado do patriarcalismo, sexismo e racismo. Sobre esse assunto, ver WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 127.

⁵³ No final dos anos 1980, a emergência do neoliberalismo, em especial sob a gestão Thatcher e Reagan, promoveu a migração do Estado de bem-estar social, responsável pela proteção estatal dos cidadãos contra danos sociais como desemprego e pobreza, para uma política de responsabilização privada pelo bem-estar dos indivíduos.

⁵⁴ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 169-170.

⁵⁵ Cf. WOOLFORD e RATNER, 2010, p. 6.

⁵⁶ Cf. MERRY e MILNER, 1995, p. 26.

Laura Nader (1995, p. 435) sustenta que as experiências de justiça popular têm compromisso com a “ideologia da harmonia” para assegurar que a elite se sinta segura. Para Peter Fitzpatrick (1995), a legalidade liberal se utiliza da justiça informal para manter sua hegemonia e evitar uma crise de legitimidade da coerção.

Pavlich (1996) afirma que o objetivo da justiça comunitária tem sido manter o *status quo* pelo expurgo do conflito na comunidade, preservando a ordem dentro da qual a lei deve operar. É o que ele denomina de “controle remoto” do Estado nas atividades da sociedade civil. Para o autor, a educação para o consenso e a individualização das disputas – ou seja, o foco na conciliação de conflitos interpessoais – inibem a formação de redes para a promoção de lutas coletivas. No mesmo passo, Abel (1981) sustenta que, ao deslocar os conflitos para o âmbito pessoal, essas iniciativas minimizam a resistência coletiva. Para Baskin (1988), a mediação comunitária reduz os conflitos sociais a problemas individuais, atribuindo os problemas estruturais a meras falhas de comunicação.

Embora pertinentes, as preocupações aqui veiculadas sobre a justiça realizada fora do âmbito estatal não inibem alguns autores – inclusive entre seus críticos, como é o caso de Pavlich – de apostar nas possibilidades emancipatórias da justiça popular, desde que suas práticas concretas sejam criticamente revistas.

3.2 POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DAS MODALIDADES INFORMAIS DE GESTÃO DE CONFLITOS

A despeito das considerações críticas que tece aos modelos comunitários de gestão dos conflitos, Pavlich reconhece que a justiça popular pode ser reinventada, caso adote um repertório capaz de trazer os conflitos para a arena política, revelando as contradições, desigualdades e injustiças que afetam as pessoas em suas relações de poder específicas. Para o autor, a justiça informal deve se aliar aos movimentos sociais para impulsionar a partilha de identidades e a compreensão das estruturas de opressão.

Em vez de individualizar as disputas, ignorar as distâncias sociais entre os disputantes e preocupar-se em profissionalizar seus mediadores, deve-se experimentar o impossível, inventar práticas de realização de justiça que ainda estão por vir, buscar a eliminação das diferenças sociais e procurar uma linguagem para as vozes que permanecem em silêncio. (Pavlich, 1996, p. 191)

Na mesma perspectiva emancipatória, Lederach e Kraybill (1995, p. 360) reconhecem que a comunidade, como um espaço onde as relações de poder afetam direta e cotidianamente a vida dos indivíduos, pode ser transformada, desde que haja empoderamento, no sentido de assegurar a participação dos indivíduos nas decisões que afetam suas vidas.

Oportuno dizer que o critério que Lederach e Kraybill utilizam para o conceito de comunidade é relacional, ou seja, trata-se de um conjunto de indivíduos que se relacionam por meio da partilha de interesses organizados em uma “comum unidade”,⁵⁷ uma visão convergente de vida e de mundo que os coloca na condição de corresponsáveis pelas escolhas sobre o futuro.

Considerando a grande dificuldade que as sociedades contemporâneas e socialmente fragmentadas têm para desenvolver confiança entre os seus membros,⁵⁸ somente quando há reciprocidade de compromissos e projetos comuns é que é possível a realização de uma justiça comunitária que não adote a coerção legal como referência regulatória. A propósito, no resgate histórico de experiências de justiça comunitária, Auerbach⁵⁹ afirma que as comunidades formadas a partir do movimento de imigração nos Estados Unidos, sobretudo no século XIX, desenvolveram regulação social com base na coesão de valores e na confiança entre seus membros. A premissa adotada era que “a lei começa onde a comunidade termina” (AUERBACH, 1983, p. 5).

Além do desenvolvimento de confiança, em razão do compromisso que emerge na formulação de projetos comuns, Lederach e Kraybill defendem que os segmentos excluídos do poder de decisão devem buscar meios de participação política para a expressão de suas vozes, porque é a desigualdade de poder que produz antagonismo e conflito: “a comunidade é construída quando as pessoas são empoderadas para buscar justiça através de sua participação” (Lederach e Kraybill, 1995, p. 360).⁶⁰

E qual deve ser a relação das experiências comunitárias com o Estado sob uma perspectiva emancipatória? Embora haja muito debate sobre a conveniência ou não de se

⁵⁷ LEDERACH e KRAYBILL, 1995, p. 359.

⁵⁸ Ver LEDERACH e KRAYBILL, 1995, p. 366.

⁵⁹ Para uma breve descrição do processo de desenvolvimento dos métodos alternativos de resolução de litígios – ou ADR, Alternative Dispute Resolution, nos Estados Unidos –, demonstrando como esse movimento de resgate da vida comunitária oscilou entre o autoritarismo religioso e a cooptação estatal dos movimentos sociais, ver FOLEY, 2010, p. 82-93, cuja análise é baseada na obra de Jerold Auerbach (1983).

⁶⁰ LEDERACH e KRAYBILL, 1995, p. 360.

articularem as práticas comunitárias à estrutura do Estado, a existência de vínculos com instituições estatais não impede, *a priori*, que as necessidades da comunidade sejam colocadas em primeiro plano e que haja questionamento crítico quanto à legitimidade de alguma norma estatal.

Como veremos ao longo deste capítulo, não é excessivo lembrar que, apesar de todo o potencial emancipatório de se abordar a violência a partir da perspectiva comunitária, é importante não romantizar a justiça da comunidade que, não raro, acolhe e reproduz práticas discriminatórias, sobretudo contra minorias, em especial as mulheres.⁶¹

Para alguns autores, como Woolford e Ratner (2010), no entanto, os riscos de reprodução de relações de opressão comunitária podem ser afastados a partir da ética do discurso de Habermas.⁶² Nas práticas dialógicas das arenas onde se reproduz a *situação ideal de fala*, o debate é livre de qualquer coerção sobre as necessidades de cada participante, possibilitando o empoderamento e a transformação política. A mediação comunitária realizada com indígenas em situação de violência envolvendo dependência de álcool, por exemplo, pode ensinar a compreensão de que tais conflitos são herança do colonialismo. E as experiências que ampliam a consciência sobre as origens das violências catalisam mudanças.⁶³

Neste capítulo, pretendo argumentar que as práticas comunitárias de gestão de conflitos – sejam as restaurativas, de mediação ou de reconciliação nas sociedades pós-conflito – podem potencializar suas capacidades emancipadoras, desde que se afastem das legítimas preocupações externadas por seus críticos. De um lado, é preciso rejeitar a cooptação estatal que busca neutralizar as lutas populares contra as injustiças, descartar o *ethos* neoliberal que utiliza o empoderamento como alavanca para o individualismo, recusar a reprodução das liturgias da justiça oficial e, ainda, refutar o patrocínio de uma “justiça de segunda classe”, cuja única finalidade é solucionar os problemas advindos da explosão de litigiosidade. De outro, porém, é essencial que a comunidade não seja

⁶¹ Cf. GREADY e ROBINS, 2014, p. 349.

⁶² Para Habermas, a base da legitimidade das normas e arranjos institucionais está apoiada em um arranjo comunicativo que busca o consenso entre todos os que serão afetados pelas consequências da deliberação política. Essa decisão deve seguir alguns pressupostos de validade, entre eles a participação equânime no debate, sem coerção, sem restrição e sem exclusão. O resultado dessa *situação ideal de fala* é o consenso racional, derivado da prevalência do melhor argumento. Cf. HABERMAS, 1997.

⁶³ Cf. WOOLFORD e RATNER 2010, p. 9-10.

idealizada, a partir do reconhecimento de que as relações de poder e de opressão inseridas nas estruturas sociais e no arcabouço ideológico que sustentam as injustiças são reproduzidas local e cotidianamente por e entre seus integrantes.

Para tanto, há que se desenvolverem mecanismos de gestão e transformação dos conflitos relacionados não somente às violências diretas, como também às suas dimensões estrutural e simbólica, tal qual almejado pela Justiça Transformativa.

Mas não só isso. Como as violências emergem em contextos permeados pela desigualdade nas relações de poder, seu enfrentamento precisa acolher todas as vozes, em um processo participativo e democrático.

Se a construção de democracia demanda distribuição de poder, eliminação das hierarquias materiais e simbólicas e promoção da inclusão e da igualdade, essas tarefas políticas não podem prescindir da participação popular. Nesse sentido, para que sejam efetivamente democráticas, todas as modalidades possíveis de gestão informal da justiça – livres para traçarem seus próprios desenhos – devem colocar suas metodologias cooperativas, dialógicas e participativas a serviço da eliminação das desigualdades e do reconhecimento das diferenças.

Conforme veremos a seguir, a Justiça Transformativa nasce exatamente da constatação de que, diante das limitações das metodologias consensuais de solução dos conflitos, é preciso desenvolver protagonismo de base comunitária para que as práticas cooperativas se articulem com a transformação das violências estruturais e simbólicas.

3.3 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

São inúmeras as formas pelas quais a Justiça Transformativa pode ser configurada. Sob algumas abordagens, esse instituto é evocado para ampliar as possibilidades de transformação das violências em sociedades pós-conflito, submetidas à Justiça de Transição,⁶⁴ muito embora seus princípios possam ser aplicados em quaisquer comunidades afetadas por violências sistêmicas e estruturais.⁶⁵ Em outras modalidades, a Justiça Transformativa se apresenta como um arcabouço crítico para superar as limitações da justiça operada fora dos padrões jurisdicionais, em especial as práticas restaurativas.

⁶⁴ Cf. HODDY e GREARY, 2020, p. 561.

⁶⁵ Ver HODDY, 2021.

Em quaisquer dessas hipóteses, a Justiça Transformativa é considerada “um projeto inacabado”,⁶⁶ um porvir: o destino ansiado de modelos de justiça que, muito embora busquem romper com a estrutura adversarial da justiça estatal, sobretudo a retributiva no campo criminal, não são radicais o suficiente para promover transformações estruturais.

Ora, se o critério aqui adotado para classificar uma prática social dentro do campo da Justiça Transformativa é a transformação da violência estrutural e simbólica, é oportuno esclarecer que tais conceitos, aqui adotados,⁶⁷ derivam da obra de Galtung. O autor norueguês distribui as dimensões da violência em uma estrutura de formato triangular que inclui: a direta, que ocorre por meio de um evento visível envolvendo a agressão entre indivíduos; a estrutural,⁶⁸ que é indireta e se expressa nas relações de dominação reproduzidas nas instituições públicas e privadas, na injustiça social e nas desigualdades de poder e de oportunidades; e a cultural,⁶⁹ que opera no nível do simbólico e do ideológico – a linguagem, a religião, a família, arte, as ciências, o direito –, justificando e legitimando as violências dos outros vértices do triângulo, ou seja, as individuais e estruturais.

Embora a violência do cotidiano seja, em geral, atribuída exclusivamente à conduta dos indivíduos, há um processo de retroalimentação entre a violência estrutural, a simbólica e a direta. E essa articulação entre as diferentes dimensões da violência implica reconhecer que não há paz sustentável sem distribuição de poder, cuja concentração sob controle das elites⁷⁰ é o principal sustentáculo da violência estrutural e simbólica.

Conforme já mencionado, a Justiça Transformativa emerge exatamente das críticas direcionadas à Justiça de Transição e à Justiça Restaurativa. Sendo assim, muito embora o presente trabalho não tenha a intenção de analisar com profundidade esses dois institutos, a compreensão dos fundamentos da Justiça Transformativa demanda que

⁶⁶ WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 2.

⁶⁷ Este trabalho irá analisar, no capítulo 5, a violência estrutural e cultural ou simbólica, cujo conteúdo integrou os Círculos Comunitários Transformativos desenvolvidos especialmente para esta pesquisa.

⁶⁸ A violência estrutural é a “limitação das potencialidades de realização humana, provocada por relações de poder, de desigualdade ou de opressão” (GALTUNG, 1969, p. 171).

⁶⁹ A violência cultural é a que se revela “em aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência, por exemplo, religião, ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica e matemática), que pode ser usada para justificar ou legitimar as violências diretas e estruturais” (GALTUNG, 1990, p. 291).

⁷⁰ Ver MOLLOY, 2022, p. 8.

ambos sejam apresentados, a partir da análise crítica de suas limitações – e de suas potencialidades – para o enfrentamento das diversas expressões da violência. É o que se expõe a seguir.

3.4 LEITURAS CRÍTICAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A Justiça de Transição é definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a articulação de processos e mecanismos para lidar com a herança de um passado de abusos em larga escala e para promover as devidas responsabilidades, a justiça e a reconciliação.⁷¹

O objetivo da justiça transicional é, portanto, a construção da paz. Por meio dela organizações internacionais, não governamentais e outros atores se utilizam de processos judiciais, comissões da verdade, reformas institucionais, anistias, reparações e reconciliação, para lidar com um passado de violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos.⁷²

Como os instrumentos e estratégias da Justiça de Transição são aplicados em contextos em que a paz não está consolidada e os perpetradores eventualmente ainda controlam mecanismos de poder, as dificuldades para viabilizar essa reconstrução são significativas. Além dos obstáculos circunstanciais, contudo, há autores que avaliam que a efetividade da Justiça de Transição requer a ampliação dos seus mecanismos de atuação.

O contexto no qual os conflitos armados surgem e se consolidam está permeado por uma combinação de fatores relacionados à pobreza, exclusão e ausência de coesão social. Nesse sentido, todo o esforço de construção de uma paz sustentável, que previna futuros conflitos, não pode deixar de abordar os direitos socioeconômicos. A transformação do futuro – sem limitar o foco exclusivamente na restauração do passado – demanda ações de justiça distributiva articulada às arenas econômicas e políticas.⁷³

⁷¹ Cf. UN, 2004: *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies: report of the Secretary-General*, S/2004/616, par. 8.

⁷² Cf. ZYL, 2009; GREADY e ROBINS, 2014, p. 340.

⁷³ GREADY e ROBINS, 2014, p. 348.

A crítica frequentemente atribuída à Justiça de Transição é exatamente a sua incapacidade de investigar desigualdades estruturais que sustentam a pobreza e de atribuir responsabilidades pelas violações de direitos sociais e econômicos.⁷⁴

Isso porque um dos problemas da Justiça de Transição é oferecer um conjunto limitado de instrumentos – processo judicial, comissão da verdade, reformas institucionais, anistia e reparação – moldados para remediar violações de direitos civis e políticos, deixando à margem as questões de natureza social e coletiva relacionadas às identidades e à cultura.⁷⁵

Gready e Robins (2014) sustentam que o foco na reparação como forma de compensar as violações sofridas não é suficiente para o enfrentamento das desigualdades estruturais subjacentes aos conflitos. A indenização em sociedades tão profundamente desiguais pode conduzir que o pobre, quando (e se) devidamente compensado, retorne à pobreza, caso não haja transformações sociais. Portanto, muito embora necessária, a reparação não pode substituir o desenvolvimento.⁷⁶ Para os autores, o mesmo ocorre na comissão de verdade, espaço em que a vítima é encorajada a falar sobre os fatos em apuração, para depois retornar ao seu estado de silenciamento.

Como a Justiça de Transição opera com o paradigma liberal da paz, com ênfase nas eleições e no livre mercado, nenhum desses parâmetros, por si só, é capaz de responder às necessidades relacionadas ao bem-estar dos cidadãos.⁷⁷ Para que a Justiça de Transição trate das causas, e não somente dos sintomas dos conflitos, cinco obstáculos de natureza estrutural precisam ser abordados: a pobreza e a desigualdade; a degradação ambiental; a violência política, social e criminal; a fragilidade dos Estados; e a marginalização de mulheres e crianças.⁷⁸

É preciso, pois, adotar uma abordagem holística pela qual os direitos humanos sejam considerados indivisíveis, sem limitar o foco exclusivamente ao âmbito da violência direta e interpessoal.⁷⁹

⁷⁴ *Ibid.*, p. 346.

⁷⁵ Cf. EVANS, 2016, p. 4.

⁷⁶ Ver GREADY e ROBINS, 2014, p. 347.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 341.

⁷⁸ Cf. GREADY, BOESTEN, CRAWFORD e WILDING, 2010.

⁷⁹ Ver EVANS, 2016, p. 4.

Nesse sentido, a Justiça de Transição não deve adotar a dicotomia justiça de um lado e paz de outro, negligenciando as ações que contemplem políticas sociais e econômicas para a promoção da justiça social. Não há paz sem justiça social. E, ainda, se a violência emerge em um contexto de desigualdades sociais que precisa ser transformado, a Justiça de Transição deve priorizar a criação de instituições de base e a articulação com movimentos sociais, para que o protagonismo nesse processo não seja das elites locais ou da rede internacional.⁸⁰

A despeito das críticas de que a Justiça Transformativa não é clara em relação aos seus contornos e tampouco define soluções para atingir seus objetivos,⁸¹ este trabalho se alinha com a perspectiva de que os seus fundamentos podem colaborar para delinear novos traços para a justiça transicional.

Conforme veremos no tópico a seguir, é preciso articular as ferramentas da Justiça de Transição com os movimentos de base locais para patrocinar as transformações necessárias, o que inclui o enfrentamento das violências impregnadas nas relações de poder estabelecidas em tempos de paz.⁸² E essa é uma tarefa com a qual a Justiça Transformativa se dispõe a colaborar.

3.5 ARTICULAÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO COM A JUSTIÇA TRANSFORMATIVA

Alguns autores sustentam que a Justiça Transformativa não pode integrar a Justiça de Transição porque seus instrumentos são diferentes. Enquanto a Justiça de Transição opera em ações focadas nos direitos civis e políticos emanados “de cima”, a Justiça Transformativa implica ações fora da lógica legalista, pelas quais as comunidades participam da análise dos elementos estruturais da violência e do desenho das transformações pretendidas.⁸³

⁸⁰ GREADY e ROBINS, 2019, p. 33 e 35.

⁸¹ McAuliffe (*apud* MOLLOY, 2022, p. 7) entende que a Justiça Transformativa é definida não por aquilo que é, mas por aquilo que não é. No mesmo sentido, McGill (*apud* MOLLOY, 2022, p. 7) sustenta que a Justiça Transformativa diagnostica os problemas da justiça de transição, mas não indica as soluções.

⁸² As críticas feministas à justiça de transição afirmam que a distinção entre o público e o privado despolitiza o doméstico. Não se pode reduzir a mulher ao dano, afastando o foco nas relações de poder que levam à violência. A violência física em tempos de conflito é intimamente ligada à cultura que limita os direitos da mulher em tempos de paz. Cf. GREADY e ROBINS 2019, p. 47.

⁸³ EVANS, 2016, p. 8.

Para Gready (2019), porém, a Justiça Transformativa é um “guarda-chuva” do campo da construção da paz e da transformação de conflitos, cujos princípios podem ser aplicados em qualquer lugar e tempo para lidar com problemas que envolvam violência estrutural. A Justiça Transformativa deve ser traduzida em práticas sociais que pulsem com a comunidade e que busquem reformar radicalmente a política local.

Para os que defendem ser possível promover a Justiça Transformativa no âmbito da Justiça de Transição,⁸⁴ há um núcleo de princípios que devem ser considerados:

- Dar ênfase às agências e recursos locais;
- Priorizar o processo, em vez de resultados;
- Enfrentar o passado violento para entender o presente e projetar futuro;
- Desafiar a desigualdade de poder nas relações e nas estruturas de exclusão nos níveis local e global.

Para ser transformadora, pois, a Justiça de Transição deve mobilizar as pessoas e as comunidades para a construção de uma justiça local, que atenda a suas necessidades, assegure seus direitos e respeite seus costumes. Para isso, é preciso identificar os atores das organizações de base – movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entre outros – que tenham potencial para promover mobilização e conscientização.⁸⁵ Mas não é só.

Uma das preocupações da Justiça Transformativa, no âmbito transicional, deve ser o enfrentamento das violências estruturais e sistêmicas que preexistiam ao período autoritário. Sendo assim, em situações de violência de gênero, por exemplo, é preciso levar em consideração que, se é verdade que a responsabilização criminal e individual dos perpetradores não é suficiente; tampouco o será a atuação da Justiça Restaurativa limitada aos diretamente envolvidos na violência. Para ser transformadora, “a justiça de gênero demanda subverter as crenças nas sociedades em que as estruturas e atitudes patriarcais persistem” (HODY e GREARY, 2020, p. 565. Daí porque a Justiça Transformativa deve contemplar decisões que emanem de processos participativos e que possam provocar transformações políticas e culturais que confrontem o patriarcado.

⁸⁴ Ver GREARY, 2019, p. 27.

⁸⁵ Cf. GREARY e ROBINS, p. 958. Os autores alertam, porém, que não há a suposição de que as organizações da sociedade civil são progressistas ou incívicas, porquanto os contextos de transição são sempre plurais e desiguais e não expressam o tipo ideal de esfera pública.

Portanto, ao contrário da Justiça de Transição, cuja regulação “vem de cima”, o *ethos* da Justiça Transformativa requer o protagonismo da sociedade, para que seja possível o atendimento das necessidades, do ponto de vista de seus integrantes, assim como sua participação direta na transformação das violências simbólicas e estruturais.

Para exemplificar, a restituição de terras ocorrida no pós-apartheid da África do Sul não se debruçou sobre a necessária redistribuição fundiária. Uma abordagem transformativa, além da reparação, demandaria a elaboração de uma política de justo acesso às terras e à moradia, como é o caso de um processo de reforma agrária.⁸⁶

Nesse sentido, a Justiça Transformativa direciona sua atenção para a esfera comunitária, enfatizando a sua participação, o seu empoderamento e a sua transformação. O foco legal operado pelo Estado e pelas instituições migra para a arena social e política mais próxima do cotidiano das comunidades. Mas isso não significa afirmar que o Estado não possa estar presente no processo de transformação individual e comunitária, desde que descolonize sua relação com as comunidades.⁸⁷

É de se notar que, como não está limitada às cortes, nem às comissões da verdade, a Justiça Transformativa disponibiliza para o contexto transicional uma série de instrumentos políticos de criação de novos espaços de justiça, novos programas de educação popular e novas formas de participação política, como parte do projeto de conscientização de Paulo Freire.⁸⁸

Assim, ao lado das experiências de reconciliação, a Justiça de Transição pode ser transformativa se operar com mecanismos de resistência, por exemplo, a determinados modelos econômicos que perpetuam as desigualdades. E essa participação mobilizada em demandas coletivas acontece nas “novas arenas democráticas” híbridas e plurais, onde se possa praticar a “política subalterna de resistência dos marginalizados” (GREADY e ROBINS, 2019, p. 53).

Conforme veremos adiante, seja no âmbito da Justiça de Transição ou das práticas restaurativas, o papel da Justiça Transformativa é a construção de uma paz sustentável e positiva,⁸⁹ que implica redistribuição do poder político, já que a sua concentração é,

⁸⁶ Cf. EVANS, 2016, p. 11.

⁸⁷ Cf. GREADY, 2019, p. 19.

⁸⁸ Cf. GREADY e ROBINS, 2019, p. 52.

⁸⁹ Cf. MOLLOY, 2022, p. 21.

conforme já mencionado acima, um dos aspectos da violência estrutural. Antes da análise de seus fundamentos, porém, é oportuno apresentar as bases da Justiça Restaurativa, cujas limitações e potencialidades, tal qual diagnosticado na Justiça de Transição, também recomendam uma articulação com a Justiça Transformativa.

3.6 JUSTIÇA RESTAURATIVA

Não é o propósito deste trabalho promover uma análise, com a profundidade que o tema merece, sobre a Justiça Restaurativa e suas inúmeras modalidades. No entanto, a apresentação de seus elementos centrais, com suas potencialidades e suas limitações, é essencial para que avancemos no enfrentamento da pergunta formulada no Capítulo 1 desta tese: “quais são as práticas sociais, culturais, econômicas e políticas potencialmente adequadas para impulsionar que as comunidades socioeconomicamente vulnerabilizadas sejam protagonistas no processo de identificação e transformação de suas violências estruturais e simbólicas, sob uma perspectiva emancipatória?”.

É preciso reiterar que a questão que ensejou essa pergunta está relacionada ao fato de que, a despeito das características potencialmente emancipatórias das práticas restaurativas, de conciliação e de mediação, essas metodologias ostentam limitações para a superação das hierarquias de poder dominantes, porque correm o risco de ecoar padrões de dominação hegemônicos. Em outras palavras, há que se questionar: essas práticas, reconhecidamente dialógicas e cooperativas, são capazes de transformar padrões sistêmicos e relacionais que normalizam as desigualdades e alimentam as violências, ou é preciso avançar na radicalidade do desenho de metodologias direcionadas a transformar as expressões das violências estruturais e simbólicas, tal qual ansiado pela Justiça Transformativa?

Conforme já mencionado, considerando que os princípios nucleares da Justiça Transformativa são delineados a partir da leitura crítica da Justiça de Transição e da Justiça Restaurativa, expõe-se a seguir, as linhas principais desta última, iniciando-se por um breve resgate de suas origens e dos contextos nos quais o instituto se desenvolveu.

3.6.1 Origens da Justiça Restaurativa

A origem remonta às tradições indígenas nas Américas, África e Ásia, cujo denominador comum é o princípio comunitário conhecido como *ubuntu*, traduzido por

“uma pessoa é uma pessoa através de seus relacionamentos”, e que expressa uma das dimensões da cosmovisão indígena que enfatiza a justiça como conexão e corresponsabilidade entre indivíduos que se unem em uma teia de relações recíprocas de cuidado e atenção. “Nem tirania da comunidade, nem individualismo extremo, *ubuntu* invoca uma unidade dialética de opostos” (DAVIS, 2022, p. 28).

No contexto ocidental, uma convergência de fatores ensejou o interesse pela adoção dos princípios restaurativos, inerentes às tradições indígenas, dentro e fora dos sistemas de justiça. No cenário estadunidense, por exemplo, as lutas pelos direitos civis dos anos 1960 impulsionaram experiências de justiça comunitária com fundamento no empoderamento e na autonomia das comunidades, para o reconhecimento das identidades e a promoção da harmonia social, sem a intervenção do Estado.⁹⁰ Ao final dos anos 1970, uma vertente da criminologia, denominada *peacemaking criminology*, ofereceu alternativas ao sistema retributivo, a partir da iniciativa de grupos religiosos pacifistas – Menonitas, Quakers e Brethren – que, baseados em experiências aborígenes de justiça, operavam com círculos integrados por vítimas e seus ofensores para a promoção da cura, perdão e responsabilidade.⁹¹

Para Nils Christie, criminologista abolicionista norueguês, citado por Woolford e Nelund (2019, p. 33), o monopólio do Estado para a resolução de conflitos é uma expropriação estatal da autonomia comunitária. Quando o “conflito como propriedade” é roubado pelo Estado para que seja resolvido no sistema criminal, há uma perda da habilidade e criatividade das comunidades para lidarem com seus problemas e construírem algo novo.

A partir dos anos 1980, o termo Justiça Restaurativa é cunhado e passa a ser objeto de estudos de Robert Yazzie. Em 1992, Harold Gatensby, Phil Gatensby e Mark Wedge, oriundos das primeiras nações Tlingt, aplicaram círculos de construção de paz tradicionais em processos judiciais, sob a responsabilidade do juiz Barry Stuart, no território de Yukon, Canadá.⁹²

Reconhecendo a contribuição dos povos indígenas, em especial, das primeiras nações do Canadá e dos Estados Unidos e dos Maoris da Nova Zelândia, Zehr (2008)

⁹⁰ Cf. AUERBACH, 1983.

⁹¹ Cf. MORRIS, 2000, p. 18.

⁹² Cf. DAVIS, 2022, p. 29-30.

sistematizou a Justiça Restaurativa, nos anos 1990, a partir do resgate dos elementos restaurativos das tradições desprezadas e reprimidas pelos colonizadores europeus, articulados com a realidade moderna dos direitos humanos. Para tanto, ele propôs uma “troca de lentes” para que as perguntas usualmente feitas pela justiça ocidental – “Que lei foi violada? Quem fez isso? O que ele merece?” – fossem substituídas por: “Quem sofreu o dano? Quais são as suas necessidades? Quem tem a obrigação de supri-las? Quais as causas? Quem tem interesse na situação? Qual o processo apropriado para envolver os interessados no esforço de tratar das causas e corrigir a situação?” (ZEHR, 2008, p. 258-259).

Não é excessivo reiterar que, a despeito da profunda mudança paradigmática derivada das práticas restaurativas tradicionais e da reverência que diversos autores fazem ao *ethos* comunitário, é preciso reconhecer o paradoxo que coloca, de um lado, a legítima valorização da arena comunitária como um espaço potencialmente vocacionado para a prática dialógica e horizontal da justiça restaurativa e, de outro, a violência reproduzida no seio das comunidades, aliada ao interesse do neoliberalismo na consolidação da Justiça Restaurativa, como mecanismo de transferência da responsabilidade estatal para o âmbito individual.

Conforme se verá adiante, essas preocupações podem ser afastadas, a depender das escolhas políticas realizadas quando da elaboração do desenho restaurativo a ser adotado na prática. E, para tal mister, os elementos da Justiça Transformativa podem ser muito úteis.

3.6.2 Fundamentos da Justiça Restaurativa

Diante de inúmeras modalidades e diferentes abordagens, pode-se afirmar que há um núcleo convergente da Justiça Restaurativa que é o atendimento das necessidades de todos os envolvidos direta ou indiretamente em um conflito – vítima, ofensor e comunidade –, a reparação do dano e a restauração das relações ou situações rompidas com o advento da violência.

Muito embora seus princípios não se limitem a conflitos de natureza penal, a Justiça Restaurativa está associada à justiça criminal, sobretudo por força da Resolução 2002, de 24 de julho de 2012, do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU):

Processo restaurativo significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução de questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (*conferencing*) e círculos decisórios (*sentencing circles*). (ONU, 2012)

Nesse sentido, a Justiça Restaurativa vem se consolidando no Ocidente como um paradigma complementar ou alternativo à justiça retributiva, que aplica a sanção penal, sob o binômio crime e castigo, quando provadas a autoria e a materialidade de um crime.

O foco restaurativo, por seu turno, considera o crime como um conflito entre indivíduos que resulta em danos às vítimas, à comunidade e aos próprios ofensores, o que faz com que todas as partes envolvidas se reúnam para resolver coletivamente como lidar com as consequências da ofensa e suas implicações no futuro.

Na obra clássica *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*, publicada originalmente em 1990, Zehr (2008) observa que o crime, para a Justiça Retributiva, “é uma violação contra o Estado, definida pela desobediência à lei e pela culpa”, que redundava em punição, ao passo que a Justiça Restaurativa o considera “uma violação entre pessoas e relacionamentos”, que enseja a responsabilidade de corrigir os erros e o envolvimento da “vítima, do ofensor e da comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança” (ZEHR, 2008, p. 170-171).

Para Ruth Morris (2000),⁹³ as vítimas de um conflito violento precisam de respostas que as ajudem a retomar o controle e a previsibilidade de suas vidas. Ao conhecer as motivações e circunstâncias do crime, elas podem se certificar de que não foram culpadas e tampouco poderiam ter evitado o evento que lhes causou danos. Para a autora, muito mais do que qualquer reparação, o resgate da sensação de segurança é o bem mais valioso que a vítima deseja restaurar. Morris também destaca que os ofensores têm necessidades relacionadas ao pertencimento e ao reconhecimento de seu valor junto à comunidade. É por meio desse processo em que a vítima relata seu sofrimento e suas

⁹³ Conforme veremos mais adiante, muito embora Morris reconheça a relevância do papel que a Justiça Restaurativa desempenha na concepção da justiça como cura e não como vingança, no seu caráter preventivo e na inclusão da vítima e do ofensor na discussão sobre as respostas possíveis ao crime, ela elabora uma série de críticas que moldam a formulação de sua abordagem sobre a Justiça Transformativa. Ver MORRIS, 2000.

preocupações e a comunidade expressa que se importa com seus ofensores que estes aprendem a assumir responsabilidades.⁹⁴

A comunidade, por seu turno, é afetada pelo impacto de um crime que desencadeia medo, raiva e desesperança. Sua necessidade é proteger a vítima, reintegrar o ofensor e recompor o tecido social para evitar reincidências e escalada da violência.⁹⁵

Apesar das múltiplas possibilidades de se conceituá-la, a Justiça Restaurativa tem como referência primordial a promoção da pacificação social, pelo confronto com a cultura da punição, celebrada na lógica adversarial do processo judicial, pela qual o castigo deve ser atribuído aos maus e a recompensa aos bons.⁹⁶

Nesse sentido, são inegáveis os avanços que os princípios da Justiça Restaurativa representam em relação ao sistema retributivo. Seu propósito não é interpretar o conflito utilizando os mesmos critérios que o processo judicial. Neste, os contornos do litígio são enquadrados a partir dos referenciais normativos. No processo restaurativo, os participantes não se pautam na obediência às leis, mas sim no desenvolvimento da consciência recíproca e na compreensão do conflito, por meio da comunicação livre de qualquer coerção, ao menos em tese. Caso haja descompasso de poder, o facilitador deve organizar o diálogo, de maneira a assegurar o necessário equilíbrio entre os participantes do processo, para que cada qual expresse suas necessidades. A premissa é a de que, como os seres humanos têm capacidade de se transformar e de resolver problemas com criatividade, uma sociedade construída sobre uma base comunicativa que articule redes de apoio e de cuidado poderá ser mais progressista e pacífica.⁹⁷

Trata-se, pois, de uma prática que, comparada ao processo judicial, é participativa. O conflito é transformado em oportunidade para que o ofensor reconheça sua responsabilidade pelo evento danoso, arque com a devida recompensa e assegure que o episódio não mais se repita; a comunidade se responsabilize pelo cuidado com seus

⁹⁴ Ver MORRIS, 2000, p. 9-14.

⁹⁵ Apesar da amplitude com que Ruth Morris propõe a prática restaurativa, a centralidade que a autora confere ao perdão é um elemento que não pode ser considerado convergente entre os estudiosos e ativistas da Justiça Transformativa. Para a autora, as necessidades das vítimas são tão importantes quanto as dos ofensores, porque todos são parte de uma comunidade e a cura de um implica a cura de todos. Para isso, “o perdão deve ser colocado no centro da nossa consciência. Se perdoamos nossos filhos e familiares, somos capazes de perdoar terceiros. O grande poder da Justiça Transformativa é o poder do perdão” (MORRIS, 2000, p. 254).

⁹⁶ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 6.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 68-69.

integrantes, oferecendo apoio à vítima e ao ofensor; e a vítima expresse o impacto sofrido, compreenda as razões da ofensa e consiga seguir adiante sem medo.⁹⁸

Como se verá mais adiante, a despeito de suas características potencialmente emancipatórias, a Justiça Restaurativa tem sido criticada por não desafiar o suficiente as hierarquias de poder dominantes. Isso porque, se os valores partilhados por todos os sujeitos envolvidos no processo forem pautados no racismo, no sexismo e na homofobia, por exemplo, o desfecho restaurativo pode ensinar “resolução” do conflito interpessoal, sem qualquer transformação dos mecanismos que reproduzem essas violências no âmbito comunitário.

Antes, porém, de oferecermos os argumentos que criticam as limitações da Justiça Restaurativa, é preciso esclarecer que sua prática pode assumir diferentes contornos, conforme se verá no tópico a seguir.

3.6.3 Modalidades da Justiça Restaurativa

As experiências restaurativas ostentam diferentes modalidades, a depender dos objetivos almejados. A seguir, uma breve apresentação de cada uma delas, indicando, inclusive, algumas de suas dificuldades. Vejamos.

3.6.3.1 Mediação Comunitária⁹⁹

Uma das experiências associadas à Justiça Restaurativa é a Mediação Comunitária, operada em modelos variados de Justiça Comunitária, cujas práticas

⁹⁸ A realidade, no entanto, nem sempre corresponde a um cenário ideal: há muitas experiências em que não há arrependimento, a vítima se recusa a participar e a comunidade permanece alheia ao crime. Ver, a respeito, WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 8.

⁹⁹ Oportuno dizer que a discussão se a Mediação Comunitária integra a Justiça Restaurativa, ou se é o contrário, não demonstra utilidade aqui, porque essa avaliação depende sempre da amplitude que se atribui a ambos os conceitos e, sobretudo, da prática associada a cada um deles. Portanto, é possível afirmar que a Mediação Comunitária opera com práticas restaurativas, assim como a Justiça Restaurativa, quando atua com a participação da comunidade muito além dos conflitos de natureza criminal, pratica mediação comunitária. Para melhor organização didática deste trabalho, optei por elencar a mediação comunitária como uma das modalidades da Justiça Restaurativa, pois, assim como as demais modalidades restaurativas, a Mediação Comunitária também deve estar atenta à articulação de suas práticas aos princípios da Justiça Transformativa. Para um conceito alargado de Mediação Comunitária, ver FOLEY, e PASSOS, 2020.

reemergiram no contexto de crise do sistema formal de justiça, em 1970, nos Estados Unidos.¹⁰⁰

Nessa época, surgiram centros comunitários de justiça, a exemplo do San Francisco Community Boards (SFCB), estabelecido em 1976, cujos mediadores locais resolviam problemas na comunidade, facilitando conflitos entre vizinhos, inicialmente de natureza cível e criminal.¹⁰¹

Essas experiências de Justiça Comunitária, no entanto, passaram a sofrer críticas porque, na visão de alguns autores, em vez de promoverem uma justiça local e autônoma, foram cooptadas pelo Estado para servir como extensão do seu controle em nível local. De acordo com essa perspectiva, Abel (1982) afirma que voluntários da comunidade substituíram os agentes oficiais do Estado para assegurar que os conflitos não se transformassem em disruptivos. Para Abel e Hofrichter (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 75), a Justiça Comunitária serve para suavizar os conflitos que podem ameaçar o bom andamento da produção capitalista.

Há, contudo, autores para quem a utilização de práticas autocompositivas no âmbito comunitário é um meio de produção da normatividade construída nas relações sociais concretas e que o acesso à justiça – que, por óbvio, não se limita a acesso aos tribunais – implica a realização da justiça no contexto em que estão inseridas as partes, o que significa dizer que os tribunais cumprem um papel secundário.¹⁰²

Algumas experiências na França, após a vitória socialista de 1981, também adotaram a mediação comunitária, não para corrigir disfunções do Sistema Judicial, mas para construir redes de solidariedade por meio do fomento à participação política¹⁰³.

Na América Latina, programas transformadores de Mediação Comunitária, colocados a serviço da democratização das relações comunitárias seguem em constante diálogo¹⁰⁴, exatamente para que possam partilhar e enriquecer as suas experiências.

¹⁰⁰ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 74. Importante ressaltar que devem ser excluídas dessa afirmação as práticas de Justiça Comunitária originárias de comunidades tradicionais.

¹⁰¹ WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 75.

¹⁰² GALANTER, 1993, p. 75.

¹⁰³ Como exemplo, Bonafé-Schmitt (1989) cita a Associação SOS Agressão-conflito de Paris e as *Boutiques de droit*.

¹⁰⁴ Cf. NATÒ, CUNILLERAS e CARRILLO, 2018.

No Brasil, há um mapa de práticas de Mediação Comunitária¹⁰⁵ no qual consta a experiência, dentre outras, do Programa Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça Federal e Territórios que, conforme já mencionado no capítulo 1 deste trabalho, desde o seu nascedouro, vem desenvolvendo um modelo que busca integração com os princípios da Justiça Transformativa.

3.6.3.2 Mediação Vítima-Ofensor (MVO)

Nessa modalidade, promovem-se encontros entre vítimas e ofensores – os quais podem contar com a presença de pessoas que integrem as suas redes afetivas e/ou comunitárias – que são facilitados por um terceiro componente, para que dialoguem sobre o evento danoso e suas consequências. As vítimas têm a oportunidade de contar sua história, expressar seus sentimentos, formular suas perguntas e negociar possibilidades de reparação. Os ofensores podem falar sobre o que aconteceu, compreender o impacto de seus atos e assumir a responsabilidade devida, participando da definição sobre a reparação. Todos os participantes podem traçar estratégias para evitar que o evento se repita.¹⁰⁶

O objetivo dessa modalidade é conscientizar o ofensor a assumir suas responsabilidades e ressarcir a vítima. O método, que é baseado no encontro presencial e voluntário entre vítimas e ofensores, demanda, segundo Mark Umbreit (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 76-79), cuidadoso preparo anterior, para assegurar o equilíbrio de forças, a voluntariedade e a cooperação.

Sua origem é atribuída à resolução de um conflito envolvendo vandalismo ocorrido em 1974, em Ontário, Canadá, que já se encontrava sob a égide da justiça formal e para o qual, com a autorização do juiz, foram patrocinados encontros presenciais entre os dois jovens responsáveis e suas vítimas, oportunidade em que os ofensores compreenderam a extensão do dano causado e se responsabilizaram pela devida reparação. Assim nasceu, segundo Zehr, o movimento de reconciliação entre vítimas e ofensores do Canadá.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Cf. MOURÃO e NAIDIN, 2019.

¹⁰⁶ Ver WOOLFORD e NELUND 2019, p. 76.

¹⁰⁷ Nos Estados Unidos, o movimento começou com um projeto em Elkhart, Indiana, em 1977-1978. Ver, a respeito, ZEHR, 2008, p. 149-150.

Uma das críticas articuladas por Schehr (2000, p. 54) à mediação vítima-ofensor está relacionada à premissa de que a participação da comunidade assegura o processo de “cura”, como se a comunidade fosse constituída de um corpo homogêneo de indivíduos, valores e interesses. O autor também considera que os arranjos derivados desse modelo tendem a reproduzir as relações sociais de poder e de desigualdade preexistentes – de raça, classe e gênero –, restaurando o estado das coisas antes do evento danoso. Ademais, a exigência de que o ofensor assuma a responsabilidade pelos atos pode ser traduzida como uma espécie de confissão coercitiva.¹⁰⁸

Para a superação dessas críticas, Schehr considera que o uso da mediação vítima-ofensor, como uma das modalidades da Justiça Restaurativa, deveria se articular à Justiça Transformativa, a fim de promover transformações individuais e sociais, por meio da desconstrução do poder culturalmente dominante. E, para que essas transformações sejam uma possibilidade, é preciso proporcionar às pessoas a oportunidade de reflexão sobre os seus interesses, necessidades e identidades, no contexto das estruturas sociais marcadas pela hierarquia e por desigualdade.¹⁰⁹

3.6.3.3. Conferências de Grupo Familiar

Essa modalidade tem como base as tradições Maori, na Nova Zelândia, e Wagga Wagga, na Austrália, absorvidas pelo sistema de justiça daqueles países em 1989 e 1990, respectivamente. O processo reúne jovens infratores, as vítimas e suas famílias e demais interessados, além de um representante da polícia e dos órgãos de assistência social, para uma resolução conjunta do conflito.¹¹⁰

Essa prática foi adotada como resposta à insatisfação quanto à abordagem colonizadora que orientava as instituições do sistema de justiça juvenil a lidar com os jovens integrantes dos povos originários da Nova Zelândia. Os encontros, que são conduzidos por um facilitador, iniciam-se com as apresentações, seguidas de debates sobre o ocorrido e as possibilidades de resolução, por meio da elaboração de um plano que envolva reparação e reintegração dos infratores.¹¹¹

¹⁰⁸ Cf. SCHEHR, 2000, p. 158.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 160.

¹¹⁰ Ver WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 79-80.

¹¹¹ Cf. MAXWELL, 2005, p. 279-293.

As conferências de grupo familiar são adaptações do sistema oficial de justiça, que busca preservar traços das tradições aborígenes, sem, contudo, reproduzi-lo. Alguns autores, indicados por Woolford e Nelund, entendem que sob esse formato, é possível que, em contextos de violência familiar, o processo seja pautado por uma *práxis feminista* capaz de equilibrar e transformar os papéis dos integrantes da família – do homem, da mulher e das crianças – para assegurar a proteção e a segurança futuras das vítimas.¹¹²

3.6.3.4 Círculos de Construção da Paz

Os Círculos de Construção de Paz, provenientes das tradições indígenas, são uma oportunidade para a comunidade se reunir e dialogar sobre o que é importante para a resolução de um problema ou de uma injustiça. Nas culturas aborígenes, os conflitos devem ser resolvidos restaurando a harmonia entre os membros da comunidade, já que todos os envolvidos no episódio vão manter a convivência, o que faz com que a punição não tenha qualquer sentido.¹¹³

Todos têm a oportunidade de falar e ser ouvido, por meio do uso do objeto da fala. Os integrantes são a vítima e o ofensor e suas redes de suporte, tais como familiares, amigos e membros da comunidade, especialmente os anciãos. Cada um fala como se sente em relação ao conflito e como gostaria de resolvê-lo. Com a contação de histórias sobre o passado, o círculo é uma oportunidade para que cada um ofereça sua perspectiva sobre o problema em questão. A partilha de histórias permite, ainda, que cada parte compreenda a perspectiva do outro, o que facilita um acordo consensual.¹¹⁴

Há experiências nas quais, além dos integrantes da rede de proteção e suporte dos envolvidos, representantes do sistema oficial de justiça participam do processo, sobretudo quando existe a previsão de uma sanção. Trata-se do *círculo de sentença*, que surgiu na década de 1990 como uma adaptação das tradições indígenas, a partir do contato do juiz Barry Stuart com lideranças de grupos indígenas do Canadá, particularmente no Território de Yukon, habitado por diferentes grupos étnicos. Nessa parceria entre a comunidade e o sistema de justiça criminal, reúnem-se as pessoas que sofreram e as que causaram o dano, as famílias, os amigos, membros da comunidade e representantes do sistema de justiça:

¹¹² Ver WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 80.

¹¹³ *Ibid.*, p. 81.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 81-88.

juiz, promotor, defensor e policial. Os participantes elaboram um plano de sentenciamento adequado que contemple “o que aconteceu e por quê? Qual o dano, como repará-lo e como evitar que ele se repita?” (PRANIS, 2010, p. 30).

Esse formato híbrido desenvolvido no Canadá, combinando os círculos de cura indígena com o sistema criminal de justiça, segundo Woolford e Nelund, é interpretado por alguns autores como colonialista e fora de contexto do ponto de vista cultural.¹¹⁵ Já para Ruth Morris (2000, p. 119), “embora não sejam imunes ao abuso de poder, os círculos de sentença são muito mais inclusivos e respeitosos do que as cortes, na escuta das vozes das vítimas e dos ofensores”.

3.6.3.5. Comissão de Reconciliação e Verdade

A Comissão de Reconciliação e Verdade, que integra a justiça transicional como uma prática restaurativa, desenvolve mecanismos de busca da verdade para revelar o passado violento, conciliar os antagonismos e fazer a transição para um futuro de paz. Trata-se de um modelo a ser implementado em período posterior a regimes autoritários e violador dos direitos humanos, porque a verdade sobre o passado ajuda a construir futuro. A experiência da África do Sul – que inspirou a comissão no Canadá a lidar com violações contra os povos indígenas – foi utilizada para evitar a ameaça de uma nova guerra civil. Em vez de uma anistia sem qualquer contrapartida, os violadores precisaram conquistá-la, narrando a verdade sobre os fatos perante os cidadãos. Esse processo foi facilitado pela participação do Bispo Desmond Tutu, que adotava a filosofia *ubuntu*, segundo a qual uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas.¹¹⁶

As reparações derivadas das Comissões de Reconciliação e Verdade podem vir na forma de pagamentos, restituição de propriedades expropriadas, designação de datas comemorativas, instalação de museus de memória, assim como da retirada de membros do antigo regime das posições de poder.

Pelo exposto até aqui, é possível constatar que cada modalidade veicula maior ou menor potencial emancipatório. Há desde os modelos que focam mais nos fatos, com o objetivo de resolver os conflitos, até os que aproveitam a oportunidade do diálogo para

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 85.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 88-95.

analisar eventuais padrões de opressão na relação entre os participantes do conflito. Como se verá mais adiante, em tese, esses últimos se aproximam dos princípios da Justiça Transformativa, muito embora permaneçam no campo da Justiça Restaurativa ou da Justiça de Transição. A uma, porque vinculam sua atuação à violação de algum direito já ocorrida. A duas, porque lidam com a violência na sua expressão predominantemente direta.

A seguir, serão enumeradas algumas considerações em relação à Justiça Restaurativa, seja na essência de alguns de seus elementos, seja na configuração prática de algumas modalidades. Muito embora a presente obra não tenha a pretensão de tecer considerações valorativas sobre práticas concretas ou mesmo de aderir a juízos críticos específicos aqui expostos, o registro dos argumentos será útil para sustentar a necessidade de se avançar em busca de novas metodologias que sejam capazes de promover transformações das violências estruturais e simbólicas.

É oportuno alertar que muitas das preocupações aqui expostas são compartilhadas por leituras e práticas que procuram imprimir à Justiça Restaurativa uma proposta crítica e transformadora¹¹⁷ sem que, necessariamente, acessem o instituto da Justiça Transformativa.

3.6.4 Críticas direcionadas à Justiça Restaurativa

¹¹⁷ A justiça restaurativa crítica é uma vertente teórica representada por Raffaella Pallamolla e Daniel Achutti, entre outros autores, que sustentam que “a justiça restaurativa no Brasil precisa estar conectada com as problemáticas tipicamente brasileiras e latino-americanas, de modo a considerar, em todos os âmbitos (acadêmicos, institucionais, etc.), que as particularidades locais precisam pautar a forma de pensar e aplicar a justiça restaurativa. As desigualdades sociais, o fenômeno do grande encarceramento, a seletividade penal, o racismo estrutural e o patriarcalismo, que marcam o passado e o presente do país, devem ser colocados em pauta para que possamos debater o papel e a importância da justiça restaurativa para o futuro da sociedade brasileira” (CRJ. Escola Justiça Restaurativa Crítica. *Website*. Disponível em: <https://jr critica.com.br/>. Acesso em 30 ago. 2024). Ver também ACHUTTI, 2014; a dissertação *A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos* (PALLAMOLLA, 2017). Também muito ilustrativa é a obra de GIAMBERARDINO, 2015. Para um diálogo entre Justiça Restaurativa e a Pedagogia da Libertação de Paulo Freire, ver a dissertação *A Pedagogia da Restauração: aproximações entre a pedagogia da libertação de Paulo Freire e a Justiça Restaurativa a partir da experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal* (VIEIRA, 2021). Para uma defesa da necessária associação entre Justiça Restaurativa e Justiça Social, ver LAMBERTO e BAUCHÉ, 2021.

3.6.4.1 Risco de Violação dos Direitos Fundamentais do Ofensor

A Resolução da ONU demanda que, para participar do processo restaurativo, é preciso que o ofensor tenha uma leitura convergente sobre os fatos com a vítima.¹¹⁸ Essa exigência tem sido objeto de questionamento, no sentido de que pode configurar um direcionamento para que haja confissão, o que implica violação de seus direitos constitucionais de presunção de inocência.¹¹⁹

Há que se questionar, portanto, se a participação do ofensor é, de fato, voluntária e livre de qualquer coerção, considerando que o processo restaurativo, em especial na modalidade mediação vítima-ofensor, opera, em geral, como complementar ao sistema criminal oficial.¹²⁰ Nesse sentido, embora a normativa da ONU assegure que “a participação do ofensor não deverá ser usada como prova de admissão de culpa em processo judicial ulterior”, a depender do modelo a ser adotado de relação entre o processo restaurativo e o judicial, a convergência em relação à descrição minuciosa dos fatos pode ser um fator de desequilíbrio entre os participantes, em prejuízo dos direitos do ofensor.¹²¹

3.6.4.2 Risco de Cooptação Estatal para Preservação da Ordem

Alguns autores temem que a proximidade das práticas restaurativas comunitárias com o Estado, sobretudo quando há disputa por fundos públicos, pode promover alinhamento com o sistema oficial, domesticando as organizações comunitárias e ampliando o controle e a cooptação estatal da Justiça Restaurativa.¹²²

Além disso, se o desejo do Estado for o de preservar a ordem econômica pautada no crescimento e na prosperidade,¹²³ sua tendência é valorizar modalidades de gestão de conflitos cujo enfoque restaurativo seja centrado no fato, no dano e em seus efeitos, sem

¹¹⁸ A admissão é condição para a participação, conforme II. 8 do anexo da Resolução 12/2022 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas: “A vítima e o ofensor devem normalmente concordar sobre os fatos essenciais do caso sendo isso um dos fundamentos do processo restaurativo”.

¹¹⁹ Cf. SCHEHR, 2000, p. 156. Para o autor, além dessa condição, a contação de histórias, pela qual o ofensor descreve os detalhes do que se passou, enquanto a vítima narra como o evento impactou a sua vida, pode conduzir o processo a uma confissão não espontânea.

¹²⁰ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 78.

¹²¹ Pavlich *apud* WOOLFORD e RATNER, 2010, p. 8.

¹²² Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 188.

¹²³ Ver SCHEHR, 2000, p. 151-169.

preocupação com as relações de poder, em especial aquelas inerentes às questões raciais, de classe e de gênero.

As críticas de que a pacificação social almejada pelas práticas restaurativas possa reforçar a reprodução das relações de poder estão fundamentadas na análise de Foucault sobre os mecanismos de manutenção da ordem para proporcionar prosperidade econômica. Segundo essa perspectiva, é temerário que a comunicação restaurativa ocorra em um sistema marcado pela desigualdade de poder entre participantes que se colocam diante de uma autoridade que, sob determinadas condições, demanda confissão, julga, perdoa e concilia.¹²⁴

3.6.4.3 Risco do Foco no Consenso sem Consciência Crítica

Alguns autores, como Gil (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 213-214), consideram que o processo de construção de paz não deve estar exclusivamente focado na busca do consenso, sem levar em conta o desenvolvimento da consciência crítica e da desobediência civil, quando as preocupações populares não ganham tração na agenda pública. O autor propõe que a Justiça Restaurativa desafie normas injustas e prepare agentes críticos capazes de transformar suas práticas cotidianas, rompendo com padrões de dominação.

As capacitações de programas restaurativos, muito além da preocupação em desenvolver habilidades estritamente comunicativas, devem focar no treinamento para a identificação dos desequilíbrios estruturais.¹²⁵

No mesmo sentido, Nader (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 117) considera que as técnicas de escuta, disciplina e autorregulação e negociação, voltadas para o alcance do consenso na Justiça Restaurativa, conduzem os indivíduos a aceitarem passivamente a responsabilidade de se governarem, sem que seja necessário acessar o Estado.

Na esteira da preocupação com uma ideologia da pacificação, há o risco de a Justiça Restaurativa criar cidadãos cujo pacifismo os impede de se envolverem com protestos ou atos de desobediência civil. Nesse sentido, para que impulsionem o

¹²⁴ *Ibid.*

¹²⁵ Cf. DYCK, 2006, p. 530.

empoderamento e não reforcem as relações de poder, as práticas restaurativas devem se adequar às situações em que as relações combativas sejam necessárias e as relações cooperativas não sejam adequadas.¹²⁶

Como as ideias não são suficientes para mudar padrões hegemônicos de pensamento, muito mais do que promover diálogo entre vítima e ofensor, é preciso estimular a participação nas discussões públicas, a mobilização política e eventualmente assumir o confronto, para criar condições para a cooperação. Para Davis,

Apesar de estarmos vislumbrando mudanças, muitas vezes justiça racial e justiça restaurativa são vistas como opostas. Em termos de arquétipos, uma invoca o guerreiro e a outra o curandeiro. Se queremos ser o mais transformador possível, seja como defensores da justiça racial ou da justiça restaurativa, devemos transcender a dualidade e integrar o guerreiro e o curandeiro. (DAVIS, 2022, p. 42)

3.6.4.4 Risco da Restauração das Relações de Opressão

É problemático o fato de o processo restaurativo pretender restaurar as relações entre os participantes, que podem ser de opressão. Isso porque, quando o principal objetivo da restauração é exclusivamente o consenso sobre os desdobramentos do fato que gerou o dano, não há possibilidades de transformação política, econômica e/ou cultural da relação entre os participantes, que pode ser pautada na hierarquia das diferenças de raça, etnia, classe ou gênero.¹²⁷

Diante dos variados modelos possíveis de Justiça Restaurativa, é importante que o desenho desenvolva potencial para desafiar as hierarquias de poder. Qualquer que seja a modalidade adotada, a prática restaurativa deve dar relevo às relações de poder familiares e comunitárias que já existiam antes do evento violento para avaliar se há, por exemplo, a reprodução de valores sexistas, racistas e homofóbicos.¹²⁸

No mesmo sentido, Cook (2006, p. 21) alerta que a Justiça Restaurativa pode criar “uma cortina de fumaça por meio da qual os ‘privilégios invisíveis’ acerca de gênero, raça e classe são reproduzidos, aceitos e recomendados”.

¹²⁶ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 118.

¹²⁷ Cf. SCHEHR, 2000.

¹²⁸ Cf. GENERATION FIVE, 2007.

Ruth Morris (2000)¹²⁹ foi uma das pioneiras na proposição de uma justiça transformativa capaz de alargar os limites da Justiça Restaurativa, para desafiar as questões de opressão, injustiças e desigualdades sociais. Para a autora, uma teoria ou método restaurativo que ignora o racismo, o sexismo e o classismo perde algo vital, servindo para reforçá-los em vez de transformá-los. O processo restaurativo pode ser indesejável tanto para a vítima – que tem o direito de não querer restaurar eventual relação estabelecida com seu algoz – quanto para o agressor – que pode se ver novamente submetido a uma situação de injustiça.

A principal crítica de Ruth Morris é que a Justiça Restaurativa encoraja a vítima e o ofensor a acreditarem que o passado será restaurado, desconsiderando se a relação entre vítima e ofensor é de opressão e se as condições anteriores do ofensor são de violência derivada da injustiça distributiva. Tampouco a Justiça Restaurativa valoriza a participação da comunidade e sua responsabilidade pelos problemas sociais, que são as causas subjacentes ao crime.¹³⁰

Para a autora, a fim de superar as limitações da Justiça Restaurativa, a Justiça Transformativa deve enfrentar duas injustiças: a violência sofrida pela vítima e a desigualdade na distribuição de acesso aos bens que vitimou o ofensor. Além do atendimento das necessidades da vítima e do ofensor, porém, a comunidade deve ser permeada por relações de cuidado, dedicando-se a desafiar suas violências estruturais.¹³¹

Para ilustrar essa concepção, Nocella (2011, p. 4) apresenta o seguinte exemplo: um garoto adolescente *queer* furta objetos em uma loja localizada em sua comunidade de madrugada. A Justiça Restaurativa tende a focar suas lentes no conflito interpessoal estabelecido entre o ofensor e a vítima – o adolescente e o proprietário do estabelecimento –, ampliadas pela participação da comunidade que é afetada pelos impactos da violência no âmbito local. A Justiça Transformativa, nessa hipótese, deve incluir em seu escopo a compreensão do que motivou esse jovem a sair de casa de madrugada e a subtrair aqueles objetos; se sua família o acolhe ou revela sinais de homofobia; se suas necessidades

¹²⁹ Segundo a autora relata, a Justiça Transformativa nasceu de um projeto Quaker desenvolvido em um estabelecimento prisional em Nova York, a partir dos seguintes princípios: é preciso separar as pessoas de suas condutas; o crime resulta de um conflito comunitário; a identidade dos grupos marginalizados é matéria do campo da justiça; mediação, círculos e outras metodologias podem transformar conflitos; o opressor não é inimigo e precisa ser envolvido no diálogo crítico sobre sua responsabilidade.

¹³⁰ MORRIS, 2000, p. 19.

¹³¹ *Ibid.*, p. 21.

básicas – sejam elas materiais ou culturais – estão sendo atendidas; como a comunidade lida com as questões identitárias, entre outras. Trata-se de trazer para a reflexão não somente a perspectiva interpessoal do conflito, como também o contexto comunitário, em especial, os aspectos estruturais que permeiam as suas relações.

A restauração do *status quo*, a depender da situação, pode não ser suficiente para a devida promoção da justiça. Consideremos os conflitos que emergiram de tragédias ambientais, como o Furacão Katrina por exemplo, ocorrido em 2005 em Nova Orleans. Nesse caso, todo o foco do processo limitou-se à tentativa de restituição de bens materiais e à reparação dos prejuízos, sem qualquer questionamento crítico, tampouco ação prática, para transformar a precária situação de moradia e a desigual distribuição de recursos urbanos que já impactavam – antes da tragédia – os segmentos sociais mais afetados pelo furacão, compostos de pessoas pobres e negras. Para Capeheart e Milanovic (2007, p. 61-63), a depender do formato do programa, a Justiça Restaurativa pode ser um mecanismo de imposição da “disciplina do silêncio” se focar exclusivamente nos reparos aos danos.

Do que se viu até aqui, como as críticas não são direcionadas a uma modalidade específica, é preciso destacar que a metodologia de gestão dos conflitos, em si, não é o que assegura maior ou menor capacidade de transformação das relações de poder. Além do formato adotado, é essencial que a prática não seja cooptada pela lógica do Sistema Formal de Justiça, sobretudo no âmbito criminal. Vejamos.

3.6.4.5 Risco de Limitar a Atuação da Justiça Restaurativa para Resolver Problemas do Sistema Criminal, em vez de Direcioná-la para Impulsionar A Democracia Participativa

Alguns autores nominados por Woolford e Nelund (2019) entendem que o campo das práticas restaurativas pode ser dividido em dois: os restaurativos governamentais e os restaurativos comunitários.¹³²

Os primeiros enxergam a Justiça Restaurativa como instrumento de suporte ao sistema de justiça criminal. Há, dentro desse campo, alguns modelos que se organizam como tentáculos do Poder Judiciário, a serviço do neoliberalismo, com o objetivo de oferecer segurança jurídica ao mundo dos negócios, reduzindo a máquina do Estado, o

¹³² Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 195-199.

fluxo de processos, as custas judiciais e as reincidências criminais. Não há qualquer preocupação com o empoderamento comunitário e muito menos com as injustiças sociais.

A outra abordagem opera na base comunitária, com o objetivo de fortalecer a democracia e impulsionar uma cultura de transformação de conflitos, por meio do uso de metodologias restaurativas autônomas em relação ao processo judicial, embora possa manter vínculos institucionais com o Estado. Os restaurativos comunitários assumem o compromisso de promover mudanças através das relações sociais que podem ser criativas e comunicativas.

Contudo, há críticos que, muito embora reconheçam as diferenças entre os dois campos, consideram que ambos sofrem cooptação do Estado, quando se dedicam a solucionar conflitos articulados a crimes insignificantes do ponto de vista penal.¹³³

Operando nos crimes de menor potencial ofensivo e deixando as punições mais severas para os crimes mais graves, a Justiça Restaurativa não se coloca como alternativa ao sistema punitivo, porque continua a gerir o crime à sombra da justiça criminal. Nesse passo, a Justiça Restaurativa reforça o populismo penal como uma distração bem-vinda para lidar com os danos provocados pela economia neoliberal. Também é problemático que a Justiça Restaurativa reduza a justiça a uma transação econômica, focando demasiadamente na responsabilidade individual e não no contexto de violência, marcado pelas injustiças derivadas das desigualdades sociais.¹³⁴

A propósito, essa divisão do campo de atuação da Justiça Restaurativa em judicial ou comunitário é uma das razões que levam diversos autores a discutirem qual deve ser a relação entre as práticas restaurativas e o sistema criminal no Brasil, conforme se verá a seguir.

3.6.4.6 Risco da Utilização das Categorias do Direito Penal na Justiça Restaurativa

Como o contexto político em que opera a Justiça Restaurativa é retributivo e neoliberal, é esperado que suas práticas sejam apêndice do sistema de justiça criminal para lidar com crimes de menor potencial ofensivo, deixando os delitos mais graves para a abordagem retributiva.

¹³³ Cf. WOOLFORD e RATNER, 2010, p. 8.

¹³⁴ WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 171.

Um dos problemas da utilização de uma metodologia como a Justiça Restaurativa, como prática de gestão de conflitos complementar à justiça criminal formal é o risco de reduzi-la a uma versão “primo pobre” ou “puxadinho” da justiça oficial. Como fundamento, destaco que, quando a Justiça Restaurativa perde autonomia em relação ao sistema formal, a nomenclatura criminal – com toda a sua carga adversarial – é absorvida nas diversas modalidades “governamentais” de Justiça Restaurativa. Vejamos.

Conceitos como dano, crime, vítima e ofensor devem ser analisados, sob a ótica da Justiça Restaurativa, de forma mais ampla. Isso porque um evento de violência, intrinsecamente complexo, não pode ter o foco limitado aos fatos, à extensão do dano e à identificação de ofensores e de vítimas específicos, devendo ser interpretado a partir de suas origens, motivações e circunstâncias.¹³⁵

O dano causado por um episódio não deve ser analisado como um fato isolado e tampouco deve ser atribuído exclusivamente ao ofensor. As desigualdades e hierarquias estruturais – patriarcado, raça, classe, colonialismo – úteis à perpetuação do capitalismo também têm papel nas violações e causam danos e, nessa condição, deveriam ser objeto de preocupação da Justiça Restaurativa.

A mesma afirmação pode ser direcionada à categoria crime. Se direito é poder, as normas que tipificam um crime derivam de valores hegemônicos, considerados naturais e universais. E, por isso, para a criminologia crítica, o crime é socialmente construído em um contexto histórico, cultural e político particular.¹³⁶

Pavlich (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 120-122) critica o discurso da Justiça Restaurativa que preserva as categorias do direito penal, porque são etiquetas construídas social e politicamente, por meio da comunicação simbólica. Mesmo porque a identidade dos indivíduos não pode ser definida a partir dos papéis que ocupam em um determinado evento violento. Como exemplo, o autor oferece a seguinte situação: um adolescente que mata seu agressor após anos de abuso sexual. Quem é a vítima? Quem é o ofensor? Qual a responsabilidade da comunidade que “fechou os olhos” para a violência cometida contra um adolescente que deveria ser protegido socialmente? O autor sustenta

¹³⁵ Cf. MORRIS, 2000, p. 21.

¹³⁶ Um exemplo para ilustrar que a norma não pode ser a referência exclusiva para a configuração de um crime é o fato de que a própria definição do que é violência deriva do poder hegemônico: em um período recente da história do patriarcado, os corpos das mulheres e das crianças pertenciam aos homens da família, que aplicavam as correções para o controle social de seus comportamentos. Ver WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 134.

que a Justiça Restaurativa deveria realizar uma leitura crítica da dicotomia vítima e ofensor para não reproduzir a lógica do sistema criminal formal.

A questão da responsabilidade criminal também deve ser interpretada com lentes mais amplas, conforme o seguinte exemplo: um aluno que sofre *bullying* em sua escola, prefere ficar sozinho, fumando, em um local isolado, e provoca incêndio culposos nas dependências da escola. Nesse caso, há uma rede de responsabilidades a ser considerada – a dos outros jovens que praticaram *bullying*, a dos adultos que deveriam monitorar eventuais exclusões sociais, entre outras –, e todos os envolvidos deveriam participar de um processo restaurativo como oportunidade de transformação das relações de poder. No entanto, nem toda prática restaurativa amplia o suficiente o seu escopo.¹³⁷

À luz do exposto, é possível afirmar que, independentemente da modalidade adotada, para que a Justiça Restaurativa ostente um perfil mais transformador, sem cooptação estatal, é importante desenvolver protagonismo comunitário na sua gestão, ainda que haja colaboração do Estado. Ora, se a participação comunitária é critério essencial para essa classificação, é preciso analisar o conceito de comunidade que se pretende utilizar, até para afastar os riscos de romantização desse conceito.

3.6.5 A Participação da Comunidade na Justiça Restaurativa

Para os que adotam a abordagem de práticas restaurativas comunitárias, com vistas ao empoderamento da comunidade como agente protagonista da sua transformação social, é preciso analisar qual o conceito de comunidade a ser considerado.

Para Lycia e Rogério Neumann, “comunidade significa um grupo de pessoas que compartilham de uma característica comum, uma ‘comunidade’, que as aproxima e pela qual são identificados” (NEUMANN e NEUMANN, 2004, p. 20-21). No mesmo sentido, Schehr (2000, p. 154) sustenta que comunidade é um grupo de pessoas que se relacionam com base na experiência comum de identidade, de região, de valores, credos e/ou políticas.

Como os espaços urbanos contemporâneos não preservam os mecanismos de coesão das comunidades tradicionais, ao tratar de comunidade, este trabalho não está se

¹³⁷ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 46.

referindo, necessariamente, a territórios geograficamente delimitados, podendo ser atribuído, por exemplo, ao coletivo que integra uma comunidade escolar.

Importante registrar a amplitude com que o conceito será utilizado aqui, a fim de afastar qualquer romantismo, pressupondo um grupo localizado em um território, coeso nos interesses e no compromisso com a não violência.

Diante da natureza fragmentada das comunidades urbanas contemporâneas, a confiança entre as pessoas foi flexibilizada. Nesse sentido, se houver uma prática restaurativa comunitária, é importante que o facilitador tenha a confiança da comunidade derivada do pertencimento, o que não acontece com um profissional a serviço do sistema criminal. Isso porque um facilitador exógeno não terá a memória do racismo, por exemplo, vivido pela comunidade. Quando a comunidade é protagonista do processo de gestão de seus conflitos, ainda que o ofensor seja responsabilizado, ambos, vítimas e ofensores, podem ser compreendidos como vítimas de uma injustiça partilhada.¹³⁸

Por outro lado, especialmente no campo da justiça, o conceito de comunidade não pode ser associado a uma situação idílica, cuja premissa é a de que a participação comunitária implica compromisso com uma justiça não violenta e solidária. Em qualquer situação de conflito, eventuais relações de desigualdade de poder precisam ser enfrentadas, sob pena de sua resolução implicar reforço da opressão.

Generation Five sustenta que “a ideia de comunidade é frequentemente romantizada e parte da premissa de que há coesão com valores, interesses e prioridades comuns”.¹³⁹ No entanto, é exatamente no interior dessas comunidades que as violências são reproduzidas e experimentadas.

Nesse sentido, questiona-se: qual comunidade deve ser convidada a participar desse processo? O que exatamente deve ser restaurado? A recomposição das relações ao seu estado pré-conflito pode implicar a perpetuação das normas e valores culturalmente opressores. Por exemplo, para Woolford e Nelund (2019), é um erro supor que o passado indígena era restaurativo. Os círculos indígenas no Canadá poderiam redundar em morte, banimento ou escravidão. Muito embora a conciliação tenha sido utilizada como forma

¹³⁸ WOOLFORD, Andrew & NELUND, Amanda. *The Politics of Restorative Justice. A Critical Introduction*. Second Edition. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2019, p. 148.

¹³⁹ Cf. GENERATION FIVE, June 2007, p. 21.

de evitar que a espiral da violência destruísse a vida em grupo, medidas violentas poderiam ser uma solução para o grupo recuperar sua harmonia.¹⁴⁰

Ou seja, embora a categoria comunidade seja essencial para uma gestão comunitária dos conflitos, ela não pode ser tomada com ingenuidade. Para que um agrupamento de indivíduos cumpra a função de “comunidade do cuidado”, segundo McCold e Wachtel (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 144), tecendo uma rede de apoio e proteção, não basta que haja pertencimento. É preciso “criar comunidade”, mobilizando seus integrantes a habilitar seus recursos e talentos para a promoção de transformações e enfrentamento das injustiças locais, tal qual o conceito de Capital Social de Robert Putnam (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 144).

Além disso, essa construção de comunidade deve seguir um fluxo plural, com a possibilidade de convivência de vários coletivos cujas dimensões se articulam. Uma comunidade identitária, por exemplo, não precisa definir a si mesma, por meio da exclusão do outro. Comunidade é o processo de relações através das quais negociamos nossas identidades,¹⁴¹ que são muitas! Assim, a Justiça Restaurativa deve trabalhar com noção de comunidade aberta, múltipla e flexível. Trata-se de imprimir um processo fluido pelo qual coletivos vão se construindo como comunidades (Nancy 1991; Agamban 1993).¹⁴²

Além dessa fluidez, é essencial que a comunidade saiba reconhecer que as expressões da violência operam em espaços que estão no nível individual (micro), institucional (meso) e estrutural (macro).

Quando a Justiça Restaurativa atua em conflitos interpessoais, em nível individual, as transformações podem ser muito significativas, porque impulsionam a emergência de sentimentos e necessidades pessoais que a justiça formal não alcança.¹⁴³ No entanto, as relações pessoais estão permeadas por outras dimensões que não se limitam ao nível micro e que não podem ser desconsideradas.

Se a meta é encorajar transformação social através da Justiça Restaurativa, uma consequência potencialmente negativa de focar exclusivamente nas necessidades individuais e nos resultados dos encontros é o risco de

¹⁴⁰ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 53.

¹⁴¹ *Ibid.* p. 146.

¹⁴² NANCY, 1991; AGAMBAN, 1993, *apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 14, p. 145.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 153.

restringir o foco nas diferenças interpessoais sem conectá-las com as desigualdades estruturais. (WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 154)¹⁴⁴

Dois bons exemplos trazidos pelos autores cuidam de conflitos entre dois jovens que pertencem a grupos étnicos diferentes e entre um jovem negro e um policial. Esses episódios de violência derivam da esfera estrutural (nível macro), cujas instituições (nível meso) patrocinam injustiças contra segmentos sociais específicos, as quais, por sua vez, são reproduzidas pelos indivíduos (nível micro) cotidianamente. A Justiça Restaurativa, então, não poderá se limitar ao encontro entre os conflitantes, devendo ampliar o escopo de atuação com toda a comunidade e com as instituições, na discussão sobre *bullying* de natureza identitária e sobre violência policial. Caso contrário, o padrão de uma relação de poder pautada na dominação permanecerá intacto.¹⁴⁵

Pali (2019, p. 310) argumenta que o elemento transformador deve ser fortemente contemplado dentro do discurso restaurativo por seu impacto no campo da justiça social. Para a autora, a Justiça Restaurativa não pode individualizar o crime, reduzindo-o a um dano e desconsiderando todo o seu contexto social.

Como veremos em seguida, em casos de violência de gênero, em vez de reduzir a identidade da mulher às injúrias¹⁴⁶ que sofre, o processo deveria ampliar seu foco, alcançando as relações de poder que a reproduzem.¹⁴⁷ Não se pode abordar esse tema tão caro à democracia, desconsiderando a violência do patriarcado.

Para desenvolver uma abordagem transformativa, é preciso avaliar como a Justiça Restaurativa pode refutar o papel que o neoliberalismo lhe pretende atribuir, no sentido de reforçar a lógica da autonomia individual para resolver problemas que aparentam ser interpessoais, mas que derivam de violências estruturais. E, para tanto, é essencial analisar como essas violências – relacionadas a classe, gênero, sexo e outras intersecções – são ou não consideradas nas suas práticas.¹⁴⁸

¹⁴⁴“If the goal is to encourage societal transformation through retroactive justice, a potential negative consequence of focusing exclusively on individual needs and the outcomes of meetings is the risk that we might restrict our focus to personal differences without connecting these differences to wider structural inequities.”

¹⁴⁵ WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 154-155.

¹⁴⁶ Não raro, a violência de gênero é reduzida ao simbólico “olho roxo” derivado da violência doméstica. No entanto, nem toda expressão da violência de gênero é visível e/ou praticada no âmbito doméstico.

¹⁴⁷ Cf. GREASY e ROBINS, 2014, p. 353.

¹⁴⁸ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 171.

A Justiça Restaurativa deve focar no fortalecimento das diferenças, e não em sua eliminação. Para que as práticas restaurativas colaborem na construção de uma sociedade mais justa, há que se imprimir uma análise interseccional para as configurações de poder específicas que emergem nas relações em conflito. É o que se analisa a seguir.

3.6.6 Justiça Restaurativa e Gênero

Conforme veremos neste tópico, o debate sobre o tema da violência de gênero é dividido entre autores que, de um lado, defendem a adoção do processo restaurativo em casos de violência contra a mulher, em razão dos traços patriarcais do Sistema de Justiça e, de outro, os que sustentam que a Justiça Restaurativa não é cabível justamente por força do padrão patriarcal impregnado na sociedade. Há um terceiro segmento, também contrário ao uso da abordagem restaurativa, mas que se utiliza do argumento de que a criminalização da violência contra a mulher é uma conquista feminista à qual não se pode renunciar.

O presente trabalho reconhece que os traços patriarcais presentes no Sistema de Justiça são os mesmos reproduzidos nas comunidades e que o enfrentamento dessa violência demanda novos e transformadores arranjos, cujos elementos serão desenvolvidos no tópico da Justiça Transformativa ao final deste capítulo.

Embora a mobilização dos movimentos de mulheres venha provocando mudanças importantes no trato da questão de gênero pelo sistema formal de justiça, ainda há traços patriarcais que colocam a mulher em posição de subalternidade, sobretudo no campo penal. Se a mulher é vítima, sua narrativa é desacreditada e o que se investiga é em que medida o seu comportamento e sua vestimenta contribuíram para a ofensa, sobretudo em crimes sexuais.¹⁴⁹ Quando a mulher é encarcerada – na maioria das vezes, por crimes cometidos na linha de auxílio do tráfico de drogas comandados pelos homens –, o sofrimento com a separação dos filhos e a rara visita dos familiares a colocam em posição inferior aos homens encarcerados.¹⁵⁰

Essas violências institucionais sofridas pelas mulheres no Sistema Formal de Justiça, ao lado da emergência das metodologias autocompositivas, ensejaram o debate

¹⁴⁹ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que é um guia para que os julgamentos sejam realizados com direito à igualdade e à não discriminação.

¹⁵⁰ Cf. WOOLFORD, e NELUND, 2019, p. 155-156.

se seria ou não apropriada uma abordagem restaurativa em situações de violência de gênero. Conforme se analisará neste tópico, o debate é, até hoje, muito pulsante. De um lado, há muita resistência, por razões distintas. Enquanto um segmento aposta no poder simbólico da criminalização desse tipo de violência, outros teóricos indicam o risco de o processo restaurativo promover revitimização, considerando que a sua prática em contexto patriarcal tende a reproduzir a violência de gênero. De outro lado, os defensores da aplicação das práticas restaurativas nos casos de violência contra a mulher alertam sobre a necessidade de desenvolverem mecanismos que confirmem voz às mulheres, que encerrem o ciclo de violência e que controlem o comportamento do ofensor, eliminando a reprodução do patriarcado.¹⁵¹ Resta saber se os elementos da Justiça Restaurativa são suficientes para tal tarefa.

Parte dos autores que refutam o uso da Justiça Restaurativa destacam a importância da criminalização da violência contra a mulher, argumentando que sua renúncia implicaria retrocesso da conquista feminista que vem consolidando a compreensão de que essa violência é uma forma ilegítima de controle do poder do homem sobre a mulher.

Para algumas feministas (a exemplo de Cobb e Schneider),¹⁵² a domesticação da violência pode ensejar a perda do caráter moral e pedagógico da criminalização. Ademais, a violência contra a mulher é tema de natureza pública, não podendo ser colonizado por meio de mecanismos privados de solução de conflitos. É preciso, pois, o engajamento do Estado na proteção à mulher. Punições públicas emitem clara mensagem de que esse tipo de violência não é admissível.

Conforme será objeto de análise mais adiante, algumas práticas de Justiça Transformativa¹⁵³ refutam o argumento de que a violência doméstica deve ser enfrentada na seara estatal, em razão de sua natureza pública. Para essas organizações, essa posição desconsidera que a referência de mulher a ser protegida pelo Estado é branca e de classe média, enquanto a relação do Estado com as mulheres negras e pobres é de muita violência, especialmente na guerra contra as drogas. Ademais, sustentam que, quando o assunto é público, o desejo e a necessidade de cada mulher não são considerados, porque o foco está no controle criminal e não nos anseios das vítimas. Embora a compulsoriedade

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 156-157.

¹⁵² Cf. Cobb e Schneider *apud* COKER, 2002, p. 131.

¹⁵³ A exemplo dos movimentos Incite! Woman of Color Against Violence e Generation Five.

do processo judicial – inclusive nos casos em que a mulher não queira a prisão ou mesmo a punição – seja patrocinada por algumas feministas para evitar a naturalização da violência, essa obrigatoriedade expropria a autonomia da mulher.¹⁵⁴

Em outro campo, os autores que consideram adequada a Justiça Restaurativa nas situações de violência de gênero sustentam que a metodologia dialógica possibilita a escuta das vozes das mulheres, antes silenciadas. Barbara Hudson (*apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 64) afirma que há complementaridade entre feminismo interseccional, a teoria crítica da questão racial e os princípios da Justiça Restaurativa. Para a autora, nos círculos restaurativos, cada pessoa, independentemente de sua identidade ou posição em relação ao dano, está autorizada a falar sobre o evento, a partir da sua perspectiva. Os indivíduos estão emaranhados em uma rede de relações, sejam comunitárias ou com o Estado, por meio da qual negociam as identidades pelas quais querem ser reconhecidos, o senso de certo e errado e as responsabilidades como cidadãos ou vizinhos.

Como gênero é construído cotidianamente e socialmente, a Justiça Restaurativa pode oferecer espaço para a reflexão sobre dominação de gênero a ser considerada em cada experiência de injustiça. Ademais, como o sistema criminal “rouba” o conflito das partes (Nils Christie *apud* WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 52), a comunidade, por meio da Justiça Restaurativa, pode atender às necessidades específicas da vítima.

Um dos problemas da Justiça Restaurativa é, segundo Morris (*apud* COKER, 2002, p. 143), que o propósito de restauração das relações sugere que antes do conflito havia equilíbrio social e interpessoal. A premissa é a de que a vítima tinha liberdade e que o ofensor era integrado na comunidade. Ademais, a Justiça Restaurativa não reconhece que problemas socioeconômicos, que transformam todos os seus participantes – inclusive os ofensores – em vítimas, estão na raiz dos crimes. Para Morris, quando um crime é praticado, abre-se a oportunidade para a comunidade transformar suas desigualdades.

¹⁵⁴ Políticas que negam voz às mulheres limitam o desenvolvimento da habilidade de negociação. Nem toda mulher que deseja interromper a violência quer, necessariamente, prisão ou mesmo punição. Aliás, a intervenção compulsória gera danos às mulheres, porque reforça o estereótipo de que as mulheres não querem se separar dos seus agressores. Há um julgamento de que a mulher é louca e aceita a violência, portanto ela deve se separar. As intervenções partem da premissa de que é inviável a mulher cuidar de si e que o Estado precisa fazê-lo. Os tribunais, contudo, podem desempenhar um papel importante na estruturação de redes de proteção às mulheres e de reflexão para os ofensores. Cf. COKER, 2002, p. 128-152.

Também para Coker (2002, p. 149), a Justiça Restaurativa é problemática ao privatizar a violência doméstica, criando uma espécie de justiça de segunda categoria que não oferece a devida proteção à mulher. Para a autora, o processo restaurativo pode reforçar a opressão masculina, considerando que a família e a comunidade são os primeiros a apoiar o controle do homem sobre a mulher.

Ao contrário de Morris, porém, Coker (2002, p. 144) destaca que o crime não pode ser traduzido somente como expressão das estruturas de opressão, porque também resulta de escolhas. Mas, se o crime é visto somente como resultado de escolhas individuais – uma meritocracia às avessas –, afasta-se a responsabilidade derivada das condições estruturais nas quais a violência emergiu. Conforme se verá em tópico próprio, para Coker é preciso promover a transformação nas relações privadas e nas normas familiares de maneira que todos sejam agentes contra a violência doméstica,¹⁵⁵ conforme preconiza a Justiça Transformativa.

De qualquer sorte, o reconhecimento das dificuldades da aplicação da Justiça Restaurativa no contexto de violência contra a mulher não deve, *a priori*, implicar a rejeição dessa possibilidade, tampouco a adesão à criminalização como único caminho a ser trilhado.

Portanto, o dilema que se coloca é, de um lado, como assegurar a necessária proteção de um sistema criminal de justiça que ainda se revela sexista e, de outro, como promover uma justiça participativa, envolvendo a comunidade em práticas restaurativas para lidar com os episódios de violência contra a mulher, se suas arenas também reproduzem a misoginia. Limitar essa análise ao confronto entre a arena pública ou privada, escolhendo exclusivamente um de seus polos, faz parecer o patriarcado inevitável, porque tanto o Estado, como a família e a comunidade podem exercer tirania e coerção.¹⁵⁶ E é exatamente na reflexão para a superação desse paradoxo que os traços da Justiça Transformativa vão sendo delineados.

¹⁵⁵ Para Coker (2002, p. 139-141), o problema da adoção da Justiça Restaurativa em violência doméstica é identificar quem define o problema. Além de apoiar o controle econômico da mulher pelo marido e justificar suas manifestações de ciúme, há uma certa simpatia da comunidade ao homem que se defende de uma mulher considerada “astuta” ou ao marido traído que defende sua honra... ou seja, o homem é considerado a vítima!

¹⁵⁶ COKER, 2002, p. 130.

3.6.7 Justiça Restaurativa e a Questão Racial

O debate veiculado na questão de gênero também está presente aqui: o dilema sobre a participação estatal ou não nos processos restaurativos de enfrentamento da violência racial, considerando que o Estado é um dos seus perpetradores.

Davis (2022. p. 46-47) considera a Justiça Restaurativa um movimento social para promover as mudanças estruturais, institucionais e individuais necessárias e, nessa qualidade, a questão racial é essencial. Não se pode pretender a cura do dano interpessoal, sem as transformações sistêmicas, sob pena de a Justiça Restaurativa oferecer “uma solução rápida, abordando os sintomas, mas não as causas subjacentes”. Por exemplo, para o enfrentamento da violência racial nas escolas, Davis sustenta que é equivocado traçar estratégias voltadas exclusivamente ao comportamento da juventude, sem que haja transformação do sistema e da política que perpetuam as hierarquias racializadas no contexto escolar. Em razão da interseccionalidade, a experiência racial será diferente a depender das múltiplas identidades individuais. Como exemplo, a mulher negra tem experiências diferentes do homem negro e por isso a contação de histórias nos processos restaurativos é tão importante para capturar as experiências que são únicas, dentro da estrutura de opressão interseccional.¹⁵⁷

A Justiça Restaurativa, pois, deveria ter uma atuação mais transformadora na construção da justiça social para a população negra. Contudo, considerando o papel histórico do Estado no controle desse segmento social, é pouco provável que a Justiça Restaurativa consiga romper esse padrão, sobretudo quando mantém fortes conexões com o Estado.

Nesse sentido, o desenho de programas transformadores antirracistas deve, de um lado, mobilizar a luta para a democratização do Sistema de Justiça, utilizando sempre que necessário os mecanismos judiciais para o enfrentamento do racismo, sem deixar de fomentar a abertura de espaços dialógicos que promovam a reflexão e a transformação das violências estruturais e simbólicas, sem o controle do Estado.

Pelo exposto até aqui, para que a Justiça Restaurativa e a Justiça de Transição possam enfrentar as violências estruturais consignadas nas hierarquias e desigualdades

¹⁵⁷ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 158.

sociais, colaborando no processo de emancipação social, vários elementos devem ser articulados a suas práticas, conforme os preceitos da Justiça Transformativa.

3.7 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA

Conforme se verá neste tópico, a Justiça Transformativa é aplicável, sob variados formatos, em qualquer lugar, a qualquer tempo, para direcionar preocupações relativas às violências estruturais do cotidiano. Sua adoção pode ser impulsionada pelo desejo de transformação dos recursos locais, desafiando os mecanismos que dão sustentação à desigualdade, às relações de poder e às estruturas de exclusão nos níveis local e global. O foco é deslocado do âmbito legal para o social e político, e do Estado para as instituições comunitárias e suas práticas cotidianas.¹⁵⁸

3.7.1 Elementos da Justiça Transformativa

Considerando que a Justiça Transformativa não é um instituto com perfil consolidado, mas um movimento que demanda engajamento e crítica permanente, este trabalho pretende destacar os elementos essenciais a serem observados nas múltiplas configurações que as práticas de Justiça Transformativa podem ostentar. São eles: 1. Democracia participativa; 2. Transformação de conflitos; 3. Educação política para a conscientização; 4. Paz com justiça social; 5. Redes de cooperação para a igualdade na diversidade.

3.7.1.1 Democracia Participativa

Para que a comunidade seja protagonista da transformação da realidade, a partir de seus próprios critérios, é preciso desenvolver mecanismos para a prática da democracia participativa, um dos elementos mais significativos da Justiça Transformativa. Para tanto, há que se desenvolverem habilidades para a partilha do poder *com* o outro e não *para* ou *sobre* o outro. Trata-se do processo de *empoderamento* individual e comunitário que, para Schwerin,

[...] reúne atitudes individuais (autoestima, autoavaliação) e habilidades (conhecimento, aptidões e consciência política) para capacitar ações

¹⁵⁸ Cf. GREADY e ROBINS, 2014, p. 340.

individuais e colaborativas (participação política e social), a fim de atingir metas pessoais e coletivas (direitos políticos, responsabilidades e recursos).(Schwerin, 1995, p. 81)

Considerando que o empoderamento também é essencial no desenvolvimento de protagonismo para o enfrentamento das diversas expressões da violência, não é preciso que haja um conflito específico, traduzido em violência direta, para que a Justiça Transformativa seja acessada: basta que haja uma situação de injustiça social derivada da reprodução das violências estruturais e simbólicas.

Evans (2016, p. 13) argumenta que é preciso modificar as condições socioeconômicas por meio das quais as desigualdades consolidam a violência estrutural. Diante da relevância de seu escopo, caberá à Justiça Transformativa se engajar à práxis dos diversos atores sociais – movimentos populares, referências comunitárias, sindicatos, organizações não governamentais – para promover, no âmbito comunitário, a ampliação da participação na agenda política.

O compartilhamento das experiências e dos sentidos que emergem na análise coletiva das violências que afetam a comunidade impulsiona a ampliação da consciência, a cooperação e a elaboração conjunta de uma agenda transformativa. O processo se revela mais importante que os eventuais resultados, porque a escolha dos temas e de eventuais soluções, que não são pautados por um ente externo, é legitimada pela participação popular que diagnostica seus problemas, expressa suas necessidades e faz escolhas em relação ao seu futuro.

Além de criar espaços de reflexão, a Justiça Transformativa deve apoiar ações coletivas – judiciais ou não – para o enfrentamento da opressão e das condições sociais que criam e perpetuam as violências. Trata-se, pois, de desenvolver um movimento anticolonialista de produção de novos saberes e de criação de novas sociabilidades baseado na igualdade e na cooperação.

Para Nocella (2011, p. 6), a Justiça Transformativa enquadra os temas relacionados às identidades no campo da justiça e considera que as reflexões promovidas em espaços comunitários desenvolvem consciência crítica para compreender como as violências diretas e indiretas promovem silenciamento e resultam de ideologias, hierarquias e sistemas de crenças. “Trazer luz sobre essas manifestações de poder invisível pode ajudar grupos a identificarem e redefinirem suas próprias necessidades,

interesses e prioridades e adotarem práticas na defesa de seus direitos” (HODDY, 2021, p. 350).

É na participação nas “novas arenas democráticas” (GREADY e ROBINS, 2014, p. 359), a serem patrocinadas pela Justiça Transformativa, que o processo de conscientização desafia as relações de poder estabelecidas e fornece canais de discursos para a resistência. São esses mecanismos de democracia participativa que fortalecem identidades, mobilizam grupos a revisitar suas histórias, folclores e mitos e projetam possibilidades utópicas. Podem-se promover oficinas para que os participantes exponham sua visão de mundo sem medo e sem obediência a qualquer imposição vertical. Nessas oficinas, o facilitador, um “intelectual transformativo” (ver SCHEHR, 2000, p. 163-166), oferece seu compromisso com a luta coletiva para fortalecer a diversidade cultural e de gênero; a igualdade de acesso aos bens; o desenvolvimento de habilidades políticas; a ampliação do repertório político; a consciência ambiental; e a cultura da não violência.

Conforme se viu até aqui, o objetivo da Justiça Transformativa é “criar comunidade”, por meio da ampliação dos canais de participação política. Nesse sentido, seu escopo é muito mais amplo do que atender às necessidades da vítima e do agressor em um episódio de violência específico, uma vez que leva em consideração as circunstâncias sociais, suas hierarquias e as corresponsabilidades da comunidade na reprodução de suas violências. Para Morris (2000, p. 21), “a Justiça Transformativa implica oportunidade de criar uma comunidade mais cuidadosa, inclusiva e justa”.

3.7.1.2 Transformação de Conflitos

Em alinhamento com os princípios da Justiça Transformativa, Lederach (2012) considera que os conflitos devem ser transformados, não resolvidos. Para tanto, propõe substituir a expressão “resolução de conflitos” – que sugere uma tentativa de se livrar do problema – por “transformação de conflitos”, utilizando lentes múltiplas capazes de enxergar o episódio do conflito e o seu epicentro, ou seja, o fato conflituoso específico e o contexto no qual as relações entre as partes em conflito são estabelecidas. Quando o epicentro não é considerado, os episódios tendem a se repetir sob outros formatos, mas submetidos aos mesmos padrões relacionais, institucionais e estruturais, envolvendo questões de identidade e de poder.

Lederach (2012, p. 40-41) sustenta que um dos inúmeros objetivos da transformação de conflitos é “fomentar o desenvolvimento de estruturas que atendam às necessidades humanas básicas (justiça substantiva) e maximizem a participação popular em decisões que afetem suas vidas (justiça procedimental)”. Quando as preocupações sociopolíticas são negligenciadas e o foco do processo se limita a resolver o conflito, opta-se por evitar a promoção das transformações necessárias.¹⁵⁹

A amplitude da transformação de conflitos transcendendo a resolução do episódio para as necessárias mudanças nas relações do epicentro implica reconhecer que a cultura do punitivismo, impregnada e reproduzida pelos indivíduos e instituições, reduz o complexo fenômeno da violência à sua expressão direta e individual.

A cultura, como um conjunto de valores, práticas e comportamentos, fornece uma fonte de interpretação compartilhada do mundo ao mesmo tempo que reproduz a dominação social. O processo de diagnosticar as manifestações de poder nas expressões culturais é uma práxis essencial para a emancipação.

A demanda por meritocracia e pelo seu avesso, a punição, tem consequências para a perpetuação da cultura da violência, que é reproduzida no sistema educacional, nas famílias e nas instituições, em especial, no sistema de justiça.

A premissa de que a violência direta resulta exclusivamente de opções individuais e morais expressa uma acomodação que evita o incômodo político de se investigar em que medida as injustas estruturas sociais e os mecanismos ideológicos hegemônicos são corresponsáveis pela manutenção, reprodução e legitimação das violências no plano interpessoal. E é por essa razão que a violência não pode ser enfrentada somente em sua expressão direta, sem associá-la às suas dimensões estruturais e simbólicas. Portanto, a transformação dos conflitos requer uma profunda transformação cultural. Sendo assim, é preciso “desmamar” os indivíduos e a sociedade das amarras emocionais e culturais do punitivismo.¹⁶⁰ Para tanto, há que se impulsionar a articulação de fóruns de comunicação entre cidadãos para a partilha de reflexões e sentimentos sobre as injustiças, articulando-os com práticas de democracia deliberativa, que assegure inclusão, igualdade entre os

¹⁵⁹ LEDERACH, 2012, p. 15.

¹⁶⁰ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 217.

participantes, responsabilidade e poder de decisão, a partir da compreensão sobre as conexões entre o crime e as expressões das violências.¹⁶¹

3.7.1.3 Educação Política para a Conscientização

Um dos princípios da Justiça Transformativa é criar condições para o exercício da autonomia, da cooperação, do respeito às diferenças e da igualdade de acesso aos recursos, fortalecendo instituições baseadas na comunidade. Para tanto, é preciso estabelecer relações estratégicas com referências comunitárias para o patrocínio de uma educação política capaz de abrir oportunidades para a conscientização e articulação de compromissos coletivos baseados em uma agenda comunitária.¹⁶²

As metodologias pedagógicas que proporcionam consciência crítica em relação aos mecanismos que produzem violências ajudam os seus participantes a identificá-los, removê-los e transformá-los.¹⁶³ Trata-se, pois, de uma educação popular para, em última instância, impulsionar a ação comunitária transformadora.

A educação transformadora é um movimento circular que parte da análise da situação dos problemas, transformando as visões e habilidades das pessoas envolvidas, assim como os níveis de organização das comunidades. É o que Paulo Freire denomina processo de conscientização: uma abordagem de transformação baseada nas relações de poder. Participação torna-se um elemento-chave de empoderamento para que os oprimidos acessem instituições e estruturas das quais foram excluídos.¹⁶⁴

Para Lederach e Kraybill (1995, p. 21), a educação para a conscientização é uma tarefa para que as pessoas que sofrem injustiças compreendam as desigualdades de poder nas suas relações. O autor salienta que o processo de conscientização proposto por Paulo Freire promove transformação no nível individual e sistêmico. Além disso, a pedagogia do oprimido, que opera com o conhecimento e a experiência locais, impulsiona o empoderamento, por meio do qual se cria uma comunidade baseada na confiança. Empoderamento implica reciprocidade: “‘Eu posso’ é complementado com ‘eu preciso de você’”.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 214-215.

¹⁶² GENERATION FIVE, 2007.

¹⁶³ Cf. HODDY e GREARY, 2020, p. 564.

¹⁶⁴ Cf. GREARY e ROBINS, 2014, p. 358.

A partir dessa premissa, Lederach e Kraybill (1995, p. 374) propõem um projeto pedagógico popular que respeite e empodere as pessoas para que participem da criação e do fortalecimento de modelos de transformação de conflitos, a partir da realidade local. E para que essa formação não seja colonizadora, tampouco submissa à lógica do sistema de justiça, deve ser “elictiva”, ou seja, deve partir da realidade dos educandos e não “prescritiva”.

Também para Schehr (2000, p. 163), a Justiça Transformativa tem compromisso em promover uma educação crítica, inspirada na pedagogia da libertação de Paulo Freire, para que as posições tomadas na dimensão das subjetividades sejam associadas aos padrões estruturais de opressão. Para o autor, a narrativa da meritocracia e do utilitarismo não pode mais embalar o sistema de justiça criminal e a retórica política. Há que se adotar uma pedagogia que facilite “modos subalternos de resistência” e permita a reconstrução discursiva voltada à conscientização política e ao reconhecimento de identidades – por meio do resgate de suas histórias, mitos e folclores. Nesse espaço, a expressão é livre de qualquer ameaça ou intimidação. Para Schehr (2000, p. 166), os elementos para a promoção de uma pedagogia crítica transformativa são, entre outros: diversidade cultural, de gênero, de raça e de classe; associação entre violência e pobreza; desigualdade e falta de acesso à educação; organização de estratégias políticas; consciência ambiental; e prática da não violência.

3.7.1.4 Paz com Justiça Social

O processo de construção de paz sustentável, que não pode se limitar à celebração do diálogo e do consenso, implica reconhecer o direito ao desenvolvimento e à justiça social. A paz positiva não é a ausência de conflito, mas a eliminação das causas da violência que derivam da injustiça social e da exclusão. A paz liberal é uma imposição vertical, cuja busca acrítica pelo consenso pode silenciar a expressão das necessidades sociais, econômicas e políticas das pessoas afetadas pelas violências, além de reforçar as relações hierárquicas de poder.¹⁶⁵

Nesse sentido, ao contrário da perspectiva liberal, que interpreta a paz como resultante da equação democracia representativa somada à segurança jurídica para a

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 351.

manutenção da ordem social e econômica, é possível afirmar que não haverá paz enquanto houver reprodução da violência nas esferas cultural e estrutural.

Portanto, para que seja sustentável e resulte de um processo participativo e democrático, a construção da paz deve estar articulada à transformação de conflitos operada em um quadro mais amplo e horizontal, que inclui: pessoal, relacional, estrutural e cultural.¹⁶⁶ Ou seja, não é possível projetar paz sem justiça social, o que implica transformar as desigualdades de poder que se verificam nas organizações sociais – família, escola, associações e movimentos. É no enfrentamento das violências internas que agrupamentos humanos se habilitam a confrontar as desigualdades institucionais mais amplas, ao mesmo tempo que constroem comunidade.¹⁶⁷

A necessária articulação da Justiça Transformativa com a justiça social se traduz na perspectiva “ator-orientado”,¹⁶⁸ conceito talhado no campo dos Direitos Humanos segundo o qual os direitos emergem e são formatados nas lutas por uma vida digna. Os direitos humanos não são um arcabouço normativo para a imposição da paz liberal, porquanto nascem das experiências de privação de direitos e de opressão, e não da lei. O papel da educação política, portanto, não é o ensinamento doutrinário do direito, mas o desenvolvimento da consciência crítica em relação aos direitos.¹⁶⁹

Nesse sentido, a Justiça Transformativa não trata de um modelo ideal de justiça, porque emerge da prática social das ruas. É um direito que vai se conquistando nos espaços públicos, em contraste com o direito que é imposto pelas instituições.¹⁷⁰ Direitos são historicamente contingentes e mutáveis. “Não é porque existem leis e eu tenho direito, que estou me defendendo. É porque eu me defendo, que existem direitos e a lei me respeita” (ROBINS, 2019, p. 308). Portanto, em vez de fixar *a priori* uma base material, a Justiça Transformativa delinea os traços da justiça social almejada no cotidiano das lutas dos marginalizados contra a dominação e em favor do direito ao desenvolvimento. E, aqui, a Justiça Transformativa revela seu alinhamento com o Projeto O Direito Achado Na Rua. Conforme José Geraldo de Sousa Junior:

¹⁶⁶ Cf. LEDERACH, 2012, p. 41 e 50.

¹⁶⁷ GENERATION FIVE, 2007, p. 22.

¹⁶⁸ O conceito de ator-orientado é extraído da premissa de que os direitos nascem das lutas para superar a opressão. Direitos Humanos emergem em oposição à opressão e não necessariamente de uma lei. Cf. NYAMU-MUSEMBI, 2005.

¹⁶⁹ Cf. GREASY e ROBINS, 2014, p. 354.

¹⁷⁰ Cf. ROBINS, 2019, p. 302.

Voltando a Roberto Lyra Filho, é de lembrar que ‘o Direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação – enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos’, até se consumir, vale repetir, pela mediação dos direitos humanos na ‘enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade’”. (SOUSA JUNIOR, 2021, p. 94)

A amplitude do potencial emancipatório da Justiça Transformativa, portanto, está no seu caráter processual, prospectivo e epicêntrico, em contraste com a Justiça Restaurativa e com o procedimento judicial, que buscam respostas e restauração em relação a um episódio já ocorrido. Enquanto Justiça Transformativa é processo, Justiça Restaurativa é evento.¹⁷¹

Para viabilizar sua aplicabilidade em comunidades afetadas pela violência, núcleos de Justiça Transformativa devem assegurar a participação de seus integrantes, em dinâmicas que possibilitem a compreensão e a transformação das raízes estruturais das injustiças. Para Nocella (2001, p. 8), é preciso articular uma filosofia de justiça social baseada na Justiça Transformativa preconizada por Ruth Morris, na Transformação de Conflitos de John Paul Lederach, na Pedagogia da Transformação de bell hooks e na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.¹⁷²

A Justiça Transformativa integra, pois, um projeto político radical, destinado à participação dos grupos subalternizados na mobilização por justiça social com desenvolvimento.¹⁷³ Para tanto, uma distribuição mais justa de bens não é suficiente. É preciso distribuir poder, como pré-requisito da distribuição de bens, porque é nas relações sociais de poder que essas escolhas são feitas. A propósito, como se verá no próximo capítulo, a teoria tridimensional de justiça, de autoria de Nancy Fraser, deve estar lastreada nos pilares da distribuição dos bens, do reconhecimento das identidades e da representação política.¹⁷⁴ O que se pretende sustentar neste trabalho é que a Justiça Transformativa desafia e renegocia as relações de poder em todos esses níveis.

¹⁷¹ Cf. GREARY e ROBINS, 2014, p. 357.

¹⁷² Entre a vasta obra de Paulo Freire, destacam-se a *Pedagogia do oprimido* (1968), em que o autor desenvolve uma metodologia de educação, por meio da interpretação crítica da realidade, do ponto de vista do oprimido; a *Pedagogia da autonomia* (1997), em que Freire sustenta que o educando tem o direito de ser sujeito de seu próprio processo de conhecimento, exercendo autonomia para a transformação da realidade e aprendendo a pensar sem a “transferência bancária” do conhecimento pelo educador; e a *Educação como prática da liberdade* (1967), em que o autor propõe um método dialógico, ativo, crítico e participante para enfrentar a educação massificadora.

¹⁷³ Cf. ROBINS, 2019, p. 304.

¹⁷⁴ *Ibid.* p. 307.

3.7.1.5 Redes de Cooperação para a Igualdade na Diversidade

Pelo que se viu até aqui, a Justiça Transformativa não negligencia a dimensão dos direitos humanos que emergem na mobilização popular por justiça social, porque reconhece que, quando preocupações comunitárias não ganham tração na agenda pública, recursos tais como a desobediência civil, protestos e ações judiciais se colocam como uma alternativa. A resistência de Rosa Parks¹⁷⁵ ilustra a necessidade de se adotarem ações de confronto para criar condições para a prática da cooperação.¹⁷⁶

No entanto, além das transformações das violências estruturais derivadas da desigualdade social, o equilíbrio de poder também deve ser objeto de atenção nas arenas comunitárias, onde as violências simbólicas também se expressam nos padrões de comunicação e nas relações estabelecidas entre os indivíduos. “Para nos habilitarmos a confrontar a violência institucional, nós devemos endereçar as questões da desigualdade de poder que ocorre nas nossas organizações e movimentos” (GENERATION FIVE, 2007, p. 22).

Seja qual for o contexto, quando permeado por hierarquias, a opressão é internalizada, dificultando a consciência de como essas relações de poder não podem ser naturalizadas. As experiências dos indivíduos com as violências podem paralisar o anseio de construir relações horizontais e dialógicas com o outro, com a comunidade e com os movimentos sociais.

Nesse sentido, as reflexões e ações necessárias para a construção de um futuro de paz, democracia e igualdade demandam transformações sociais profundas que incluam a velha luta por direitos, ainda tão indispensável nos países periféricos. Afinal, por aqui ainda se reproduzem relações sociais e econômicas talhadas em brutal desigualdade. No entanto, as novas formas de relação social que contornam o futuro, devem se iniciar no presente. É o que destaca Boaventura de Sousa Santos:

Num mundo em que o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado ainda o dominam, o pensamento pós-abissal e a autoridade pós-abissal (isto é, as relações de poder desiguais transformadas em relações de autoridade

¹⁷⁵ Mulher negra norte-americana que se recusou a obedecer aos ditames de uma lei segregacionista, que assegurava preferência de assento às pessoas brancas, em detrimento de pessoas negras no transporte coletivo de Montgomery, no Alabama, Estados Unidos. Por sua conduta, Rosa Parks foi presa em 1955 e, em represália, a população afro-americana da cidade se mobilizou para boicotar os ônibus e iniciou os movimentos de defesa dos direitos civis.

¹⁷⁶ Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 216.

partilhada) apontam para um horizonte utópico. Apesar disso, em vez de se tratar de uma situação imaginada de forma abstrata sem qualquer relação com a realidade atual, como acontecia com as utopias modernas, são princípios orientadores de ação social e política que se incorporam em lutas concretas. (SANTOS, 2019, p. 203)

Além do foco nos direitos fundamentais, pois, a construção do amanhã começa agora, local e cotidianamente. E é por isso que a cooperação e o reconhecimento da igualdade na diferença devem ser antecipados e reproduzidos, desde já, na formação de redes que articulem práticas e lutas por justiça social.

3.8 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA NA PRÁTICA

Há vários formatos possíveis para a adoção dos princípios da Justiça Transformativa, o que justifica as dúvidas sobre a aplicação desse instituto na prática.¹⁷⁷ Na análise de Eric T. Hoddy (2021), embora a experiência das Comissões Pastorais da Terra (CPT) no Brasil durante a transição do regime autoritário para a abertura democrática, por exemplo, não tenha se utilizado formalmente da estrutura da Justiça de Transição para lidar com as injustiças no campo, os elementos da Justiça Transformativa foram aplicados, considerando que o contexto era de extrema violência sistêmica e estrutural. Segundo o autor, ao contrário da justiça transicional, que tem base na legalidade e no processo estatal, essa experiência brasileira se engajou no enfrentamento das violências estruturais e priorizou o empoderamento e a participação das comunidade, o que fez com que os elementos da Justiça Transformativa estivessem configurados: a mudança da ênfase para a agência e recursos locais, priorizando o processo em vez dos resultados e desafiando as relações desiguais de poder e estruturas de exclusão nos níveis local e global.

Antes de apresentar o modelo cujo desenho obedeceu aos objetivos desta pesquisa, algumas experiências serão objeto de destaque porque, embora não guardem alinhamento com a proposta deste estudo, oferecem reflexões importantes sobre a Justiça Transformativa na prática. É o que se vê a seguir.

¹⁷⁷ Para McAuliffe (*apud* HODDY e EVANS, 2020, p. 1), há uma lacuna entre os enunciados e aspirações de transformações estruturais e os métodos implementados na prática da Justiça Transformativa. Para uma coleção bastante diversificada de experiências de Justiça Transformativa, ver GREASY e ROBINS, 2019.

3.8.1 Justiça Transformativa e Violência de Gênero

Conforme já mencionado, a distinção entre esfera pública e privada despolitiza o espaço doméstico e invisibiliza a violência que ocorre nas famílias e nas comunidades. O enfrentamento da violência de gênero não pode reduzir a mulher à condição de vítima, desfocando a questão das relações de poder e a violência derivada da intersecção de outras identidades que produzem variadas possibilidades de opressão.¹⁷⁸

Para Fionnuala Ní Aoláin (2019, p. 151, 158), no coração do feminismo está a necessidade de redistribuição do poder. A opressão contra a mulher tem várias facetas: violência pública e íntima; assédio sexual; ausência de autonomia reprodutiva; *status* social desigual; limitação à liberdade de movimento; desigualdade salarial; responsabilidade do cuidado com idosos e crianças; restrição à educação; sub-representação. Como a interseccionalidade da opressão produz múltiplas formas de dominação e de exclusão, a violência contra a mulher deve ser analisada holisticamente, em todas as suas dimensões: direta, estrutural e simbólica.

Alguns programas que se alinham à Justiça Transformativa emergiram do movimento feminista antiviolença e abolicionista, tanto para refutar o punitivismo e a seletividade do direito penal, quanto para evitar que o enfrentamento à violência, em especial a sexual, seja cooptado pelo Estado patriarcal. Quando a sociedade e o Estado focam na punição individual, há uma falha no enfrentamento das raízes das violências, o que colabora para que aqueles que têm menos poder, mulheres e crianças em particular, permaneçam sendo vítimas de abusos.

Essas organizações de base incorporam a perspectiva feminista e criam caminhos para responder à violência sexual que não sejam pautados na abordagem “*nós versus eles*” (ARMATTA, 2018, p. 12).

Violência sexual é um problema da comunidade. As necessidades comunitárias precisam fazer parte da solução. Violência sexual é mais do que ação individual; ela é influenciada pelas nossas crenças culturais, práticas e estruturas. Juntos, nossas comunidades podem mudar essas influências. (ARMATTA, 2018, p. 12)¹⁷⁹

¹⁷⁸ Cf. GREADY e ROBINS, 2014, p. 353.

¹⁷⁹ “Sexual violence is a community problem. The Community needs to be part of the solution. Sexual violence is more than an individual’s actions; it is influenced by our cultural beliefs, practices, and structures. Together, our communities can change those influences.”

Quando as mulheres são desvalorizadas e vistas como objeto sexual, as agressões sexuais são naturalizadas, porque a cultura está estruturada em modelos de dominação. Daí que a resposta aos crimes também se utilizará de ferramentas que a reproduzem.

Muito embora a Justiça Restaurativa enfatize a reparação dos danos causados pelo crime – e, em alguns de seus modelos, inclua a rede pessoal, familiar e comunitária dos envolvidos na violência –, essa metodologia não investe nos efeitos que o sistema de opressão (racismo, sexismo, homofobia, classismo e outros) causa nos indivíduos. A Justiça Transformativa, ao seu turno, dá relevo às questões que envolvem a identidade, confronta injustiças sociopolíticas direcionadas a grupos marginalizados e utiliza a mediação e os círculos comunitários para promover a transformação dos conflitos.¹⁸⁰

Para Common Justice (Brooklyn); Incite! Woman of Color Against Violence; Black Youth Project 100; Generation Five (GEN5), construir comunidade é sempre um desafio, sobretudo em sociedades pautadas no individualismo.¹⁸¹ Apesar dessa dificuldade, algumas experiências de Justiça Transformativa descartam a participação do Estado por conta da violência estatal exercida sobre os segmentos sociais oprimidos.

Uma das primeiras organizações a desenvolver uma estrutura para a Justiça Transformativa foi a Generation Five, em 2007, na adoção de uma abordagem libertadora, em busca de responsabilização, sem fazer uso da alienação e da punição promovidas pelo Estado violento. Em 2017, surgiu a INCITE! Woman of Color Against Violence.¹⁸²

A experiência da Generation Five emergiu do trabalho com crianças vítimas de abuso sexual para assegurar proteção individual e transformação das estruturas de injustiça social que perpetuam esse tipo de abuso.¹⁸³ Para a organização, muito embora afirme ter o monopólio da coerção e do exercício da força, o Estado é a legitimação institucionalizada da violência.¹⁸⁴

As metas e princípios da Justiça Transformativa, segundo a Generation Five (2007, p. 26-31), são:

- Transformação das desigualdades e abusos de poder dentro das comunidades;

¹⁸⁰ Cf. ARMATTA, 2018, p. 13.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 30.

¹⁸² Cf. INCITE. Disponível em: <https://incite-national.org>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹⁸³ Cf. GENERATION FIVE, 2007, p. 6.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 9.

- Libertação da violência da colonização, criando condições de cooperação, respeito, autodeterminação e igual acesso aos recursos, ao mesmo tempo que se constroem instituições baseadas na comunidade para operar com valores e práticas sem violência;
- Poder partilhado, com base na igualdade, cooperação e autodeterminação;
- Segurança derivada da responsabilidade assumida pela pessoa que agiu com violência.

A Generation Five nasceu das críticas formuladas por feministas negras, comunidades *queer* e gêneros fluidos que sofreram violência do Estado. Trata-se de uma abordagem libertária que procura segurança e responsabilidade sem alienação, punição ou violência sistêmica estatal, incluindo encarceramento, para transformar as condições sociais que criam e perpetuam as violências. A organização desenvolve ferramentas locais para que a comunidade possa oferecer suporte tanto para os que sofreram quanto para os que provocaram danos.

Para Billingsley (2019),¹⁸⁵ os danos derivados das violências têm múltiplas camadas que se interpenetram: interpessoais, comunitários, institucionais e estruturais e, nesse sentido, as ações devem ser responsivas e preventivas, para que haja efetiva transformação das condições sociais na comunidade.

Na mesma linha, a Incite! é uma organização que se opõe a todas as formas de violência de gênero e de raça nas comunidades, atribuindo ao Estado o papel de principal violador dos direitos, através da brutalidade policial, da política anti-imigração, do controle reprodutivo e do colonialismo. As práticas, portanto, relacionadas à Justiça Transformativa no âmbito dessa organização são integralmente autônomas em relação ao Estado.

Com base nas críticas de Morris, Coker (2002, p. 130) desenhou um modelo transformativo que inclui programas de reflexão crítica para ofensores, sobre as opressões – sexismo, racismo e classismo – praticadas tanto no Sistema Criminal, como na família e na comunidade. Isso porque a violência doméstica é um jogo de poder na relação, para afirmação da identidade masculina. A violência não é uma erupção derivada do conflito, mas um sistema de controle da conduta da mulher, daí a importância da reflexão e educação dos ofensores para controle de seus comportamentos. Nesse contexto, não se

¹⁸⁵ BILLINGSLEY, 2019, p. 29-31

pode aplicar a Justiça Restaurativa, dando ênfase à resolução do conflito. A violência de gênero retrata um homem ofensor que se vê como vítima de um comportamento inadequado da mulher: seja a sua falha em priorizar as necessidades do marido ou em não estar disponível sexualmente, ou ainda em cuidar das crianças. O controle financeiro, físico e sexual são fatores por meio dos quais os homens constroem uma frágil masculinidade. E essa identidade precisa ser objeto de reflexão e transformação.

Qualquer que seja o modelo desenhado para o enfrentamento da violência de gênero, é preciso, segundo Coker (2002, p. 146), articular o poder coercitivo do Estado a uma rede de reflexão para ofensores e de suporte para vítimas. O objetivo é relacionar as violências concretas à ideologia que naturaliza a subordinação de gênero e às questões raciais derivadas da colonização. Por exemplo, grupos de homens que provocaram violência podem refletir sobre suas experiências, na condição de oprimidos nos marcadores de raça e classe, para compreenderem que sua masculinidade não depende da opressão às mulheres. A proposta é construir uma comunidade que apoie a autonomia das mulheres sem forçá-las a escolher entre comunidade de identidade e segurança. Para a autora, não deve haver foco no perdão da vítima, nem na reconciliação, porque “alguns homens são rápidos em se desculpar e lentos em se transformar” (COKER, 2002, p. 148).

Esse modelo, que é somente uma possibilidade entre tantas outras, sustenta que a adoção da Justiça Transformativa não implica descriminalização da violência. As mulheres e todos os integrantes da comunidade devem se assegurar de que a polícia virá quando chamada. E virá para cumprir o seu papel, que é promover proteção. Mas há que se reconhecer que a transformação acontece fora do sistema criminal e que as mulheres vítimas de violência podem demandar transformação de suas famílias, das comunidades e do Estado. Nesse sentido, nada impede que a Justiça Transformativa se vincule à justiça formal e crie programas que impulsionem essas transformações (COKER, 2002, p. 150).

3.8.2 Justiça Transformativa na Educação

Conforme já mencionado, a educação popular, como leitura crítica do mundo, permite a compreensão das relações entre violência direta e violência estrutural, ambas sustentadas pelas ideologias e sistema de crenças próprios da violência cultural.

Ao extrapolar o campo acadêmico, a Justiça Transformativa vem crescendo dentro das organizações comunitárias e escolares, para fomentar a reflexão crítica, a consciência

das identidades e a ação coletiva, desafiando o poder hegemônico e o autoritarismo, por meio da emancipação de grupos marginalizados.

Muitas organizações populares vêm aplicando seus princípios para impulsionar práticas participativas, relações equitativas e visões partilhadas de justiça social. A premissa adotada é a de que a mudança social depende da mudança na consciência.

No contexto escolar, os livros podem oferecer lentes para a interpretação do mundo de maneira crítica. A educação para a conscientização, para Alexis Jemal (*apud* ANAND e HSU, 2020, p. 125-126), deve oferecer três metas:

- Iniciar a conscientização em nível individual e expandi-la para a desigualdade sistêmica, relacionando a natureza do poder com os privilégios que criam as hierarquias sociais;
- Construir um corpo de estudantes com capacidade para mudanças individuais, familiares, comunitárias, institucionais e sistemas sociopolíticos. A ruptura com o binarismo *opressor* versus *oprimido* – que comporta diferentes combinações, inclusive a possibilidade de o oprimido ser opressor – afasta a responsabilidade de a transformação ser atribuída somente aos oprimidos. A compreensão do fenômeno da interseccionalidade,¹⁸⁶ que é a presença de múltiplas dimensões de opressão baseada nas múltiplas identidades dos indivíduos, colabora na formação de uma “postura radical da empatia”. Essa abordagem educadora impulsiona a valorização das diferenças, na medida em que permite a compreensão, identificação e superação dos estereótipos que são reproduzidos nos aparelhos ideológicos e ficam registrados na psiquê coletiva.
- Ampliar a consciência dos educadores e estabelecer relações de horizontalidade e dialógicas entre educadores e educandos.

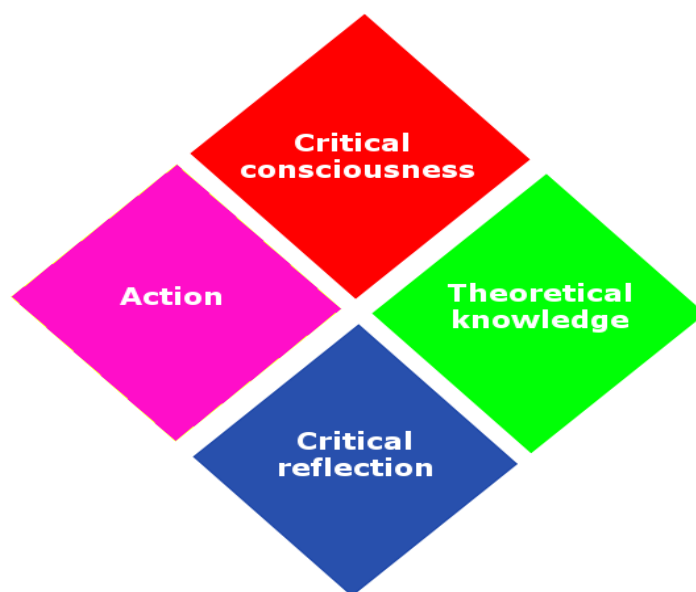
Os temas relacionados à igualdade na diversidade são veiculados por narrativas cujos marcadores de identidades – raça, pobreza, religião, etnia, cultura, imigrantes, linguagem, gênero, orientação sexual, composição de família, entre outros – provocam

¹⁸⁶ Em 1989, Kimberlé Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade, um conceito essencial para a política de identidade. Embora inicialmente tenha sido utilizado para descrever a sua experiência – como mulher afro-americana atravessada na intersecção de dois caminhos, um patriarcal e o outro da dominação racial –, o conceito se aplica a outros perfis de identidade tais como LGBTQIA+ e classe social. Cf. WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 67 e 165. Ver também COKER, 2002.

diferentes experiências pessoais, que celebram força, resiliência e resistência.¹⁸⁷ A abordagem educadora para a conscientização parte da análise das experiências em direção à ação transformadora.

3.9 JUSTIÇA TRANSFORMATIVA. CONSTRUINDO O FUTURO SEM VIOLÊNCIA

Independentemente de as práticas transformativas estarem ou não relacionadas diretamente a projetos de combate à violência contra a mulher ou de educação popular, o roteiro apresentado por Hoddy e Evans (2020) a partir do desenho de Butcher; Banks; Henderson; Robertson (*apud* HODDY e Evans, 2020, p. 2-3), denominado “Diamante da Justiça Transformativa”, é bastante ilustrativo para orientar a formulação de projetos de Justiça Transformativa, considerando as seguintes etapas. Vejamos.



1. *Consciência crítica.* A conscientização de Paulo Freire emerge na educação popular que desenvolve habilidades para que os indivíduos se transformem em cidadãos e para que participem da vida política por meio da tomada de decisões. A premissa é a de que os problemas individuais são relacionados a contextos sociopolíticos mais amplos e, nesse sentido, é importante que ações individuais e coletivas sejam movidas para contestar estruturas e sistemas injustos. Os elementos que integram o processo de conscientização são: a) compreensão das

¹⁸⁷ Cf. ANAND e HSU, LAURA, 2020, p. 127.

relações de poder e empoderamento para subvertê-las; b) foco na transformação das estruturas injustas para a promoção da justiça social e; c) participação igualitária de todos os membros do grupo, sem discriminação.

2. *Conhecimento teórico*. Apresentação de conceitos para a compreensão dos sistemas sociais e para a escolha das possíveis estratégias de superação.
3. *Reflexão crítica*. Análise das teorias à luz das próprias necessidades; compreensão de como o poder opera e emergência de nova consciência a partir do engajamento com a prática.
4. *Ação*. Elaboração de projetos de ação organizados para a promoção de transformações “de baixo para cima”.

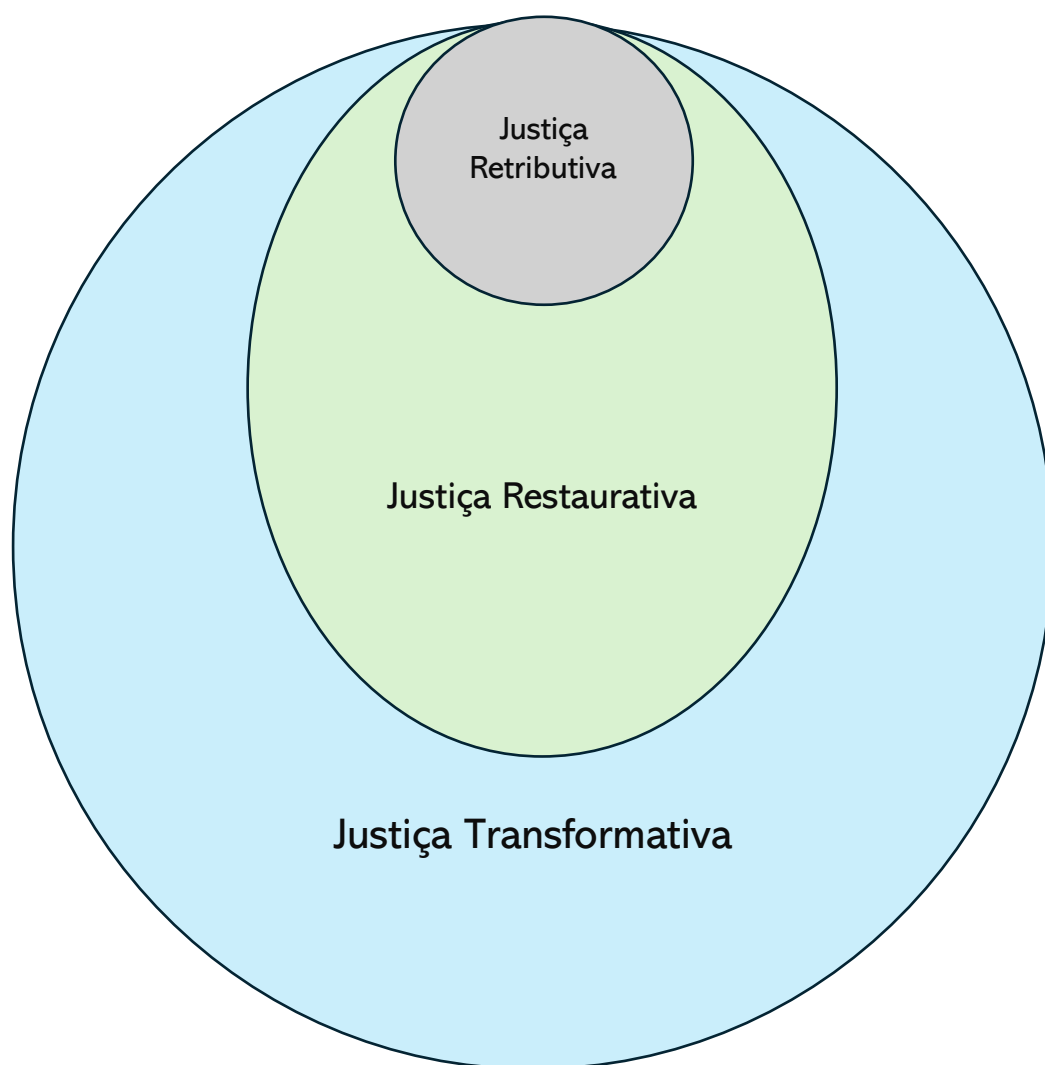
Conforme se verá quando da apresentação dos Círculos Comunitários Transformativos, desenhados para esta pesquisa, a dinâmica circular seguiu o mesmo roteiro do diamante acima exposto. O primeiro quadrante do círculo – relacionado à consciência crítica – foi destinado à ampliação da consciência em relação às identidades e necessidades individuais e comunitárias. O segundo quadrante – do conhecimento teórico – forneceu temas para o debate, ampliando o repertório teórico dos participantes em relação às violências e como elas emergem. O terceiro quadrante – da reflexão crítica – explorou como as violências reverberam na vida dos participantes e como é possível transformá-las. O último quadrante – relacionado à ação prática – foi dedicado à elaboração e apresentação, por parte dos participantes, de projetos de transformação das violências identificadas.

A figura a seguir ilustra a amplitude com a qual a Justiça Transformativa deve ser interpretada. Os três paradigmas de justiça para o enfrentamento das violências são: a) *Justiça Retributiva* do Sistema Judicial Formal, que opera com um *padrão adversarial, dialético, burocrático e coercitivo* para que o Estado responda às violações já ocorridas (*violência direta no passado*), atribuindo a *punição prevista em lei* ao responsável pelo dano; b) *Justiça Restaurativa* que, operando dentro ou fora do Sistema Judicial, adota um *padrão cooperativo, dialógico e horizontal*, que busca o *consenso para atendimento das necessidades da vítima, do ofensor e da comunidade*, diante de uma violação já ocorrida (*violência direta no passado*); c) a *Justiça Transformativa*, que também opera *sob um padrão cooperativo, dialógico e horizontal* em situações de violação de direitos, envolvendo *violência direta no passado, violência estrutural e simbólica no presente e prevenção de violência futura*.

Enquanto as duas primeiras são retrospectivas, porquanto dependem da ocorrência de um episódio de violência – direta – no passado, a Justiça Transformativa, muito embora também possa promover transformações em casos cuja violação já ocorreu, é prospectiva, na medida em que prescinde da ocorrência de um episódio específico, além de atuar nas três dimensões da violência: direta, estrutural e simbólica.

A linha cinzenta entre a Justiça Restaurativa e a Transformativa revela que, a depender do desenho institucional adotado, ambas podem se aproximar, na medida em que as práticas restaurativas incorporem os elementos da Justiça Transformativa expostos neste capítulo.

O desenho apresentado ostenta clara opção por integrar a esfera da Justiça Retributiva ao círculo maior da Justiça Restaurativa, porque são muitas as práticas restaurativas que se articulam com o Sistema Formal de Justiça. A presença da Justiça Restaurativa dentro da Justiça Transformativa indica que esta última não rejeita os fundamentos restaurativos; ao contrário, os absorve criticamente para propor a sua ampliação. Por fim, a opção pela manutenção da Justiça Retributiva dentro da esfera da Justiça Transformativa se justifica porque, em um contexto em que as violências ainda se apresentam de forma brutal, a afirmação dos direitos humanos demanda a proteção estatal. Portanto, ao contrário dos modelos transformativos que repudiam o engajamento com o Estado, este trabalho entende que a Justiça Transformativa deve se comprometer na luta pela democratização do Estado, assegurando que os modelos comunitários transformativos de gestão de conflitos não sejam colonizados e possam desempenhar um papel contra-hegemônico na transformação das violências.



Nesse sentido, ao contrário da Justiça Retributiva, da Restaurativa e de Transição, não é preciso o “sangue da violência direta” para que a Justiça Transformativa seja convocada a agir no enfrentamento das violências estruturais e sistêmicas e na construção da justiça social.¹⁸⁸ Trata-se de um novo paradigma que não se dedica exclusivamente à restituição do passado, porque prioriza o desenvolvimento de mecanismos democráticos, participativos e comunitários de reflexão, tomada de decisão e ação no presente, para transformar o futuro.

Para esse mister, a Justiça Transformativa deve se concentrar em transformar as injustiças relacionadas à distribuição de recursos, ao reconhecimento das identidades e à participação na democracia local, conforme preconiza a Teoria Tridimensional da

¹⁸⁸ Cf. GREARY e ROBINS, 2014, p. 347.

Justiça,¹⁸⁹ que será objeto de análise do próximo capítulo, “Das necessidades e identidades”, que corresponde ao primeiro quadrante da aplicação dos Círculos Comunitários Transformativos.

¹⁸⁹ Ver FRASER, 2022.

CAPÍTULO 4

DAS NECESSIDADES E DAS IDENTIDADES

Este capítulo pretende analisar algumas categorias teóricas elaboradas por Nancy Fraser ao longo de sua obra, as quais se mostram adequadas à metodologia e temática desenvolvidas nos Círculos Comunitários Transformativos, em especial as experiências de injustiça derivadas do não atendimento das necessidades e do não reconhecimento das identidades.

Os fundamentos de Fraser são uma importante referência neste trabalho. primeiramente, porque sua teoria social, inserida no campo da Teoria Crítica, analisa as crises, os conflitos e as formas pelas quais os movimentos sociais podem oferecer resistência e elaborar projetos emancipatórios para a sua superação. Trata-se de uma abordagem filosófica que faz diagnósticos das contradições, para compreender as lutas e desejos de uma época.¹⁹⁰ E, conforme já esclarecido, o objeto deste trabalho é exatamente identificar quais são as práticas sociais adequadas para impulsionar o protagonismo comunitário no diagnóstico e transformação de suas violências.

Em segundo lugar, porque as categorias desenvolvidas pela autora desde os anos 1980 guardam alinhamento com o desenho elaborado para a presente pesquisa, sobretudo, o conceito de Esfera Pública, a Teoria Tridimensional da Justiça e a Política de Interpretação das Necessidades.

E por último, porque, sua leitura sobre o capitalismo, muito embora elaborada em contextos distintos, não o associa a um tipo de economia, mas de sociedade, o que a afasta de qualquer interpretação economicista da crise atual. Para Fraser, uma análise que opere no âmbito da Teoria Crítica não pode negligenciar nenhuma das expressões da crise do capitalismo, a saber: a crise de produção – a brutalidade da desigualdade material e a precarização do trabalho –, a crise da reprodução social – o déficit do cuidado e a opressão de gênero –, a crise ambiental – o uso desenfreado dos recursos naturais pelo capital –, a crise da migração, a violência racializada e a crise política.

Para a melhor compreensão dos elementos teóricos de Nancy Fraser empregados neste trabalho, o próximo tópico oferecerá uma breve exposição da Teoria Crítica, seguida

¹⁹⁰ Conforme relato da própria Fraser, citando Marx, em “O que há de crítico na teoria crítica? O caso de Habermas e o gênero”, publicado originalmente em 1985. Ver FRASER, 2024, p. 33.

de algumas das categorias conceituais de Habermas e da Teoria Tridimensional de Justiça de Nancy Fraser.

4.1 A TEORIA CRÍTICA

Ao contrário das tradições teóricas divididas em descritivas – que se limitam a contemplar o mundo do ser – e normativas – que prescrevem o dever-ser –, a teoria crítica sintetiza ambas as tradições, afirmando-se como um recurso teórico para interpretar a realidade – imanência –, em busca de sua transformação, rejeitando todas as formas de opressão – transcendência.

A construção dos pressupostos de Nancy Fraser tem origem na fundação da Escola de Frankfurt, em 1920, por teóricos que integraram a chamada primeira geração, com destaque para Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Essa vertente epistemológica, de matriz marxista, considera os fatos sociais como produtos históricos que podem ser transformados, a partir da razão crítica voltada para a emancipação, em contraposição à razão técnico-instrumental própria do Iluminismo do século XVIII.¹⁹¹

A despeito da tradição marxista, esses autores criticam o economicismo que confere centralidade à análise econômica, porque a consideram insuficiente para compreender a complexidade do mundo contemporâneo e recorrem ao próprio Marx para refutar o *materialismo contemplativo*, que negligencia as subjetividades humanas. Esses autores críticos rejeitam a interpretação determinista, positivista e mecanicista do materialismo histórico, afirmando que há uma relação de reciprocidade entre a estrutura material e as práticas sociais.¹⁹²

Além disso, os teóricos da Escola de Frankfurt – incluindo Habermas, que pertence à sua segunda geração – criticam a redução da ideologia à explicação distorcida da realidade para ocultar as relações assimétricas de poder. Para eles, os objetivos de uma sociedade racionalmente emancipatória devem ser coerentes com os meios utilizados para se alcançá-la. E, nesse sentido, o papel da Teoria Crítica é contra-hegemônico ao propor

¹⁹¹ Cf. BOTTOMORE, 1988, p. 131.

¹⁹² *Ibid.*, p. 127-129.

interpretações que levem os sujeitos, imersos na falsa consciência, a se reconhecerem por meio de processos de autorreflexão, capazes de desnaturalizar as ideias dominantes.¹⁹³

Ao indicar claramente sua finalidade de promover a emancipação social, a Teoria Crítica não se apresenta como uma teoria contemplativa, neutra, desinteressada. Trata-se de uma vertente do pensamento que investiga a sociedade, a fim de conhecer suas potencialidades emancipatórias para, em seguida, intervir e promover as transformações necessárias.

A despeito da perspectiva emancipatória da teoria crítica, Adorno e Horkheimer (1985), na obra clássica *Dialética do esclarecimento*, registraram todo o seu pessimismo, diante da atrofia intelectual provocada pela mídia e pela indústria cultural, que manipulam as massas com propaganda política.¹⁹⁴ Para os autores, a razão que deriva desse processo de dominação ideológica é a instrumental, muito útil ao capitalismo, que, sob um Estado de corte autoritário, esvazia os espaços onde os indivíduos exerciam a autonomia necessária para a formação da opinião pública.¹⁹⁵

Muito embora compartilhe desse diagnóstico – desestruturação da esfera pública; mídia manipuladora; mercantilização da cultura; perda da autonomia individual e prevalência da razão instrumental –, Habermas contorna o pessimismo impresso na obra, procurando resgatar o projeto emancipatório da Modernidade, a partir da investigação, na história, de experiências de autonomia e de entendimento fundadas na razão comunicativa para a formação da opinião pública.

Como a leitura de Habermas é essencial para a compreensão da estrutura da dominação social e para a identificação dos recursos para a sua transformação prática, farei, a seguir, uma breve exposição de algumas de suas categorias com o objetivo de oferecer o suporte necessário para melhor compreensão da obra de Nancy Fraser, considerando que é a própria autora que afirma que a teoria de Habermas, em especial,

¹⁹³ Cf. FREITAG e ROUANET, 2001, p. 21-22.

¹⁹⁴ “Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que os escraviza” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 125).

¹⁹⁵ “O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 128).

sua concepção de Esfera Pública, é indispensável à teoria social e à prática política democrática e, como tal, deve ser objeto de algumas reconstruções críticas. Vejamos.

4.2 CATEGORIAS DE HABERMAS

No contexto do *capitalismo tardio*,¹⁹⁶ Habermas busca resgatar e ampliar os princípios do Iluminismo, para pensar o mundo contemporâneo. Conforme se verá neste tópico, anos após os seus estudos sobre a esfera pública,¹⁹⁷ o autor desenvolve as teorias do agir comunicativo e da democracia deliberativa, ao mesmo tempo que reformula sua concepção original de esfera pública.

Sua obra desenvolve uma teoria da democracia e do direito que opera no campo da política, e não da moralidade. Isso significa afirmar que Habermas não pretende desenvolver uma teoria de justiça substancial. Sua proposta, de natureza procedimental, oferece os traços para delinear uma democracia deliberativa voltada para a construção do consenso, a reger uma organização política que assegure a participação do maior número de cidadãos, em igualdade de condições, de acordo com o melhor argumento, visando à criação de uma opinião pública qualificada.

À luz de uma teoria de democracia deliberativa pautada na ética discursiva, Habermas afirma que a legitimidade do Direito na gestão dos conflitos é extraída de um processo democrático que assegure a ampla participação dos indivíduos na elaboração das normas.

No próximo tópico, serão apresentados os principais conceitos extraídos da obra de Habermas para, em seguida, confrontá-los com as críticas de Nancy Fraser.

¹⁹⁶ Segundo Filipe Carreira Silva, para Habermas, a modalidade do Estado de bem-estar social foi a saída encontrada pelo liberalismo para tentar superar suas próprias contradições. Em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, Habermas (*apud*. SILVA, 2002, p. 36-37) analisa como o capitalismo no estágio da social-democracia confere ao Estado o papel de compensar as desigualdades econômicas, por meio de uma política de bem-estar social, para regular a economia e evitar crises sociais. A crescente concentração do capital provocou pressão das classes populares por mais direitos sociais, o que levou o Estado a compensar as desigualdades econômicas promovendo mais intervenção social. A educação e o trabalho migraram então das mãos da família para os domínios estatais.

¹⁹⁷ Ver HABERMAS, 1984.

4.2.1 A Esfera Pública

Em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, publicado em 1962, Habermas (1984) analisa a esfera pública burguesa,¹⁹⁸ que emerge, sob os Estados absolutistas do século XVIII, com a ocupação dos espaços literários pela burguesia – como cafés, associações e salões – para a prática do debate, da crítica racional e da formação da opinião de temas públicos, operando como mediadora entre o Estado e a sociedade civil.¹⁹⁹ Nessa esfera pública, os indivíduos livres – leia-se homens, burgueses e proprietários – faziam uso de uma racionalidade discursiva, sob um modelo de comunicação acessível, paritário e sem coerção. A garantia da liberdade de expressão, de imprensa e de crença, própria do arcabouço liberal em ascensão, ampliou a participação da burguesia no debate, permitindo que os interesses públicos fossem permeados pelos interesses privados, eliminando assim, o monopólio da Igreja e do Estado absolutista na condução dos temas públicos.²⁰⁰

Apesar do caráter emancipatório atribuído à esfera pública burguesa do século XVIII, Habermas não desenhou uma sociedade idealizada, tampouco indicou os valores substanciais que deveriam ser adotados, mesmo porque o autor reconhece a ausência de alguns segmentos sociais nessa arena discursiva.²⁰¹

Muito embora reconheça essas exclusões que retratavam a realidade da época, Habermas ressalta que as discussões igualitárias e racionais, marcadamente distintas da verticalidade das relações estabelecidas sob os Estados absolutistas, conferiram um papel

¹⁹⁸ “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública” (HABERMAS, 1984, p. 42).

¹⁹⁹ “A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades” (HABERMAS, 1984, p. 93).

²⁰⁰ Cf. HABERMAS, 1984, p. 24.

²⁰¹ *Ibid.* A propósito, já no prefácio da obra mencionada, é o próprio autor que nos alerta para a necessária contextualização de sua leitura sobre a esfera pública burguesa: “Concebemos a ‘esfera pública burguesa’ como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa ‘sociedade burguesa’ nascida no outono da Idade Média europeia para, em seguida, ao generalizá-la num ideal-tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer. [...] O círculo de pessoas de ambas as formas de público nem sequer coincide plenamente: mulheres e dependentes estão excluídos da esfera pública política tanto de fato quanto de direito” (p. 9, 73).

positivo à esfera pública burguesa do século XVIII, até as significativas mudanças, ocorridas a partir da Revolução Industrial em meados do século XIX.

Após as transformações derivadas da consolidação do poder da burguesia e do desenvolvimento dos meios de produção, há uma mudança estrutural na esfera pública, que passa a sofrer influência da mídia na formação da opinião, na defesa dos interesses burgueses e na manipulação do cidadão como consumidor de cultura, despolitizando e comprometendo a função democrática da arena discursiva.

A leitura e o raciocínio críticos que outrora ocorriam na esfera pública foram substituídos pelo consumo passivo e acrítico da indústria cultural, a partir do momento em que as leis do mercado passaram a governar a cultura, a mídia e a política.²⁰² A comunicação de massa passou a manipular a opinião pública, em busca de um consentimento plebiscitário para conferir legitimidade à ordem burguesa.

Os fundamentos legitimadores da democracia liberal – publicidade crítica na esfera pública, sociedade civil autônoma e opinião pública qualificada pela informação e pelo debate – perderam sua força diante da opacidade provocada pela burocracia administrativa e pelo poder do capital, despolitizando a esfera pública.²⁰³

Habermas conclui sua obra com a seguinte questão: como reverter o declínio da esfera pública e democratizá-la? Ao contrário do pessimismo impresso na *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), a questão deixada em aberto por Habermas expressa sua convicção sobre a relevância de se resgatar o espaço público para a realização do debate racional, por meio do agir comunicativo, conforme se analisa a seguir.

4.2.2 A Teoria do Agir Comunicativo

²⁰² “De uma refeudalização da esfera pública é preciso falar ainda em um outro sentido, mais restrito. A referida integração de diversão de massa e publicidade, que na configuração das *public relations* assume um caráter já ‘político’, submete ainda inclusive o próprio Estado, já que as empresas privadas sugerem a seus clientes, nas decisões de consumo, a consciência de cidadãos do Estado, o Estado precisa ‘voltar-se’ a seus cidadãos como consumidores. Desse modo, também o poder público apela para a *publicity*” (HABERMAS, 1984, p. 229).

²⁰³ Cf. SILVA, 2002, p. 41-42.

Em 1981, Habermas publica *A teoria do agir comunicativo*, buscando superar o bloqueio das possibilidades de emancipação causado pela prevalência da racionalidade instrumental, diagnosticada no contexto do declínio da esfera pública.²⁰⁴

Nessa obra, assim como em publicações posteriores, como *Discurso filosófico da modernidade* (HABERMAS, 1998; publicado originalmente em 1990) e *Pensamento pós-metafísico* (HABERMAS, 1990), o autor analisa em que medida a linguagem pode servir como estrutura privilegiada a proporcionar integração e emancipação social. Para tanto, Habermas busca identificar e reconstruir eventuais condições universais que sustentariam os enunciados da comunicação entre os interlocutores. Qual a racionalidade da linguagem do cotidiano que permite a compreensão? Há regras válidas para todas as situações de comunicação? Quais são as condições capazes de ensejar o entendimento mútuo?²⁰⁵

A busca por uma pragmática para reconstruir as bases do discurso leva o autor a desenvolver uma Teoria da Ação Comunicativa. Sua premissa, é a de que a racionalidade humana se expressa sob duas modalidades: a *instrumental*, voltada para a escolha dos meios adequados para se atingirem determinados fins, cuja ação está atrelada ao trabalho, à produção e ao controle da eficiência, e a *comunicativa*, relacionada à interação social, pela qual normas e expectativas recíprocas de comportamento emergem.²⁰⁶

A partir de teorias desenvolvidas no campo da linguística, Habermas sustenta que o ato de fala veicula mais do que informação. O falante comunica um agir, que é compreendido pelo ouvinte, quando os interlocutores partilham de uma comunidade linguística. Esse entendimento construído intersubjetivamente é denominado *agir comunicativo*.²⁰⁷

Considerando sua natureza relacional, o êxito da comunicação requer um compromisso recíproco de observância às pretensões de validade, as quais demandam uma comunicação discursiva voltada ao entendimento e à busca cooperativa da verdade, a partir do confronto dos melhores argumentos. Nesse processo, desenvolve-se a competência comunicativa capaz de operar como um elemento mediador dos conflitos

²⁰⁴ Cf. SILVA, 2017, p. 63-64.

²⁰⁵ Cf. VOIROL, 2008, p. 39.

²⁰⁶ Cf. FREITAG e ROUANET, 2001, p. 13.

²⁰⁷ Cf. HABERMAS, 1990, p. 95.

inerentes às relações mergulhadas em um contexto heterogêneo de argumentos e de pretensões.²⁰⁸

Portanto, a afirmação trazida ao diálogo será considerada verdadeira ou falsa, quando o discurso teórico ensejar o consenso. Esse é o critério da verdade, que também se aplica às normas, que serão legitimadas quando o discurso prático conduzir ao entendimento. Ou seja, em ambas as situações – discurso prático e/ou teórico –, a validação acontece por meio do consenso.²⁰⁹

Embora sustente que a força normativa inerente à linguagem promove integração social quando utilizada comunicativamente, Habermas reconhece o risco de a razão instrumental, própria dos interesses inseridos nas relações assimétricas de poder, prevalecer sobre a racionalidade comunicativa.²¹⁰

Para explicar essa disfunção, que pode ocorrer quando os sistemas de poder controlam os discursos, Habermas recorre a uma classificação do mundo em duas dimensões: a do *sistema*²¹¹ – que é o espaço onde se desenvolve a reprodução material, sob a lógica da razão instrumental – e a do *mundo da vida*,²¹² representado pelo espaço

²⁰⁸ “Os atores participantes tentam definir cooperativamente os seus planos de ação levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação. [...] O entendimento através da linguagem funciona da seguinte maneira: os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo. A oferta contida num ato de fala adquire força obrigatória quando o falante garante, através de sua pretensão de validade, que está em condições de resgatar essa pretensão, caso seja exigido, empregando o tipo correto de argumentos. O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (HABERMAS, 1990, p. 72).

²⁰⁹ Cf. FREITAG e ROUANET, 2001, p. 18. Ao contrário do positivismo, que se limita a analisar a validade das pretensões descritivas, deixando a validação das pretensões prescritivas para o campo das opiniões, Habermas submete ambas à validação utilizando como critério o entendimento.

²¹⁰ “O conceito elementar ‘agir comunicativo’ explica como é possível surgir integração social através das energias aglutinantes de uma linguagem compartilhada intersubjetivamente. Esta impõe limitações pragmáticas aos sujeitos desejosos de utilizar essas forças de linguagem, obrigando-os a sair do egocentrismo e a se colocar sob os critérios públicos da racionalidade do entendimento. Nesta ótica, a sociedade se apresenta como um mundo da vida estruturado simbolicamente, que se reproduz através do agir comunicativo. Isso não impede o surgimento de interações estratégicas no mundo da vida” (HABERMAS, 1997, v. I, p. 45-46).

²¹¹ O sistema, integrado pelas estruturas que asseguram a reprodução material da sociedade – a economia e o Estado – é permeado pelo mundo do trabalho, da técnica, da ciência aplicada, do saber empírico. A razão instrumental operada nessa esfera tem por finalidade a obtenção de um resultado de êxito, ou seja, o poder no campo da política, o lucro na economia e a eficácia na ciência. Cf. FREITAG, 1993, p. 26.

²¹² Nas palavras de Habermas (1997, v. I, p. 111): “O mundo da vida configura-se como uma rede ramificada de ações comunicativas que se difundem em espaços e épocas históricas; e as ações comunicativas não

da reprodução simbólica, da linguagem voltada para a interação social, onde predomina a razão comunicativa.²¹³

No interior do *sistema*, há estruturas internas, na forma de subsistemas, em diferentes campos: o econômico, representado pelo mercado, e o administrativo-burocrático, expresso no Estado. O *mundo da vida*, por seu turno, integra a sociedade e suas expressões simbólicas reproduzidas no cotidiano em três dimensões: *cultural*, que se dá pelas tradições, interpretações e significados conferidos ao mundo; *social* derivada das relações intersubjetivas que regulam os pertencimentos e os elos de solidariedade; e *personalidade* inerente ao mundo das competências, que permite que os sujeitos interajam na arena discursiva, a partir da afirmação de suas identidades.²¹⁴

Qual é então o problema diagnosticado por Habermas? Para o autor, ao longo da história, o diálogo entre esfera privada e pública foi obstruído pela coerção ou pela ideologia, cuja função é mascarar a violência das instituições e impedir o debate sobre os fundamentos do poder. A tecnocracia, embalada pela razão instrumental, descarta a discussão e a justificação sobre as normas e suas instituições porque seus *experts* as interpretam como legítimas *a priori*. A razão instrumental hegemoniza o *mundo da vida*, causando o sufocamento das subjetividades e das relações sociais e afetivas, as quais passam a ser pautadas pela busca por eficiência e pela dominação.²¹⁵

Habermas associa essa *colonização do mundo da vida* a uma disfunção. Inspirando-se em Freud, o autor afirma que, tal qual a neurose, as patologias que deformam a livre comunicação precisam ser afastadas para viabilizar a realização da autonomia do ser humano.²¹⁶

Diante da perda da autonomia dos indivíduos, o mercado e a burocracia ocupam o papel regulatório, que deixa de ser exercido pelos meios linguísticos. Esse fenômeno submete as três dimensões do *mundo da vida* expostos acima – a cultura, a sociabilidade e a personalidade – à razão instrumental do mercado e da burocracia, para promover o consumismo e a acumulação do capital.

somente se alimentam das fontes das tradições culturais e das ordens legítimas, como também dependem das identidades de indivíduos socializados”.

²¹³ Cf. FREITAG, 1993, p. 25-26.

²¹⁴ Cf. ROUANET, 2003, p. 214.

²¹⁵ Cf. FREITAG e ROUANET, 2001, p. 15-16 e 21.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 24.

E é exatamente em razão dessa colonização que a esfera pública se mostra essencial para a prática da resistência democrática, por meio de um processo de descolonização. Conforme se verá a seguir, Habermas revê o conceito de esfera pública, reconhecendo a insuficiência do papel da ação comunicativa como elemento de integração social, em sociedades contemporâneas complexas.

4.2.3 Reformulação da Esfera Pública

Ao reformular o conceito de esfera pública, Habermas admite a necessidade de concebê-la como uma arena plural, onde múltiplas esferas públicas interagem, articulando diversas vozes.²¹⁷ Trata-se do espaço no qual as demandas que emergem das interações comunicativas do cotidiano são tematizadas, problematizadas e inseridas nas agendas públicas. Nessa fase, o autor confere à esfera pública o papel de mediação entre o Sistema e o Mundo da vida. Portanto, a esfera pública é o espaço discursivo para a formação da opinião e da vontade, que deve ser livre de manipulações e distorções, para se alcançar o consenso legítimo.

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização [...] A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, v. II, p. 92)

Enquanto na primeira concepção de esfera pública, feita em 1961, a mediação entre sociedade e Estado era feita pelo exercício da razão de pessoas privadas no espaço público, em sua reformulação Habermas sustenta que a esfera pública opera a partir de

²¹⁷ No capítulo 8 do volume II de *Direito e democracia: entre faticidade e validade*, há uma clara reorientação teórica pela qual Habermas concebe a esfera pública como uma rede para a comunicação de conteúdos e tomadas de posição, onde os fluxos do agir comunicativo são filtrados para formar as opiniões públicas sobre temas específicos. A sociedade civil é formada por organizações e associações não estatais e não econômicas, que captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas e os transmitem para a esfera pública. Essa concepção de esfera pública como um espaço de deliberação e influência sobre temas na formação das opiniões, além de romper com uma visão liberal clássica de esfera pública, que a tratava como espaço de debate entre indivíduos privados, sustenta uma abordagem comunicativa, na qual o discurso racional e inclusivo confere legitimidade democrática ao processo. Essa concepção abre espaço para a luta por afirmação de direitos, porque todos os sujeitos que se sentirem excluídos podem contestar as normas e pressionar por transformações. É na esfera pública que as demandas sociais podem ser traduzidas em normas jurídicas legítimas. A legitimidade do direito está, pois, no processo discursivo e não na imposição coercitiva, revelando a capacidade emancipatória do direito. Essa tarefa integradora conferida ao direito será mais bem analisada no tópico 4.2.5., que trata da Democracia Deliberativa. Cf. HABERMAS, 1997, v. II, p. 92, 99.

uma racionalidade comunicativa desenvolvida por meio de conexões mais amplas, envolvendo as estruturas do Estado e a rede de cooperação comunicativa na sociedade.²¹⁸

Caberá então à sociedade civil²¹⁹ – formada por associações e movimentos sociais, excluídos o mercado e o Estado – capturar os interesses da esfera privada e as tradições da cultura e da linguagem do cotidiano, amplificando os problemas sociais e os transmitindo à esfera pública, que funciona como caixa de ressonância do *mundo da vida*. Nesse contexto, os indivíduos adquirem uma capacidade de compreensão não somente de suas necessidades e identidades, como também dos impactos de suas ações no outro, por força da alteridade própria do processo dialógico.²²⁰

A esfera pública passa a ser concebida como complexidade sistêmica, essencial na ampliação e radicalização da democracia, que pressupõe a articulação e comunicação entre os múltiplos subsistemas que caracterizam as sociedades complexas. Sua extensa rede de sensores deve ser capaz de identificar, tematizar e encaminhar as demandas sociais aos canais comunicativos (parlamento e tribunais) do sistema político. E, conforme se analisa a seguir, esse processo demanda uma estrutura comunicativa orientada para o entendimento mútuo, sob uma organização igualitária e inclusiva, própria da ética discursiva.

4.2.4 A Ética Discursiva e a Situação Ideal de Fala

Como vimos acima, as organizações que compõem a sociedade civil absorvem as demandas da esfera privada e as problematizam na esfera pública. Para tanto, as normas e instituições que regem esses fluxos de comunicação precisam ser submetidas à justificação, sob um processo discursivo, cuja estrutura linguística é denominada por Habermas de *situação ideal de fala*.²²¹

²¹⁸ Cf. VOIROL, 2008, p. 41.

²¹⁹ A respeito da sociedade civil, Habermas afirma: “[...] O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-se e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas” (HABERMAS, 1997, v. II, p. 99).

²²⁰ Cf. VOIROL, 2008, p. 40.

²²¹ Cf. FREITAG e ROUANET, 2001, p. 19.

A ética discursiva é a base normativa para afastar as ameaças da colonização do *mundo da vida*, estabelecendo uma estrutura de comunicação, sem qualquer traço de coerção, onde prevaleça a força do melhor argumento. As premissas da ética discursiva são as seguintes: a) todos os interessados podem participar do discurso com argumentos, sentimentos e intenções e contam com chances iguais de apresentar pretensões e de contestar sua validade; b) não há espaço para a coerção interna, nem externa; c) os participantes devem agir de acordo com as normas que lhe pareçam racionalmente justificáveis.²²²

A prática da ética discursiva requer um cenário que lhe seja favorável – denominado *situação ideal de fala* – para instituir um processo discursivo dialógico e regulador dos debates públicos, cujas funções estão associadas às três dimensões do *mundo da vida*, a saber: a) *entendimento mútuo*, proveniente dos saberes e tradições da dimensão cultural; b) *solidariedade*, que emerge da dimensão da integração social; e c) *afirmação de identidades* pessoais e de laços de afeto, a partir da dimensão da personalidade.²²³

Trata-se de uma ética que emerge de uma rede de processos comunicativos, dentro e fora dos parlamentos, em arenas plurais, dialogicamente discursivas, nas quais ocorre a formação da vontade e da opinião democráticas. Sob sua égide, justiça e democracia são articuladas a partir da intersubjetividade, promovendo integração social.

Conforme se expõe a seguir, Habermas entende o direito como um meio de institucionalizar os princípios da ética discursiva, traduzindo os consensos obtidos nos debates públicos em normas que regulam a vida social. E essa tradução acontece por meio da democracia deliberativa, que promove participação dos destinatários da norma na sua própria elaboração.

4.2.5. Democracia Deliberativa

Como vimos, Habermas sustenta que o agir comunicativo, que emerge no contexto do *mundo da vida*, promove integração social quando resulta do entendimento. No

²²² *Ibid.*, p. 19.

²²³ Cf. SILVA, 2002, p. 107.

entanto, quanto mais complexas forem as sociedades contemporâneas, maior será a pluralidade das formas de vida, o que inibe a convergência de convicções.

[...] as certezas do mundo da vida, já pluralizadas e cada vez mais diferenciadas, não fornecem uma compensação suficiente para esse déficit. Por isso, o fardo da integração social se transfere cada vez mais para as realizações de entendimento de atores para os quais a facticidade (coação de sanções exteriores) e a validade (força ligadora de convicções racionalmente motivadas) são incompatíveis, ao menos fora dos domínios de ação regulados pela tradição e pelos costumes. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 45)

Daí porque a coparticipação na elaboração das normas, por meio da democracia deliberativa, é essencial para a integração social.

[...] sem um respaldo religioso ou metafísico, o direito coercitivo, talhado conforme o comportamento legal, só consegue garantir sua força integradora se a totalidade dos destinatários singulares das normas jurídicas puder considerar-se autora racional dessas normas. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 54)

Habermas atribui, então, ao Direito moderno essa tarefa integradora, porquanto sua base não pode estar lastreada exclusivamente na coerção, sob pena de lhe escapar a legitimidade. Diante da permanente tensão entre facticidade (coação) e validade (convicção), o Direito deverá integrar um procedimento democrático que assegure que a elaboração e a interpretação das normas – pelos parlamentos e tribunais – integrem um fluxo comunicativo com a participação dos destinatários de seus conteúdos.

[...] enquanto participantes de discursos racionais, os parceiros do direito devem poder examinar se uma norma controvertida encontra ou poderia encontrar o assentimento de todos os possíveis atingidos. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 138)

E é aqui que a democracia deliberativa ganha centralidade na obra de Habermas. Isso porque, como arranjo político – cuja premissa é assegurar a ampla participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva –, a democracia deliberativa é essencial para a promoção da autodeterminação dos cidadãos e a superação da distribuição desigual do poder social.²²⁴

É preciso assegurar que a relação entre as fontes discursivas informais – as associações do *mundo da vida*, onde a soberania popular faz uso da razão – e as formais – as instituições que tomam as decisões, tais como o parlamento e os tribunais – seja

²²⁴ Cf. HABERMAS, 1997, v. I, p. 62-63.

fluida e permanente, assegurando que o direito moderno converta toda a pluralidade do poder comunicativo em ato administrativo legitimado.

Desprovido de qualquer pretensão de desenvolver uma teoria de justiça social, Habermas critica os modelos que estabelecem *a priori* o sentido de igualdade e os conteúdos do debate. Esses sentidos devem ser objeto de disputa política, na qual se reconhece, discursivamente, quais são as necessidades dos grupos interessados a partir de suas expressões.

A legitimidade do Direito, pois, não se extrai de um imperativo categórico moral, mas de um processo discursivo no qual a opinião e a vontade são constituídas racionalmente. E, para que esse processo seja democrático, a arena discursiva deve integrar a pluralidade de cosmovisões da sociedade contemporânea.

E é exatamente aqui que a esfera pública se coloca como esse palco com vocação para a convergência de opiniões qualificadas e para a afirmação de direitos. Trata-se de um espaço privilegiado de luta para assegurar a expressão radicalmente democrática de todos os participantes, com iguais condições de expor os seus melhores argumentos.²²⁵

Conforme veremos ao final deste capítulo, a esfera pública, reconstruída a partir da leitura crítica de Nancy Fraser, somada à política de interpretação das necessidades e aos elementos da Teoria Tridimensional da Justiça da mesma autora, revelam alinhamento com os conteúdos e metodologias desenvolvidos nos Círculos Comunitários Transformativos.

4.3 A TEORIA TRIDIMENSIONAL DA JUSTIÇA DE NANCY FRASER

A Teoria da Justiça de Fraser tem caráter tridimensional porque, a um só tempo, pretende articular igualdade social, diversidade cultural e democracia participativa radical. A premissa adotada é a de que as injustiças derivadas das desigualdades na distribuição de bens materiais, no reconhecimento do *status* cultural e na representação política motivam as lutas sociais por transformação. Na perspectiva da Teoria Crítica, a autora busca refletir qual o papel dos movimentos sociais na construção dessa justiça. Como veremos mais adiante, embora ofereça essas três dimensões, a Teoria de Justiça de

²²⁵ Cf. SILVA, 2017, p. 66.

Nancy Fraser é monista, porque pautada em um único núcleo normativo baseado na paridade participativa.

Antes, porém, da apresentação dos fundamentos da Teoria Tridimensional, é preciso resgatar a fase inicial da elaboração teórica de Nancy Fraser, a partir do diálogo crítico estabelecido com Habermas acerca da esfera pública, com forte influência de Foucault, em especial sua concepção de poder que atravessa as práticas sociais com capilaridades no cotidiano e de Gramsci e seu conceito de hegemonia, segundo o qual as ideias que refletem os interesses dominantes são concepções de mundo hegemônicas, porque se apresentam como se representantes fossem do interesse geral.

4.3.1 A Esfera Pública sob o Olhar Feminista de Nancy Fraser

Embora a análise de Nancy Fraser sobre a esfera pública destacada neste tópico, tenha sido realizada nos anos 1980,²²⁶ período do capitalismo tardio, o presente trabalho considera suas reflexões atuais e fundamentais, porque colaboram na compreensão sobre os espaços onde e como *a política de interpretação das necessidades* pode acontecer, matéria que, conforme veremos, constitui um dos objetos temáticos dos Círculos Comunitários Transformativos desenhados para a presente pesquisa.

Fraser aprofunda a análise do conceito de esfera pública de Habermas²²⁷ a partir de suas críticas elaboradas com lentes feministas. Uma delas diz respeito à *natureza androcêntrica* da leitura habermasiana, que toma o trabalho doméstico gerido por mulheres como desacoplado do trabalho remunerado, desconsiderando, portanto, que a reprodução social é essencial para a reprodução material no capitalismo. Para a autora, a criação de filhos é ao mesmo tempo uma atividade de reprodução simbólica e uma atividade de reprodução material e, nesse sentido, a subordinação de gênero não acontece somente por força do patriarcado, como expressão cultural, mas também pela exploração econômica do capitalismo, que se apropria do trabalho da mulher sem remunerá-lo.

Assim, segundo Habermas, nas sociedades capitalistas, as atividades e práticas que compõem a esfera do trabalho remunerado contam como

²²⁶ Ver capítulo “O que há de crítico na teoria crítica? O caso de Habermas e o gênero” em FRASER, 2024a, p. 33- 69.

²²⁷ Conforme já sinalizado no início deste capítulo, no ensaio “Repensando a Esfera Pública: uma contribuição para a crítica da democracia realmente existente”, publicado originalmente em 1990, Fraser alerta que a concepção de Esfera Pública de Habermas é indispensável à teoria social crítica e à prática política democrática. No entanto, Fraser argumenta que é um conceito que deve ser reconstruído criticamente. Cf. FRASER, 2022, p. 93-124; para o exposto aqui, ver especificamente a p. 95.

atividades de reprodução material, uma vez que, para ele, são “trabalho social” e cumprem a função de reprodução material. Em contrapartida, as atividades e práticas de criação de filhos, que em nossa sociedade são realizadas gratuitamente na esfera doméstica pelas mulheres – chamemos-lhes “trabalho não remunerado de criação de filhos pelas mulheres” –, contam como atividades de reprodução simbólica, uma vez que, na opinião de Habermas, servem à socialização e à função de “reprodução simbólica”. (FRASER, 2024a, p. 35-36)

Para Fraser, há um subtexto de gênero na formulação de Habermas, na medida em que essa separação das arenas materiais e simbólicas são meramente ideológicas.

Uma outra questão levantada é que, para Habermas, no capitalismo tardio, o Estado de bem-estar social buscou corrigir as disfuncionalidades do mercado com políticas de compensação, neutralizando a pressão da sociedade, que passou a se orientar para e pelo consumo. Sob esse formato, o capitalismo despoliticizou a esfera pública, ao buscar legitimação da desigualdade sem qualquer resistência.

Para Fraser, porém, essa leitura da esfera pública burguesa não levou em consideração um número significativo de exclusões. Como a análise de Habermas sobre a política de compensação no capitalismo só levou em conta o trabalho formal, Fraser questiona: e os grupos sociais, em especial as mulheres negras, que não foram cooptados justamente porque estavam excluídos do mercado e, conseqüentemente, não tiveram suas necessidades de seguro-desemprego, aposentadoria, entre outras, satisfeitas pelo Estado de bem-estar social?

Para a autora, portanto, a esfera pública não é única, porquanto há *públicos subalternizados*²²⁸ que integram arenas discursivas paralelas, nas quais debatem suas necessidades, interesses e identidades. São os por ela denominados *contrapúblicos*, que compõem uma rede de organizações populares cujos recursos discursivos são desvalorizados na esfera pública hegemônica. Esse público é formado por indivíduos que são excluídos do debate oficial e veiculam seus discursos em outras arenas, até que se fortaleçam e conquistem espaço na esfera hegemônica.

[...] em geral, os membros dos grupos sociais subordinados – mulheres, trabalhadores, pessoas não brancas, gays e lésbicas – consideram vantajoso criar públicos alternativos. Proponho denominá-los contrapúblicos subalternizados para assinalar que são arenas discursivas paralelas nas quais os membros dos grupos sociais subordinados inventam e fazem circular contradiscursos

²²⁸ A despeito de a tradução original ter utilizado a expressão “subalternos”, utilizarei “subalternizados”, dado que essa não é uma condição perene, mas historicamente conferida aos indivíduos. Cf. FRASER, 2022, p. 109.

que lhes permitem formular interpretações de oposição sobre suas necessidades, interesses e necessidades [...] nas sociedades estratificadas, os contrapúblicos subalternizados possuem um caráter duplo. Por um lado, funcionam como espaços de recuo e reagrupamento; por outro, funcionam como base e terreno de treinamento para atividades de mobilização dirigidas a públicos mais amplos. (FRASER, 2022, p. 109, 111)

Fraser ilustra sua análise citando as mulheres e os grupos racializados que criam um vocabulário próprio para mobilizar demandas – tais como estupro marital ou dupla jornada²²⁹ – relacionadas a temas que, antes considerados privados, ganham tração na esfera pública hegemônica, por serem estruturantes. Com isso, ao contrário de Habermas, Fraser considera que a política de bem-estar não enseja a despolitização da esfera pública, porque não impede que os grupos subalternizados debatam suas “necessidades, objetivos e estratégias” (FRASER, 2022, p. 109, 109).

Para a autora, no capitalismo tardio, os *contrapúblicos* tematizam as fronteiras entre público e privado, porquanto as questões do *mundo da vida* – família, escola, casamento – também são atravessadas pelas relações de poder e, portanto, também precisam ser justificadas publicamente. Para Fraser, Habermas não considerou o potencial de democratização inscrito nos discursos dos contrapúblicos, para os quais a distinção público e privado constitui uma categoria histórica e ideologicamente construída.

Fraser também diverge da descolonização do mundo da vida, solução apresentada por Habermas – por meio do fortalecimento de suas capacidades comunicativas –, para evitar as crises causadas por sua colonização pelo sistema. Para a autora, a descolonização não é eficiente porque mantém uma separação rígida entre sistema e mundo da vida, desconsiderando a apropriação econômica do trabalho da mulher e as assimetrias de poder que permeiam as relações do mundo da vida, sobretudo as estabelecidas na esfera familiar.

[...] as ações coordenadas por consenso normativamente garantido na família nuclear sob chefia masculina são ações reguladas pelo poder. Parece-me um grave erro restringir o uso do termo ‘poder’ a contextos burocráticos. Os teóricos críticos fariam melhor em distinguir diferentes tipos de poder, por exemplo, o poder doméstico-patriarcal, de um lado, e o poder burocrático-patriarcal, de outro. (FRASER, 2024, p. 45)

E ela complementa: [...] “Se a colonização não é uma explicação adequada do feminismo contemporâneo (e de outros movimentos sociais), então a descolonização não pode ser uma concepção adequada de uma solução emancipatória” (FRASER, 2024, p. 65).

²²⁹ Cf. FRASER, 2022, p. 110.

Outra crítica de Fraser é direcionada à suspensão temporária das desigualdades, proposta por Habermas para assegurar que todos os indivíduos participem da *situação ideal de fala*. Para a autora, as assimetrias de poder não podem ser suspensas, sob pena de serem mascaradas. As disparidades – tanto materiais quanto simbólicas – precisam ser tematizadas, enfrentadas e eliminadas, por meio da promoção da igualdade de condição material e da participação para a política de interpretação das necessidades de todos os segmentos sociais.

Encontramos aqui uma grave dificuldade no modelo liberal de esfera pública burguesa. Enquanto a suspensão das desigualdades sociais na deliberação significar proceder como se elas não existissem, quando de fato existam, ela não vai fomentar a paridade de participação. Pelo contrário, em geral ela favorece grupos dominantes e prejudica os grupos subordinados. Na maior parte dos casos, seria mais apropriado retirar a suspensão das desigualdades no sentido de tematizá-las explicitamente – um argumento que está afinado com o espírito da “ética comunicativa” de Habermas. (FRASER, 2022, p. 105)

Daí porque Fraser soma à concepção de Habermas a exigência de igualdade material, afirmando que todos os grupos devem ter acesso aos meios de interpretação de suas necessidades e que a eliminação das desigualdades sociais é a condição para que haja paridade de participação.²³⁰

Nesse sentido, na análise de Fraser, não pode haver uma definição *a priori* do que seja o interesse público a ser debatido em uma esfera pretensamente universal, porquanto as arenas do político, doméstico e econômico são carregadas de significados ideológicos.

Em geral, a teoria crítica tem de analisar os termos ‘privado’ e ‘público’ de maneira mais rigorosa e crítica. Afinal, esses termos não designam diretamente esferas sociais; são classificações culturais e rótulos retóricos. No discurso político, são temas poderosos, muitas vezes empregados para deslegitimar interesses, temas e perspectivas, em benefícios de outros. (FRASER, 2022, p. 118)

Uma adequada *política de interpretação das necessidades*, portanto, expressa um modelo social de discurso, em que diferentes grupos disputam, apresentam, interpretam e comunicam publicamente suas necessidades na esfera pública. E, nesse processo em que os participantes convocam o uso da própria voz, suas identidades emergem. Ora, se

²³⁰ “Isso não significa que todo mundo deve ter exatamente mesma renda, e sim que é necessário haver uma espécie de igualdade aproximada que seja incompatível com as relações de dominação e subordinação sistematicamente produzidas. Não obstante o liberalismo, a democracia política exige igualdade social substantiva” (FRASER, 2022, p. 107).

as manifestações culturais são diferentes, não há que se falar em uma única esfera pública com pretensão de acolher todas as vozes.

No caso das sociedades estratificadas, defendo contrapúblicos subalternizados, formados em condições de dominação e subordinação. No caso das sociedades igualitárias e multiculturais, em contrapartida, defendo que é possível combinar igualdade social, diversidade cultural e democracia participativa. (FRASER, 2022, p. 114-115)

Para tanto, é preciso que haja uma alfabetização multicultural.

Muito embora, nos anos 1990, Fraser (2022, p. 96-124) tenha valorizado o fato de Habermas ter reformulado a noção de esfera pública, no sentido de reconhecer a sua pluralidade e a importância da interação de múltiplas vozes, a autora destaca que as diferentes esferas não se articulam de maneira igualitária, tendo em vista que as desigualdades e hierarquias continuarão a influenciar quais vozes serão ouvidas ou não.

Considerando que o primeiro quadrante dos Círculos Comunitários Transformativos é destinado à reflexão sobre as necessidades, articuladas às identidades individuais e comunitárias, este capítulo pretende dar especial relevo à política de interpretação das necessidades desenvolvida por Fraser no final dos anos 1980, antes, portanto, da elaboração de sua Teoria Tridimensional de Justiça.

4.3.2 Meios Socioculturais de Interpretação e Comunicação das Necessidades

Em seus escritos “Lutas por necessidades: esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio” (FRASER, 2024a) e “Women, Welfare, and the Politics of Need Interpretation” (FRASER, 1989), ambos publicados originalmente em 1989, Fraser sustenta que as necessidades não são universalmente dadas, mas politicamente construídas em discursos sociais que ocorrem em processos institucionais. O diálogo sobre as necessidades converte-se, portanto, em meio de promover contestação política, pela qual os conflitos emergem e as desigualdades são desafiadas. Sendo assim, a política de necessidades que prevalece está atrelada à assimetria de poder que perpassa os discursos e as instituições.²³¹

Nesse sentido, a questão das necessidades não pode se limitar à busca por sua satisfação. É preciso que haja uma política de interpretação das necessidades como

²³¹ Ver capítulo “Luta pelas necessidades: esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio” em FRASER, 2024b, p. 72.

reivindicação, por meio da transformação da cultura política, em lutas institucionais e discursivas. E é nessas lutas e na participação política, nas quais os grupos contestam as estruturas de poder, que as identidades emergem. Daí porque, assim como as necessidades, Fraser entende que as identidades não são fixas, mas culturalmente construídas e moldadas de acordo com as disputas políticas.

Em “Toward a discourse ethic of solidarity”, Fraser (1986) estabelece clara conexão entre a emergência das identidades e a interpretação das necessidades, que ocorre à luz do vocabulário cultural disponível e partilhado com a coletividade. O “eu” não é algo abstrato, mas protagonista de uma história de vida construída de recursos narrativos culturais disponíveis dentro da coletividade. Para a autora, o ponto de partida para a construção dessa identidade é a ética da solidariedade desenvolvida na reivindicação por necessidades.

A autora sustenta que, em sociedades hierarquizadas, negros, mulheres, pobres e outros grupos subalternizados têm uma posição de desvantagem em relação aos sentidos socioculturais de interpretação e de comunicação. E esses coletivos devem disputar politicamente as interpretações de suas necessidades relacionadas aos bens materiais, ao mesmo tempo que consolidam suas identidades. Para tanto, é preciso que se assegure a participação radicalmente democrática a fim de que os grupos subalternizados pelas hierarquias de poder possam se expressar. E o espaço para que essa política de interpretação aconteça são as esferas públicas, ou seja, o palco discursivo das lutas por necessidades, no qual os diferentes discursos e identidades competem com seus argumentos.

Oportuno destacar que, para Fraser, as esferas públicas não são apenas arenas para a formação discursiva; elas são também arenas em que as identidades sociais são formadas e realizadas.

Parece-me que as arenas discursivas públicas estão entre os lugares mais importantes e menos reconhecidos de construção, desconstrução e reconstrução das identidades sociais. Meu ponto de vista contrasta com várias concepções psicanalíticas de formação da identidade que negligenciam a importância formativa da interação discursiva pós-edípica fora do núcleo familiar e, portanto, não têm como explicar as mudanças de identidade ao longo do tempo. A meu ver, é lamentável que grande parte da teoria feminista contemporânea tenha emprestado sua compreensão de identidade social dos modelos psicanalíticos e não estude a construção de identidades em relação às esferas públicas”. (FRASER, 2022, p. 112)

A questão é que, como a esfera pública é hierarquizada e atravessada por eixos de desigualdade de classe, gênero, raça e outros, “algumas formas de falar sobre necessidades” são institucionalizadas em arenas centrais. Outras são traduzidas como “subdialetos” excluídos do debate hegemônico (FRASER, 2024a, p. 77).

Portanto, em vez de investigar as necessidades e distribuir satisfação, o foco será compreender quais são os *discursos sobre as necessidades* e qual a política de *interpretação das necessidades*. Como exemplo, a autora traz a questão da população de rua. Parece evidente que esse segmento necessita de um abrigo para sobreviver. Mas, a partir dessa equação simplista que define tão somente as necessidades *a priori*, há um complexo de possibilidades a serem definidas: qual o tipo moradia? Como será desenhada essa política habitacional? Sua execução será por meio de aluguel social e/ou por geração de emprego e renda?²³²

A interpretação das necessidades é complexa porque é politicamente disputada, o que faz com que a indicação de quem as define seja essencial. É importante que se questione: esse discurso expressa o grupo dominante? Quais são as instituições legitimadas a realizar essa interpretação? Para Fraser, a interpretação das necessidades contempla três momentos: luta para demonstrar que a necessidade é legítima; luta para demonstrar como satisfazê-la; e luta para satisfazer a necessidade propriamente dita.²³³

Nesse processo político de interpretação das necessidades, é preciso atenção para os recursos discursivos que permeiam o diálogo político, tais como: os vocabulários e padrões de argumentação disponíveis, os repertórios de narrativas e de retóricas e as expressões corporais.

A habilitação para o manejo desses recursos permite a construção de uma contra-hegemonia, a partir da politização de necessidades antes despolitizadas e da compreensão sobre os mecanismos de reprodução das opressões. Como exemplo, Fraser cita a politização da “violência doméstica” pelo feminismo, que havia sido despolitizada pelo discurso hegemônico. Como se trata de um fenômeno sistêmico que se estrutura nas relações sociais de dominação, essa violência nada tem de “doméstica” (FRASER, 2024a, p. 92).

[...] as feministas impulsionaram novos públicos discursivos, novos espaços e instituições nos quais tais interpretações oposicionistas das

²³² Cf. FRASER, 2024a, p. 73.

²³³ *Ibid.*, p. 75.

necessidades poderiam ser desenvolvidas e a partir dos quais poderiam ser disseminadas para públicos mais amplos. [...] Em seu discurso, mulheres vítimas de agressão não foram tratadas como vítimas individuais, mas como potenciais ativistas feministas, membros de uma coletividade politicamente construída. (FRASER, 2024a, p. 93)

Quando as necessidades provenientes dos grupos subalternizados “escapam” das classificações hegemônicas, os temas que integram essas “*necessidades fugidias*” migram para uma arena social – que não é pública, nem privada – almejando integração na esfera pública. Esses contrapúblicos questionam os limites do doméstico, econômico, político e social e, quando alcançam o *status* político, passam a ser objeto de lutas por interpretação e satisfação.

Nesse sentido, a luta contra-hegemônica tem por objetivo evitar que os grupos subalternizados internalizem interpretações de necessidades que operam em seu prejuízo.²³⁴ Daí por que o alvo não é somente o Estado, mas também a sociedade. É preciso transformar a cultura política, no sentido de ampliar o repertório de interpretação das necessidades, que não pode ser tomada somente em sua dimensão econômica, porquanto é também discursiva. Ou seja, para que haja novas possibilidades emancipatórias, a luta pela interpretação das necessidades tem por objetivo transformar o Estado e o senso comum discursivamente construído, que expressa as concepções de mundo hegemônicas.

Para tanto, é preciso assegurar participação paritária com igualdade de *status* material e cultural sem hierarquias. É na igualdade material e na diferença cultural com democracia participativa que se busca eliminar as assimetrias de poder e construir a justiça na esfera pública.²³⁵

Para Fraser, a política de interpretação das necessidades que leva em consideração as vozes derivadas desses *contrapúblicos* demonstra que as exclusões não são limitadas às questões econômicas, mas também fruto de outras hierarquias. Para a autora, há um potencial emancipatório nesses movimentos sociais que politizam a luta por redistribuição e reconhecimento – que, segundo ela, Habermas não percebeu.

Com essa formulação, Fraser (2024a, p. 71-104) migra de um paradigma distributivo adotado na interpretação das necessidades da social-democracia, para uma

²³⁴ *Ibid.*, p. 82.

²³⁵ Conforme se verá mais adiante, essa formulação preanuncia o núcleo da Teoria Tridimensional da Justiça, que articula as lutas por *Redistribuição*, *Reconhecimento* e *Representação*.

política feminista da interpretação das necessidades. Para ela, a definição do que são necessidades depende do discurso político – permeado por desigualdades, conflitos e contestações – que veicula discussões sobre direitos e interesses.

Nesse sentido, a identidade não pode ser a única base para a compreensão da injustiça, porque a desigualdade no atendimento das necessidades é também uma de suas origens. Da mesma forma, a assimetria em relação à satisfação das necessidades não pode ser considerada como a única origem da injustiça, porquanto as identidades também se acomodam em uma estrutura que as hierarquiza. E esse é o núcleo que levou a autora a desenvolver uma teoria dual de justiça.

4.3.3 Uma Teoria (inicialmente) Dual de Justiça: Redistribuição e Reconhecimento

No final dos anos 1990, o contexto da condição pós-socialista²³⁶ levou Fraser a analisar a mudança na gramática dos movimentos sociais. Para a autora, a despeito da brutal desigualdade social, os movimentos sociais concentraram seu foco na injustiça provocada pela dominação cultural, sobrepondo-se à preocupação com a exploração capitalista.²³⁷

Fraser relacionou o debate sobre qual seria a injustiça principal: a dominação cultural ou a exploração econômica ao dilema *redistribuição* versus *reconhecimento*. Se, de um lado, medidas que promovem igualdade na distribuição de bens (redistribuição) podem reforçar a homogeneização das diferenças, de outro, políticas de respeito às identidades (reconhecimento) podem destacar as diferenças e obscurecer as desigualdades econômicas.

Para ilustrar o dilema, tem-se, de um lado, o operário, que carrega em sua condição de classe explorada o potencial de lutar por políticas de igualdade e, de outro, a população LGBTQIA+, que direciona suas lutas ao reconhecimento das diferenças. Muito embora a autora reconheça que há componentes de discriminação cultural em relação à classe

²³⁶ A condição pós-socialista revela o contexto histórico e político marcado pela crise dos paradigmas clássicos de justiça social, quais sejam: ausência de visão progressista alternativa à ordem atual, diante do enfraquecimento do socialismo como utopia; a mudança na gramática das reivindicações políticas, com foco no reconhecimento de diferenças de grupo, eclipsando reivindicações por igualdade material; e liberalismo ressurgente que erode as proteções sociais. Cf. FRASER, Nancy, 2022, p. 16-18.

²³⁷ Importante destacar que essa análise de Nancy Fraser tem impacto reduzido no Brasil, porquanto as lutas feministas do movimento negro, referenciadas nas reflexões de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, sempre foram marcadas pela interseccionalidade. De qualquer sorte, esse diagnóstico não compromete a formulação de Fraser sobre a necessidade de uma Teoria Tridimensional de Justiça.

trabalhadora e elementos de exploração econômica quanto aos grupos culturalmente discriminados, há prevalência da injustiça social em um caso e cultural em outro.²³⁸

Esse dilema revela-se ainda mais dramático nas coletividades denominadas “bivalentes” (FRASER, 2022, p. 39), agrupadas pelo gênero e pela raça, porquanto buscam objetivos que podem se apresentar como contraditórios, já que voltados ao direito à igualdade e à diferença.

[...] as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia, e o desfavorecimento econômico das mulheres restringe sua “voz”, impedindo sua participação igual na produção da cultura, nas esferas públicas e na esfera da vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Corrigir a injustiça de gênero requer, portanto, mudanças na economia política e na cultura. O caráter bivalente de gênero, contudo origina um dilema. [...] Enquanto a lógica da redistribuição é acabar com o gênero enquanto tal, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade de gênero [...] como as feministas podem lutar simultaneamente pela abolição da diferenciação de gênero e pela valorização da especificidade de gênero? (FRASER, 2022, p. 41)

Para a superação desse impasse, Fraser propõe o *dualismo perspectivo*, com o qual pretende analisar as injustiças sociais a partir de duas lentes que se complementam: a *redistribuição*, que é o remédio de natureza material e econômica para corrigir as injustiças estruturais que envolvem as classes sociais; e o *reconhecimento*, que busca remediar as injustiças culturais, expressas no desrespeito a identidades de grupos subalternizados, relacionados, em geral, a gênero, etnia ou sexualidade.

Para a autora, cada um desses remédios não pode sacrificar uma dimensão da justiça em favor da outra: assim como a política de igualdade na redistribuição não pode eliminar as diferenças das identidades culturais, a política do reconhecimento não pode reificar as identidades, sacrificando as igualdades materiais.

Necessitamos revisar o conceito de justiça. [...] Por um lado, ela deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias da justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, deve igualmente abarcar as preocupações recentemente salientadas pelas filosofias do reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de *status*. Rejeitando formulações sectárias que caracterizam a distribuição e o reconhecimento como visões mutuamente incompatíveis da justiça, tal concepção tem de abranger ambas. O resultado seria uma concepção bidimensional de justiça. (FRASER, 2002, p. 11)

²³⁸ Cf. FRASER, 2022, p. 38.

Nesse sentido, a teoria dualista de justiça integra a justiça econômica e cultural, assegurando igualdade em ambas as dimensões – na distribuição material e no respeito aos padrões institucionalizados de valor cultural – sob o princípio normativo da *paridade de participação*, conforme se analisará mais adiante.

Oportuno destacar que, ao longo da elaboração da teoria dual de justiça, a autora reformula o conceito de *reconhecimento de identidades*, sustentando que o aumento das interações transculturais e das migrações tem incentivado um comunitarismo que reifica as identidades de grupo, com potencial para promover sectarismo. Para evitar o *problema de reificação*, Fraser (2022, p. 14) busca uma concepção não identitária que promova a integração – e não a separação – das diferenças.²³⁹ Para tanto, sugere uma concepção de reconhecimento baseado no modelo de *status* social.

O que requer reconhecimento no contexto da globalização não é a identidade específica de um grupo, mas o estatuto individual dos seus membros como parceiros de pleno direito na interação social.[...] A reparação dessa injustiça requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa uma política de identidade. (FRASER, 2002, p. 15)

Ou seja, para Fraser, a ausência de reconhecimento não resulta de um processo de depreciação da identidade, mas da subordinação transmitida por *padrões institucionalizados de valor cultural*, que impedem a *participação paritária* na vida social.

Essa concepção dual de justiça afasta o risco do reducionismo economicista, porque, ao contrário de Marx,²⁴⁰ Fraser considera que a arena cultural goza de relativa autonomia. Como as identidades são culturalmente construídas e há uma integração entre múltiplas subjetividades, não há que se falar em primazia da classe sob uma suposta

²³⁹ “Geralmente, o reconhecimento é visto através da lente da identidade. Deste ponto de vista, o que requer reconhecimento é a identidade cultural específica dos grupos. O falso reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pelo grupo dominante e no consequente dano infligido ao sentido do eu dos membros do grupo. [...] Os membros desses grupos devem rejeitar tais imagens em favor de novas autorrepresentações por eles próprios construídas. Depois de remodelar a sua identidade coletiva, devem exibi-la publicamente de forma a ganhar respeito e consideração da sociedade em geral. Quando o resultado tem êxito, atinge-se o ‘reconhecimento’, uma relação não distorcida consigo próprio” (FRASER, 2002, p. 15).

²⁴⁰ “A metáfora do edifício – base (infraestrutura) e superestrutura – é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou a infraestrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (a superestrutura). [...] O modo de produção de vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” (BOTTOMORE, 1988, p. 27).

determinação de natureza material. Da mesma forma, o *dualismo perspectivo* afasta os riscos do culturalismo, cujo foco se limita à *reificação das diferenças*.²⁴¹

A elaboração de uma teoria dual de justiça, a partir do conteúdo normativo da *paridade participativa*, e a releitura do conceito de *reconhecimento das identidades* coloca em evidência as divergências de Fraser com o monismo de Axel Honneth, conforme se verá a seguir.

4.3.4 O Dualismo de Nancy Fraser em Debate com o Monismo de Axel Honneth

No debate travado com Axel Honneth,²⁴² Nancy Fraser consolida sua teoria de justiça dual, destacando a importância de analisar as dimensões de *redistribuição* e *reconhecimento* de maneira integrada e alertando que a distinção é meramente analítica, já que ambas estão imbricadas. Para a autora, assim como o marxismo reduziu a esfera cultural à econômica, Honneth promove o mesmo reducionismo de forma inversa, ao afirmar que toda injustiça deriva da falta de reconhecimento.

Em sua obra intitulada *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, originalmente publicada em 1992, Axel Honneth (2003), integrante da terceira geração da Escola de Frankfurt, tal qual Fraser, desenvolve uma teoria normativa da sociedade, afirmando que no conceito nuclear de justiça estão as expectativas de reconhecimento recíproco entre os indivíduos. O autor alemão afirma que toda injustiça – inclusive a material – deriva da falta de reconhecimento, relacionado à dignidade e ao respeito aos indivíduos. Para o autor, se a distribuição de bens é perpassada por reconhecimento, a reivindicação por transformação do padrão de distribuição é luta por reconhecimento.²⁴³

Partindo da psicologia social de George Herbert Mead, Honneth sustenta que, sem prejuízo da singularidade expressa na individuação, a relação entre sujeitos é constitutiva da subjetividade. A afirmação do “eu” se dá por meio do outro que nos constitui, ou seja,

²⁴¹ Cf. FRASER, 2006. p. 87.

²⁴² Ver FRASER e HONNETH, 2006.

²⁴³ Para Honneth, “[...] las injusticias distributivas deben entenderse como la expresión institucional de la falta de respeto social o, mejor dicho, de unas relaciones injustificadas de reconocimiento” (FRASER e HONNETH, 2006.p. 92).

o “eu” é um devir que se desdobra no processo de construção das relações sociais em processo.²⁴⁴

E, para que essa subjetividade construída socialmente seja saudável, Honneth resgata a tradição hegeliana segundo a qual o reconhecimento deriva de uma relação recíproca entre sujeitos, em que cada um vê o outro como um igual e um ser separado de si. Para o autor, há três esferas de relações com potencial para o desenvolvimento do reconhecimento recíproco das identidades: o *amor*, capaz de desenvolver a autoconfiança quando as relações familiares são pautadas em cuidados recíprocos; o *direito*, que desenvolve autorrespeito ao estabelecer o reconhecimento da igualdade entre todos os seres humanos; e a *solidariedade*, apta a desenvolver autoestima no campo da diferença, ou seja, cada indivíduo ostenta um arranjo singular, a despeito da igualdade entre todos.²⁴⁵

Portanto, diferentemente do que pensa Habermas, a finalidade nas relações intersubjetivas não é o entendimento, mas o reconhecimento, essencial para a autorrealização dos indivíduos.

Interessado em compreender como acontece a migração da experiência da injustiça para a sua percepção, Honneth afirma que, quando o equilíbrio tenso entre essas três dimensões se rompe, há um déficit de reconhecimento derivado da falta de autoconfiança, de autorrespeito e de autoestima. Se houver uma elaboração social dessa ruptura, os movimentos sociais podem articular coletivamente o processo de migração da experiência da violência para a percepção dessa violência, que elabora novas gramáticas que sejam transformadoras e promotoras de um nível ético mais justo e emancipador.

Honneth sustenta que a violação dessa expectativa moral quanto ao comportamento do outro desencadeia um sentimento de injustiça e desrespeito, que pode ensejar a motivação necessária para a luta por reconhecimento. Em poucas palavras, os conflitos sociais são lutas morais por reconhecimento recíproco.

Como vimos no início deste capítulo, a teoria crítica se caracteriza pela relação dialética entre imanência e transcendência, ou seja, o teórico busca diagnosticar as tensões da realidade, sem deixar de apresentar um prognóstico emancipador. E, para que haja

²⁴⁴ Cf. HONNETH, 2003, p. 125.

²⁴⁵ Em resumo, a formação da identidade humana depende do reconhecimento intersubjetivo no plano *emocional* – com o desenvolvimento da autoconfiança derivada do afeto –, no plano *cognitivo* – que desenvolve o autorrespeito proveniente dos direitos – e no plano *social* – que promove autoestima extraída da solidariedade. Cf. HONNETH, 2003, p. 60.

articulação entre ambos, há que se adotar critérios de normatividade que estejam inscritos na realidade. Pois bem.

Para Nancy Fraser, essa normatividade não pode se apoiar em um único elemento, como pretende Honneth em sua gramática social dos conflitos sociais. Ao afirmar que a expectativa moral é a base dos conflitos sociais, Honneth atribuiu a essa normatividade um caráter psicológico-moral que a limita, porquanto negligencia a sua natureza eminentemente política. Segundo a filósofa, a teoria crítica não pode analisar a realidade reduzindo-a às experiências subjetivas. É preciso que o teórico compreenda o contexto social no qual as comunicações são estabelecidas, a fim de buscar nos discursos morais e políticos do seu tempo os pontos de contato entre a realidade e os conteúdos e seus significados. E essa tarefa analítica se desenvolve nas práticas sociais inseridas nas lutas políticas derivadas dos conflitos sociais. Será por meio da compreensão da gramática dos movimentos sociais que os *paradigmas populares de justiça* – que são “o conjunto de concepções relacionadas às causas e às soluções da injustiça” (FRASER e HONETH, 2006, p. 21) – poderão ser acessados para avaliação. Isso porque, por meio da análise dos discursos morais e políticos, é possível interpretar vocabulários, tradições e traços culturais que, uma vez partilhados publicamente, são capazes de revelar desejos e necessidades.

Para Fraser, portanto, a luta por justiça não se limita ao reconhecimento. Se a lógica do capital obedece à necessidade de acumulação, lucro e eficiência, não é só o valor das pessoas que rege a política de distribuição de bens. Ora, se tudo é reconhecimento – tal qual se apresenta no monismo de Honneth –, não é possível diferenciar o que é material do que é cultural, o que enseja a perda da força analítica dessas categorias. Ou seja, o monismo, que se reduz ao cultural, revela-se o outro lado da moeda do economicismo que reduz tudo à classe, prevalecendo a dimensão econômica.

Fraser acredita que seu *dualismo perspectivo* – distinguindo clara e analiticamente as esferas econômica e cultural – permite que os movimentos sociais identifiquem mais facilmente as dimensões envolvidas no conflito para a busca de soluções mais sustentáveis. Como exemplo, a luta das mulheres por licença parental remunerada, de um lado, expressa os problemas estruturais de distribuição material em desfavor das mulheres e, de outro, traduz as reivindicações contra os padrões que associam a prática do cuidado exclusivamente às mulheres.

No debate com Honneth, Fraser aprofunda a centralidade conferida à *paridade participativa* como elemento normativo da sua teoria da justiça. A *condição objetiva para uma participação paritária* no sentido de superar a injustiça socioeconômica das relações de produção é a socialização dos bens materiais. Já a *condição subjetiva para a paridade* diante da disparidade hierárquica de *status* cultural é a transformação das estruturas que são culturalmente valorativas. Em ambos os casos, a radicalidade democrática demanda a transformação das relações atravessadas pelas assimetrias de poder.²⁴⁶

E essa é uma divergência importante no debate estabelecido com Honneth. Enquanto Fraser adota uma abordagem estrutural e institucional, vinculando a luta por *reconhecimento* à igualdade de participação nas arenas social, política e econômica, Honneth, lastreado na psicologia moral, sustenta que o *reconhecimento* é condição para a integralidade da subjetividade – pressuposto para a autorrealização – e que os conflitos emergem diante de experiências subjetivas de desrespeito ou de expectativas de *reconhecimento* intersubjetivo não realizadas.

E é nesse debate que Fraser consolida sua preocupação no sentido de que a autorrealização universalmente partilhada, com base no *reconhecimento* das identidades, enseja o risco de *essencializar* as diferenças ou *reificar* as identidades coletivas, porque essa estratégia não é suficiente para superar a desigualdade de *status*, cujo alicerce também repousa nas relações de dominação econômica. Para ela, não basta acessar a dimensão psíquica que enseja os preconceitos, sem que a lente esteja também direcionada para as questões sociais.

Em seu debate com Honneth, a autora sustenta que o modelo de *status*, ao contrário da identidade, evita a psicologização, porque, se o erro está na mente do opressor, a solução por meio do controle de suas crenças é autoritária.²⁴⁷ Isso porque a falta de reconhecimento, além de discursiva, é institucional. Ora, se é a subordinação de *status* que impede a *paridade participativa*, o remédio é a superação das hierarquias, que, segundo Fraser, pode se apresentar na forma *afirmativa* ou *transformativa*.

O modelo *afirmativo* corrige desajustes sem alterar as estruturas que reproduzem a dominação, seja ela de natureza material ou cultural. Já o padrão *transformativo* pretende a desconstrução das estruturas e sistemas que dão sustentação às relações de

²⁴⁶ FRASER e HONNETH, 2006, p. 42.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 38.

opressão. Como exemplo, no campo socioeconômico, enquanto a política *afirmativa* é a adotada pelo Estado de bem-estar social, que mantém a divisão social do trabalho, a política *transformativa* é o socialismo. Já na arena cultural, enquanto os ajustes *afirmativos* têm por objetivo corrigir as desigualdades de oportunidades, reforçando e enaltecendo as diferenças derivadas da orientação sexual, as medidas *transformativas* direcionam a necessidade de desconstrução da concepção binária homo/heterossexual, para que haja fluidez nas expressões da sexualidade.²⁴⁸

Fraser não desconsidera a utilidade das propostas *afirmativas* para mitigar as desigualdades urgentes.²⁴⁹ No entanto, a autora sustenta que seu alcance é limitado, podendo, inclusive, em alguns casos, reforçar as hierarquias que pretende eliminar. Isso porque o foco exclusivo na diferença, na afirmação das identidades e na autorrealização não promove correção das injustiças estruturais.

Para que ganhe contornos *transformativos*, o *reconhecimento* deve derivar da luta por transformação e desconstrução da estrutura cultural valorativa, que impõe subordinação entre as diferentes identidades. Nesse sentido, normas institucionais que tentam corrigir as assimetrias, valorizando as diferenças, revelam-se insuficientes para a promoção da justiça.

Ao considerar que as disparidades hierárquicas estão presentes nas estruturas de classe, assim como nas estruturas culturalmente valorativas, a luta deverá ser sempre pela *paridade participativa*, integrando igualdade material e de *status*, como dimensão política da justiça. Dessa forma, a autora superou o dilema *reconhecimento* versus *redistribuição*.

4.3.5 A Representação como Elemento Integrador da Teoria Tridimensional da Justiça

Ao longo do debate com Axel Honneth, Fraser vai introduzindo um terceiro elemento à sua teoria, baseado na necessidade de *paridade de participação* para o enfrentamento das injustiças: a *representação política*.

²⁴⁸ Cf. FRASER, 2022, p. 44-47.

²⁴⁹ “Na realidade, a distinção entre afirmação e transformação não é absoluta, mas contextual. As reformas que parecem afirmativas em abstrato podem ter efeitos transformadores em alguns contextos, sempre que se procure pô-las em prática de forma radical e consistente. Por exemplo, se a proposta de renda mínima [...] fosse suficientemente elevada, a renda básica alteraria o equilíbrio de poder entre capital e trabalho, criando um terreno mais favorável para provocar outras mudanças. O resultado a longo prazo pode ser a debilitação da mercantilização da mão de obra” (FRASER, 2006, p. 76).

Mas é nos artigos “Reenquadrar a justiça num mundo globalizado”, de 2005 (FRASER, 2024a), e “Escalas de Justiça” (FRASER, 2008) que a autora desenvolve a teoria tridimensional da justiça, integrando e conectando a dimensão da representação aos debates sobre globalização e instituições transnacionais.

Para Fraser, justiça é *paridade de participação*. Isso significa que as três dimensões da justiça – *redistribuição*, *reconhecimento* e *representação* – são irreduzíveis entre si e subordinadas ao conteúdo normativo da *paridade participativa*, para a superação dos obstáculos que impedem a igualdade de participação.

A filósofa afirma que a gramática dos movimentos sociais ditada pelas reivindicações de justiça foi alterada com a expansão da unidade política, antes restrita aos Estados territoriais modernos, para a arena transnacional.²⁵⁰ Daí que a disputa, até então centrada exclusivamente sobre *o que* é devido em termos de justiça – seja na dimensão da *redistribuição* ou do *reconhecimento* – foi ampliada para *quem*, ou seja, qual o público relevante e qual comunidade deve ser considerada.

Quem são os sujeitos relevantes com direito a uma distribuição justa ou a um reconhecimento recíproco no caso em questão? Logo, o que está em disputa não é apenas a substância da justiça, mas também sua estrutura. (FRASER, 2024a, p. 229)

E a pergunta sobre *quem* deve integrar esse público conduz a autora a desenvolver a *teoria tridimensional da justiça*, para incorporar, além da dimensão econômica da *redistribuição* e da dimensão cultural do *reconhecimento*, a dimensão política da *representação* dos sujeitos considerados relevantes.

A luta por *representação* enseja a reflexão sobre quem é legítimo para reivindicar e como o debate deve ser realizado. Essa dimensão está relacionada à forma como as inclusões ou exclusões de indivíduos e grupos nas instâncias de decisão política afetam a justiça. Trata-se de uma dimensão política, que é condição para que as demais dimensões da *redistribuição* e do *reconhecimento* sejam tratadas de forma justa, porquanto pressupõe a presença de todos os grupos que serão afetados pelas decisões.

Dada a visão da justiça como paridade de participação, isso significa que podem existir obstáculos especificamente políticos à paridade, não redutíveis à má distribuição ou ao não reconhecimento, embora (novamente) possam estar atrelados a

²⁵⁰ “[...] os manifestantes contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), os movimentos Occupy e os Indignados apontam diretamente contra as novas estruturas de governança da economia global, que reforçaram enormemente a capacidade de grandes empresas e investidores escaparem dos poderes regulamentares e fiscais dos Estados territoriais” (FRASER, 2024b, p. 228).

eles. [...] Se a representação é a questão que define o político, então a injustiça política característica é a falta de representação. (FRASER, 2024a, p. 233)

Fraser destaca o desafio de incluir a dimensão da *representação* em um contexto globalizado, no qual a escala política de referência não é mais o Estado-nação delimitado territorialmente e as decisões são provenientes de instâncias supranacionais, marcadas pela ausência de muitos grupos. Daí a importância de sua análise sobre *quem* deve ser considerado legítimo para participar das comunidades políticas e *como* essas fronteiras devem ser delimitadas.

A fim de atender aos desafios contemporâneos, a autora estende o conceito de *esfera pública* para além do Estado-nação, porquanto as deliberações na contemporaneidade são influenciadas por instituições globais.²⁵¹ E nessa arena transacional todos os atingidos pelas decisões devem participar, porque a ausência de *paridade de participação* reforça as desigualdades nas dimensões da *distribuição*, do *reconhecimento* e da *representação*. O princípio de *todos os afetados* assegura que todos aqueles que vierem a ser impactados por decisões políticas e econômicas tenham voz, independentemente de sua localização geográfica ou de sua cidadania.

O mesmo exemplo oferecido por Fraser para sustentar o quão essencial é a *paridade participativa* pode ser utilizado para ilustrar o *princípio de todos os afetados* como garantidor da justiça na representação política: trata-se do conflito estabelecido na França acerca do uso do véu islâmico nas escolas públicas.²⁵²

Parece evidente que o uso do véu envolve não somente uma questão cultural, como também econômica e política. Para que o uso da indumentária em instituições públicas seja aceitável, é preciso demonstrar que a proibição é injusta, porque impede o acesso igual à educação – que é um problema de distribuição – e, também, é preciso considerar que sua prática não reforça, necessariamente, a subordinação feminina, porque o véu não é exclusivamente um símbolo patriarcal, mas um elemento de identidade muçulmana em transição, cujos significados estão em constante ressignificação nas sociedades multiculturais. Ora, esse debate só será legítimo se, assegurada a *paridade de participação* na dimensão política, as vozes das mulheres muçulmanas forem

²⁵¹ Para Fraser, os movimentos sociais transformadores estão criando novas arenas democráticas para debater seus argumentos, como é o exemplo do Fórum Social Mundial, que se traduz em esfera pública transnacional. Ver FRASER, 2024b, p. 243.

²⁵² Cf. FRASER e HONNETH, 2006, p. 46-47.

devidamente ouvidas, ou seja, se houver plena *representação* política. Uma vez respeitadas as três dimensões de promoção da justiça, do ponto de vista do enfoque transformativo, as diferenças de identidade que perpassam esse exemplo poderiam se libertar da subordinação, proporcionando adaptação da identidade nacional francesa a uma sociedade multicultural e da identidade muçulmana a um regime pluralista e igualitário em relação ao gênero.²⁵³

Portanto, para a autora, em qualquer esfera, seja nas relações familiares ou nos debates públicos nacionais ou transnacionais, fazer justiça é superar os arranjos sociais que impedem a *paridade participativa*. Logo, um dos remédios para a injustiça das assimetrias é a *representação* política. Justiça como *paridade participativa* deve permear a busca por igualdade na *redistribuição* de bens materiais, no *reconhecimento* das diferenças culturais e na *participação* das deliberações políticas.

Daí a importância da *política de interpretação das necessidades*, muito embora essa construção teórica de Nancy Fraser, conforme vimos, seja bem anterior à sua *Teoria Tridimensional da Justiça*. Antes de se analisar em que medida as categorias da obra de Nancy Fraser estão alinhadas com o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos, é preciso fazer uma breve contextualização do cenário contemporâneo do capitalismo financeirizado, no qual a luta por justiça e os debates nas múltiplas esferas públicas acontecem.

4.3.6 O Capitalismo

Para Fraser, o capitalismo, muito além de um sistema econômico, é ordem social institucionalizada que integra tanto a dimensão econômica quanto a política. Em seu estágio atual – o neoliberalismo financeirizado –, a economia ganhou centralidade na mesma medida em que a política perdeu tração para regular o capital.

Em um cenário de brutal desigualdade econômica e hiperconcentração de renda, o neoliberalismo promove a colonização do mercado sobre as demais esferas, em especial a política, o meio ambiente e as relações de reprodução.

A dominação no capitalismo está lastreada em mecanismos políticos permeados por um conjunto ideológico que enaltece a prosperidade individual, o consumismo e a

²⁵³ *Ibid.*, p. 79.

meritocracia. A perda de direitos é traduzida como conquista de autonomia e de liberdade individual, o que afasta a necessidade de regulação estatal.

Portanto, para a autora, a crise atual do capitalismo é uma crise multifacetada, que inclui um complexo de fenômenos, tais como precarização do trabalho, déficit do cuidado, colapso ambiental, violência racializada e crise política.

A reprodução social, expressa na forma do cuidado que permeia as relações de subjetivação, é estruturante para a produção do capital e, muito embora demande tempo e energia, não é devidamente remunerada. Essa atividade, que tem claro recorte de gênero, é naturalizada como tarefa feminina e, como tal, é desprezada pelo mercado. Com a retração da proteção estatal e o esgotamento da atividade de reprodução, o déficit do cuidado é uma das facetas da atual crise do capitalismo.

O fato é que nosso sistema social está exaurindo as energias necessárias para cuidar das famílias, manter as casas, sustentar comunidades, nutrir amizades, construir redes políticas e estabelecer solidariedades. (FRASER, 2024c, p. 89)

Assim como a reprodução social não remunerada sustenta as relações de produção, o capitalismo se estrutura em uma matriz de exploração ilimitada dos recursos naturais para atendimento das demandas da produção, responsável pelo colapso ambiental.

Se, de um lado, o capitalismo valoriza a desregulação estatal, de outro, mantém o Estado no tamanho adequado para a manutenção da ordem social, da segurança jurídica e da criminalização dos movimentos sociais, revelando que a crise política se expressa na perda da capacidade de persuasão ou crise de hegemonia de Gramsci. Como exemplo, a autora oferece a emergência da extrema direita xenófoba – Brexit e Trump – que se fortaleceu com a insatisfação popular em relação ao neoliberalismo *mainstream* ou progressista, que não atendeu às necessidades dos cidadãos.

No Brasil, a emergência e o fortalecimento de um segmento social que enaltece a prosperidade, a meritocracia, o individualismo e o consumismo, associados aos históricos racismo e sexismo estruturais, integra o cenário de *uberização* da economia e *bolsonarização* da sociedade e da política. Esse contexto favorece um padrão autoritário, verticalizado, coercitivo, burocrático, competitivo, piramidal e hierárquico.

A luta contra-hegemônica implica não somente impulsionar como também conferir visibilidade a projetos capazes de promover cooperação, reciprocidade,

pertencimento, solidariedade, preservação ambiental, empreendedorismo comunitário, coesão social na diversidade e mobilidade urbana sustentável.²⁵⁴

A presente pesquisa busca analisar quais metodologias e práticas sociais são potencialmente capazes de promover o engajamento dos integrantes da comunidade nos movimentos sociais e a participação na agenda política, para que sejam protagonistas das transformações necessárias para o enfrentamento de todas as dimensões das violências. Trata-se, portanto, de uma tarefa eminentemente política, razão pela qual a teoria crítica de Nancy Fraser, articulando *reconhecimento*, *redistribuição* e *representação política*, mostra-se oportuna neste trabalho, dado o alinhamento temático e metodológico com os Círculos Comunitários Transformativos. É o que se verá a seguir.

4.4 AS CATEGORIAS DA OBRA DE NANCY FRASER APLICADAS AOS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS

Na perspectiva democrática, a justiça não é um requisito imposto de fora, determinado por instâncias superiores às pessoas a quem obriga. Pelo contrário, a justiça só vincula, na medida em que seus destinatários também podem se considerar seus autores. (FRASER, 2006, p. 48)

Inspirado na Teoria Tridimensional de Justiça de Fraser, o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos foi traçado com o objetivo de impulsionar a participação dos públicos subalternizados pelas hierarquias de poder e pelas desigualdades materiais e sociais em processos discursivos capazes de articular reflexão e ação, com vistas à mobilização para as lutas por igualdade social – *redistribuição* – diversidade cultural – *reconhecimento* – e participação política – *representação*.

Para tanto, as temáticas selecionadas para a aplicação da metodologia circular contemplam desde o debate sobre necessidades e identidades – que integra o primeiro quadrante dos Círculos Comunitários Transformativos e é objeto do presente capítulo –

²⁵⁴ É visível a emergência de projetos de políticas públicas, empreendedorismo e iniciativas sociais produzidos dentro das favelas, a partir da realidade e olhar de quem vivencia o território em seu cotidiano. Cf. G20 Brasil 2024. “Parceria G20 Brasil e Voz das Comunidades: o olhar das favelas apresentado ao mundo”. 8 jul. 2024. Disponível em: <https://g20.gov.br/pt-br/noticias/parceria-g20-brasil-e-f20-a-voz-das-favelas-ecoada-pelo-mundo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

até a elaboração de projetos comunitários de transformação das violências, contemplados no quarto e último quadrante dos Círculos e objeto de análise no capítulo 8 desta tese.

A reflexão sobre as violências que tematiza os Círculos Comunitários Transformativos se inicia com perguntas norteadoras que exploram em que medida as necessidades individuais e comunitárias estão ou não sendo atendidas e se as identidades estão ou não sendo reconhecidas. Isso porque adota-se a premissa de que os conflitos emergem – e, com eles, potenciais experiências de injustiça – quando não há igualdade no atendimento das necessidades e quando há subordinação social ligada a padrões hierárquicos de valoração cultural.

E, aqui, cabe uma justificativa: muito embora Nancy Fraser considere que é a falta de *paridade participativa* que enseja a subordinação de *status* e, consequentemente, a injustiça do *reconhecimento*, a presente pesquisa optou por preservar a nomenclatura *identidades*, por se tratar de um conceito mais acessível, se comparado a *status cultural*. Apesar do uso de nomenclaturas diferentes, toda a reflexão proporcionada nos Círculos tratou a questão do *reconhecimento* das identidades considerando as hierarquias das estruturas sociais, que impõem desigualdade material e cultural, em alinhamento com a perspectiva da autora.

Mesmo porque, se Fraser afirma que é nas lutas de *interpretação das necessidades* que as identidades emergem, o reconhecimento da identidade de grupos subalternizados é uma exigência da justiça, porquanto a desvalorização cultural colabora para a manutenção das relações de opressão. Assim, o problema não é a identidade, mas o identitarismo, que corre o risco de desviar o foco das lutas das injustiças estruturais.

A propósito, Asad Haider (2019, p. 49) alerta para o risco de o paradigma da identidade enfatizar a conquista do reconhecimento como indivíduo, em vez de focar no pertencimento a uma coletividade na luta – também coletiva – contra a estrutura social de opressão.

Ou seja, este trabalho não nega que a identidade é central para o reconhecimento, mas reconhece, assim como Fraser, que ela está conectada às condições estruturais e políticas mais amplas, e é exatamente nessa perspectiva que os Círculos operam: a questão da identidade está atrelada à questão do poder que atravessa todas as relações sociais. A propósito, conforme a autora destaca: “a chave para reformar a instituição do matrimônio não é o afeto, mas a paridade participativa” (FRASER, 2006, p. 164).

Como a premissa aqui adotada é a de que as necessidades e as identidades são politicamente construídas e não universalmente determinadas, os Círculos Comunitários Transformativos colaboram nessa construção, operando como arenas discursivas contra-hegemônicas, para a adoção de uma plataforma participativa de interpretação dos interesses e anseios de seus participantes.

Por intermédio de perguntas do tipo: “Quais são minhas/nossas necessidades? Elas estão sendo satisfeitas? Qual a identidade pela qual eu/nós gostaria/gostaríamos de ser reconhecido(s)/a(s)? Sou reconhecido/a? Sim? Não? Por quê?”, é possível desencadear uma série de reflexões sobre a realidade em que se vive, desde a distribuição de bens e serviços, até as hierarquias de *status*, especialmente nas questões envolvendo gênero, raça e classe social.

A compreensão da realidade implica análise das desigualdades na distribuição de bens materiais e no reconhecimento das identidades, em processos discursivos participativos, nos quais os *paradigmas populares de justiça*²⁵⁵ podem emergir no debate entre indivíduos, mobilizados ou não em movimentos sociais.

Uma vez diagnosticadas as brutais disparidades materiais e culturais e suas causas, a reflexão sobre as violências estruturais e simbólicas permite a compreensão sobre os mecanismos que as reproduzem, associando-as a um fenômeno muito mais amplo do que a sua expressão direta. Trata-se de provocar debates sobre quais expressões da violência naturalizam e legitimam as violências interpessoais. Nesse sentido, os participantes têm a oportunidade de compreender que normas institucionais afirmativas, que tentam corrigir assimetrias de poder somente pela valorização das diferenças de identidade, podem ser úteis, mas têm alcance limitado.

Além disso, os Círculos Comunitários Transformativos podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento de recursos discursivos, ampliando o repertório dos participantes e desenvolvendo habilidades retóricas essenciais para o exercício da contra-hegemonia e para a transformação da cultura política.

²⁵⁵ Fraser explica que os *paradigmas de justiça* não expressam a perspectiva de nenhum grupo social específico. São discursos normativos difundidos nas democracias que estão presentes não somente nas esferas públicas como também nos centros de trabalho e na sociedade civil, criando uma gramática moral a que podem recorrer os atores sociais em qualquer esfera para avaliar as situações sociais, sejam movimentos sociais organizados, sejam indivíduos não organizados nos contextos cotidianos. Ver FRASER e HONNETH, 2006. p. 156.

Por fim, os integrantes dos Círculos são convidados a pensar quais práticas individuais e coletivas podem ser adotadas para a promoção das transformações desejadas e quais devem ser desconstruídas, a partir de critérios próprios da realidade. Sob esse formato, a metodologia desenhada revelou grande potencial para que a reflexão e a ação sobre as violências não se limitem às dimensões interpessoais e possam repercutir nas esferas ideológicas e estruturais, conforme preconiza a Justiça Transformativa.

Como sua instauração pode ser motivada para o diálogo sobre identidades, projetos e anseios individuais e coletivos, trata-se de um recurso que prescinde da ocorrência de conflitos pontuais, reparos individuais e vítimas singularizadas.²⁵⁶ E essa liberdade na motivação confere à metodologia circular um espaço privilegiado para a análise crítica.

Integrados a um processo de construção social, os participantes vão edificando significados compartilhados sobre a realidade, a partir de múltiplas identidades, para compreendê-la e transformá-la.

A premissa adotada é a de que as identidades são construídas nas relações sociais e, para afastar o risco de uma abordagem essencialista, os Círculos consideram a vinculação da luta por reconhecimento à *paridade participativa*, em vez de abordá-la como algo fixo e estático, a fim de assegurar que haja igualdade de participação na esfera pública.

Por fim, a elaboração de um conceito normativo de justiça deve contemplar o diagnóstico das injustiças de natureza econômica, cultural e política nas sociedades capitalistas e a projeção do papel dos movimentos sociais na construção dessa justiça. Fazer justiça é superar arranjos sociais que impedem a *paridade participativa*, daí porque a luta pela *representação* também é objeto de apreciação nos Círculos Comunitários Transformativos.

Conforme veremos no capítulo 8, a proposta para que os integrantes apresentem projetos de transformação para delinear os contornos da comunidade ansiada coroa a última etapa dos Círculos Comunitários Transformativos. Trata-se de uma oportunidade

²⁵⁶ Como já destacado no Capítulo 2, os círculos podem ser adotados para a tomada de decisões, abordagem de divergências, trabalho conjunto em algum projeto, celebração, partilha de dificuldades ou aprendizado coletivo.

para que as vozes silenciadas pelas assimetrias de poder, que atravessam todas as esferas da vida e da política, tenham igualdade de condições nos debates políticos.

Como vimos alhures, *reconhecimento*, *redistribuição* e *representação*, para Fraser, ostentam igual importância nas lutas por justiça, as quais podem ser promovidas por ações *afirmativas* – relevantes porque reduzem os impactos das injustiças, embora não transformem suas estruturas de sustentação – e/ou por práticas *transformativas*, que buscam modificar as bases sobre as quais repousam e se reproduzem as injustiças, sejam elas relacionadas às identidades, à distribuição de bens ou à representação política.

Aqui, cabe apresentar a analogia feita por Woolford e Nelund (2019), autores que, de um lado, associaram as limitações das ações afirmativas apontadas por Fraser às limitações da Justiça Restaurativa já mencionadas no capítulo 3, e, de outro, identificaram as potencialidades das ações transformativas com os princípios da Justiça Transformativa. Como exemplo, os autores trazem um episódio de violência envolvendo pichação com insultos racistas no armário de um aluno em uma escola. De acordo com uma abordagem restaurativo-afirmativa, o desfecho provável, segundo os autores, seria o agressor assumir a responsabilidade pelo dano, limpando o armário, desculpando-se e elaborando um artigo para refletir sobre os efeitos perversos do racismo. Nessa hipótese, toda a ênfase se limita à mudança comportamental do ofensor, sem a promoção de um processo mais amplo de questionamento das raízes da injustiça cultural. Além do necessário desfecho interpessoal – que será ou não punitivista, a depender dos anseios das vítimas, que têm o direito de se protegerem contra eventual processo de revitimização –, esse episódio, sob uma abordagem transformativa, pode abrir uma oportunidade para que toda a comunidade escolar desenvolva um olhar crítico sobre a questão racial, suas dimensões estruturais, suas raízes e suas consequências humanas. Em vez de o debate se limitar ao binômio punir ou não punir, a comunidade escolar deve proporcionar reflexão sistêmica por meio de atividades acadêmicas, culturais e esportivas que tenham o antirracismo como objetivo principal. Para que essa ampliação de perspectiva seja possível, confere-se especial relevo ao papel da educação para os direitos no empoderamento das minorias sociais.

Para os autores, portanto, estratégias transformativas de *reconhecimento*, *redistribuição* e *representação* tendem a se articular em combinações de estratégias *afirmativas* e *transformativas*.

Justiça Transformativa é o processo de multiplicação das vozes e das lutas [...] Isso demanda justiça para aqueles que sofrem injustiças, mas

ainda não se apropriaram de suas vozes para anunciar suas demandas. (WOOLFORD e NELUND, 2019, p. 206)

E é exatamente aqui que as três dimensões de justiça de Nancy Fraser encontram a Justiça Transformativa. De acordo com Woolford e Ratner (2010), a Justiça Transformativa deve se atentar para as causas da opressão e da injustiça, buscando maior equilíbrio entre a *distribuição* dos recursos na sociedade; o *reconhecimento* das diversidades das identidades; e o aumento da *representatividade* na participação política.

Pelas razões expostas, o presente projeto pretende sustentar que o enfrentamento das violências, em todas as suas dimensões, pressupõe a transformação dos padrões de dominação do arcabouço ideológico reproduzidos: a) pelas instituições culturais, religiosas, artísticas, científicas, jurídicas, educacionais e midiáticas; b) pelas relações sociais estabelecidas na família e na comunidade local; e c) pelas relações na esfera da política marcadas pela injustiça e exclusão social e econômica.

Esse processo deve contar com novas metodologias que, de um lado, impliquem transformação nas instâncias pelas quais as ideologias naturalizam as hierarquias de poder e as formas de opressão e, de outro, impulsionem novas mobilizações que lutem para assegurar uma vida digna de acesso aos bens.

Nesse sentido, além das particularidades dos conflitos interpessoais e seus padrões de comunicação, é preciso transformar as instituições e práticas sociais de dominação e violência exercidas cultural e estruturalmente. A abordagem dos conflitos por meio de uma plataforma transformativa implica diversificar estratégias tanto para atuar no curto prazo, quanto para gerar mudanças no nível dos sistemas. E esse será o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

A TRANSFORMAÇÃO PARTICIPATIVA DAS VIOLÊNCIAS

Não devemos despolitizar a paz

Jenny Pearce²⁵⁷

Como o objeto desta pesquisa está relacionado ao enfrentamento das violências, por meio de práticas sociais e políticas participativas, o presente capítulo se dedica a analisar as abordagens referentes às expressões da violência e à transformação de conflitos alinhadas ao escopo deste trabalho. É preciso advertir, porém, que este capítulo não se destina a analisar metodologias negociais de resolução de conflitos. O que interessa, aqui, é a reflexão sobre as metodologias de transformação de conflitos e de violências para a construção da paz, nas esferas pessoal, cultural e estrutural, conforme preconiza a Justiça Transformativa.

Oportuno registrar que a concepção de paz aqui adotada pressupõe o compromisso com a não-violência, desassociando a imposição da força – seja ela política, econômica ou armada – da virtude. Trata-se, portanto, de uma paz traduzida como tarefa eminentemente política, porquanto associada à justiça social.

De acordo com Muller, a mobilização política dos grupos submetidos às injustiças é essencial para que o conflito social – silenciado pela ideologia hegemônica que atribui universalidade aos interesses específicos dos grupos dominantes – possa emergir. Para o filósofo, enquanto houver submissão à “ordem” para o reinado da “paz social”, não haverá conflito, nem oportunidades de transformação. Daí que a oposição à não violência não é a violência, mas a resignação.²⁵⁸

Ao contrário de Clausewitz, para quem “a guerra é a simples continuidade da política por outros meios” (apud MULLER, 2007, p. 161-162), Muller afirma que a guerra

²⁵⁷ Segundo Jenny Pearce, não devemos temer a política no debate sobre a paz, uma vez que se trata da forma como nos organizamos e como pretendemos conviver. Conceptualizar una agenda de paz en medio de violencias crónicas. Palestra proferida no Ciclo de diálogos *América Latina: hacer frente a las violencias desde la construcción de paz*. Instituto Catalán Internacional para la Paz, 16 de março de 2021. ICIPtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_DbOdcz_660. Acesso em 18 fev 2025. Acesso em: 18 fev. 2025.

²⁵⁸ Cf. MULLER, 2007, p. 23.

é a interrupção da política, porque, sob a perspectiva da não violência, o recurso à violência revela o fracasso da política.

Conforme veremos a seguir, o enfrentamento das violências sob uma perspectiva emancipadora implica conceber o conflito como elemento estrutural da vida social e como oportunidade para que as diferenças de interesses sejam abordadas e transformadas por meios não violentos. Para tanto, compreender a natureza multifacetada da violência e a variedade dos mecanismos de gestão desse fenômeno tão complexo é essencial para a democratização das práticas políticas de transformação não violenta dos conflitos.

5.1 A PAZ

Vocês dizem que é a boa guerra que santifica até a própria guerra? Eu vos digo: é a boa causa que santifica toda causa. (Nietzsche, Assim falou Zaratustra, apud Muller, 2007, p. 13).

No imaginário popular, o herói é aquele que pegou em armas para defender a pátria contra os bárbaros. E a sociedade ergue monumentos e presta culto a seus heróis. (Muller, 2007, p. 12, 13)

A abordagem da paz como ausência de qualquer violência direta – desde a agressão física interpessoal, até os conflitos armados – foi consagrada no mundo ocidental, a partir das matrizes grega e romana. Enquanto a vertente grega associava paz à ausência de guerra e à consagração do controle interno em defesa de ameaças externas, a matriz romana conectava paz à ordem e à coerção imposta pelo poder militar. Embora diferentes, ambos os matizes são representados no paradoxal provérbio “se queres a paz, prepara-te para a guerra” (MUSLERA, 201, p. 26-29).

Essa concepção negativa da paz, baseada na ausência de guerra, foi desafiada por Galtung ao fundar, em 1959, o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz, propondo uma abordagem crítica aos estudos da paz. Para o autor, além do elemento empírico que proporcione o necessário diagnóstico da realidade, uma ciência normativa da paz deveria assumir uma feição emancipatória para a construção da justiça social.

Galtung sustenta que o foco na “paz negativa”, ou seja, na ausência de manifestação explícita da violência, limita as pesquisas sobre a paz aos mecanismos de

contenção e controle dos efeitos da guerra. E essa limitação legitima injustiças, porquanto reforça a associação da “paz social” à ordem que oculta as opressões e silencia as desigualdades. Embora o enfrentamento da violência direta seja absolutamente necessário, conceber a paz somente em sua concepção negativa é insuficiente para transformar as causas estruturais e culturais que perpetuam as desigualdades materiais e as hierarquias culturais. Nesse sentido, “a palavra paz se converte em um instrumento muito eficaz de bloqueio da paz” (GALTUNG, 1998, p. 13).

A partir dessa constatação, Galtung atribui uma concepção positiva ao conceito de paz, associando-a à integração social. A paz, portanto, deixa de ser definida pela ausência da violência física e direta – muito embora essa dimensão seja mantida – e passa a ser vinculada a um sistema social integrado para o atendimento das necessidades e para a prática da cooperação e do respeito.

Na esteira do pensamento de Galtung, Lederach considera que a transformação do conceito de paz deriva de uma cosmovisão oriental, que introduz um dever de respeito a todos os seres, já que a violência macula a harmonia do coletivo. Da mesma forma, o autor considera que a tradição de amor ao próximo oriunda do cristianismo influencia o desenvolvimento do conceito de paz positiva. Para Lederach, o conceito gandhiano de *não violência* desenvolve alteridade, propiciando um estado socioeconômico e político que considera a dimensão do outro.²⁵⁹ “Não pode haver paz positiva se há relações caracterizadas pelo domínio, desigualdade e não reciprocidade, embora não haja conflito aberto” (Lederach *apud* MUSLERA, 2015, p. 33).

Ao articular duas concepções de paz – negativa e positiva – compatíveis entre si, Galtung a define como uma ordem social dinâmica, relacionada à autorrealização do ser humano, que implica atendimento de suas necessidades básicas.²⁶⁰

E foi exatamente essa associação da paz com justiça social que proporcionou uma virada epistemológica nos estudos da paz, destacando os contornos emancipatórios de uma ciência voltada a transformar a realidade, em vez de simplesmente conhecê-la. Conforme veremos a seguir, esse giro foi possível, graças à amplitude que o autor conferiu ao fenômeno da violência, considerando a sua complexidade.

²⁵⁹ Cf. Lederach *apud* MUSLERA, 2015, p. 32-34.

²⁶⁰ Galtung *apud* MUSLERA, 2015, p. 37.

5.2 AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA: DIRETA, ESTRUTURAL E CULTURAL

O conceito de *paz positiva* foi confrontado por críticas que atribuíram aos estudos para a paz um esforço de “pacificação liberal”, pela qual os grupos dominantes buscam mitigar os efeitos das violências sem desafiar o sistema que as reproduz.²⁶¹

Em resposta a essas críticas, Galtung desenvolveu o conceito de *violência estrutural*, traduzida como a expressão indireta e latente da violência causada pela desigualdade na distribuição de bens e de poder. Ao considerar que a *paz estrutural* requer igualdade na distribuição dos recursos materiais e sociais, Galtung cria o binômio *paz-justiça social*, associando-a ao desenvolvimento social.

Segundo Galtung (1969, p. 171), como a violência estrutural impõe condições desiguais para a autorrealização, essa dimensão da violência está associada à “limitação das potencialidades de realização humana, provocada por relações de poder, de desigualdade ou de opressão”.

Há uma tendência a se reduzir a violência a um episódio interpessoal marcado pela intencionalidade. No entanto, a complexidade do fenômeno da violência impõe uma análise que amplie a percepção de uma simples relação de causa e efeito, de sujeito e objeto, sobretudo diante de acontecimentos e situações que, embora não pareçam derivar da responsabilidade direta de sujeitos específicos, também são violentos. Nesse sentido, denomina-se estrutural, porque os indivíduos podem causar danos sem intenção, apenas reproduzindo as suas funções determinadas pelas estruturas violentas.²⁶²

Nos anos 1990, Galtung passa a analisar o papel das expressões simbólicas e culturais na construção das identidades coletivas e, ainda, como essas representações estão inseridas na naturalização de hierarquias entre as diferentes identidades, por meio do racismo, do classismo, da misoginia, entre outros. Essa é a base para o desenvolvimento do conceito de *violência cultural*.

A violência cultural é a que se revela “em aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência, por exemplo, religião, ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica e matemática), que pode ser usada para justificar ou legitimar as violências diretas e estruturais. (GALTUNG, 1990, 291)

²⁶¹ Cf. PUREZA, 2018, p. 79.

²⁶² Cf. GALTUNG, 2003.

Ora, se a *violência cultural* está relacionada aos aspectos simbólicos da vida que legitimam e naturalizam a violência direta e/ou a estrutural, da mesma forma, a *paz cultural* deverá estar impressa nos “aspectos de uma cultura que serve para justificar e legitimar a paz direta e a estrutural” (GALTUNG, 1990, 291).

Com a introdução do conceito de *violência cultural*, Galtung integra sua teoria da violência, sustentando que, enquanto a violência *direta* é um fato, a *estrutural* é um processo e a *cultural*, uma permanência.²⁶³

O autor, então, distribui as três dimensões da violência em uma estrutura de formato triangular que inclui: a *direta*, que ocorre por meio de um evento visível envolvendo a agressão entre indivíduos; a *estrutural*, que é indireta e oculta, e se expressa nas relações de dominação reproduzidas nas instituições públicas e privadas, na injustiça social e nas desigualdades de poder e de oportunidades; e a *cultural*, que opera no nível simbólico e ideológico²⁶⁴ – a linguagem, a religião, a família, a arte, as ciências, o Direito – justificando e legitimando as violências dos outros vértices do triângulo, ou seja, as individuais e estruturais.

No mesmo sentido, Zizek (2014, capítulo 1) divide a violência em três tipos: a *subjética*, que é explícita e ostenta autoria identificável; a *sistêmica*, que, embora implícita, é objetiva, porque se expressa na adoção do modelo econômico de globalização do capitalismo; e a *simbólica*, perpetrada por meio da linguagem e da imposição cultural. Para o filósofo, restringir o foco da análise da violência à sua esfera subjetiva impede a compreensão crítica em relação às suas outras dimensões e a quem elas beneficiam, fazendo com que as opressões sejam naturalizadas, inclusive pelo oprimido.

A propósito, a premissa de que a violência direta resulta exclusivamente de opções individuais e morais busca afastar o tema da paz do seu contexto político, evitando a compreensão de como as estruturas sociais injustas e os mecanismos ideológicos hegemônicos são corresponsáveis pela manutenção, reprodução e legitimação das violências no plano interpessoal. A violência não pode, pois, ser analisada somente do

²⁶³ *Idem*, 1990, p. 294.

²⁶⁴ Galtung oferece exemplos de como a violência cultural pode ser utilizada para legitimar a violência direta ou estrutural. A religião, por exemplo, promove o maniqueísmo entre o bem e o mal e a proximidade dos escolhidos de Deus (clérigos, aristocratas e capitalistas de sucesso). A previsão é a de que os pobres somente após a morte terão preferência para serem admitidos no Reino de Deus. No judaísmo, o “povo escolhido por Deus” apropriou-se da “terra prometida”, expulsando e descartando o povo palestino. Há exemplos que ilustram como opera a violência cultural no campo da ideologia, da linguagem, da arte, da ciência empírica, da ciência formal e da cosmologia. Ver GALTUNG, 1990, p. 296-301.

ponto de vista de sua expressão direta, porque esse fenômeno está intrinsecamente associado às hierarquias sociais e à desigualdade de poder que permeiam todas as relações estabelecidas nas dimensões pessoais, estruturais e ideológicas.

Conforme se verá a seguir, são vários os autores que convergem no sentido de alertar que a limitação do foco da violência nas condutas interpessoais é uma maneira de despolitizar o debate. Vejamos.

Segundo Farmer (2004, p. 307), a violência estrutural é sistematicamente reproduzida pelas instituições estatais e sociais que oprimem certos grupos, condenando-os à pobreza e à marginalização das diferenças. O que sustenta a força da violência estrutural é a sua legitimação e normalização no plano ideológico, impedindo que a vítima a enxergue.

Para o autor, as desigualdades sociais são o coração da violência estrutural. O racismo, a desigualdade de gênero e a pobreza profunda estão relacionados a uma ordem social estabelecida no presente, mas que deriva de uma herança da escravidão.²⁶⁵ Trata-se de uma forma indireta de violência reproduzida por uma “máquina social de opressão” (FARMER. 2004. p. 307). A violência estrutural é um conceito desconfortável, porque coloca em risco uma concepção que prefere culpar condutas individuais e específicas em vez de conferir responsabilidade às escolhas coletivas e permanentes.

Gready et al. (2010) também consideram que as violências praticadas contra determinados grupos sociais permeiam as instituições estatais e sociais e passam a ser normalizadas e reproduzidas no cotidiano. Nessa perspectiva, o tema deixa de ser etiquetado como violência política e migra para as arenas social e doméstica.

Para Bourdieu,²⁶⁶ os oprimidos reproduzem a opressão quando interiorizam as estruturas de dominação, expressas na violência simbólica. A hegemonia ideológica se traduz no convencimento de que os interesses específicos de um segmento social se confundem com os interesses de toda a sociedade.

No mesmo sentido, Evans (2015) entende que, ainda que não haja a participação direta de indivíduos específicos, a violência estrutural está inserida nas organizações

²⁶⁵ Cf. FARMER, 2004, p. 317.

²⁶⁶ Sobre o pensamento desse autor, ver o *Vocabulário Bourdieu* (CATANI, NOGUEIRA, HEY e MEDEIROS (orgs.), 2017, p. 359-360).

políticas e sociais e integra os aparatos ideológicos, alimentando as escolhas e condutas individuais. Pois bem.

Alinhada à sistematização triangular de Galtung, este trabalho adotará a denominação *violências estruturais* quando se referir às violências perpetradas pelas estruturas de dominação próprias das instituições sociopolítico e econômicas, assim como utilizará a expressão *violências culturais* ou *simbólicas* para toda a violência reproduzida por meio da linguagem, do ideológico, do cultural e do simbólico. O que importa, aqui, é conferir visibilidade a essas violências silenciosas que operam na macropolítica influenciando e sendo influenciadas pelas subjetividades das práticas sociais cotidianas. O risco da associação automática e da redução da violência a episódios de conflitos interpessoais é a ocultação, e consequente naturalização, das manifestações das violências estruturais e ideológicas, sobretudo em seus marcadores de raça, gênero e classe.

Antes, porém, de este capítulo avançar na análise do conflito e das metodologias de sua transformação, é oportuno registrar a leitura crítica que Francisco Muñoz faz da proposta de Galtung de condicionar a paz positiva à ausência de violência estrutural. Para o autor, essa proposição não resolveu o problema, detectado pelo próprio Galtung, da subordinação entre paz e violência, presente no conceito de paz negativa. Isso porque, da mesma forma que a paz negativa é uma ausência – no caso, de violência direta –, a paz positiva também o é – de violência estrutural.²⁶⁷

Além disso, para Muñoz, se a paz sustentável demanda a ausência de violência estrutural – ou a plena efetivação da justiça social –, Galtung teria criado um conceito de paz utópico.²⁶⁸

A partir dessa leitura, segundo Muslera (2015), Muñoz desenvolve o conceito de *paz imperfeita*, que não expressa um sentido absoluto, mas um processo inacabado. Para o autor, a *paz imperfeita* coexiste com as violências e injustiças sociais, na medida em que é um processo que se relaciona com as práticas sociais – pensamentos, ações, sentimentos e expressões – de cooperação voltadas ao bem-estar. Trata-se de um horizonte orientador que impulsiona um processo de busca de atendimento das necessidades e regulação de conflitos por meio de ações não-violentas.²⁶⁹

²⁶⁷ Francisco Muñoz *apud* MUSLERA, 2015, p. 41.

²⁶⁸ Muñoz *apud* MUSLERA, 2015, p. 40.

²⁶⁹ Cf. MUSLERA, 2015, p. 40-44.

O caráter absoluto da Paz Positiva – “enquanto existirem injustiças e as necessidades básicas não forem atendidas [...] não existirá a paz, embora não nos ataquemos diretamente (Galtung, 1985)” – conduziu ao que alguns autores consideraram uma realidade utópica ou irrealizável. Essa reflexão serviu para a formulação da Paz Imperfeita, para conceber a paz como uma realidade inconclusa; uma realidade independente da violência, não absoluta nem condicionada por esta. (MUSLERA, 2015, p. 255)

Podemos considerar adequada a colaboração de Muñoz em relação à abordagem de Galtung, sem deixar, contudo, de apontar algumas dificuldades. É que se, de um lado, o conceito de *paz imperfeita* nos alerta, acertadamente, que a paz não é um ponto de chegada, mas um processo, de outro não há, na obra de Galtung qualquer indicação em sentido contrário. Vejamos.

A alegação de Galtung de que a paz somente será sustentável quando ausentes as violências em suas três dimensões – direta, estrutural e cultural – não retira o seu caráter processual, nem significa que a paz seja uma condição aprisionada em um *não lugar* (*u-topos*). O que Galtung nos convida a refletir é que a construção da paz estará na transformação das violências diretas – que demandam a adoção da *não violência* –, das culturais – por meio da *empatia* – e das estruturais – que requerem *criatividade*. E, conforme se verá no tópico a seguir, esses três elementos integram um processo articulado para a transformação das várias esferas da vida, que não somente a estrutural.

Ou seja, a indicação de Muñoz de que a construção da *paz imperfeita* exige a adoção de novas sociabilidades – práticas pacifistas, regulação não violenta de conflitos e valores de cooperação – também está presente na defesa que Galtung faz da necessária *empatia* para a construção da paz cultural.

Além disso, como o próprio Galtung esclarece, a relevância em diferenciar *paz negativa* e *paz positiva* é que, enquanto a *paz negativa* é uma ausência da violência direta, a *paz positiva*, como ausência de violência estrutural, implica a presença de justiça social derivada da distribuição igualitária de recursos. Sua definição está, pois, condicionada a algo positivo. Mesmo porque, para o autor, a paz concebida nessa perspectiva, não é somente uma questão de controle, contenção e redução do uso da violência, mas também de promoção do desenvolvimento. Nas palavras do autor,

[...] a teoria da paz está intimamente conectada não somente com a teoria dos conflitos, mas igualmente com a teoria do desenvolvimento. E a investigação para a paz, definida como investigação das condições – passadas, presentes e futuras – para a realização da paz, terá igualmente relação íntima com a investigação sobre os conflitos e a investigação

sobre desenvolvimento; aquela, em geral, mais relevante para a paz negativa e essa última mais importante para a paz positiva. (GALTUNG, 1969, p. 183)²⁷⁰

Por fim, embora a crítica de Muñoz tenha servido de lastro para a formulação do conceito de *paz transformadora e participativa* de Muslera – o qual, conforme se verá mais adiante guarda alinhamento com o presente trabalho²⁷¹ –, parece problemática a afirmação, também absoluta, de que a paz seja uma realidade independente da violência.

Conforme se verá no próximo tópico, a teoria dos conflitos guarda conexão direta com os estudos para a paz, uma vez que uma das causas da violência é a impossibilidade da transformação criativa e não violenta dos conflitos.

5.3 O CONFLITO

O contexto temporal é a história do conflito, que inclui a história do futuro. (Galtung, 1998, p. 21)

A afirmação de Galtung em epígrafe nos convida a abordar o conflito não como algo estático, que emerge de uma situação ou conduta pontual, mas como fenômeno histórico, impresso nas relações sociais.

Como nos alerta Redorta (2006), o conflito é uma realidade complexa e multidisciplinar, inserido em um campo em construção com grande diversidade teórica.²⁷²

Até a década de 1950, as teorias da ciência clássica atribuíam ao conflito um sentido de disfunção, uma ruptura com o funcionamento da sociedade, associando-o ao confronto. Para o autor, enquanto Freud enalteceu a oposição entre desejo e proibição – a luta pelo dever –, Darwin destacou o conflito entre o indivíduo e os meios de sobrevivência – a luta por existir –, Marx conferiu centralidade à luta de classes sociais – a luta pela igualdade – e Piaget relacionou o conflito à tomada de decisões experienciais – a luta pelo ser.²⁷³

²⁷⁰ Cf. GALTUNG, 1969, p. 183.

²⁷¹ Conforme se verá mais adiante, o conceito de *paz imperfeita* foi a base para a formulação do conceito de *paz transformadora e participativa*, muito alinhada ao presente trabalho, ao estabelecer um vínculo entre paz, convivência e atendimento às necessidades.

²⁷² Para um mapeamento bastante completo das teorias do conflito, ver REDORTA, 2006.

²⁷³ Ver REDORTA, 2006, p. 19.

Ao atribuir um caráter útil e positivo ao conflito, Lewis Coser (*apud* MUSLERA, 2015) destacou sua capacidade de manter a coesão social e conferir estabilidade ao aparato normativo do sistema social, sobretudo porque permite transformações, em busca das necessárias adaptações das normas.²⁷⁴

Nesse período, surgem também teorias do conflito que o associam a processos de natureza psicológica, para além da esfera política e socioeconômica. Nessa perspectiva, o elemento subjetivo do conflito resulta da frustração dos indivíduos em relação às suas expectativas.²⁷⁵

Nos anos 1960, a teoria dos jogos destaca a possibilidade de cooperação entre pessoas com diferentes interesses, por meio de escolhas racionais mutuamente aceitáveis, baseadas em critérios da relação custo-benefício. O conflito deve, portanto, ser abordado de forma a superar a contradição entre a obtenção de um pequeno bem para todos (altruísmo ou benefício coletivo) ou um grande bem para um indivíduo (maximalismo individual).²⁷⁶

Charles Tilly (*apud* MUSLERA, 2015) sustenta que o desenvolvimento do conflito depende da oportunidade política e dos recursos para a mobilização social: o conflito ajuda a delinear a identidade coletiva e a coesão social, o que enseja organização política.²⁷⁷

A partir dos elementos destacados nas diversas concepções analisadas em sua obra, Redorta sistematizou um quadro indicando os padrões que se repetem em situações de confronto. Para o autor, os elementos básicos do conflito são:

Elementos Básicos que aparecem na confrontação²⁷⁸

Poder	Necessidades	Valores	Interesses	Percepção e comunicação
Capacidade de coação	Busca por satisfação	Crenças centrais	Objetivos desejados	Interpretação e expressão

²⁷⁴ Cf. MUSLERA, 2015, p. 72.

²⁷⁵ MUSLERA, Esteban A. Ramos. *Paz Transformadora (y participativa). Teoría y método de la paz y el conflicto desde la perspectiva sociopráctica*. Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), Ciudad Universitaria, Edificio IUDPAS. Tegucigalpa. Honduras, 2015, p. 75.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 77.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 78.

²⁷⁸ Ver REDORTA, 2006, p. 20.

A teoria dos conflitos de Galtung é referência para todos os investigadores do campo dos estudos para a paz que adotam a perspectiva de transformação dos conflitos por meios pacíficos. Para Galtung, uma teoria do conflito deve observar não exclusivamente a violência, mas as possibilidades de justiça e paz, o que significa afirmar que é preciso respeitar também as necessidades básicas dos seres humanos: bem-estar, liberdade, identidade e sobrevivência.²⁷⁹

Na leitura que Calderón Concha (2009, p. 67) faz da concepção de conflito de Galtung, a identidade do conflito é delimitada de acordo com as seguintes premissas:

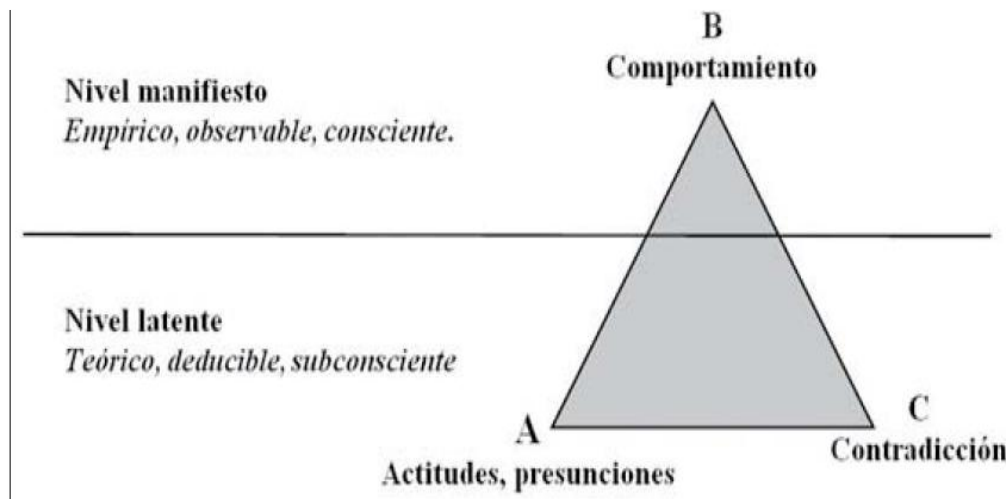
- Conflito como crise e oportunidade;
- Conflito como fato natural, estrutural e permanente do ser humano;
- Conflito é uma situação de objetivos incompatíveis;
- Os conflitos não são solucionados, mas transformados;
- Conflito implica uma experiência vital holística;
- Conflito como dimensão estrutural das relações;
- Conflito como relação de poder.

Para Galtung (1996),²⁸⁰ o conflito traduz uma tríade acomodada em uma figura triangular (Triângulo do Conflito – ABC) em cujos vértices estão: as *atitudes* (*attitude* A), que são as motivações presentes no nível interno – o que pensam, o que sentem os envolvidos em um conflito e suas percepções em relação ao outro; o *comportamento* (*behavior* B), que revela, objetiva e externamente, a conduta das partes em disputa: se cooperam para uma solução criativa ou se querem prejudicar um ao outro; e a *contradição* (*contradiction* C), relacionada aos temas ocultos presentes nas raízes estruturais dos conflitos e nem sempre de fácil percepção.

Essa disposição triangular destaca que nenhum desses elementos pode ser reduzido ao outro, sob pena de parcialidade na análise do conflito. Ou seja, não se pode limitar o foco somente à subjetividade das atitudes, privilegiando a dimensão psíquica e negligenciando o comportamento e as contradições. Do mesmo modo, o foco reduzido ao comportamento social pode esconder as raízes estruturais dos conflitos, assim como o olhar exclusivo sobre as contradições é limitante, porquanto não considera a necessária transformação dos comportamentos e das atitudes.

²⁷⁹ Cf. CONCHA, 2009, p. 65.

²⁸⁰ Para maior aprofundamento dessa leitura do conflito em Galtung, ver GALTUNG, 1996, p. 71.



Fonte: Galtung, *apud* Concha, 2009, p. 72. (Tradução dos termos da ilustração: **Nível manifesto** [empírico, observável, consciente]: **B**: Comportamento (do inglês *Behavior*); **Nível latente** [Teórico, deduzível, subconsciente]): **A**: Atitudes, presunções; e **C**: Contradição.)

Uma contradição é uma incompatibilidade em sistemas vivos que perseguem objetivos (valores conscientemente assumidos ou interesses de posição). Rejeitamos conflitologias que se orientam unicamente pelas atitudes/suposições (análises psicológicas ou religiosas somente); pela conduta (estudos de conflitos dos Estados Unidos, sendo a conduta um “problema” observável e o “condutismo” uma posição epistemológica, inclusive ideológica), ou somente pela contradição (conflitologia marxista). (GALTUNG, 1998, p. 101)

Há que se destacar, ainda, que Galtung enquadra sua figura geométrica em dois níveis: *manifesto* e consciente, associado ao *comportamento*, e *latente* e subconsciente, associado às *atitudes* e às *contradições*.

Para a migração do estágio da subconsciência para a consciência de todas as dimensões do conflito, Galtung propõe o processo de *conscientização* de Paulo Freire,²⁸¹ conferindo aos atores que são partes no conflito o papel de protagonistas do processo de transformação.²⁸²

Alinhado à formulação de Galtung, Lederach (2015, p. 81-82) considera o conflito como a interação de pessoas com objetivos incompatíveis, em relação a recursos escassos, sendo que uma parte dificulta a outra a atingir suas metas. A configuração, a estrutura e a dinâmica do conflito dependem da percepção dos envolvidos. Para o autor, o paradoxo do conflito está na relação de dependência entre os participantes, que precisam cooperar

²⁸¹ O processo de *conscientização*, segundo Paulo Freire, foi analisado no capítulo 2 deste trabalho.

²⁸² Cf. CONCHA, 2009, p. 72.

para disputar. Sob essa perspectiva, quando não há essa dependência entre as partes, não há conflito. E isso é positivo.

O conflito é essencialmente um processo natural a toda a sociedade e um fenômeno necessário para a vida humana, que pode ser fator positivo nas mudanças e relações, ou destrutivo, conforme a maneira de regulá-lo. (LEDERACH, 2015, p. 82)

Lederach desenvolve uma classificação alinhada à sistematização de Galtung, integrando três elementos do conflito, com algumas variações: em um dos vértices, onde se localizam as *pessoas* envolvidas no conflito e suas emoções, Lederach divide os participantes em três categorias, a depender do grau de participação: líderes de grau máximo, como os dirigentes políticos e militares; líderes de grau médio, como os religiosos, as organizações não governamentais e intelectuais; e nível base, envolvendo as lideranças locais e comunitárias.²⁸³

No outro vértice, localiza-se o *processo*, ou seja, o padrão de relacionamento que as partes vão adotar para lidar com o conflito – assimétricas ou simétricas –, a depender de como as partes exercem o *poder*, como capacidade de imposição dos objetivos próprios ao outro.

No terceiro vértice, está a questão que define o *problema*, a partir do confronto entre a sua percepção e as necessidades e interesses não atendidos, do ponto de vista político-econômico.

O presente estudo adota uma concepção de conflito ajustada ao conceito de paz positiva de Galtung, como autorrealização do ser humano e justiça social. Ou seja, os conflitos surgem quando não há atendimento às necessidades básicas do ser humano. Além da *paz estrutural* relacionada à justiça social, contudo, a construção da paz pela transformação dos conflitos também requer novas sociabilidades, capazes de reproduzir relações não violentas, de reconhecer a diversidade das identidades e de estabelecer relações de igualdade, pautadas na horizontalidade, na dialogicidade e na cooperação. E, para isso, o conceito de *paz cultural* é essencial.

Conforme mencionado no capítulo anterior, as necessidades humanas não são preexistentes aos sujeitos; eis que todos os seres humanos são atravessados por condicionantes econômicos e culturais que impactam na definição do que é mais ou

²⁸³ Cf. LEDERACH, 2015, p. 83.

menos relevante. Isso não afasta, contudo, a possibilidade de as necessidades inerentes ao ser humano serem organizadas em categorias.

Galtung considera que as necessidades básicas – classificadas em *sobrevivência*, *bem-estar*, *identidade* e *liberdade* – são mais profundas que os valores. É que, para o autor, os valores podem ser escolhidos de acordo com a nossa liberdade e identidade. Já as necessidades básicas não são escolhas, e se alguém descarta suas próprias necessidades ou de outrem, está proporcionando uma vida menos digna e praticando uma violência.²⁸⁴

Nesse sentido, estaremos diante de uma violência, quando houver fracasso da transformação não-violenta do conflito e, também, quando houver violação ou privação do atendimento das necessidades de alguém, as quais são diferentes, a depender do contexto cultural. Os impactos causados pelos três tipos de violência nas necessidades humanas são os seguintes:

	Sobrevivência	Bem-estar	Identidade	Liberdade
Violência direta	Morte	Mutilações, Miséria	Não cidadania	Expulsão Detenção
Violência Estrutural	Exploração Fome	Debilidade	Segregação	Marginalização
Violência Cultural	Relativismo	Conformismo	Alienação Etnocentrismo	Desinformação Analfabetismo

Fonte: Galtung *apud* Concha Calderón, 2009, p. 74.

Portanto, à luz das diferentes teorias do conflito, o que importa é saber como convertê-lo, pedagogicamente, em conscientização, empoderamento e participação política, a fim de transformar as violências, em todas as suas dimensões, em experiências de construção da paz.

²⁸⁴ Cf. GALTUNG, 2006, p. 11.

Conforme se verá no tópico a seguir, a abordagem de transformação de conflitos aqui adotada tem como referência a obra de Galtung e de Lederach e está associada à Justiça Transformativa, à não violência, aos direitos humanos e à construção participativa de relacionamentos e estruturas adequados para uma vida digna.

5.4 TRANSFORMAÇÃO DOS CONFLITOS

A partir dos anos 1990, as crises no plano internacional, mais complexas e multifacetadas, ensejaram missões da Organização das Nações Unidas com base no Capítulo VII da Carta da conor, que autoriza o uso da força para proteger civis de ameaça iminente de violência física. Essas operações, contudo, suscitaram muitos questionamentos em relação às obrigações da ONU perante o Direito Internacional. Para Foley,

A Carta das Nações Unidas não prevê expressamente operações de manutenção da paz, que se desenvolveram de forma ad hoc como reação a diferentes crises. Alguns Estados também têm agido fora do escopo da Carta das Nações Unidas, justificando ação militar em nome da “intervenção humanitária. (FOLEY, 2013, [s.p.])

As operações de intervenção com o uso da força, dissimuladas em missões de paz, revelaram-se opostas aos propósitos transformativos e emancipatórios impressos nas agendas dos estudos para a paz sob a perspectiva da paz positiva, o que levou Galtung a conferir centralidade aos estudos relacionados à transformação de conflitos.²⁸⁵

5.4.1 Método *Transcend* de Galtung

Sob uma perspectiva crítica, Galtung resgata a associação entre paz e justiça social, desenvolvendo um método de intervenção e transformação de conflitos (*Transcend*)²⁸⁶ orientado para gerar processos de desenvolvimento e atendimento às necessidades humanas (*paz estrutural*), redução da violência direta e interpessoal (*paz negativa*) e a supressão da violência cultural (*paz cultural*).

Essa abordagem transformativa é essencialmente participativa, afastando o risco de cooptação de projetos de transformação social, pela imposição da paz liberal, sem a

²⁸⁵ Cf. CARVALHO, 2017, p. 162.

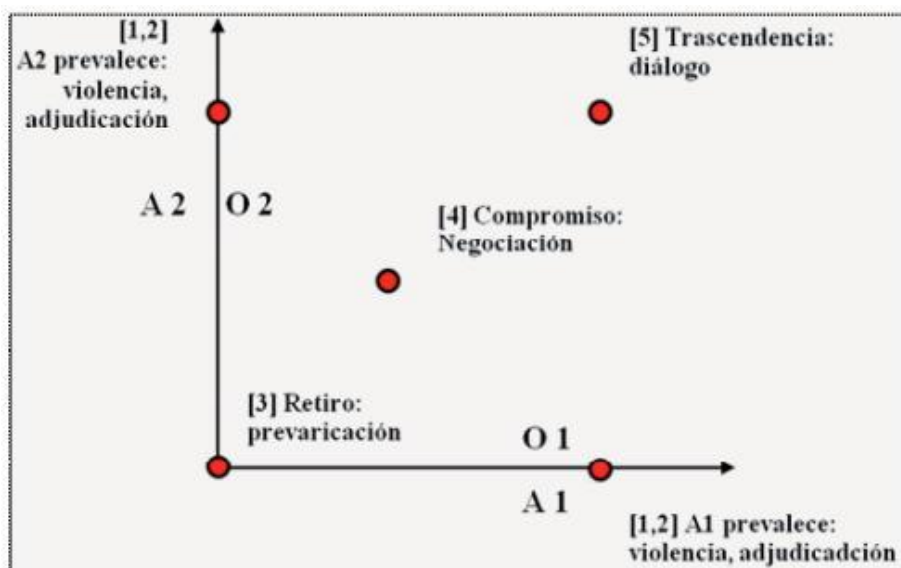
²⁸⁶ Ver GALTUNG, 2000.

participação das comunidades locais, e sob modelos de desenvolvimento que reproduzem os mecanismos de controle e opressão.²⁸⁷

Afinal, como diz Lederach (2012, p. 15), a mera *resolução* – e não *transformação* – de conflitos implica uma tentativa de se livrar dos problemas e suas contradições, sem transformar a realidade que os ensejou. A resolução pode trazer acomodação, quando não cooptação, para evitar a transformação do que realmente precisa ser mudado.

O método *Transcend*, desenvolvido por Johan Galtung, é uma metodologia de construção de paz, que articula estratégias de transformação de conflitos direcionadas à cooperação não violenta, com o objetivo de alcançar soluções sustentáveis. Para o autor, a violência, oposta à paz, é o resultado do conflito não transformado.²⁸⁸

Conforme se vê na ilustração abaixo, a depender da metodologia adotada em relação ao conflito – violência, adjudicação judicial, evitação, negociação ou transcendência –, os resultados serão mais ou menos transformadores e satisfatórios.



Fonte: Galtung *apud* Concha, 2009, p. 78. (Tradução dos termos do gráfico: [1,2] A1 prevalece: violência, adjudicación; [1,2] A2 prevalece: violência, adjudicación; [3] Retirada: prevaricación; [4] Compromiso: Negociación; [5] Transcendencia: diálogo.)

²⁸⁷ “A paz liberal, como entendimento hegemônico da paz no pós-Guerra Fria, não assume a coerção típica do imperialismo tradicional como seu instrumento privilegiado. A sua força reside antes na insinuação de um campo normativo consensual que alimenta uma biopolítica cujas tecnologias delimitam e ordenam os sujeitos dominados por práticas discursivas e por redes de conhecimento e significado” (PUREZA, 2018, p. 83).

²⁸⁸ Cf. GALTUNG, 2007, p. 14.

Do gráfico, Galtung extrai as seguintes teses:

Tese 1: O uso da violência tende a conduzir aos resultados 1 e 2, situação em que prevalece o interesse de somente uma das partes. A violência é utilizada para impor ao outro os objetivos do vencedor.

Tese 2: A adjudicação judicial tende aos resultados 1 e 2, situação em que também prevalece o interesse de uma das partes envolvidas. O método binário define quem tem razão, quem é culpado, quem é inocente, quem perde e quem ganha.

Tese 3: A evitação tende a conduzir ao resultado 3, que implica a omissão ou inércia, mantendo o *status quo*.

Tese 4: A negociação entre as partes tende a conduzir ao resultado 4, sob o compromisso de que nenhuma das partes se impõe sobre a outra.

Tese 5: A transcendência dialógica tende a conduzir ao resultado 5, que define uma nova situação.²⁸⁹

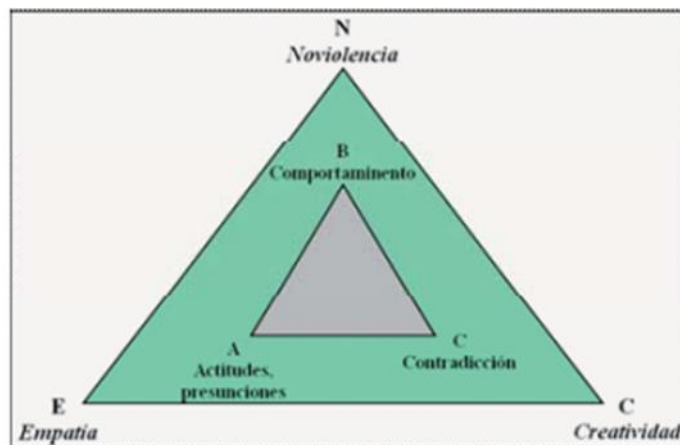
Conforme se viu no tópico anterior, sob um enfoque integrativo, Galtung destaca a necessidade de transformar as três dimensões que estão na base dos conflitos sociais: *atitudes, comportamentos e contradições*. A premissa adotada é a de que os conflitos são inerentes às relações sociais e, como tal, não podem ser negados, mas transformados de forma criativa e não violenta, por meio de um processo complexo e de longo prazo. Pois bem.

Conforme ilustração abaixo, o método *Transcend* é um conjunto de procedimentos que busca promover essa transformação, integrando os seguintes princípios:²⁹⁰

1. Empatia: que é essencial para inspirar as *atitudes*, a partir da compreensão das necessidades, medos e esperanças de todas as partes envolvidas;
2. Não violência: que procura influenciar os *comportamentos* pela transformação dos conflitos sem o uso de violência, priorizando o diálogo;
3. Criatividade: que busca superar as *contradições*, transcendendo as posições rígidas, por meio de soluções que atendam às necessidades básicas de todos;
4. Transformação estrutural: que aborda as causas estruturais subjacentes que perpetuam a violência.

²⁸⁹ Cf. GALTUNG, 2000, p. 10.

²⁹⁰ Cf. CONCHA, 2009, p. 79.



Fonte: Galtung, *apud* Concha, 2009, p. 79. (Tradução dos termos da ilustração: E: Empatia [a atitudes, presunções); N: Não violência; B: Comportamentos; C: criatividade.)

As etapas do Método *Transcend*, segundo Galtung, envolvem uma análise crítica de como o conflito está contextualizado no passado; de como é o futuro que pode ser projetado, a partir da transformação do conflito; e do que deve ser transformado no presente para a transformação do conflito:

1. *Diagnóstico* do conflito para identificar os atores envolvidos, suas posições, interesses e necessidades. Além disso, é preciso mapear as causas e dinâmicas do conflito, incluindo aspectos culturais, estruturais e históricos.
2. *Prognóstico* para propiciar a análise das consequências futuras do conflito, caso nenhuma intervenção ocorra, e identificar oportunidades para transformar as relações.
3. *Terapia* para solucionar o conflito, por meio de uma transformação que não seja apenas um compromisso, mas que vá além, na construção de uma realidade mais qualificada, como transcendência.

Conforme já vimos, em vez de se concentrar nas demandas superficiais, o método aborda necessidades fundamentais, como segurança, identidade, liberdade e bem-estar. Para tanto, é preciso contar com uma equipe de mediação facilitada, para ajudar as partes em conflito a se enxergarem como parceiros na busca de uma solução que transforme suas relações e previna novos conflitos.

Uma das ilustrações do método *Transcend* oferecida por Galtung refere-se à disputa de uma área de 500 quilômetros quadrados entre o Equador e o Peru, a qual já havia provocado três grandes guerras, desde 1941. A obsessão anterior de cada país de traçar uma fronteira, por meio de uma vitória militar, bloqueava a transcendência. No

entanto, em 1998, após alguns diálogos em que se aplicou a metodologia de transformação de conflitos, foi criada uma zona binacional com um parque natural.²⁹¹ Assim, no lugar de se focar na disputa sobre “quem possui o território”, a proposta desenvolveu um sistema de cooperação para que ambas as partes pudessem compartilhar a área para fins culturais e econômicos, satisfazendo as necessidades de ambos os países, tanto em relação ao pertencimento, quanto à ocupação do espaço territorial.

Esse caso veicula todos os elementos necessários para a transformação de um conflito, que renuncia à solução violenta sem, contudo, optar pela resignação do sacrifício de atendimento de algumas necessidades, em nome de um “acordo”. O método utilizado foi o de *transcendência*: o compromisso de não violência derivou do diálogo, cujo foco foi o atendimento das necessidades e a superação das contradições, por meio de um projeto criativo que assegurou o atendimento de objetivos comuns.

5.4.2 A Transformação de Conflitos de Lederach

Como vimos, o modelo de paz liberal desenvolvido no período pós-Guerra Fria deu lastro a uma série de intervenções para a proteção das liberdades individuais, da propriedade, do livre mercado e de eleições livres. Essa abordagem adota modelos políticos e econômicos padronizados que, além de não adequados a muitas realidades pós-conflito, são autoritários e colonizadores, porquanto impostos unilateralmente.

Os estudos da paz sob uma perspectiva crítica, portanto, devem levar em conta as práticas e realidade locais, de modo participativo. E essa é a proposta de Lederach: desenvolver a paz a partir dos movimentos de base da sociedade. Para o autor, os *episódios* de violência se convertem em oportunidade para a promoção de transformações individuais, relacionais, estruturais e culturais, dimensões que compõem o *epicentro* do conflito. É o que se verá a seguir.

Olhar o conflito como oportunidade maximiza o seu potencial transformador. A abordagem transformativa de conflitos tem por objetivo enquadrar o *episódio* do conflito dentro de uma teia de conexões impressa no contexto relacional.²⁹²

²⁹¹ Cf. GALTUNG, 2006, p. 108-110.

²⁹² Cf. LEDERACH, 2012, p. 29.

O conflito nos oferece a possibilidade de mudanças, após a compreensão das nossas necessidades, da natureza das nossas relações e das estruturas nas quais essas relações dinamicamente repousam.

Transformação de conflitos é visualizar e reagir às enchentes e vazantes do conflito social como oportunidades vivificantes de criar processos de mudança construtivos, que reduzam a violência e aumentem a justiça nas interações diretas e nas estruturas sociais, e que respondam aos problemas da vida real dos relacionamentos humanos. (LEDERACH, 2012, p. 35)

E essa compreensão é pressuposto para promover igualdade e respeito nas relações, reduzindo a violência e as injustiças. Para Lederach, “as pessoas devem ter acesso e voz no que diz respeito às decisões que afetam suas vidas” (LEDERACH, 2012, p. 34). Para tanto, o diálogo, embora não suficiente, é essencial para operar nas arenas sociais e públicas, onde se erguem as instituições, estruturas e padrões relacionais.

A mudança proporcionada por uma abordagem transformadora dos conflitos leva em conta o caráter descritivo e prescritivo nas dimensões *pessoal*, *relacional*, *estrutural* e *cultural*. Isso significa afirmar que é preciso uma análise do que somos e de como nos relacionamos, direcionada à reflexão de como poderemos ser e nos relacionar.

No nível *pessoal*, as reflexões envolvem as identidades, o cognitivo e o emocional: *Quem sou eu? Sou reconhecido em minha identidade? Quais são as minhas necessidades pessoais? Quais são meus projetos para atender a essas necessidades?* Na esfera *relacional*, esse processo deve suscitar questões que colaborem para compreender a dinâmica das relações – *Como nos relacionamos? Quais são nossas expectativas em relação ao outro? Somos reconhecidos? Como nos comunicamos? Como fazemos escolhas? Como exercemos o poder?* – e, dessa forma, prescrever intervenções que patrocinem as mudanças desejadas.²⁹³

Além da dimensão relacional, a abordagem transformativa do conflito também possibilita reflexão na esfera *estrutural*: *Quais são nossas necessidades para uma vida digna? As estruturas e o sistema institucional atendem às nossas necessidades* (aspecto material)? *Como essas escolhas são feitas? São participativas?* (aspecto procedimental).

Por fim, na dimensão *cultural*, a transformação do conflito deve proporcionar que se compreendam os padrões mais amplos da vida em grupo, em especial as identidades

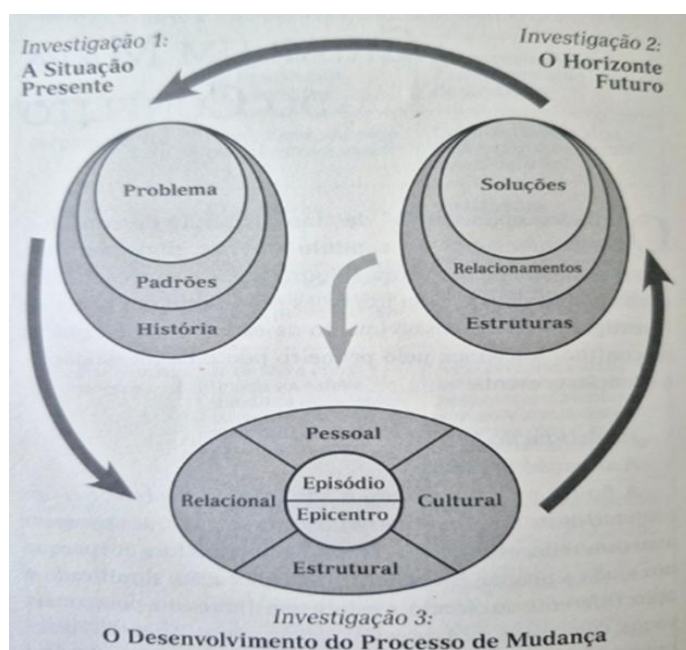
²⁹³ *Ibid.*, p. 39.

culturais envolvidas no conflito: *Como queremos que nossas identidades sejam reconhecidas?*

Enquanto a resolução de conflitos nos remete à solução centrada no conteúdo de um problema, a transformação de conflitos nos conduz a um processo de transformação focado no contexto dos padrões de relacionamento. Embora limitado, o conteúdo do problema – *episódio* – não é descartado, mesmo porque é uma oportunidade de acessar o sistema relacional que ensejou a crise – *epicentro*.

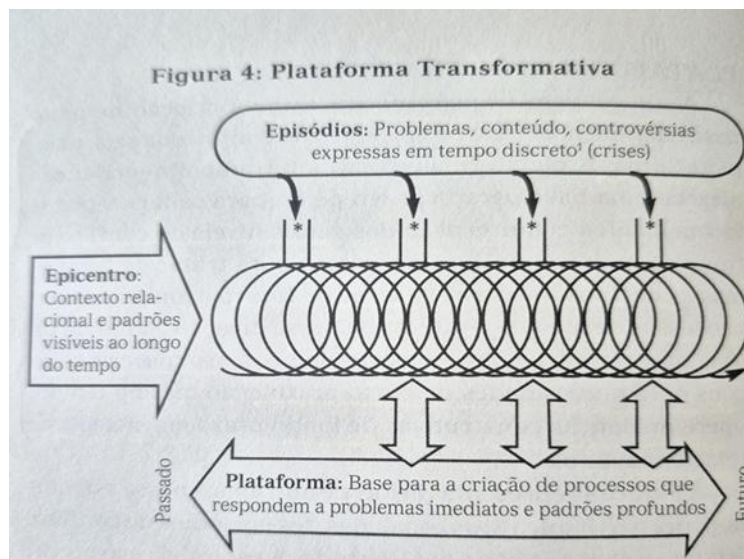
Um episódio do conflito é a expressão visível de um conflito que está surgindo dentro do relacionamento ou sistema, em geral dentro de uma estrutura temporal definida. Ele gera atenção em torno de um conjunto específico de questões que precisam ser tratadas. O epicentro do conflito é a teia de padrões relacionais, em geral reveladora do histórico dos episódios ocorridos, e de onde emergem novos episódios e demandas. Se o episódio libera energia conflitual para o relacionamento, o epicentro é o local onde a energia é produzida. (LEDERACH, 2012, p. 46)

Conforme se vê na ilustração abaixo, o processo de transformação de conflitos inclui etapas que analisam a situação presente, projetam o futuro desejado e definem as mudanças necessárias para a ligação entre o presente e o futuro. A partir de uma disputa imediata – o *episódio* – faz-se um diagnóstico dos padrões históricos e relacionais, ou seja, como as coisas têm sido até aqui. É do reconhecimento do *epicentro* que surge a motivação para a criação de novos padrões para o futuro, nos quatro níveis já mencionados: pessoal, relacional, cultural e estrutural.



Fonte: Lederach, 2012, p. 50.

Conforme se vê na figura a seguir, a abordagem transformativa proposta por Lederach demanda a criação de uma plataforma que sirva como base para a criação de processos que lidem com conflitos episódicos – imediatos ou futuros – ao mesmo tempo que abordem os padrões epicêntricos que reproduzem a violência nas relações.



Fonte: Lederach, 2012, p. 62.

Portanto, para Lederach, o foco transformativo não sugere a eliminação ou o controle do conflito, mas sua abordagem de maneira dialética. O conflito social, como fenômeno naturalmente mergulhado nas relações humanas, é um elemento transformativo, capaz de construir e reconstruir a realidade e as organizações sociais.²⁹⁴

O processo de transformação de conflitos requer uma formação cujas capacidades a serem desenvolvidas são:

- 1) **Visão ampla do conflito:** implica a conscientização de que o conflito esconde raízes de desigualdades e injustiças. Portanto, quanto maior a consciência do conflito, maiores as possibilidades de construção de paz sustentável. Observar os conflitos para além de sua dimensão episódica também implica articular diferentes temporalidades capazes de proporcionar reação para os problemas imediatos, sem deixar de traçar estratégias para o futuro.
- 2) **Aceitação dos paradoxos:** diante da complexidade das situações, deve-se evitar o padrão “isso ou aquilo” reducionista para articular perguntas integradoras que convivam com as contradições, ensejando respostas imediatas, sem deixar de

²⁹⁴ Cf. LEDERACH, 1996, p. 17.

elaborar soluções para problemas estruturais. A multiplicidade de opções e a simultaneidade de soluções, próprias da complexidade colaboram para a elaboração de soluções criativas. É preciso compreender a possibilidade de que paradoxos ajudam a iluminar a leitura dos conflitos. Vejamos:

- a) Admitir que a mudança pode ser pessoal e, também, sistêmica. Lederach se apoia em Paulo Freire para sustentar que o processo de conscientização é individual e coletivo, eis que a transformação individual repercute na transformação social.
 - b) Empoderamento é compatível com a interdependência. Empoderamento implica reciprocidade e mútua dependência: “eu posso é complementado com eu preciso de você” (LEDERACH, 2012, p. 21).
 - c) Não há dicotomia entre foco no processo e, também, no resultado. O processo deve ser coerente para nos conduzir em direção às nossas metas.
- 3) **Linguagem adequada no processo dialógico:** O processo de conscientização pressupõe a educação para os direitos, o equilíbrio de poder entre os conflitantes e os processos de negociação e mediação para a expressão das vozes até então silenciadas, legitimando as preocupações, interesses e necessidades de todos os envolvidos no processo. O processo dialógico, com a utilização da linguagem adequada, é importante porque somente a confrontação de interesses, visando à eliminação de um dos polos da tensão, não conduz à justiça e, conseqüentemente, não constrói paz sustentável.

A propósito da relevância do reconhecimento das identidades na emergência dos conflitos, Lederach destaca que é essencial a capacidade de escuta e de fomento para a expressão das vozes das identidades nesse processo:

O mais essencial é ouvir e engajar as vozes da identidade, muitas vezes perdidas e lutando para serem ouvidas em meio ao ambiente cheio de estática ruidosa, algo característico do conflito. Minha experiência me mostrou que as questões de identidade estão na raiz da maioria dos conflitos. Portanto, a capacidade de compreender e respeitar o papel da identidade é essencial ao entendimento do epicentro do conflito. (LEDERACH, 2012, p. 70)

O autor sustenta que as identidades ganham especial relevo na transformação dos conflitos porquanto revelam como as pessoas se veem: quem são, de onde vieram e o que querem ser. E, como a identidade é relacional, ela vai sendo dinamicamente redefinida. Para Lederach, o desafio do processo transformativo está em conferir um senso positivo para a diferença das identidades.

A definição do *epicentro*, portanto, demanda a escuta das vozes que revelam identidades, por meio da linguagem e das expressões. Pode-se aproveitar a oportunidade do *episódio* para explorar as identidades, que são fundamentais para a compreensão da vida do indivíduo inserida no emaranhado de suas redes de relações. Importante afirmar que o diálogo é multifacetado, incluindo outras linguagens que não somente a da racionalidade, tais como a arte, as histórias, a música, os rituais. É uma reflexão sobre si mesmo, dentro da interação com os outros. Para Lederach, trata-se de

um processo como uma plataforma que permite um aprendizado contínuo a respeito de si e dos outros enquanto, ao mesmo tempo, busca decisões para problemas específicos que simbolizam as negociações mais profundas em torno da identidade. (LEDERACH, 2012, p. 74)

Nessa reflexão sobre identidades, é natural que se desenvolvam percepções sobre os sistemas e as estruturas de poder nas quais as identidades estão integradas. Essas percepções são o primeiro passo para que os participantes de um processo de transformação de conflitos analisem as mudanças que desejam implementar para que todas as identidades tenham reconhecimento no sentido de igual acesso às estruturas de poder. As causas estruturais do conflito devem, pois, ser consideradas, sob pena de se eliminar o conflito por meio de um processo de cooptação.²⁹⁵

Em relação à violência policial, por exemplo, o desafio está em atender às necessidades de segurança da cidade e *ao mesmo tempo* desenvolver conjuntamente os padrões de uma polícia comunitária. É que segurança, como necessidade básica, não é só uma questão de proteção, mas também de inclusão, respeito e cidadania.

E é aqui que a plataforma de transformação de conflitos se revela uma metodologia com vocação para fomentar a participação política local. O *episódio* pode provocar a mobilização de um coletivo mais amplo, sendo possível criar, por exemplo, um fórum comunitário para o qual as necessidades e as expectativas são encaminhadas, as informações organizadas e planos de ação elaborados e avaliados. Um fórum em que caiba enfrentamento das pautas imediatas, mas que possibilite uma reflexão continuada.²⁹⁶

Portanto, a transformação dos conflitos, em âmbito comunitário, implica instaurar um processo que, além de participativo, possibilite a partilha dos sentidos e

²⁹⁵ Cf. LEDERACH, 1996, p. 16.

²⁹⁶ *Idem*, 2012, p. 83.

conhecimentos que os indivíduos conferem às coisas, que são a base da cultura de um povo.²⁹⁷ Isso porque a cultura é um aspecto importante na transformação de conflitos, na medida em que o conflito é conectado com sentidos e saberes nela enraizados.²⁹⁸

E, para que essa partilha ganhe contornos emancipatórios, Lederach propõe a educação popular com conscientização – como consciência de si no contexto²⁹⁹ – baseada na obra de Paulo Freire. O autor sustenta que a abordagem pedagógica deve ser *elictiva*³⁰⁰ em vez de prescritiva, para evitar reduzir todo o processo de abordagem dos conflitos a mera aplicação de técnicas. O modelo *elictivo* permite que o desenho e as metas do treinamento sejam elaborados pelos próprios participantes, diferente de um desenho técnico feito *a priori* e de maneira exógena.

Para Lederach, convidar os participantes a descrever a própria realidade cria um senso de comunidade, além de ser uma oportunidade para praticar a autoavaliação sobre as necessidades, se elas estão ou não sendo atendidas e o que é preciso transformar.³⁰¹

Além de participativo, o processo *elictivo* de educação deve criar empoderamento que considere as bases culturais como fundantes e não como especificidades a serem contornadas.³⁰² Isso porque, nas palavras do autor, a “cultura está enraizada no conhecimento social e representa um vasto recurso, um rico berço para produzir múltiplas abordagens e modelos para lidar com o conflito” (LEDERACH, 1996, p. 120). A partilha de conflitos é muito potente, porque reforça identidades, criando solidariedade entre os membros de um grupo que enfrenta problemas comuns.

Vê-se, pois, que o enfoque dado ao processo de transformação de conflitos no presente capítulo reitera a ideia desenvolvida no capítulo anterior, de que os conflitos – e, potencialmente, as violências – emergem quando as necessidades humanas não são atendidas e as identidades não são reconhecidas. E, nesse sentido, para que haja justiça – e paz – é preciso *redistribuição* dos bens (como promoção da *paz* estrutural) e *reconhecimento* das identidades (como construção da *paz cultural*). No entanto, o projeto

²⁹⁷ Cf. LEDERACH, 1996, p. 10.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 8.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 112.

³⁰⁰ Essa palavra, *elictiva*, deve ser interpretada como algo que remete a um processo participativo, na medida em que oferece margem de escolha, de eleição (do inglês *election*). A título de comparação, o contrário dela é aquilo que é prescritivo ou determinado.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 60.

³⁰² *Ibid.*, p. 67.

político de transformação dos conflitos e das violências que opere nessas duas dimensões não pode ser imposto verticalmente, o que exige que a *representação* política seja assegurada por meio da prática da democracia participativa. Tem-se, aqui, pois, os elementos da Teoria Tridimensional da Justiça de Nancy Fraser.

E é nesse aspecto que, conforme anunciado acima, a proposta de *paz transformadora e participativa* ganha relevância neste trabalho. Isso porque essa abordagem considera ser possível transformar realidades violentas, fomentando o planejamento de processos participativos de ação-reflexão-ação pelos quais as relações de poder sejam estabelecidas horizontalmente. A proposta de Muslera é articular “estratégias nas quais as redes, as culturas, os poderes, as vontades de cada sujeito e grupo convirjam para a criação de espaços de convivência pacífica” (MUSLERA, 2015, p. 164-165) em que seja possível a transformação participativa de conflitos para viabilizar a atenção sinérgica das necessidades, por meio da educação para a paz transformadora.³⁰³

Embora parta de uma leitura divergente da análise que este trabalho faz sobre a *paz positiva* de Galtung, a abordagem da *Paz Transformadora e Participativa* destaca, acertadamente, que a paz não é uma realidade externa absoluta, independentemente das decisões tomadas pelos indivíduos submetidos às suas culturas. A paz é processo histórico inserido nas realidades sociais construídas na práxis e, como tal, condicionada ao atendimento das necessidades humanas, mas também às relações estabelecidas em redes, de acordo com referências culturais específicas.

Diante das nuances que diferenciam os métodos de construção da paz, este trabalho pretende destacar que qualquer desenho metodológico a ser utilizado no processo de transformação dos conflitos e das violências deve levar em conta a participação deliberativa e propositiva envolvendo toda a base social. Afinal, como afirmam Serrano e Muslera (2012, p. 263), não se pode excluir do processo de construção participativa para a convivência pacífica os sujeitos que ocupam “a primeira linha de fogo da violência – e da miséria”.

No mesmo sentido, Pureza (2018, p. 85) pretende resgatar o potencial crítico dos estudos para a paz, propondo a *decolonização radical dos estudos para a paz*, trazendo as vozes que foram silenciadas.

³⁰³ Cf. MUSLERA, 2015, p. 226.

Na esfera da violência estrutural, o autor propõe um processo radical de emancipação para a transformação da precarização da vida e do trabalho, das migrações e da perda da autodeterminação. “São violências da colonialidade, porque negam a existência e a autonomia do outro” (PUREZA, 2018, p. 85). O processo de construção da paz estrutural passa, portanto, por promover a reciprocidade do poder e a autonomia das decisões políticas.

No campo cultural, há que se reconhecer que a colonialidade se expressa no “absolutismo filosófico e cultural” (PUREZA, 2018, p. 85) que confere valoração desigual entre os seres humanos, conforme o alerta feminista de que a guerra permeia o cotidiano do patriarcado como ordem social autoritária que consolida a dominação masculina em estruturas verticais, legitimada pela cultura.

Analisar as violências do ponto de vista do epicentro das relações de poder – sejam elas travadas nas arenas da intimidade familiar, sejam elas presentes na esfera da macropolítica – planta sementes de transformação. Hooker destaca que quanto mais ampla for a possibilidade de a comunidade partilhar diferentes narrativas, maior a disponibilidade de escolhas quanto às identidades e seus papéis.

Quando as narrativas sobre identidade em uma comunidade são mais comprimidas, é muito provável que as pessoas se sintam mais limitadas quanto à expressão de seus comportamentos. Se um homem ouve em casa, na escola e no trabalho que mulheres são cidadãs inferiores, é provável que ele as vá tratar como tais. Se um homem é criado em um lar onde a figura masculina é abalizada como dominante, mas descobre na escola e no mercado de trabalho que igualdade de gênero é algo importante, uma nova e possivelmente conflitante corrente narrativa se torna disponível a ele para vivenciar sua identidade masculina. (HOOKER, 2019, p. 39)

Para o autor, cada indivíduo é atravessado por inúmeras identidades resultantes da intersecção de diversas correntes narrativas. Ora, se é nessa intersecção que as experiências acontecem e as identidades são construídas, será nessa mesma intersecção narrativa que as transformações poderão acontecer. Desfechos diferentes para situações semelhantes ampliam o repertório das participantes. E, para que essa transformação seja possível, é preciso cultivar confiança, respeito e colaboração.

Conforme se analisará no próximo capítulo, a metodologia dos Círculos Comunitários Transformativos desta pesquisa procurou demonstrar que, a despeito das divergências de visão de mundo entre as participantes, a partilha das histórias de vida, das esperanças, dos receios, dos anseios, das frustrações e dos talentos pode ser convertida

em conexão para melhor compreensão das necessidades, do reconhecimento das identidades e do senso de pertencimento e participação na elaboração de projetos políticos.

A premissa adotada foi a de que o diálogo, por si, não é capaz de promover transformações – ao contrário, pode veicular conformismo com a realidade – se não estiver inserido em um contexto de educação e reflexão crítica sobre a realidade que se vive e a que se pretende viver. Nesse processo, os discursos individuais, embora diferentes, compõem um mosaico de combinações de narrativas comunitárias, com valores e significados partilhados, impulsionados a questionar as relações de poder e as estruturas de opressão.

No próximo capítulo, exponho a metodologia utilizada na pesquisa de campo, para que no Capítulo 7 eu possa, então, veicular, detalhadamente, o roteiro e desenho dos Círculos Comunitários Transformativos e as reflexões ocorridas, a partir dos temas que foram apresentados ao longo da pesquisa. As manifestações transcritas, embora fragmentadas, expressam a realidade das comunidades e as experiências vividas pelas participantes, assim como os potenciais de transformação impulsionados pelo processo circular, que articulou as dimensões da racionalidade – cabeça –, do emocional – peito – e da política – mãos.

CAPÍTULO 6

A METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Como vimos até aqui, este trabalho pretende investigar se os Círculos Comunitários, por sua dinâmica participativa e democrática, constituem prática social apta a conferir protagonismo às comunidades na transformação das várias dimensões de suas violências.

A hipótese considerada é a de que a metodologia circular comunitária proporciona aos seus integrantes um espaço qualificado para a reflexão crítica sobre a realidade, ao mesmo tempo que constrói novos arranjos sociais, baseados na cooperação e na horizontalidade, e projeta ações concretas pelas quais a comunidade participa ativamente da transformação de seu futuro.

Conforme veremos neste capítulo, a pesquisa de campo foi desenvolvida à luz do roteiro traçado para o presente trabalho, cujo procedimento levou em conta a combinação da arquitetura dos Processos Circulares e dos Círculos de Culturas da metodologia freireana de Educação Popular, analisados no Capítulo 2, da Transformação Participativa das Violências de que trata o Capítulo 5 e dos princípios e elementos da Justiça Transformativa, objeto do Capítulo 3.

A escolha dos conteúdos que integram as principais etapas dos Círculos aplicados no campo também se pautou na Teoria Tridimensional da Justiça de Nancy Fraser,³⁰⁴ pela qual o enfrentamento das injustiças demanda a redistribuição dos bens materiais; o reconhecimento das identidades e a representação política, a fim de assegurar paridade de participação.

Conforme se verá neste tópico, da aliança entre as metodologias relativas aos Processos Circulares, à Educação Popular e à Transformação de Conflitos, articuladas sob os princípios da Justiça Transformativa e fundamentadas na Teoria Tridimensional da Justiça, resultou o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs), elaborado especialmente para esta pesquisa.

³⁰⁴ A obra de Nancy Fraser, integrante da Escola da Teoria Crítica, oferece recursos para a compreensão da atual crise do capitalismo e das possibilidades de transformação da realidade, sob uma perspectiva emancipadora. Conforme se verá mais detalhadamente no próximo capítulo, a justificativa para a escolha dos conteúdos desenvolvidos nos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) evoca essa referência teórica.

6.1 ASPECTOS DA METODOLOGIA CIRCULAR CONSIDERADOS NO DESENHO DOS CCTs

Conforme demonstrado no Capítulo 2 deste trabalho, ao contrário da arquitetura hierárquica e competitiva reproduzida por muitas organizações sociais, os Círculos proporcionam uma comunicação democrática, participativa e dialógica, transcendendo a finalidade de técnica de resolução de conflitos comunitários, na medida em que permitem a elaboração de projetos coletivos, a partir do compartilhamento de significados sobre a realidade.

Na arena política, divergências que podem emergir da experiência circular são traduzidas como expressão singular das necessidades e preocupações de cada integrante. As diferenças não são evitadas nem descartadas, porque integram um projeto participativo e representativo, cuja legitimidade é extraída exatamente de sua pluralidade.

Na esfera das relações sociais, a integração entre os participantes – que acessam e disponibilizam suas percepções racionais, emocionais e políticas acerca dos temas debatidos nos encontros circulares – permite a construção de novas sociabilidades: mais receptivas à diversidade, porém atentas e críticas às diferenças hierárquicas; mais cooperativas e dialógicas, sem renunciar, contudo, à necessária mobilização da luta por direitos.

A dinâmica dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) foi especialmente elaborada para permitir que cada participante manifeste sua compreensão racional sobre o tema em discussão, sem deixar de expressar em que medida aquele conceito ou problema repercute em sua vida privada, no seu cotidiano e em suas emoções. Nesse caso, a utilização do recurso de contação de histórias mostra-se valioso para que cada narrador se aproprie de suas histórias e as ressignifique a partir do impacto causado pelo seu compartilhamento no coletivo.

Pode-se afirmar que a dinâmica circular elaborada procurou despertar uma dimensão da cordialidade, decifrada na disponibilidade emocional de estar *com e para* o outro, o qual é percebido como um igual que, na diversidade, carrega e oferece a mesma matéria-prima: a humanidade potencializada pela prática da alteridade.

Muito embora a metodologia circular escolhida revele o potencial de articular novas sociabilidades, a partir do estabelecimento de relações de reciprocidade, de

colaboração e de solidariedade, há uma questão que precisa ser enfrentada aqui. Se este trabalho sustenta³⁰⁵ que os meios autocompositivos de solução de problemas não estão imunes à reprodução dos padrões ideológicos hegemônicos entranhados nas dimensões sociais, políticas e culturais nas quais as violências estruturais são reproduzidas, como assegurar que os processos circulares estejam protegidos do mesmo risco?

Em outras palavras, se a matriz horizontal, cooperativa e dialógica das práticas de mediação e restaurativas não é suficiente para impedir que eventual consenso comunitário reproduza as relações de hierarquia, de exclusão e de opressão, o fato de a metodologia circular também operar sob o padrão colaborativo não garante, por si só, a transformação das violências estruturais e simbólicas.

E é exatamente para afastar esse risco que o desenho dos CCTs integrou a metodologia da Educação Popular de Paulo Freire, a fim de ampliar o “universo vocabular” dos participantes, para que os conceitos políticos debatidos na apreciação dos problemas a serem enfrentados sejam interpretados com lentes mais amplas e críticas. Vejamos.

6.2 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR CONSIDERADOS NO DESENHO DOS CCTs

A projeção dos Círculos Comunitários Transformativos tem por objetivo o despertar da “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 1996, p. 14), um movimento que impulsiona a articulação do saber derivado da experiência individual e/ou comunitária com outros saberes extraídos do acesso ao conteúdo dos temas debatidos. A colaboração da arte – por meio da contação de histórias, leitura de textos e apreciação de músicas, charges e poesias – desafia os integrantes dos Círculos a ampliarem suas compreensões sobre o mundo, olhando-o de outras perspectivas.

Por sua dinâmica baseada na reciprocidade, os CCTs buscam proporcionar uma metodologia em que a qualidade na escuta do outro colabora para a compreensão e organização das próprias ideias. É o que Magendzo e Bravo denominam “perspectiva controversial” (MAGENDZO, 2015),³⁰⁶ pela qual a controvérsia baseada na diferença de

³⁰⁵ Conforme exposto no Capítulo 1.

³⁰⁶ “A educação em direitos humanos sob uma perspectiva controversial oferece a possibilidade de contribuir, não somente para reconhecer, compreender e aceitar as diferenças e coincidências existentes entre pessoas e grupos ao confrontar situações nas quais os direitos estão tensionados, como também de

perspectivas promove a formação de indivíduos que se reconhecem como sujeitos de direitos e que se mobilizam para o manejo de seus conflitos. A proposta é que, nos Círculos, esse debate – com os outros e consigo – possibilite que os indivíduos aprendam a desenvolver a alteridade, sob uma lógica discursiva horizontal, com argumentos e ilustrações, sempre associados às suas vivências.

No processo circular aqui proposto, a pedagogia da autonomia tem como objetivo estimular que os participantes analisem, comparem e façam escolhas políticas, sob uma relação dialética entre a leitura do mundo e das palavras. Trata-se de uma pedagogia para iluminar a sombra opressora que reside no oprimido. Para Paulo Freire, a consciência crítica surge da problematização sobre a realidade, permitindo que homens e mulheres se percebam sujeitos históricos capazes de transformar o mundo, a partir da construção partilhada de uma rede de significados.

Considerando que a plataforma de conteúdos proposta nos CCTs busca proporcionar um olhar crítico sobre as violências estruturais e simbólicas – nem sempre perceptíveis a olho nu –, pode-se afirmar que, enquanto a metodologia circular desperta a dimensão da cordialidade, a abordagem freireana da Educação Popular amplia as capacidades de interpretação racional do mundo sob outras lentes. Nesse sentido, sob a inspiração dos Círculos de Cultura,³⁰⁷ o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) almeja criar as condições adequadas para o despertar político por meio da participação democrática.

A proposta de analisar os conceitos debatidos nos Círculos de maneira dialógica e vinculados às experiências pessoais visa permitir que o aprendizado de cada participante seja único, colaborando para que não haja colonização e doutrinação do conhecimento.

Conforme anunciado no final do capítulo anterior, para ilustrar a importância das diferentes esferas desse aprendizado, pode-se utilizar a alegoria de que as dimensões racionais e emocionais a serem acessadas nos Círculos traduzem reflexões feitas com a cabeça (a racionalidade) e com o peito (a emoção). E, uma vez ampliadas as possibilidades de interpretação sobre os temas relacionados à realidade social e às dimensões da violência, há um convite para que os integrantes utilizem as mãos (a ação)

ensinar os educandos a reconhecerem-se como sujeitos de direitos para que desenvolvam atitudes e condutas de participação ativa e crítica na resolução e manejo dos conflitos na sociedade em que vivem” (MAGENDZO e BRAVO, 2015).

³⁰⁷ Cf. FREIRE, 1967.

para a elaboração de projetos, como prática política transformadora, o que justifica a integração da abordagem de Lederach sobre a Transformação de Conflitos no desenho dos CCTs.

6.3 ASPECTOS DA TRANSFORMAÇÃO PARTICIPATIVA DAS VIOLÊNCIAS CONSIDERADOS NO DESENHO DOS CCTs

Conforme se viu no Capítulo 5 deste trabalho, em total alinhamento com os princípios da Justiça Transformativa, Lederach³⁰⁸ propõe uma plataforma de transformação de conflitos que possibilite a compreensão de que por trás dos *episódios* dos conflitos – um fato específico envolvendo violência direta – há um *epicentro* a ser desvendado, ou seja, o contexto de poder no qual repousam as estruturas, as instituições e as relações pessoais.

Quando o foco se limita à resolução de conflitos, sem que o epicentro seja compreendido e transformado, novos episódios de conflito e violência surgem com outras roupagens, mas sob o mesmo padrão. Nesse sentido, é preciso desenvolver uma prática participativa e emancipadora que desafie as hierarquias, tanto em direção ao atendimento das necessidades humanas quanto ao reconhecimento das identidades.

Para Lederach, quando a conscientização das pessoas que sofrem injustiças parte da experiência local, a comunidade desenvolve empoderamento, confiança e reciprocidade, em um processo que é individual, mas também sistêmico.³⁰⁹ E são esses laços comunitários que são reforçados, quando se abre a possibilidade para a elaboração de projetos comuns.

Conforme se verá no roteiro dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) apresentados no Capítulo 7 desta tese, ao final de todas as reflexões, os integrantes são convidados a mapear os recursos comunitários – ou a ausência deles – para que possam elaborar projetos de ação – individual ou coletiva – direcionados à transformação da sua comunidade.

Parte-se da hipótese de que quando os processos circulares permitem que a comunidade e seus integrantes experienciem relações de cooperação e solidariedade,

³⁰⁸ Cf. LEDERACH, 2012, p. 41.

³⁰⁹ *Idem*, 1996, p. 19-21.

compreendam como as violências são reproduzidas – pelo Estado, pelas instituições e pelos indivíduos – para além dos episódios de violência direta, e conheçam os recursos disponíveis para a ação política, a participação em projetos de enfrentamento das hierarquias e opressões os coloca na posição de protagonistas da transformação das violências.

Antes, porém, de apresentar o roteiro dos Círculos Comunitários Transformativos³¹⁰ traçado exclusivamente para a realização desta pesquisa, é oportuno apresentar e justificar a sua metodologia, destacando o alinhamento entre os seus elementos e os referenciais teóricos deste trabalho.

6.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

*Pesquisar é pronunciar o mundo.*³¹¹
(STRECK, 2006)

A presente investigação adotou a metodologia participativa, articulando traços da pesquisa-ação e da pesquisa participante, cujos elementos essenciais convergem, em vários aspectos, com os objetivos deste estudo.

Conforme veremos a seguir, dentre as principais características de ambos os métodos, merece destaque a relação horizontal estabelecida entre pesquisadores e integrantes do contexto pesquisado, na busca de soluções para os problemas diagnosticados e na construção coletiva de conhecimento.

O desenho metodológico considerou a *ecologia de saberes* de Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 124), segundo a qual a construção do conhecimento parte do reconhecimento da incompletude dos diferentes saberes que se complementam, sob uma relação horizontal de igualdade.

Segundo Sobottka, Eggert e Streck (2006), a epistemologia da Modernidade Ocidental não considera a legitimidade do saber popular e toma como científico somente o que é produzido do Norte para o Sul e do centro para a periferia, reforçando a separação entre aquele que pensa e aquele sobre o qual se pensa.

³¹⁰ O roteiro dos Círculos está exposto no Capítulo 7, juntamente com as narrativas de suas participantes, a partir de cada quadrante temático.

³¹¹ Cf. STRECK, 2006.

Portanto, a opção pela combinação dos elementos da pesquisa-ação e da pesquisa participante se justifica, na medida em que ambas adotam um enfoque epistemológico integrador entre o saber popular e a reflexão científica. Isso significa afirmar que os sujeitos da pesquisa – o pesquisador e os participantes interessados – são colocados na condição de coprodutores do conhecimento.

Mas não é só. Para além da horizontalidade operada entre os participantes, ambos os métodos convergem quanto ao seu objetivo central, que é a promoção de um espaço participativo para a criação de possibilidades de transformação da realidade em direção à emancipação social.

Vejamos as principais linhas de cada uma das metodologias de pesquisa consideradas e, em seguida, a síntese da combinação entre ambas será apresentada.

6.4.1 Pesquisa-ação

Essa modalidade de pesquisa está associada à integração de todos os indivíduos envolvidos em um problema coletivo a ser superado com cooperação.³¹² Ao refletir sobre a pesquisa-ação nas investigações operadas no âmbito da extensão universitária, Thiollent (2006, p. 168) destaca quatro elementos indispensáveis para a sua configuração. Para o autor, o processo investigativo deve ser *participativo, crítico, reflexivo e emancipatório*.

O processo será mais ou menos *participativo* a depender do compromisso do indivíduo com o desenvolvimento de sua autonomia. A capacidade *crítica*, por seu turno, revela-se na análise sobre as práticas cotidianas da família, do trabalho, da escola e da cidade, não se limitando à arena das ideias. A ação da pesquisa será *reflexiva* quando estiver relacionada à construção de um conhecimento próprio. Por fim, o elemento da *emancipação* é fundamental para que a comunidade mobilize politicamente suas habilidades e recursos, com vistas a superar os seus obstáculos, por meio da elaboração de projetos comuns.

³¹² “A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2011, p. 20).

A possibilidade de elaboração de projetos que atendam aos anseios coletivos imprime um caráter emancipatório ao processo de investigação, na medida em que proporciona mobilização e autonomia dos participantes, na gestão de seus problemas e atendimento de suas necessidades, a partir de suas próprias perspectivas e critérios de realidade.

No entanto, Thiollent adverte que, a despeito do seu caráter emancipatório, as mudanças almejadas não serão, necessariamente, as mais radicais. Isso porque, é preciso considerar as estruturas de poder e a conjuntura, que pode estar mais favorável a adequações do que a rupturas. Além disso, a correlação de forças nem sempre permite que grupos desprovidos de poder promovam transformações mais amplas, por meio da participação na pesquisa-ação.

6.4.2 Pesquisa Participante

Para Pedro Demo (2004, p. 95-96), como o processo de pesquisa participante é uma experiência educacional dialética e dialógica que envolve a integração da comunidade na identificação de suas necessidades, seus efeitos não se esgotam no produto acadêmico, proporcionando conscientização e compromisso social de todos os envolvidos para a resolução dos problemas.

Brandão explica que essa modalidade de pesquisa é denominada participante, porque os atores inseridos no contexto social a ser pesquisado participam ativamente da investigação, assim como o pesquisador participa da construção do conhecimento por meio do diálogo, estabelecido sob uma relação de reciprocidade. Ao contrário da ciência convencional de traço positivista que estabelece rígida relação sujeito-objeto, essa via de mão dupla implica o estabelecimento de uma relação sujeito-sujeito entre pesquisador e grupos populares. Para o autor, “o conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador” (BRANDÃO, 2006, p. 35).

Segundo Brandão (2006), a Pesquisa Participante é emancipatória porque opera como instrumento de formação política a impulsionar práticas alternativas de transformação das estruturas sociais desiguais, hierárquicas e excludentes.

Enquanto as pesquisas tradicionais se preocupam em fotografar a realidade, privilegiando os critérios lógico-formais e os dados estatísticos, as investigações

participativas são dinâmicas, porque lidam com as transformações que ocorrem ao longo do processo de enfrentamento das situações-problema.

Nesse sentido, os elementos que delinearam a metodologia da pesquisa de campo deste trabalho foram articulados e testados ao longo da própria investigação, cujo processo integrou a prática da argumentação e a partilha das vivências, com o objetivo de impulsionar as transformações ansiadas pelos participantes, sem qualquer pretensão de operar sob o manto da neutralidade científica. Pois bem.

Uma vez destacados brevemente os principais objetivos – e limites – dos métodos participativos de investigação, o próximo tópico pretende expor os componentes essenciais da metodologia aplicada neste estudo.

6.5 ELEMENTOS DA METODOLOGIA

6.5.1 A Hipótese

Thiollent defende que é possível conciliar a dimensão argumentativa e deliberativa da pesquisa-ação com as exigências formais do raciocínio hipotético. Nesse sentido, os elementos essenciais para uma condução qualificada do processo de investigação participativa se desdobram a partir da definição da hipótese norteadora de toda a pesquisa. Isso porque, sob a modalidade participativa, a hipótese é tão essencial quanto na pesquisa tradicional, ganhando, contudo, contornos diferenciados, conforme se vê a seguir.

O trato destinado à hipótese na pesquisa convencional segue a matriz: hipótese – coleta de dados – comprovação ou refutação. A hipótese é testada e as variáveis vão sendo alteradas para conhecimento e comparação de seus efeitos.

Esse padrão, contudo, não é adequado a um cenário dinâmico, permeado por transformações, no qual se pretende a emergência da conscientização, da criatividade e até mesmo da afetividade.³¹³ Nesse contexto, as variáveis são necessariamente

³¹³ Cf. THIOLLENT, 2011, p. 40.

imprecisas. Isso porque, nas relações humanas, os fenômenos não são mecânicos, não se repetem.

Sendo assim, se a hipótese é a sugestão para a solução de um problema, ela é que deverá conduzir a escolha do método que, no presente caso, equivale à técnica participativa e discursiva de coleta de dados. Como norteadora da pesquisa, a hipótese será ou não comprovada a depender dos desdobramentos dos diálogos estabelecidos com e entre os interlocutores. E é exatamente essa prática discursiva que oferecerá elementos para a avaliação de comprovação ou refutação da hipótese elaborada.

Na pesquisa levada a efeito neste trabalho, a avaliação da hipótese – adequação da metodologia dos Círculos Comunitários Transformativos para o desenvolvimento de protagonismo comunitário no processo de transformação de suas violências – se dará por meio da análise de cada um dos projetos de transformação comunitária que foram apresentados pelos participantes.

Como as propostas resultaram dos diálogos abertos à argumentação ocorridos ao longo dos inúmeros encontros circulares, articulados às vivências pessoais dos participantes, é possível afirmar que a metodologia adotada levou em conta a matriz clássica “hipótese – coleta de dados – comprovação ou refutação”, somada à experiência coletiva da criatividade, da conscientização e da afetividade.

6.5.2 O Local do Campo

Ainda que opere local e parcialmente, o ponto de origem da pesquisa-participante é sempre a realidade social, considerando suas estruturas e dinâmicas. Ou seja, pode-se afirmar que o *locus* da pesquisa na modalidade participativa será a vida concreta dos indivíduos e dos coletivos inseridos na realidade social – suas vivências e as interpretações que fazem de suas experiências –, considerada em sua dimensão histórica.³¹⁴

Mas, de acordo com Sobottka, Eggert e Streck (2006), o processo de pesquisa, como mediação política, não pode se limitar a um deslocamento geográfico da investigação para o campo pesquisado. O que se busca é o deslocamento epistemológico, para a construção de um conhecimento que incorpora várias dimensões e múltiplas

³¹⁴ Cf. BRANDÃO e BORGES, 2007.

linguagens. É preciso mergulhar no “universo vocabular” dos participantes, a partir da leitura e pronúncia do mundo pela codificação e decodificação.³¹⁵

A pesquisa de campo que integra este trabalho foi realizada *in loco*, ou seja, no contexto territorial e social no qual os participantes estavam inseridos. Mas, além da presença no território, a pesquisa partiu da vida concreta dos participantes: suas percepções e compreensões sobre a realidade, em especial suas necessidades não atendidas, suas identidades não reconhecidas e suas violências, assim como seus recursos, talentos e habilidades. Portanto, do ponto de vista epistemológico, os conceitos trabalhados em cada encontro circular não resultaram de nenhuma transmissão vertical de um conhecimento *a priori*, mas de uma relação de reciprocidade, pela qual a construção do conhecimento levou em consideração não somente a dimensão cognitiva, como também as experiências vividas, os desejos e os afetos.

6.5.3 A Prática Discursiva e a Pluralidade de Saberes

Para assegurar que esse deslocamento epistemológico ocorra sem o risco da colonização do saber científico sobre o popular, deve-se utilizar a valiosa ferramenta da escuta. Conforme análise de Hurtado (2006, p. 198-199), nesse contexto de desinteresse e apatia pela coisa pública e pela democracia representativa, a escuta da comunidade pesquisada permite a captura da profundidade das subjetividades, dos anseios, das coisas que merecem confiança, dos obstáculos percebidos, dos compromissos sociais e das expectativas em relação aos governos.

A escuta efetiva demanda a convicção de que as vozes, até então silenciadas, têm muito conteúdo a oferecer no processo de construção do conhecimento, porque expressam trajetórias reais e concretas inseridas no campo de investigação. Streck, referindo-se às palavras de Íria Charão em uma entrevista, destacou:

Às vezes o povo fala coisas tão simples que é difícil de entender. O segredo da pesquisa talvez seja penetrar esse simples, movimentar-se dentro dele, entre as suas fissuras e saliências. Esse simples e óbvio não nos encontra na escrivania, protegidos entre os livros, atrás da tela do computador. (STRECK, 2006, p. 269)

³¹⁵ Os conceitos freireanos de “universo vocabular”, “codificação” e “decodificação” são analisados no Capítulo 2 deste trabalho.

Em seguida, Streck conclui: “antes do domínio de determinadas técnicas, pesquisar implica capacidade de escutar, escutar denso, intenso e (im)paciente” (STRECK, 2006, p. 270).

Mas, é preciso não romantizar o senso comum. Thiollent alerta que, embora a escuta de qualidade seja um instrumento essencial para o êxito da pesquisa participativa, é importante lembrar que a relação entre pesquisador e participante deve ser de reciprocidade. Ou seja, assim como não cabe qualquer traço “missionário” do pesquisador que tenta impor suas concepções de mundo, do mesmo modo não é desejável que o senso comum – como uma das explicações e representações possíveis da realidade – colonize a investigação científica. A reciprocidade entre os saberes deve contar com um filtro crítico capaz de proporcionar um diálogo transformador.³¹⁶ A propósito, para Streck (2016, p. 538), a complexidade do objeto a ser investigado será mais bem compreendido quando houver multiplicidade de olhares e de sujeitos dispostos a conhecê-lo.

Thiollent (2011, p. 77) também considera que, na pesquisa-ação, há um esforço para somar as incompletudes do saber informal da experiência ao saber formal dotado de maior capacidade de abstração. As explicações fornecidas pelos participantes em relação aos problemas ou situações levantados podem ser confrontadas com as perspectivas dos pesquisadores, e esse diálogo múltiplo proporciona enriquecimento de representações em relação ao conteúdo discutido.

Ao analisar os traços da pesquisa participante, Streck destaca:

No processo de pesquisa, tanto o conhecimento da experiência quanto o conhecimento elaborado são transformados. O objetivo é a produção de conhecimentos que permitam uma nova leitura ou pronúncia da realidade. (STRECK, 2006, p. 274)

Vimos, portanto, que a escuta é a ferramenta pela qual se viabiliza a dimensão argumentativa da pesquisa. No processo de investigação, Thiollent (2011, p. 36-37) apoia-se na teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca para afirmar que o auditório sobre o qual se pretende exercer influência e do qual emergirão reações é constituído dos participantes e que não é possível operar com certezas de cálculo, uma vez que estamos no campo das probabilidades.

Nesse sentido, é a escuta que assegura pluralidade de perspectivas e, consequentemente, melhor compreensão da realidade. É na tensão com o outro, o

³¹⁶ Cf. THIOLLENT, 2011, p. 105.

diferente, que novos impulsos de aprendizagem emergem. Elisa Gonsalves destaca que, para Gadamer, o que viabiliza a compreensão é exatamente o confronto entre diferenças, um amálgama dos nossos horizontes de significação com os dos outros.³¹⁷ Nesse sentido, para a autora, ao contrário da tese de Marx sobre Feuerbach, a interpretação do mundo é parte do seu processo de transformação.³¹⁸

Pode-se afirmar que a escuta ativa ganhou centralidade nesta pesquisa, uma vez que constitui o instrumental mais valioso para a facilitação de qualquer processo circular. Conforme se verá nos próximos capítulos, a demonstração de que os temas debatidos foram objeto dessa escuta cuidadosa é a qualidade crítica com a qual os participantes elaboraram suas intervenções ao longo dos encontros circulares.

6.5.4 A Tomada de Consciência na Educação Popular

A prática discursiva tem por objetivo a tomada de consciência política e cultural sobre os problemas enfrentados, ainda que não se encontrem soluções a curto prazo. “O objetivo é tornar mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados” (THIOLENT, 2011, p. 25).

A conscientização acontece na transformação das representações – os “óculos” com os quais os interessados enxergam a realidade – em relação às situações que são objeto de debates, discursos e reflexão.³¹⁹

Além de transformar as lentes com as quais se lê o mundo, a tomada de consciência enseja autoconfiança, porque amplia o repertório vocabular e faz emergir o reconhecimento dos recursos e habilidades individuais e coletivas³²⁰.

A construção de um conhecimento transformador e emancipador, por meio da pesquisa, deve levar em conta a história, as vivências, os perfis, as necessidades e os significados que os participantes atribuem à realidade. Para tanto, essa investigação deve

³¹⁷ Gadamer *apud* GONSALVES, 2006, p. 256.

³¹⁸ “Não se coloca aqui que a questão não está em interpretar o mundo ou mudá-lo; trata-se de reconhecer que produzimos formas de conhecimento e que geramos interpretações que contribuem necessariamente para a transformação do mundo social. A produção e a reprodução das estruturas sociais são, em parte, produtos das interpretações que lhe são atribuídas” (GONSALVES, 2006, p. 257).

³¹⁹ THIOLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*, 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 51.

³²⁰ GABARRÓN e LANDA, 2006, p. 111.

estar articulada à educação popular, que se desenvolve por meio de diálogos horizontais e não doutrinários sobre as questões sociais, políticas e econômicas.

Portanto, além de promover a consciência da realidade, a conscientização opera em uma dimensão normativa e utópica, pela qual uma ação coletiva enseja tensão entre o que é e o que poderia ser. Nesses espaços de formação, também é possível a reinterpretação dos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação de massa, que enaltecem o consumismo e a meritocracia, ditam comportamentos e controlam a vida privada e política.

É essencial, pois, que o processo investigação-educação construa um conhecimento que atenda às necessidades populares, desenvolvendo estratégias e projetos para a solução de problemas que afetam a vida das pessoas. A teoria deve se relacionar intimamente com a prática que, por sua vez, será objeto de novas reflexões críticas. Essa matriz problematização-reflexão-ação é a base dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, constituídos de “pequenos grupos populares, organizados com base em vários procedimentos e, em especial, com perguntas geradoras; sempre no contexto do seu princípio referencial: a dialogicidade” (GABARRÓN e LANDA, 2006, p. 104).

Para Hurtado (2006), para que uma pesquisa na modalidade participativa adote a matriz problematização-reflexão-ação, é essencial impulsionar a prática do autodiagnóstico em três fases. A primeira fase é a da *concepção*: como os indivíduos concebem a realidade, suas limitações e o seu contexto e, também, como pensam a situação ideal. É uma leitura de si mesmos. O segundo momento é o do *conceito*: trata-se da teorização para oferecer conceitos potencialmente capazes de formular respostas para os problemas diagnosticados, o que gera novas inquietações. A última etapa é a *prática*: após o diagnóstico coletivo, o alargamento do repertório e a compreensão de novos conceitos, o coletivo se volta à prática para propor ações que possam solucionar as situações identificadas como passíveis de transformação.

Para o autor, é muito importante que esse diagnóstico não somente foque nas questões a serem superadas, como também explore os contornos de uma comunidade ideal e identifique as potências comunitárias, as habilidades, os talentos e as fortalezas associadas às questões culturais de identidades, pertencimento e conhecimento local.

Conforme se verá adiante, o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) obedeceu à matriz problematização-reflexão-ação, considerando a necessária

leitura crítica da realidade e suas dificuldades, ao mesmo tempo que impulsionou a prática do mapeamento dos recursos, talentos e iniciativas para que os participantes pudessem encontrar caminhos de intervenção em suas comunidades.

6.5.5 A Integração do Afeto

Pelo que vimos até aqui, a produção de conhecimento que se pretende em uma pesquisa participativa tem diferentes dimensões: a escuta e a argumentação como ferramentas da prática discursiva; a tomada de consciência e a educação popular que possibilitam o diagnóstico dos problemas; e a elaboração de projetos coletivos.

Além da experiência de natureza cognitiva, contudo, a partilha de vivências entre os integrantes da investigação permite intenso fluxo de afetividades, de criatividade e de estímulo à cooperação.

Para Elisa Gonsalves (2006), esse elemento emocional também afeta o pesquisador, podendo inclusive ensinar um “olhar privilegiado”. Isso porque, os conflitos, as angústias e as paixões do pesquisador, ao lado da dimensão axiológica da pesquisa, integram a construção do conhecimento orientado para o processo de emancipação social.

Thiollent (2011, p. 33), contudo, alerta que o reconhecimento da dimensão do afeto não deve ser confundido com a psicologização da realidade dos segmentos sociais em situação de não-poder. A tendência de se adotar uma abordagem assistencialista ou psicologizante – por exemplo, atribuindo as violências ao “desajuste familiar” – deve ser substituída pelo reconhecimento de que os problemas sociais e existenciais derivam também de questões estruturais ligadas à desigualdade, ao desemprego, à pobreza e às relações sociais que reproduzem relações de hierarquia e de opressão.

Conforme vimos ao longo deste trabalho, a dimensão emocional permeou toda a pesquisa, desde a motivação de transformação pessoal expressa logo no início do processo, até a relação afetiva que foi se desenvolvendo entre todas nós, até a sua conclusão.

A articulação entre todos esses elementos delineou a metodologia aplicada, que combinou os aspectos emancipadores das modalidades pesquisa-ação e pesquisa participante. Nesse sentido, é preciso destacar que o presente estudo não foi guiado por

critérios positivistas e quantitativos perceptíveis em gráficos, planilhas e tabelas, mas pela construção de um conhecimento coletivo que despertou o desejo dos participantes de se engajarem em projetos criativos, plurais e comprometidos com a justiça social.³²¹

A propósito, para afastar uma análise tecnicista baseada em dados meramente estatísticos, a aferição de qualidade de uma pesquisa de modalidade participativa deve levar em conta a racionalidade argumentativa e dialógica utilizada. É dela que se extrai a precisão e objetividade dos dados coletados. Para tanto, o último capítulo deste trabalho será dedicado a analisar os projetos de transformação comunitária que os participantes apresentaram ao final da pesquisa, os quais derivam exatamente dessa racionalidade.

Nesse aspecto, é oportuna a compreensão de Streck, para quem a conscientização derivada da pesquisa articulada à educação popular permite uma leitura da realidade extraída do conceito de “*phronesis*” de Orlando Fals Borda, que é, além da *práxis*, a capacidade de ler o mundo, desenvolvendo habilidades para transformá-lo em justiça social.³²²

Conforme já destacado alhures, quando o objeto da pesquisa envolve um processo de transformação voltado à solução de problemas diagnosticados, a investigação penetra em camadas mais profundas e busca capturar muito além das imagens paralisadas de uma fotografia.

Trata-se, portanto, de um filme. Uma película que testemunhou as mutações possíveis, capturando os movimentos de indivíduos articulados em uma rede, com intencionalidades, histórias, sentimentos e desejos.

³²¹ Cf. BRANDÃO, 2006, p. 13-48.

³²² “A *práxis*, na tradição latino-americana de pesquisa-ação participante, adquiriu, também, o sentido de ação-reflexão dentro do movimento da história. O ser humano é um ser de *práxis* não apenas porque pode aperfeiçoar a sua prática profissional, mas também porque pode fazer um projeto de seu destino. Como visto antes, Fals Borda acrescentou o conceito de *phronesis* à *práxis* para reforçar que se trata de uma ação-reflexão direcionada à justiça” (STRECK, 2016, p. 542).



7.1 O ROTEIRO DOS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS

Importante destacar que, em meio a tantos relatos, há também muitos silêncios, também transformadores, posto que permeados de reflexão. Há integrantes que, muito embora tenham se expressado pouco nas primeiras etapas, desenvolveram, ao longo do

³²³ Há uma lista com o material que o/a facilitador/a deve providenciar: tapete (de preferência, redondo); sino; planta e flores; objeto da fala; cartões para crachá; cartolinas cortadas em tiras; rolo de barbante; tesoura; furador; canetinhas hidrocor; giz de cera; pincel atômico; balões; post-it; flip chart; quadro branco; pincéis para o quadro branco; lista de presença; chocolates; celular para gravar; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

processo, visível compromisso e interesse na apresentação de projetos transformadores para as suas comunidades e para as suas vidas.

Conforme se verá a seguir, apesar da forte carga emocional impressa nas histórias e experiências compartilhadas, quando da apresentação da proposta de pesquisa, as participantes foram devidamente informadas de que não havia qualquer intenção terapêutica na aplicação da metodologia circular.³²⁴

Oportuno registrar, ainda, que algumas (poucas) dinâmicas aplicadas a uma turma, por vezes, não foram repetidas em outra, em razão dos atrasos naturais derivados da imprevisibilidade do tempo de fala de cada participante.

Os temas distribuídos nos quatro quadrantes dos Círculos foram:

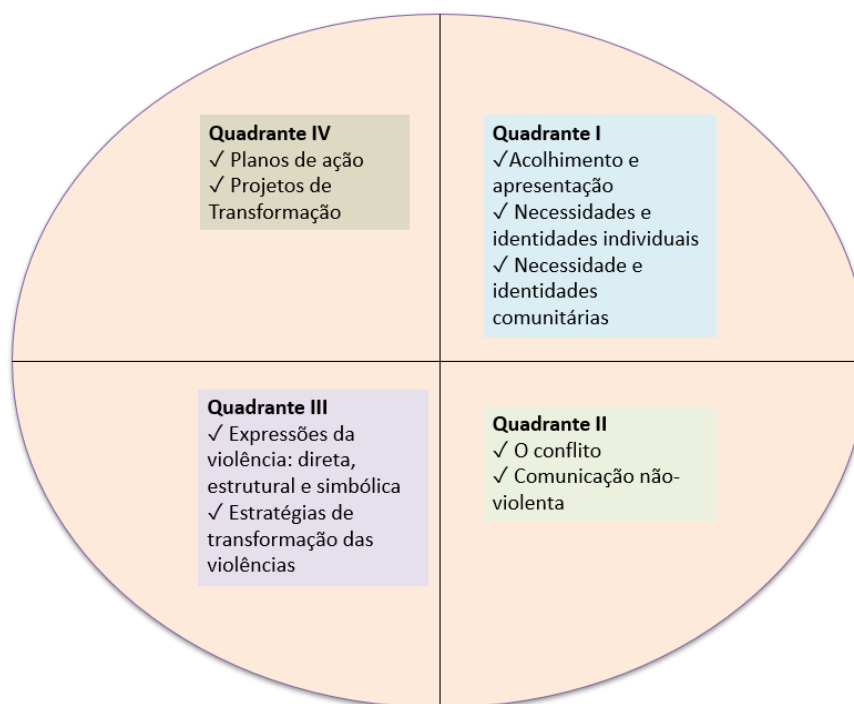
Quadrante I: Acolhimento e apresentação; Necessidades e identidades individuais; Necessidades e identidade comunitárias;

Quadrante II: O conflito; Comunicação não-violenta;

Quadrante III: Expressões da violência: direta, estrutural e simbólica; Estratégias de transformação das violências;

Quadrante IV: Planos de Ação; Projetos de Transformação.

³²⁴ As participantes assinaram o Termo de Consentido Livre e Esclarecido e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).



Quadrante I:

Acolhimento e apresentação

- Apresentar o/a facilitador/a.
- Explicar o Projeto de Pesquisa com a leitura do texto sobre o verbo esperar, de Paulo Freire,³²⁵ que estará colado no verso do crachá a ser confeccionado por cada participante.
- Explicar o projeto, respondendo às 3 (três) perguntas básicas para qualquer projeto: “O quê? Por quê? Como?”.
- O quê? Reflexão sobre as diversas expressões da violência.
- Por quê? Para criar possibilidades de protagonismo popular no mapeamento e na transformação das violências.

³²⁵ “É preciso ter esperança, mas tem de ser esperança do verbo esperar, porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. ‘Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva’. Esperança é se levantar, é ir atrás, é se juntar, é construir, é não desistir. Esperança é levar adiante” (FREIRE, 1992, p. 15).

- Como? Com a instalação de Círculos Comunitários Transformativos.
- Apresentar os elementos dos CCTs:
 - a. Resgate da prática de “sentar junto e conversar em roda”;
 - b. Todo mundo tem algo a oferecer (porque há uma incompletude dos saberes);
 - c. Círculo articula 3 (três) dimensões: cognitiva “da cabeça” (reflexão conceitual), vivencial “do peito” (partilha de histórias; troca de vivências e humanidades) e política “das mãos” (agir; planos de ação);
 - d. Presença plena com conexão e foco (o soar do sino nos convida a respirar e a nos concentrar);
 - e. Objeto da fala: ajuda no diálogo colaborativo. Além da fala, trata-se de um objeto da escuta e/ou de oferecer silêncio. Informar sobre a possibilidade de diálogo que foge do círculo quando for preciso (chamado de “pipoca”);
 - f. Construção conjunta de diretrizes (regras) com critérios objetivos para criar compromisso, convivência respeitosa e confiança. Ex: como vamos nos organizar em relação ao uso do celular, hora do café, gravação em áudio das falas (se for o caso), etc.;
 - g. Consenso sem disputa de voto: o que é possível deliberar para atender às necessidades sem desatender a ninguém?
 - h. Confidencialidade: “o que surge no círculo, fica no círculo”;
 - i. Valores e princípios fundantes na vida para reger o trabalho e aferir a coerência com as estratégias a serem adotadas nos planos de ação.
- Apresentação individual: dados sobre a pessoa e sua expectativa em relação ao trabalho.
- Apresentação pessoal: escrever no verso do crachá: “o meu maior talento é.../ o meu maior medo é.../ o meu maior sonho é...”.
- Princípios e valores: dinâmica do mestre/a: “pense em alguém que foi teu mestre/a”. O que ele/a te ensinou sobre os valores mais importantes na vida?

Escolha o mais importante, escreva na tira de cartolina e coloque no centro do círculo (no tapete).

- Encerramento com a dinâmica do barbante: a pessoa escolhe um princípio que foi colocado no centro para oferecer ao grupo, momento em que joga o rolo de barbante para alguém aleatoriamente, sem soltar a sua ponta. O barbante vai formar uma rede. Reflexão: o sentido de estarmos juntos, construindo em rede, partilhando valores de forma igualitária e horizontal, ainda que haja diferenças.

Necessidades e identidades individuais

- Dinâmica “Os 4 elementos”. Eu sou... água, terra, fogo ou ar? Dinâmica que, além de poética, flexibiliza os maniqueísmos, convidando à reflexão de que ninguém é totalmente luz ou sombra. Por exemplo, o fogo pode ser destruidor ou acolhedor.
- Dinâmica “O Elefantinho acorrentado”. Leitura e interpretação de uma história que aborda crenças paralisantes.
- Dinâmica “A Roda da Transformação”. Após a leitura do texto da Audre Lorde³²⁶ sobre a importância de “se definir” e a audição da música “Triste, louca e má”, os integrantes são convidados a pintar cada área de sua vida (saúde, trabalho, família, lazer, espiritualidade, autodesenvolvimento, financeiro, relacionamentos sociais) igualmente divididas em um círculo, de acordo com a satisfação em cada uma delas, atribuindo uma nota de zero a dez. A motivação dessa dinâmica é despertar para a necessidade de reflexão sobre o grau de satisfação da pessoa em relação às diferentes áreas da vida e a identificação dos obstáculos, talentos e eventuais redes de proteção para as mudanças desejadas. É um convite para a percepção de que toda mudança demanda um plano de ação, a partir de uma leitura crítica da realidade e de si mesma.

Necessidades e identidades comunitárias

- Dinâmica “O Mapa da minha comunidade”, pela qual a facilitadora convida os participantes a pintarem as 16 (dezesesseis) áreas igualmente distribuídas em

³²⁶ “Se eu não tivesse me definido para mim mesma, eu teria sido esmagada pelas fantasias que outras pessoas fazem de mim e teria sido comida viva”.

um círculo, correspondentes aos serviços e/ou equipamentos públicos (transporte público; escola pública; hospitais e postos de saúde; esgoto; coleta de lixo; abastecimento de água; artes; mercado e feiras; esportes; parques e áreas verdes; posto policial; bombeiros; iluminação pública; pavimentação das vias; biblioteca; assistência social – Cras e Creas – e Defensoria Pública). Essa etapa é importante para que cada participante possa mapear as presenças e as ausências dos serviços públicos na comunidade, conferindo notas de zero a dez para cada um deles.

- Dinâmica “Lista das instituições comunitárias”. Para que o mapeamento comunitário não fique limitado às iniciativas ou ausências do Poder Público, a facilitadora convida os participantes a escolherem uma ou mais das seguintes áreas temáticas: alimentação; ambiente; educação; saúde; esporte; geração de renda; cultura; moradia; juventude; direito do idoso; mulher; LGBTQIA+; criança; antirracismo; necessidades especiais – de acordo com seu interesse.
- O participante firma o compromisso de pesquisar, mapear e estabelecer contato com as referências e instituições comunitárias que atuam na área, para que sejam apresentadas aos participantes do Círculo no próximo encontro.

Quadrante II:

O conflito

- Após a apresentação do filme *Os pássaros*,³²⁷ a facilitadora convida os integrantes do Círculo a analisarem os motivos que levaram os pássaros a entrarem em conflito, a partir das identidades não reconhecidas.
- Dinâmica “Ilha deserta”. Cada participante precisa escrever quem levaria para uma ilha deserta e quem não levaria de jeito nenhum. O importante é explicar a razão da decisão de levar e de não levar. Conforme os participantes vão trazendo suas motivações, a facilitadora vai questionando quais são as necessidades subjacentes à escolha. É uma introdução para os participantes se

³²⁷ *For the Birds*. Direção de Ralph Egglestone. Emeryville, Califórnia: Pixar, 2002. Publicado por Lucie Nara Guimarães. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MNumIM-2gic>. Acesso em: 21 fev. 2025.

conectarem e se familiarizarem com as próprias necessidades, além das posições.

- Apresentação do clássico “Caso da laranja”,³²⁸ que ilustra a diferença entre conciliação e mediação de conflitos. Em seguida, exposição dialogada de como os conflitos surgem quando necessidades não são satisfeitas e identidades não são reconhecidas.
- Diálogo no círculo sobre os meios de que dispomos para lidar com os conflitos: julgamento (competição), evitação, cessão e colaboração.

Comunicação não-violenta

- Exposição dialogada das 4 (quatro) etapas para o desenvolvimento da Comunicação não violenta (CNV),³²⁹ para que os participantes sejam capazes de identificar o fato conflituoso, sem o filtro do julgamento, compreender as necessidades que motivam os sentimentos e aprender a formular o pedido.
- Círculo para que cada participante possa narrar uma situação concreta de conflito presente ou passado vivenciado, como resolveu e como resolveria se aplicasse a estrutura do CNV.

Quadrante III

³²⁸ Diante de um conflito entre dois irmãos que brigam por uma laranja, a facilitadora apresenta três tipos de mães: a *autoritária*, que expropria a laranja e coloca ambos de castigo; a *conciliadora*, que pensa que sabe quais são as necessidades de seus filhos e, com a venda nos olhos e com a espada da Deusa Themis, corta a laranja ao meio e dá uma banda para cada filho; e finalmente, a *mediadora*, que faz o que todo mediador deve fazer, que é perguntar as necessidades de cada um: “por que vocês precisam da laranja?”. Quando os irmãos se ouvem respeitosamente e constatarem que um precisa do sumo para colaborar com a professora no preparo de um suco *detox* na semana de culinária na escola, e o outro precisa da raspa da casca da laranja para ajudar a preparar um bolo na mesma atividade escolar, a solução está em compartilhar a mesma laranja para atender à necessidade de ambos serem reconhecidos como alunos que colaboram com as atividades escolares e que cumprem os compromissos assumidos. Nesse caso, as duas primeiras possibilidades de “solução” – a expropriação e a conciliação – são autoritárias e não desenvolvem autonomia. O caso é muito conhecido e chega a ser um clichê usá-lo como recurso pedagógico, mesmo porque os conflitos da vida não são tão simples assim... No entanto, essa atividade se revela uma excelente ilustração, por sua didática, para que as pessoas compreendam que não há justiça sem o atendimento das necessidades. Além disso, vários integrantes se identificam com a mãe autoritária ou conciliadora e, depois do desfecho, começam a refletir sobre como poderiam lidar com os conflitos familiares de forma diferente...

³²⁹ Cf. ROSENBERG, 2006. As etapas são: 1) descrição do fato sem julgamento: “quando tal coisa acontece...”; 2) sentimento: “eu me sinto”; 3) necessidade: “porque preciso de”; 4) pedido: “Sendo assim, vamos tentar fazer tal coisa para”.

Expressões da violência: direta, estrutural e simbólica

- Exposição dialogada a partir da ilustração na forma piramidal: “As dimensões da violência” segundo Johan Galtung (direta, estrutural e simbólica)³³⁰ para ampliação da compreensão de como a violência pode se expressar, além da ação direta entre indivíduos ou entre indivíduo contra o patrimônio ou contra a natureza.
- Reflexão em círculos sobre quais ideias que naturalizam as violências estruturais e motivam as violências diretas. Ex: “o mundo sempre foi assim...”; “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher...”.
- Dinâmica: “Mecanismos de reprodução das violências”. Como tarefa de casa, cada participante vai identificar na tevê, no jornal, em revistas ou na internet uma imagem, um texto ou uma manchete que reproduza a violência estrutural ou simbólica.

Estratégias de transformação das violências

Dinâmica “O caso da bruxa da rua”.³³¹ Na descrição do caso, a facilitadora narra o episódio que envolveu violências recíprocas entre membros da comunidade e expõe quais os encaminhamentos possíveis dentro do Sistema de Justiça.

- Em círculo, os participantes são convidados a refletir sobre como resolveriam o conflito, caso tivessem o poder de fazê-lo.
- Ao final, a facilitadora expõe o desfecho cooperativo do conflito por meio da mediação comunitária, que operou com as dimensões direta, estrutural e simbólica da violência, aplicando uma metodologia condizente com os princípios da Justiça Transformativa.
- Quadrante IV³³²

³³⁰ Cf. GALTUNG. 1998.

³³¹ O “Caso da Bruxa da Rua” está registrado em FOLEY, 2023.

³³² O Quadrante IV, por se tratar dos planos de ação propostos pelas participantes dos Círculos e trazer questões específicas dessa etapa do projeto, será exposto separadamente, no Capítulo 8.

Planos de Ação

- A facilitadora compartilha as etapas para a elaboração de um projeto de transformação comunitária: Título; Autoria; Objeto; Justificativa; Metas; Execução; Parceiros; Cronograma.

Projetos de Transformação.

- No último Círculo Comunitário Transformativo, cada participante, individualmente ou em grupo, conclui a elaboração dos seus projetos – com a ajuda da facilitadora, se necessário – e os apresenta ao final, em círculo, para os demais participantes.

7.2 O MÉTODO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO³³³

A investigação foi realizada fora do Distrito Federal, para assegurar que a minha condição de magistrada naquela unidade da Federação não “contaminasse” a produção científica, por força do poder simbólico da profissão.

O público-alvo previa a mobilização de indivíduos em comunidade do Rio de Janeiro a ser selecionada, de acordo com o critério da condição de vulnerabilização socioeconômica e, ainda, segundo a conveniência dos contatos que estavam sendo estabelecidos por mim com as organizações sociais e institucionais em diversas comunidades cariocas.

Ofereci a instalação dos Círculos Comunitários Transformativos (CCTs) para a então Subsecretária Executiva e de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro, Monalyza Alves.

³³³ O método que será descrito neste tópico é, segundo Thiollent, a técnica aplicada na captação da informação, enquanto a metodologia explica como a informação colhida deve ser interpretada. Sendo assim, no momento da análise do conteúdo dos projetos apresentados pelas participantes da pesquisa, no capítulo 8, a interpretação dos dados coletados será exposta, à luz dos objetivos da pesquisa. Para mais detalhes sobre o método, ver THIOLLENT, 2011, p. 31.

Nessa oportunidade, a Subsecretária sugeriu uma reunião com a então Coordenadora da Casa da Mulher Carioca – Tia Doca, Fernanda Monteiro, em Madureira, e com as então Coordenadora e Subcoordenadora da Casa Elza Soares, Claudia Gabriela Medeiros e Luana Bráz, respectivamente, em Padre Miguel, ambas na cidade do Rio de Janeiro.

A Casa da Mulher Carioca é um

espaço de promoção de políticas públicas para mulheres com o objetivo de desenvolver um ambiente de interação, capacitação e empoderamento feminino com a aplicação de estratégias efetivas com vistas à prevenção das situações de violência contra a mulher, exercício da cidadania e construção da autonomia. Através da troca de vivências por meio de atividades coletivas (oficinas, rodas de conversa, capacitações profissionais, entre outros), bem como por meio dos atendimentos individualizados, todos mediados por equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogas, pedagogas e advogadas, as Casas da Mulher Carioca contribuem para a inclusão social e o exercício da cidadania das mulheres cariocas, a partir do resgate da autoestima, autonomia e fomento ao empoderamento feminino. (CARIOCA DIGITAL, 2024)³³⁴

O fato de esse equipamento público oferecer, além da proteção à mulher vítima de violência, cursos para “o empoderamento e a construção da autonomia” da mulher revelou total alinhamento com a proposta dos CCTs.

Por ocasião das reuniões com as Diretoras, convergimos que os Círculos Comunitários Transformativos poderiam integrar a grade curricular oferecida às mulheres das respectivas comunidades. Em meio aos diversos cursos de formação patrocinados pela instituição, a aplicação dos CCTs foi acomodada na modalidade oficina denominada “Agentes Transformadoras. A comunidade que queremos”.³³⁵

³³⁴ “Serviços oferecidos: Atendimento psicossocial, orientação jurídica, orientação pedagógica, cursos livres e oficinas de capacitação profissional em diversas áreas, além da oferta de palestras, rodas de conversa e outras atividades coletivas com temáticas que perpassam a questão de gênero. Para maiores informações sobre os serviços e atividades ofertados, procure uma das Casas da Mulher Carioca.”

³³⁵ A despeito do nome da oficina, as participantes estavam cientes da natureza da pesquisa quando assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro (SPM-Rio), que expediu o Aceite Institucional, ambas exigências para a realização da investigação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Interessante observar que, quando perguntadas, no primeiro encontro, sobre o motivo do interesse, a grande maioria das participantes respondeu: “vim porque gostei do nome do curso... eu quero me transformar!”.

Muito embora o projeto de pesquisa não tenha estabelecido o recorte de gênero, considerando a valiosa oportunidade que esse espaço comunitário/institucional proporcionou à pesquisa, o público foi composto exclusivamente por mulheres. Esse dado da realidade fez com que o conteúdo desenvolvido nos encontros circulares, relacionado ao tema da violência, fosse analisado à luz das perspectivas das mulheres. No entanto, como o desenho dos CCTs não foi elaborado com essa finalidade exclusiva, a metodologia manteve seu formato original, podendo ser aplicado em qualquer comunidade – como a escolar, por exemplo – que tenha interesse no desenvolvimento de protagonismo para o enfrentamento de suas violências.

Ao todo, a investigação contou com a adesão inicial de 40 (quarenta) mulheres.³³⁶ No entanto, considerando as dificuldades inerentes a pesquisas que se prolongam no tempo, o número de participantes foi reduzido para 32 (trinta e duas) no total, distribuídas em 3 (três) turmas, sendo 13 (treze) em Padre Miguel (Turma 1), 8 (oito) em Madureira e 11 (onze) em Padre Miguel (Turma 2).

Foram realizados 10 (dez) encontros de aproximadamente 2 (duas) horas em cada uma das duas primeiras turmas, resultando um total de 40 (quarenta) horas de reflexão circular em ambas. Na terceira turma, ampliou-se o tempo de reflexão para 3 (três) horas, totalizando 30 (trinta) horas. Reunidas as 3 (três) turmas, a pesquisa somou 70 (setenta) horas de aplicação de Círculos Comunitários Transformativos ao longo do período de junho a dezembro de 2023.

Do ponto de vista metodológico e de conteúdo, a pesquisa seguiu o desenho previsto originalmente no projeto aprovado. Conduzi todos os encontros, utilizando as técnicas da escuta ativa, observação participante, diário de campo e registro de áudio autorizado pelas participantes. Todos os dados foram sistematizados por mim logo após a realização de cada encontro circular, de modo a registrar com fidedignidade as reflexões e capturar as impressões e emoções do momento em que os encontros ocorreram.

³³⁶ Consideradas somente as interessadas que efetivamente assinaram o TCLE, após esclarecidas as condições da pesquisa.

Concluídas todas as etapas dos Círculos Comunitários Transformativos de todas as turmas, foi realizada uma cerimônia conjunta de certificação de conclusão do Curso “Agentes Transformadoras. A comunidade que queremos”, ocorrida no dia 20 de dezembro de 2023, oportunidade em que 22 (vinte e dois) projetos de transformação comunitária foram apresentados, os quais serão minuciosamente descritos e analisados no Capítulo 8, como mencionado em nota anteriormente. Ao longo de todo o processo circular, as participantes compartilharam o impacto dessa experiência em suas vidas, o que ensejou depoimentos muito satisfatórios, que também serão expostos ao longo deste e do próximo capítulos.

Oportuno registrar que a diversidade das mulheres participantes – em especial a faixa etária, que oscilou de 26 a 80 anos – proporcionou um rosário de múltiplos perfis, o que enriqueceu a coleta de dados.

O quadro abaixo elenca as integrantes que tiveram participação expressiva em todo o processo de pesquisa. Do total, foram 32 (trinta e duas) participantes, das quais 24 (vinte e quatro) apresentaram projetos de transformação comunitária. Como alguns projetos foram elaborados em grupo, a soma foi de 22 (vinte e dois) projetos apresentados.

Nome ³³⁷	Idade	Cor	Estado civil	Profissão	Filhos/netos	Bairro
Ana Maria	34 anos	Parda	Casada	Do lar	1 filho	Padre Miguel
Alice	49 anos	Negra	Separada	Estudante	8 filhos 8 netos	Padre Miguel
Aurora	51 anos	Negra	Casada	Estudante de Serviço Social		Padre Miguel
Bárbara	61 anos	Negra	Separada	Enfermeira	1 filha 1 neta	Padre Miguel
Bianca	80 anos	Negra	Viúva	Merendeira aposentada	3 filhos 2 netos	Padre Miguel
Beatriz	59 anos	Branca	Solteira	Cuidadora de idoso	1 filho	Padre Miguel
Carla	26 anos	Parda	Solteira	Empreendedora	3 filhos	Padre Miguel

³³⁷ Os nomes são fictícios para preservar a identidade e privacidade das participantes.

Diva	62 anos	Preta	Divorciada	Técnica de contabilidade e pedagoga		Bangu
Eunice	57 anos	Preta	Divorciada	Professora	1 filha	Realengo
Flaviana	36 anos	Negra	Solteira	Turismóloga e pós-graduada em gestão de negócios	1 filho	Padre Miguel
Gilda	52 anos	Branca	Divorciada	Artista	1 filha	Rocha Miranda
Helena	42 anos	Parda	Casada	Do lar	3 filhas	Padre Miguel
Ísis	37 anos	Parda	Casada	Empreendedora e técnica em enfermagem	3 filhos	Bangu
Júlia	26 anos	Branca	Solteira	Professora	Sem filhos	Senador Camará
Katia	61 anos	Parda	Separada	Professora	2 filhas 2 netas	Madureira
Laura	39 anos	Branca	Casada	Doceira	1 filha	Padre Miguel
Luana	57 anos	Parda	Solteira	Do lar	2 filhos 3 netos	Oswaldo Cruz
Marcela	18 anos	Negra	Solteira	Estudante	Sem filhos	Padre Miguel
Marina	71 anos	Branca	Casada	Professora	2 filhos	Bento Ribeiro
Moema	48 anos	Negra	Casada	Técnica de Enfermagem	1 filha 1 neto	Padre Miguel
Nádia	65 anos	Preta	Solteira	Comerciária aposentada	1 filho 3 netos	Oswaldo Cruz
Olga	63 anos	Negra	Casada	Do lar	1 filha	Bento Ribeiro
Paloma	24 anos	Negra	Solteira	Cabeleireira		
Patrícia	64 anos	Branca	Viúva	Comerciária aposentada	1 filho 1 neto	Madureira
Quitéria	63 anos	Branca	Viúva	Pensionista	3 filhas 2 netas	Marechal Hermes
Rosa	61 anos	Branca	Solteira	Ascensorista	3 filhos 2 netos	Madureira

Simone	55 anos	Negra	Divorciada	Professora/pedagoga	2 filhos	Realengo
Tatiana	39 anos	Branca	Casada	Maquiadora	1 filho	Bangu
Úrsula	67 anos	Preta	Solteira	Enfermeira		Padre Miguel
Viviane	59 anos	Branca	Casada	Professora	4 filhos 2 netos	Santa Cruz
Vitória	58 anos	Negra	Divorciada	Do lar	3 filhos 4 netos	Padre Miguel
Zelia	50 anos	Parda	Casada	<i>Personal organiser</i>	2 filhos	Realengo

A seguir, as reflexões das participantes serão organizadas em blocos temáticos, distribuídos nos quatro quadrantes dos Círculos Comunitários Transformativos. O conteúdo foi transcrito por mim, em data próxima à instalação do Círculo correspondente, a partir da escuta da gravação de áudio realizada com a anuência das participantes, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

7.3 A APLICAÇÃO DOS CÍRCULOS COMUNITÁRIOS TRANSFORMATIVOS

Conforme se verá a seguir, as dinâmicas utilizadas em todos os quadrantes não obedecem a uma distribuição rígida dos seus conteúdos, podendo promover reflexões diversificadas sobre variadas questões, que se misturam e se articulam ao redor dos eixos temáticos.

Quadrante I

Apresentei a metodologia dos Círculos – o objetivo da pesquisa; os temas que serão objeto de cada quadrante; o objeto da fala; o tapete central e seus objetos; a confidencialidade; a agenda; os valores e as regras que serão estabelecidos coletivamente em relação ao horário, ao uso do celular, entre outros que o coletivo queira estabelecer. Ao final, informei que “a ideia é trabalharmos em três dimensões do nosso corpo: a cabeça – para ampliar nosso repertório de conceitos; o peito – para entender como os conceitos reverberam no nosso sentimento; e as mãos – para agir, caso a gente queira promover alguma mudança. Círculo é para partilhar histórias. Embora a gente trabalhe temas que contenham conceitos, o que movimenta o círculo é a partilha da humanidade de cada uma

de nós. Se, ao final, alguém descobrir que não quer mudar, não há problema. A metodologia é comum a todas, mas o desfecho é de cada uma”.

Conforme veremos a seguir, após minha exposição sobre a proposta da metodologia de pesquisa, as manifestações das participantes demonstram as expectativas em relação ao processo circular, em especial, o desejo de transformação pessoal, a disposição em ajudar as pessoas da comunidade e o impacto que a expressão “Agentes Transformadoras” causou. Também se destaca o respeito e o reconhecimento que as participantes têm pelo trabalho realizado pela Casa da Mulher Carioca, onde os Círculos ocorreram, por elas chamado de “A Casa”.

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 1)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Acolhimento e apresentação
SIMONE	“Apesar da minha experiência, vivo algo novo na Casa, porque é diferente da minha vivência. Independente de graduação, me sinto crua aqui na casa, mas aberta a novas experiências. No meu crachá, coloquei figuras infantis. Gosto de girassol: significa estar voltado para o outro; se deixar iluminar e iluminar o próximo.”
FLAVIANA	“Sou mulher periférica. Estou em busca da minha liberdade com empreendedorismo. A gente é mais do que a gente faz, do que a gente fala. Colocar minhas habilidades à disposição para esse processo de transformação. Quero interagir e me desenvolver, sempre respeitando os meus valores e os dos próximos.”
ISIS	“Abandonei profissão para criar filhos. Ensino confeitaria. Busco transformação e sempre gostei de estar com pessoas.”
GILDA	“Minha matéria-prima é a área de humanas. Trabalhei com autistas e em ONGs. Trabalho com uma idosa. Estou passando por um momento difícil e quero ajudar outras pessoas.”
EUNICE	“A palavra transformação fala muito comigo. A gente está sempre procurando transformar o outro, ver o defeito do outro, mas a gente esquece de se transformar.”
DIVA	“Estou desempregada. A chamada do curso mexeu comigo, porque estou nesse processo de me transformar. Meu bairro está doente e está precisando de carinho. Quem sabe tem alguma coisa que pode ajudar a melhorar essa situação. Me sinto acuada e presa de não poder fazer certas coisas.”
ALICE	“Sou ‘imparável’. A Érica [professora de empreendedorismo da Casa] é que me convenceu a fazer o curso. Seja lá o que for, deve ser bom. Quando você se abre para o novo e resolve ir em frente, quando você tira a venda dos olhos, as coisas se abrem, as coisas vão se ajustando. Eu preciso estar

	aqui, mas eu não sei o porquê. Eu nem queria estar aqui... Nem o céu é o limite para nós. O mundo está precisando de nós. E lá fora transformarmos esse mundo que precisa de nós. O espelho é melhor conselheiro do que o travesseiro... Aprendi com uma mulher de 93 anos (D. Gina) com quem trabalhei. Fui trabalhar com uma mulher da qual ninguém gostava, mas sempre foi generosa comigo. A mulher me mandou ir ao espelho. Depois dessa experiência, fiquei 'imparável'. Fui derrubando todos os Golias que apareceram na minha frente. Nada mais me parava. Percebi que preciso estar na psicologia e não no Recursos Humanos. Sou dona de um brechó e comprei um apartamento.”
CARLA	“Já me considero agente transformadora, porque já estou aqui na Casa e aprendi a passar esse ambiente da Casa para outras mulheres. Importante convidar outras mulheres para serem transformadas nesse espaço... uma mulher apoia a outra. Eu desejo transformação em várias dimensões.”
JÚLIA	“Não tenho filhos, mas abraço a família. Eu sempre tive impulso por ajudar. Ajuda é sempre uma troca. Quero participar de um projeto que possa mudar várias vidas. Estou em um momento de reaprender e aprender coisas novas. A pandemia ajudou a sua transformação. Espero a igualdade sem hierarquias no círculo.”
ANA MARIA	“Perdi o pai, não sabia o que fazer da vida. Descobri “a Casa”. De início, vim para tirar a tristeza do coração. Fiz vários cursos. Agora eu quero aprendizado. Me fez me sentir melhor. Conhecer coisas novas.”
HELENA	“Abri mão da vida profissional e não consegui colocar os filhos em uma redoma. Filha mais velha foi abusada pelo avô paterno. Filha não quer estudar, nem trabalhar. Eu preciso me transformar para ajudá-la. Estou me transformando. Fiz bariátrica. Estou em uma metamorfose. Não adiantou ficar em casa para cuidar delas e dentro de casa aconteceu o abuso. Agora estou cuidando de mim. Quero me transformar para transformar outras pessoas.”
BEATRIZ	“Não foi dito exatamente qual é a proposta, a ideia é sermos agentes transformadoras. Mas o que eu percebi, antes mesmo da dinâmica começar, é que nós seremos as primeiras a serem transformadas.”

Interessante registrar que na Turma 1 de Padre Miguel, Casa Elza Soares, o filho de 4 anos de uma das participantes estava brincando com o balão que eu lhe dei e fazendo barulho, enquanto conversávamos... Eu chamei o garoto e disse: “Fico feliz que você esteja gostando do balão... mas hoje temos coisas muito importantes para pensar e conversar e precisamos nos concentrar e, para isso, precisamos de silêncio. Você consegue brincar com o balão sem gritar ou prefere brincar lá fora?”. Ele preferiu ficar jogando o balão em silêncio e o fez durante todo o encontro... Ao final, eu chamei de novo o garoto e disse: “você colaborou muito, muito obrigada!”. Eu lhe dei um bombom, ele sorriu e me abraçou. Refletimos no grupo que não foi preciso ameaçá-lo, puni-lo, nem oferecer benefícios para condicionar sua conduta... ele mudou o comportamento porque entendeu

a necessidade do coletivo, assim como percebeu que o grupo entendia e respeitava a sua necessidade de brincar. O bombom foi uma celebração, não uma barganha.

MADUREIRA (Casa Tia Doca)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Acolhimento e apresentação
LUANA	“Eu ajudo a família e algumas pessoas. Minha família tem 6 irmãos. Se alguém for viajar e deixar os filhos pequenos, eu cuido. Quando adocece, elas ligam. Minha mãe sempre doente, e eu fiquei mais tempo com ela. As outras davam desculpa porque não podiam. Eu gosto de ajudar. Meu sonho é viajar o mundo todo. Precisamos passear, conhecer mais lugares. Meus vários medos: assalto, mas meu maior medo é perder a família. Ela é a minha base. Eu sou muito julgada e isso me faz muito mal. Minhas referências são minha vó e minha mãe. Nasci muito doente. Minha vó cuidava de mim e me orientava. Minha mãe foi uma guerreira. Uma rainha! Teve 7 filhos. Minha mãe era rigorosa: respeitar o mais velho, ser justa, ser honesta. Se chegasse algo novo em casa, tinha que devolver. Eu dava bênção para os vizinhos. O que eu aprendi lá no passado, eu mantenho. Fiquei uma pessoa chata. Meus princípios são ser justa e sincera.”
OLGA	“Meu sonho é a felicidade da minha filha. Eu amo cozinhar. Eu também sou boa amiga, dou conselhos quando elas não estão bem. Meu medo é perder minha filha. Minha referência é meu pai. Minha mãe tinha muitos filhos. Se a gente chegava em casa chorando, meu pai batia em mim para eu aprender a me defender. Foi isso que ele passou para mim. Também me ensinou a não levar desaforo para casa. Eu fui trabalhar escondido, porque ele queria que eu estudasse. Hoje eu mudei. As pessoas me ofendem e eu não debato com ninguém. Minha tia que me levou para a igreja Batista e eu aprendi o perdão. Meus princípios são a valorização.”
NÁDIA	“Meu sonho é ver minha filha terminar a faculdade e vê-la feliz. Ela começou 2 faculdades e engravidou. Eu comecei a trabalhar com 14 anos. Sempre ajudei minha família. Sou alegre, comunicativa e gosto de fazer o bem. Adoro meu samba. Meu medo é não ver meus netos crescerem. Minha neta com 8 anos disse que tem medo de me perder (choro). Minha maior referência é a minha mãe. Ela me ensinou a ser honesta. Meu pai me ensinou a gostar de trabalhar. Ser amiga. Guerreira. Eu nunca desisti de nada. E eu passo isso para minha filha. Nunca depender de homem. Meus princípios são: honestidade, amizade, determinação e independência.”
PATRÍCIA	“Meu sonho é zerar as contas e ver a família feliz, com saúde, e ver meu filho virar oficial. Gosto de fazer artesanato, bordado e sair com amigos. Eu tenho pavor de escuro e de avião. Também tenho medo de ficar cega e eu posso ficar por causa da diabetes. Estou com medo de ir ao Centro por causa da violência. Rio é o pior lugar do Brasil. Minha referência na vida é a minha avó. Tudo o que eu sei veio dela porque ela me criou. Minha

	mãe é como se fosse minha irmã mais velha. Me ensinou coisa boa, não fazer mal ao outro, ‘pegou, devolve’, fazer o que é o certo. Os princípios: para mim são: amor pela vida e honestidade.”
ROSA	“Meu sonho é ver meu filho mais novo se estabelecer. Se as pessoas tiverem bem, eu estou bem, quero ver meu neto crescer. Meu medo é perder minha família, assalto e gato. Faço arte: biscoito e cerâmica. Gosto de conversar com as pessoas. Minhas referências são meu pai e minha mãe. Honestidade. Não tirar nada de ninguém. Nós ajudávamos nas tarefas de casa. Meu pai era pedreiro e me ensinou valores simples da família. Todo mundo compartilhava. Tento passar para os meus filhos. É difícil. A gente apanhava sem revolta. Hoje em dia, qualquer coisa já ameaça levar ao conselho tutelar. Meus princípios são servir ao outro e honestidade.”

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2) ³³⁸	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES. Acolhimento e apresentação.
AURORA	“Voltei a estudar; cheia de esperança para dar o melhor de mim a outras pessoas”
MOEMA	“Fui abusada com 5 ou 6 anos. Até hoje aquela cena não sai da minha cabeça. Eu não consigo me soltar. Quando fiz 13 anos, eu dei um basta e passei muitas coisas na rua. Com 14 anos, fiz um aborto e tive uma filha em seguida. Tive que me virar sozinha. Sempre tive pavio curto. Criei uma armadura e fiquei violenta. Me tornei muito protetora da minha filha. Quando minha filha cresceu, eu disse que ela não passaria o que eu passei. Até hoje, não superei. Eu queria a minha filha sempre dependente de mim. Hoje ela tem 39 anos. Ela quase não vai em casa. Acho que é porque sou ciumenta. Eu queria muito trabalhar isso porque me atrapalha muito. Eu sei que eu sufoco minha filha. Meu genro e minha neta são bons, mas eu quero minha filha para mim... eu sei que estou errada, mas eu não consigo. Estou aqui para me resgatar.”
VIVIANE	“Tive uma infância ótima, mas um marido louco de ciúme, a ponto de colocar detetive. Tive 2 abortos espontâneos. Não consegui mais engravidar. Tentamos muito! Fizemos terapia de casal. Ele via coisas que não existiam. Tive depressão e síndrome de pânico sem saber. Tinha medo de falar com os pais porque não queria que meus pais o confrontassem. Eu amava meu marido. Fugi de casa com a roupa do corpo. Pulei o muro

³³⁸ Como houve muitas faltas no primeiro encontro, a apresentação continuou no encontro seguinte, oportunidade em que contamos com três integrantes da Turma 1 da Casa Elza Soares – Alice; Eunice e Simone –, que quiseram partilhar o quão transformador foi a experiência do Círculo. Simone resolveu participar de todas as etapas desse Círculo e ela comentou ao final que foram experiências muito diferentes, embora tivessem abordado os mesmos temas.

	alto para fugir. Fui para Cabo Frio sem avisar ninguém. Me refugiei com a minha tia, que me acolheu. Mais uma mãe que eu perdi. Ele não era violento comigo, mas poderia ser com meus pais. Fiquei escondida. A mãe me levou de volta para casa e pediram ajuda. Daí descobriu suas doenças. Tenho 4 filhos de coração e 2 netas. Meu esposo atual também é ciumento, mas não doente. Fiquei muito tempo sozinha e não precisava ficar com ninguém. Voltei a estudar Serviço Social e vou fazer psicologia. Trabalho com arte. O lixo vira luxo. Sou uma das fundadoras do Centro Cultural da CEF. Cato lixo para criar coisas. Onde eu moro, o lixo é rico. Tenho horta e plantas. As crianças participam do cuidado com as minhas plantas. Sou feliz e não estou em crise. Aproveito cada dia da melhor forma possível. Cada dia que estou bem, é motivo de comemoração. Tenho muitos projetos e vou realizar.”
TATIANA	“Eu cresci em um lar muito complicado. Passei por abuso infantil aos 4 anos dentro de casa. Só tive consciência aos 12, quando fui novamente abusada por um amigo do meu pai. Ele não sabe. Descobri que era estéril, mas não me preocupei, porque não queria me casar. Mas me casei e conheci Jesus. Hoje não sou mais da Igreja. Eu engravidei e a gestação foi muito difícil. Meu filho nasceu em um parto muito difícil. Sempre fomos (meu marido e eu) muito solícitos na Igreja. Mas descobri que meu filho é autista. Não procurava mais vínculo com Deus, mas me dediquei ao meu filho. Nessa transição eu me perdi... me identifiquei com muitas histórias aqui... eu virei só mãe... não era mais mulher. Eu tento me separar, mas ele é abusivo. Eu sofro constantes abusos psicológicos do marido. A escola não dá suporte ao filho. Eu comecei a estudar. Comecei a aprender libras. Sou maquiadora e não consigo sair de casa sozinha. Meu filho se morde e bate a cabeça na parede, desde os 7 meses. É desesperador. A maternidade é um peso absurdo. Não consigo ver como algo bonito. Ele tem 6 anos e usa fralda, como um bebê. A sobrecarga é imensa. Comecei a procurar coisas na rua para sair de casa: estudar, ir a bibliotecas...a casa de Rui Barbosa me deixou emocionada. Tão simples! Pesquisei sobre o curso “agente transformadora” na internet e não encontrei... resolvi me arriscar. Estou aqui para me descobrir, porque me perdi como mulher. Estar aqui não é só para mim, quero levar para outras pessoas. Se não for aqui, será um passo para isso.”
LAURA	“Sempre fui tímida. Me casei com um homem cujo pai e mãe não aceitavam a neta. O pai era ausente e eu cuidava de tudo em relação à filha. Eu fui me deixando de lado porque tudo era para a minha filha. A sogra era possessiva. Meu esposo deixou de trabalhar e de se formar. Ele só nos via a cada 15 dias, quando a mãe deixava. Fiquei trabalhando anos nesse bar para cuidar da filha e parei de me arrumar. Tudo era para ela. Com a pandemia, fechei o bar. Quando ela começou a entender, ela me ajudou muito. Minha filha me ajuda porque ela dança balé, vai à igreja. Ela é agitada, quer participar de tudo, o oposto de mim. Minha sogra faleceu e agora meu marido começou a trabalhar e veio morar com a gente. Eu ainda sou muito cobrada pela minha mãe. Eu faço bolos e doces. A minha renda é essencial e então todo mundo me controla. Vim na casa para fazer curso de confeitaria. Eu não tinha mais roupa para sair.”

VITÓRIA	“Sou mãe da Flaviana da primeira turma (e avó do garoto do bombom). Tenho muitos problemas com os meus filhos. Eu não sei lidar com eles. Sou budista e gostei do sininho do círculo. Eu quero entender quem eu sou. Será que eu não me conheço?”
PALOMA	“Passei por momentos difíceis de doença e quero me transformar”.
ZELIA	“Já usei muita droga e todos profetizavam que eu não seria ninguém. Constituí família, estudei e reinventei minha identidade.”
TATIANA	“Já me apresentei no encontro da semana passada, mas queria dizer que passei uma semana de transformação. Os problemas foram exatamente os mesmos, mas eu os enfrentei com uma paz imensa. Quero agradecer a vocês... nunca me senti tão acolhida... nunca me abri tanto nem para a psiquiatra.”

As apresentações das três turmas foram intensas, com falas fortes, e os valores foram emergindo facilmente. Pedi que elas escrevessem um valor nos papéis coloridos para oferecer ao grupo.

Ao final de cada apresentação, utilizei a dinâmica do barbante, descrita anteriormente, em que cada participante oferece um valor importante de sua vida ao grupo, enquanto passa o rolo de barbante para a frente, formando uma teia. “Qual palavra representa um valor que cada uma quer oferecer ao grupo?”

Os valores escolhidos pelas três turmas, organizados em blocos, foram:

- ✓ Generosidade; empatia/respeito/compreensão/não julgamento/liberdade;
- ✓ Paz/cuidado/proteção/companheirismo/segurança/apoio/comunhão/colaboração/união;
- ✓ Confiança/sinceridade/verdade/honestidade/cumplicidade/comprometimento; poder de fazer
- ✓ Amizade/amor/entusiasmo/alegria/talento/harmonia;
- ✓ Dignidade/saúde/integridade;
- ✓ Felicidade foi o que ofereceu o garoto do bombom da Turma 1 da Casa Elza Soares, que pediu para participar da dinâmica.

Finalizei, afirmando que, “a partir desse momento, seremos tecelãs, tecendo uma rede de compromissos, autocuidado, escuta, afetos e partilha”.

Dinâmica “Os 4 elementos”. Eu sou... água, terra, fogo ou ar?

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 1)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “Os 4 elementos”
CARLA	“Pra gente se transformar, a gente precisa se conhecer. Essa atividade foi ideal. Entender, mas escutando. Sou ar. Sou presente. Sou coruja que voa no ar. No escuro, a gente não vê, mas sente. Eu não vejo no escuro, mas eu sou. Eu sinto sem ver. Eu respiro, eu pertenço, eu estou.”
BIANCA	“Sou água. Sou capaz de estar em diversos ambientes e sou capaz de me adaptar em diversas temperaturas. Sobrevivo em locais secos e me transformo. Assim como a água penetra, eu adubo. Sou capaz de limpar e recuperar o que parece não ter mais serventia.”
GILDA	“Terra. Fértil, seca e dura quando precisa. Mãe e generosa. Criei minha filha e ela é dependente de álcool. Pedi ao namorado dela para ela ficar lá com ele, para ela ficar forte e enfrentar a bebida (choro). Eu sempre fiz teatro. E ela é atriz. Quando eu estou bem, eu gosto de criar as pessoas. Minha filha é muito corajosa. Eu preciso ficar bem para cuidar de mim também. A terra precisa estar fértil para alimentar.”
SIMONE	“Ar. Estou em todos os ambientes. Posso ser vento ou brisa.”
ISIS	“Fogo. Intensa, forte, temperamental e insistente. O fogo é autêntico. Ele queima, arde. Assim é a gente. Útil para nossa vida. Não só coisa ruim. Resistente e forte. Me sinto como uma brasnha para alimentar coisas boas.”
EUNICE	“Fogo. Quente e explosiva, ardente. Alimento e esquento o coração de quem eu amo. Aqueço o frio de quem tem frio. Sou paixão sempre.”
FLAVIANA	“Água, porque fluo em abundância. Terra, porque matriz e prosperidade. Sou forte e generosa. Ar. Mais forte do que imaginam. Luto de forma não intensa. Fogo porque brilho e tenho presença pessoal. Ar, porque mudo de forma e sou intensa.”
ALICE	“Sou desbravada, porém tempestiva. Sou generosa. Corajosa. Objetiva e pragmática. Carinhosa e exigente e um tanto chata. Brava quando tenho que repetir. Amiga e protetora. Exigente, e sei que gera conflitos. Sou forte. Fogo e terra. Mas um dia eu fui água e ar. Eu tive que me tornar terra. Ouvir essas mulheres me fortalece. Eu tive que enfrentar tudo sozinha. Visitar meu filho na cadeia... Por mais que eu tivesse irmãos, eu precisava de ajuda.... sou forte, mas as vezes não quero ser forte, mas hoje eu sou obrigada a ser forte. As histórias que ouvi aqui me tocam porque são lugares que eu já estive. É muito forte estar aqui. Eu me sinto ‘imparável’. Aprendo com todo mundo. Às vezes a gente se vê aqui... é muito desafiador. Começa a dar vida a quem você é. Não desistam. Aqui

	somos umas pelas outras. Sugiro <i>Filhas de Eva</i> no Globoplay. O último capítulo da série tem a ver com todas nós.”
--	---

Madureira (Casa Tia Doca)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “Os 4 elementos”
MARINA	“Terra. Fértil, segurança, barro, amor. Produzo vida, riqueza, segurança e união”.
KATIA	“Água. Mansa, transparente, limpa, natural. Eu limpo, eu sustento, eu refresco.”
PATRÍCIA	“Ar. Fantasiada. Muito falante. Calma e agitada. Tempestade. Produzo vida, ar puro, refresco. Amor pela vida.”
LUANA	“Ar. Vida, refrescante, limpa e saúde. Refresco, frio, quente e barulhenta.”
NÁDIA	“Ar. Carinho e inspiração. Amizade e respeito. Produz vida e amor.”
OLGA	“Terra. Poeira, forte, raiz, alegria. Fortaleza. Fértil.”

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “Os 4 elementos”
VITÓRIA	“Me sinto água, porque aprendi a contornar os obstáculos que nunca foram fáceis. Também sou fogo, por ser intensa. Sou fascinada pelo sol. Eu prefiro o dia que a noite. Quando eu sou magoada, sou muito explosiva e não gosto desse meu lado. Sou muito intensa, mas também sou ar porque sou leve e doce também em alguns momentos, quando me relaciono. Sou sonhadora, mesmo nessa idade. Sou muito empática. Já de primeira, eu entendo o que a pessoa quer falar. Eu me vejo uma pessoa de bom coração, uma pessoa boa, mas eu estou aprendendo a não ser boazinha, porque as pessoas manipulam. Não sou má e perversa, mas estou conseguindo me impor. Sou autossabotadora. Eu estudo tanto e não compartilho meus

	conhecimentos. Sou afetuosa, corajosa e responsável: criei 3 filhos sozinha. Não sei onde eu achava tanta energia... Sou determinada. Eu fiz um patrimônio trabalhando, com minhas próprias mãos, mas perdi tudo. Eu fiz uma empresa. Achei que eu morreria antes dos 50. Larguei tudo que eu construí na Bahia e vim embora. Já passou. As pessoas me acham metida. Fiz empresa de consultoria, ganhei dinheiro e comprei muita terra. Fiz faculdade e pós-graduação, docência superior. O tempo passou e um dia eu fiz 60 anos. Agora tenho 65 anos. Eu gostaria de deixar de ser tão impulsiva, transparente e faladeira. Eu falo muito, sou muito intensa e sei que nem sempre as pessoas estão querendo me ouvir. Agora sou idosa... eu tenho que aproveitar o tempo. Se a pessoa tem uma dor, eu sinto a dor do outro. Sou receptiva ao outro. Sou reconhecida como acolhedora. Eu gosto de dançar. Estou com uma pessoa há 30 anos e ele é muito doente. Eu não sei, porque me sinto tão responsável por todos. Eu ganhava de 12 a 15 salários-mínimos. Fui autossabotadora, displicente comigo. Eu não tenho aposentadoria. Meu sonho é ir embora para um lugar onde eu possa ter uma vida simples, sem me preocupar tanto com os outros. Ter uma renda própria. Mas eu tenho sempre uma reserva. Sou uma boa profissional, gosto da área, mas nunca tive coragem de abrir um salão para mim. Ações para atingir sonhos: concluir os cursos e colocar em prática o que eu quero fazer.”
LAURA	“Sou ar porque sou muito sonhadora. Sou tímida e carinhosa. As pessoas me acham séria e calada. Gostaria de deixar de ser tímida. Gostaria de viajar e repassar meu conhecimento ao próximo. Obstáculo é a timidez. Eu queria ser professora. Meus talentos são meus conhecimentos. As ações são focar na minha área que é a matemática.”
VIVIANE	“Sou fogo e terra. Sou impulsiva, tensa e objetivos fortes e pé no chão, e sonhadora com os objetivos. Sou muito decidida. Autoritária, sensível, amável, simpática, corajosa. Minha maior qualidade: sou ajudadora em tudo. Sou justiceira, eu daria bem na área da Gláucia. Eu gostaria de deixar de ser tão autoritária e assim me reconhecem. Me acham metida, mas eu não sou. Sou defensora dos pobres e oprimidos. Meu sonho é conhecer Israel e Grécia e ter meu carro. Quero morar em Lumiar, no interior do Rio. Não me prendo em nada, não. Temos que viver o momento. Obstáculos: falta grana. Quando não estou bem, sou compulsiva para comprar. Ações para o sonho é ser menos consumista e mais econômica”.
MOEMA	“Sou os 4 elementos. Depende do dia. Calada, leal, carinhosa, justa. Fiel, não bajulo ninguém. Queria deixar de ser controladora. Como as pessoas me veem: não sei dizer não. Sonho: morar em Portugal. Obstáculo: não consigo juntar o dinheiro suficiente porque não sei deixar de ajudar. Sou técnica de enfermagem. Adoro cuidar. Nasci para isso mesmo. E agora, trancista. Sonho de montar salão afro para juntar dinheiro e ir para Portugal.”
AURORA	“Gosto de ser chamada assim. Sou terra porque me sinto base. Sou vista como apoio por todos da família. Alegre e ativa. As pessoas podem contar comigo, sou disponível. Sou a alegria em pessoa. Qualidade: ser companheira. Gostaria de deixar de ser tão disponível. Eu sempre encontro solução para tudo e todos. Sou conhecida como alguém que se

	doa e que é alegre. Meu sonho é concluir a faculdade de Serviço Social. Obstáculos: falta de organização e regras. Estou atenta ao outro e não me organizo. Ações: dedicação e conseguir planejar meus horários.”
SIMONE	“Sou terra, resistente em situações difíceis, semeadora e costumo germinar. Sou cuidadosa em excesso. Tudo que meus pais e filhos precisam sou eu que organizo. Meus pais e eu corremos juntos. Meu pai tem muitas medalhas. Sou muito disponível e acabo esquecendo de mim. Eu gostaria de me preocupar menos com o futuro. Tenho sofrimento excessivo com o futuro sem meus pais. Sou conhecida como uma pessoa alegre. Sonhos: viagem e pós-graduação. Me aposentei como professora. Preciso organizar e planejar minhas finanças. A Casa Elza foi uma descoberta para mim porque me sinto muito acolhida. Estou deixando algumas atividades de lazer para organizar minhas finanças.”
PALOMA	“Estou em uma fase que ainda estou tentando entender a minha identidade. Sou água. Sou exagerada em tudo: seja nervosa ou calma. Sou extrovertida. A conchinha (objeto da fala) diz muito: tem formas diferentes, mas a pérola é sempre a mesma. Sou simpática. Queria deixar de ser intensa, estressada e compulsiva. Meu sonho é montar meu negócio. Gosto de mudar o cabelo, o meu e as outras pessoas. Tem a ver com autoestima. Gosto de me olhar no espelho e foi quando perguntei: “cadê eu?” eu entendi que eu estava vivendo uma depressão. Obstáculo: gasto excessivamente. Ações: preciso guardar e planejar para ter meu salão.”
TATIANA	“As pessoas me chamam de “Bichete” e eu não gosto. Sou fogo, muito intensa e explosiva. Sonhadora e observadora, o que me livra de muitas coisas. Queria deixar de ser dependente de aprovação. Sou perfeccionista. Por impulsividade, me meto em situações que não são minhas. Sou muito direta e é interpretado como grosseria. Meu sonho é abrir meu ateliê de maquiadora em Nova York e me especializar em cinema em Hollywood. Obstáculos: dinheiro e inglês. Talentos: muito determinada.”
FLÁVIA	“Determinada. Qualidade: ajudar as pessoas. Gostaria deixar de ser ansiosa. Sou reconhecida como alguém importante na família e com os amigos. Meu sonho é conhecer os Estados Unidos. Me organizar para ter meu próprio negócio, meu salão de beleza.”

Ao final do Círculo, destaquei: “essa dinâmica faz a gente pensar como a gente é ou como a gente vem sendo...no gerúndio. Quando a gente se associa a um elemento da natureza, a gente percebe que uma coisa nunca é totalmente boa ou má. Nem definitiva. O fogo é destruidor, mas ele é também aquecimento e proporciona a extraordinária alquimia do ato de cozinhar. Além disso, é preciso lembrar que mesmo a destruição pode ser, por vezes, necessária.

Como diz um importante teórico da psicologia social, Antonio Ciampa (2018), a gente tem uma inclinação a ver a identidade com algo isolado e imutável. Mas identidade

é metamorfose. O indivíduo não é algo, mas o que faz no mundo, na relação com os outros. A identidade é a articulação da diferença com a igualdade. Temos que quebrar o padrão de que somos só uma coisa. Água em uma inundação não é uma coisa boa. Todo mundo tem um lado luminoso e um lado sombrio.

Vou dar um exemplo meu: quando criança, eu sempre ouvia dos adultos que eu era teimosa. E eu acreditava! Na vida adulta, descobri que, na verdade, sempre fui persistente, e isso pode ser muito positivo! Às vezes, sou mais fogo, ou terra. Todos os dias, variamos nossas colorações. Os elementos não são, sozinhos, nem obscuros, nem iluminados. Além da lindeza das poesias com as quais vocês se expressaram, cada uma se apresentou na sua complexidade. Ou seja, a maioria não atribuiu a uma determinada característica um fator somente positivo ou negativo, demonstrando abertura para romper com o padrão maniqueísta com que enxergamos nossas identidades e o mundo”.

*Dinâmica “O Elefantinho Acorrentado”*³³⁹

Essa dinâmica provoca a reflexão sobre as identidades com as quais cada uma das participantes gostaria de ser reconhecida, mas que são limitadas por resistências objetivas e/ou subjetivas. Meu questionamento foi: “como a gente também se sente solto, mas preso como o elefante?”

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 1)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “O Elefantinho Acorrentado”
ISIS	“Ele se sentiu incapaz.”
SIMONE	“Insegurança. Elefante se sentiu limitado, incapaz de dar um passo.”
GILDA	“Me senti na minha infância. Acreditava no que os outros falavam de mim. Ficava acomodada e aceitando o que as pessoas falavam de mim. Eu pensava que o que falavam era o certo. Aceitação sem questionamento.”
BIANCA	“Sempre vale a pena tentar. Estou vivendo essa história. Tentando me libertar. Decidi que não vou mais ficar presa a nada.”
CARLA	“Segurança. Resiliência. Por que ele desistiu e não continuou até a liberdade?”

³³⁹ Bernstein, S. e Montoya, J. *Era uma vez... os contos como terapia*, p. 143-144.

ALICE	“Eu já conhecia a história. Quando eu ouvi essa história, tive muitos questionamentos, porque eu estava aprisionada. Eu já estive no lugar do elefante. Hoje eu não sou mais esse elefante, mas eu já estive lá.”
FLAVIANA	“Estou emocionada. A história é sobre inteligência emocional. Essa alegoria fala muito de todas. Meu comportamento depende muito do ambiente.”
DIVA	“A história é de uma crença limitante. A gente cresce em um ambiente que faz a gente acreditar que não conseguimos. Isso não é para você...”
EUNICE	“Quando a gente é criança vai seguindo aquilo ali, sem saber o porquê, como se fosse verdadeiro. A gente se torna prisioneira de si. A liberdade que não é total... o elefante tinha força, mas não conseguia se ver. Minha vida é assim. Não consigo sair de algumas situações, às vezes. Fiquei emocionada. Eu posso até achar que eu tenho capacidade, mas eu não vou ver como sair da situação. Uma situação que não é minha. Eu estou presa.”

MADUREIRA (Casa Tia Doca)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “O Elefantinho Acorrentado”
LUANA	“A história mostrou que é fácil a gente se libertar, mas não percebemos.”
ROSA	“O homem não alterava a estaca porque percebeu que o elefantinho já estava se alterando... a estaca não mudava, mas ele mudou. Desistiu de lutar. Quando a gente tem obstáculo, desistimos logo ‘de cara’... ele desistiu de lutar... isso acontece com a gente... às vezes, a gente desiste logo ‘de cara’. Quando a gente consegue, é uma vitória tão grande que a gente se sente aliviado com uma porta aberta. Ele desistiu, não foi só incapacidade. Ele teve medo também.”
PATRÍCIA	“Como ele ficou preso desde bebezinho na corrente, ficou no subconsciente dele a tão sonhada liberdade. Passou tanto tempo naquela situação, que botou na cabeça e achou que nunca mais sairia da corrente. É assim conosco. Quando a gente fala com criança, ela fica com medo. Quando eu era criança, me prendiam no escuro e até hoje tenho pavor de escuro. É a mesma situação com o elefantinho. Ele não conseguiu sair devido a esse trauma.”
NÁDIA	“Acontece isso com ser humano, que se acomoda, com medo de ir à luta. Vai convivendo com uma situação que não é certa. Isso acontece com a gente. Ele foi se acomodando, assim como a gente.”
MARINA	“Me imaginei o elefantinho. Quando eu era criança, vivia solta na fazenda. Eu tinha toda liberdade. Mas, como passar do tempo, a mãe faltou e eu fui para o colégio de freiras. Sou muito grata. Eu tinha liberdade, como elefantinho. Minha vida ficou lá atrás. Nunca me libertei dessa corrente. Tentava ser uma pessoa boa para corresponder o que fizeram comigo e ao que esperam de mim. Damos o nome de tabus. Igual o elefantinho, vamos

	moldando nossa vida. Eu me prendia (como o elefantinho). Ainda sou acorrentada por mim mesma. Me senti incapaz de ser tão liberta. Mas tenho extrema consciência disso. Eu mesma me acorrentei e nunca me libertei da estaca do elefantinho.”
OLGA	“Ele foi criado com aquela coisa ‘não pode nada’; ‘não pode fazer isso ou aquilo’. Daí ele perdeu a força. Ser humano tem que tentar para saber que ele tem a força para conseguir tudo. Não devemos nos prender ao passado porque o futuro está aí. Temos que viver e aprender cada dia mais. Acontece o mesmo com o casal, quando a mulher fica na obediência ao marido que fala: ‘você não vai conseguir!’. Se ela tenta, ela consegue. O elefante somos nós. Se a gente tentar, a gente vai conseguir. Não se aprisionar ao passado, nem ao marido.”
QUITÉRIA	“Elefantinho foi condicionado desde pequenininho a ficar tentando. E assim é na vida, principalmente com as mulheres que se casam, têm filhos e não têm vida própria. Não conseguem sair de um casamento malsucedido. Se acomodam para cuidar dos filhos. As mulheres podem comandar tudo o que elas quiserem. Elas têm uma força superior. Me casei, não fui trabalhar e fiquei só cuidando dos filhos. Me formei professora, mas não fui trabalhar. Fui me anulando pelos filhos. Assim foi com o elefante. Mesmo que cresceu, ele se acostumou, mesmo forte.”

Ao final de todas as falas, me manifestei: “Conforme foi dito, essa história traz uma crença limitante. A gente acredita que não pode. A gente aprende a ter medo da liberdade. Quando a gente é pequeno, gostamos de buscar a liberdade. Mas a gente tem várias desistências diante das várias estacas impostas pela realidade ou pelas pessoas. A gente luta, mas chega uma hora que a gente desiste e fica presa. Me faz pensar sobre as várias estacas que ainda temos para desbloquear. Mas também precisamos pensar que uma estaca pequena em um elefantinho é diferente de uma estaca em um ‘elefante’. A gente tem que olhar o tamanho e a força dos obstáculos que nos impedem. É uma questão de estratégia, de analisar a correlação de forças. Estou aqui no presente e quero chegar lá. O que eu quero? Por que eu quero? Como eu conquisto? Quais os obstáculos, as minhas estacas? É preciso medir força, para também saber quais talentos eu preciso acessar e as faltas que eu preciso superar para enfrentar os obstáculos. Desse ponto de vista, as estacas potencializam o lado positivo e sinalizam nossas lacunas. Um exemplo, meu sonho era morar na Inglaterra, mas eu não falava inglês e achava que eu já estava madura demais para aprender um novo idioma. Essa era a minha estaca. Mas eu pensei: quais são meus talentos? Sou corajosa e perseverante (e não teimosa...). Decidi então explorar esse talento para superar minhas barreiras. Sendo assim, as estacas são maneiras de nos indicar onde

devemos investir. As estacas não são um problema em si, porque elas nos fornecem informação para agir.

Para Ciampa (2001), a identidade é forjada tanto internamente, quanto socialmente. Essa dimensão interna, subjetiva, é o que faz do indivíduo um ser único. É sua essência pessoal, que reflete seus pensamentos, crenças, emoções e experiências de vida, que são únicas. A dimensão social é a que emerge na relação com o outro, com a sociedade, com as instituições, e é marcada pelos papéis sociais que assumimos e pelas narrativas que são atribuídas a nós ou que criamos na relação com os outros. Por isso esse autor afirma que identidade é metamorfose e que cada indivíduo encarna as relações sociais que configuram uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida no emaranhado das relações sociais.

E para que seja uma vida vivida, um projeto viável, é importante a gente buscar o equilíbrio entre essas duas dimensões da nossa identidade: a subjetiva, que nos mantém conectadas com o que há de mais autêntico em nós; e a social, que resulta de uma construção da nossa convivência com o outro. Por isso que identidade não é fotografia. É processo, é dinâmica, é filme.

A propósito, eu me lembrei do filme *Náufrago*,³⁴⁰ em que o personagem fica sozinho por um longo tempo em uma ilha deserta e passa a tratar a sua bola de basquete como “o outro”. Por que ele fez isso? Porque todo indivíduo constrói sua identidade a partir do outro, que lhe é diferente. Temos a necessidade desesperada de ter o outro porque, se não temos o outro, não temos a nós mesmos. Dependemos do social para sermos únicos. O azul só é azul porque ele não é o verde, nem o vermelho. Se tudo fosse azul, nada seria azul, porque sequer faria sentido falarmos de cores. É o equilíbrio da identidade subjetiva com a identidade social que nos faz aptas a fazermos as melhores escolhas. Podemos ser boas (generosas), sem precisarmos ser boazinhas. A felicidade não significa ausência de dificuldades e perdas. Felicidade deriva desse equilíbrio entre o interagir no social sem deixar de honrar nossa essência.

Voltando à nossa história do Elefantinho, ele acreditou que não tinha força e ficou amarrado em uma estaca imaginária. Quais são as amarras que não queremos, mas aceitamos? Tem a ver com estratégia de transformação. O sonho do elefantinho era a

³⁴⁰ *Náufrago*. Direção: Robert Zemeckis. Estados Unidos: 20th Century Studios; ImageMovers; Playtone; DreamWorks SKG, 2000. Roteiro: William Broyles Jr.; Elenco: Tom Hanks, Helen Hunt, Nick Searcy; Título original: *Cast Away*.

liberdade, tanto que lutou muito! Mas a correlação de forças não era favorável. Ao menos, não enquanto era pequenino... Depois ele cresceu e a correlação de forças se alterou, mas ele não percebeu... o elefantinho reduziu o seu sonho ao obstáculo. A correlação de forças entre obstáculos e desejo lhe foi desfavorável, e, quando essa correlação mudou, seu desejo já havia sido substituído pela resignação.

Quando ainda se tem capacidade de sonhar, é preciso se perguntar: o que eu preciso para chegar lá? Quais são obstáculos (as estacas)? Quais são as minhas qualidades, quais as limitações? Nem todo mundo é completo. Em que me aprisionei? É possível remover essas estacas? Essa é uma história linda sobre potência, emancipação. Eu gostaria de deixar essas histórias latejando, pulsando para fazermos a próxima atividade...”.

Dinâmica “A roda da transformação”

Iniciei o Círculo explicando que “essa dinâmica é para ser feita com calma, em casa e sem interferências externas. Quando vocês forem fazer o exercício, que é basicamente colorir a roda da transformação de cada uma de nós, sugiro que escutem a música “Triste, louca ou má”, que trata da identidade da mulher, enviado ao grupo de WhatsApp.

Hoje, vamos iniciar nosso Círculo, com uma frase da ativista pelos direitos civis (nos anos 1960, nos Estados Unidos), Audre Lorde, uma feminista, negra e lésbica que teve que lutar para manter a essência de sua identidade. Audre Lorde foi uma das primeiras feministas a criticar o feminismo branco, porque a luta por acesso ao trabalho não fazia sentido para as mulheres negras, que sempre tiveram que trabalhar para sobreviver e sustentar seus filhos...

Se eu não tivesse me definido para mim mesma, eu teria sido esmagada pelas fantasias que outras pessoas fazem de mim e teria sido comida viva.
(Audre Lorde)

A roda da transformação é uma fotografia muito íntima, daí porque ela pode ser feita fora do Círculo. É uma dinâmica para ajudar na estratégia de projetar nossos sonhos, diagnosticar nossos obstáculos e nossos talentos, para esboçar um caminho de transformação. Por exemplo, o espaço destinado à saúde nos dá oportunidade de pensar não somente em doenças, mas também no que pode ser feito para se alcançar um estado de mais saúde, por exemplo, com alimentação, exercícios físicos, terapia. O trabalho não

é só emprego... é colaboração com a sociedade. Autodesenvolvimento é se eu vejo filmes, leio livros, faço cursos, ouço podcast... Religiosidade não é só religião, é experiência mística. Família é rede de afeto... temos momentos juntos? Temos diálogo? Nas finanças, eu não penso só em dívidas, mas em planejamento e controle do orçamento. Ou seja, uma roda para colorir de acordo com a nossa satisfação em relação a um tema da nossa vida pode servir como guia das transformações pessoais, a partir de um diagnóstico honesto com nossos obstáculos, valorizando nossos talentos.

Dinâmica “O mapa da minha comunidade”

Expliquei a motivação para a atividade: “Qualquer mapa, do nosso bairro, da nossa cidade, do nosso país, é um gráfico espacial da realidade, que chamamos de cartografia. E essa cartografia elabora a representação dos espaços a partir da perspectiva do... cartógrafo!

O problema é que a realidade é percebida de forma diferente por cada um que nela está inserido. Cada indivíduo tem uma experiência e uma memória diferentes dos espaços comunitários. Por exemplo, uma criança que vai para a escola de carro e outra que vai de ônibus têm experiências, percepções e perspectivas diferentes sobre o mesmo trajeto.

Nesse sentido, a confecção do mapa da nossa comunidade deve ser participativa, caso contrário um terceiro – seja do Poder Público ou do setor privado, sob a lógica do Mercado – o fará por mim. Assim como a Roda da Transformação, o mapa não é uma fotografia, ou seja, não é definido por fronteiras, mas pelas conexões sociais nele representadas, que são dinâmicas. Ao confeccionar um mapa da comunidade, é preciso se questionar: quais são as redes que me acolhem? Onde eu busco atender às minhas necessidades? Onde eu encontro dificuldades?

Mapear o espaço público da nossa comunidade é o primeiro passo para o exercício do ‘Direito à Cidade’, que é o direito de acessar bens que proporcionam dignidade à vida humana. É uma reinvenção – e reivindicação – da cidade, a partir das necessidades e dos anseios daqueles que nela vivem. E essa prática inclui tanto demandar que o Estado cumpra com os seus deveres, para corrigir as desigualdades econômicas e sociais, quanto impulsionar que a comunidade invente formas criativas e inclusivas de se organizar para atendimento das necessidades e para acolhimento de todas as identidades.

Para o geógrafo Milton Santos (2007), o território deve ser usado para garantir o bem viver de toda a população, independentemente do seu CEP (código de endereçamento postal).

Essa é uma atividade que diagnostica ausências, criando possibilidades de articulação entre organizações que se mobilizam nas lutas sociais. A identificação do que impede a satisfação de nossas necessidades é uma forma de impulsionar o agir político.

A propósito, para Joaquín Herrera Flores, direitos humanos são exatamente isso,

o resultado de lutas sociais e coletivas que tendem à construção de espaços sociais, econômicos, políticos e jurídicos que permitam o empoderamento de todas e de todos para lutar plural e diferenciadamente por uma vida digna de ser vivida. (HERRERA FLORES, 2009, p. 109)

Cada uma vai escolher o alcance da comunidade que pretende mapear. O mapeamento é o primeiro de quatro movimentos para um processo de transformação comunitária, dos quais os dois primeiros serão realizados nos Círculos Comunitários Transformativos e os outros dois, ação e reflexão, serão realizados por cada participante juntamente com o coletivo criado ou conectado para a execução do projeto. Temos, assim:

1. Mapa da comunidade. Conhecendo a realidade: os problemas e os talentos
2. Planejar a ação. Elaborar projetos de ação (O quê? Por quê? Como?)
3. Ação. Executar o projeto. Lembrar que, embora tenha escala local, o projeto pode ter potencial de replicação
4. Reflexão. Importante destinar tempo para avaliação da ação para recomençar o ciclo acima, ajustando o que for necessário.

Para iniciar o Mapa da Comunidade, precisamos refletir: ‘Que obstáculos impedem a comunidade de ser tal qual o meu desejo? Onde eu me sinto excluída em minha comunidade? Há ausências de serviços? Há diferenças de acesso aos bens? Há hierarquias? De todas as ausências para atendimento das nossas necessidades, qual é a falta que mais te afeta nesse momento? Convido vocês a pintarem o mapa da comunidade, conferindo nota de 0 a 10 aos serviços e equipamentos públicos.

Em duas turmas (Casa Elza Soares – Turma 1 e Casa Tia Doca), a dinâmica da Roda da Comunidade foi realizada em grupos, de acordo com a região de moradia das participantes, muito embora cada qual tenha preenchido individualmente a roda com as notas atribuídas a cada serviço público. Ou seja, embora a conclusão de cada uma tenha resultado de um processo dinâmico de debate coletivo, a simultaneidade dos diálogos

inviabilizou o registro. De qualquer sorte, a finalidade reflexiva da atividade foi alcançada. Ao final, antes de fecharmos o Círculo, duas participantes pediram a palavra, conforme quadro a seguir.

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 1)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “O Mapa da Comunidade”
FLAVIANA	“Ao fazer a atividade, descobri que o não transporte é um meio de manter a segregação. É a não possibilidade de troca, de partilha, de integração social.”
CARLA	“Quero me apresentar como uma alternativa de liderança comunitária jovem, uma alternativa à ‘politicagem’. O que eu vejo aqui está agregando muito valor na minha atuação. Valorizo muito a escuta das demais. Estou com muitas ideias para apresentar projetos na Prefeitura. Eu fiz curso de liderança jovem, na Secretaria da Juventude, justamente porque a gente cobrava as associações comunitárias, mas eles reproduziam politicagem. Fui convidada a atuar em apoio a um vereador da região. Acho que podemos trabalhar na comunidade. Nós podemos elaborar projetos para apresentar no Parlamento. Quando a gente vai fazer projetos, é preciso fazer pesquisa. Acho que o objetivo aqui não é só partilhar histórias pessoais.”

Na Turma da Casa da Tia Doca, a atividade em grupos, divididos de acordo com o local de moradia, promoveu conexões importantes entre as participantes que, até então, não estavam tão integradas entre si. Ao fechar o Círculo, agradei a disponibilidade e o envolvimento de todas na atividade. Todas agradeceram a oportunidade de refletirem sobre as suas comunidades e falaram da importância de estarem unidas. Luana agradeceu por não ter desistido de integrar aquele grupo³⁴¹ e demonstrou, pela primeira vez, muito entusiasmo pelo trabalho: “Quando essa pedra está na mão, ela nos dá força”.

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “O Mapa da Comunidade”

³⁴¹ Luana havia entrado em contato comigo, no privado, dias antes desse encontro, dizendo que não participaria mais dos Círculos, porque estava se sentindo julgada por algumas das colegas. Eu disse que lamentava, porque ela perderia a oportunidade de aprender a lidar com essas adversidades de uma maneira criativa e transformadora. Reiterei que ela era livre para fazer a sua escolha..., mas eu disse que ficaria feliz se ela continuasse... e ela retornou no dia desse encontro, trazendo flores colhidas de um canteiro próximo à sua casa.

BÁRBARA	“Transporte é muito difícil. A única atividade que funciona bem aqui é o consumo de bebida. Saúde. Atendimento do hospital e clínica da família é ruim. A médica foi embora e o médico ficava doente. Minha filha tem problema e minha neta também.”
TATIANA	“Não tem serviço de saúde. Não tem atendimento. Clínica da família não funciona. Não tem ginecologista. Quem atende são as enfermeiras. Meu filho é autista e está aguardando dois anos e meio e nunca foi chamado. A gente paga plano de saúde para ele, mas a Unimed não libera terapia para o meu filho. A falta de empatia mexe muito com a gente. A gente passa por muitas situações... a última foi esses dias, porque tentamos superar uma fila no mercado porque somos preferenciais e não tinha atendimento especial. A sociedade não entende que uma criança autista é diferente de uma criança típica. Não é para passar na tua frente, mas é uma necessidade diferente.”
SIMONE	“Saúde. A clínica da família fica do outro lado... minha mãe sempre me ensinou do bom atendimento da rede pública à época em que eu nasci, em 1968. ... ela dizia: nunca deixe a parte pública de hospitais. Hoje, depois que eu me aposentei, a clínica da família não tem uma realidade agradável. Minha mãe está esperando por uma cirurgia de vesícula e catarata há mais de cinco anos. Nosso agente de saúde orienta que a gente fale para o médico todas as necessidades, para que ele possa fazer o encaminhamento. Mas, toda vez que eu recebo atendimento não adequado na clínica da família, eu mando textão... eu vejo como tratam as pessoas. Tem essa deficiência. Minha mãe já fez uns 5 riscos cirúrgicos já. Da última vez, a profissional disse: aqui é hospital para emergência, para baleados... esse tipo de cirurgia demora. Transporte. Adoro ir a exposições no Centro da cidade, no Centro Cultural do Banco do Brasil e é horrível. A gente tem que fazer estratégias de roteiro. Fui na exposição da Frida, mas é difícil. O tratamento dos motoristas muda conforme você vai se afastando. Um motorista não me levou até o ponto final na última viagem que eu fiz para a Costa Verde. E eu fui atrás do despachante para me informar sobre meus direitos. Me informaram que eu tinha que reclamar ao despachante na rodoviária. Eu fui até lá e também enviei texto. É assim que um cidadão tem que fazer, na saúde, na educação.”
MARCELA	“Forma de convivência de proteção mudou muito. Antigamente, a vizinhança avisava que todo mundo tinha que ficar dentro de casa quando tinha confusão. Falavam para não deixar as crianças saírem. Hoje não tem mais esse cuidado com a população. Acho que só vai piorar daqui para a frente. Está faltando amor.”
LAURA	“Saúde. Os médicos estão sobrecarregados. Eu não consigo acompanhamento ginecológico. Especialista de câncer explicou a uma amiga cuja mãe está com câncer que, para pacientes com certa idade, eles não “pegam” mais. Eles atendem a depender de quantos anos de vida a pessoa tem. As pessoas andam muito mal-humoradas. Também estão com ignorância dentro do ônibus. Está faltando amor mesmo ao próximo.”
VIVIANE	“Moro em Santa Cruz, a última estação de trem. Tem um museu onde morou a Princesa Isabel. Lindo! Maravilhoso! Riquíssimo. Só o teto que não está bom, porque pessoas de rua depredaram. Santa Cruz é tombada. É uma cidade histórica. E eu vim de Bonsucesso. Me chamaram de louca,

	mas eu amo Santa Cruz. O cara da Prefeitura não acreditou que eu preferia Santa Cruz a Bonsucesso. A clínica da família é maravilhosa, com agentes, enfermeiras e médicos maravilhosos. Esse ano estamos tendo problemas. Saúde. Os médicos estão sobrecarregados. O pessoal faz da clínica da família como atendimento de emergência. Tem uma plataforma que indica onde você deve procurar, a depender do problema. Às vezes, existem recursos que nós não conhecemos. Transporte. Toda a Zona Oeste está prejudicada. Amor. Falta amor. Cresci no Complexo da Maré (Bonsucesso). Eu sei o que é nascer e ser criada em uma favela. Eu vivi o perigo. A Marcela está certa. Antes, todo mundo sabia que ninguém ia para a escola quando estavam em guerra. Hoje... Hoje está indo embora o amor, a solidariedade, coleguismo, amizade... A rua onde eu moro é imensa, cheia de condomínios que não passa ônibus. Qual alternativa para o idoso? Estou lutando por essa causa aí... eu preciso fazer algo. Eu não sou de desistir. Sou teimosa e persistente, a luta continua... alguma coisa eu tenho que conseguir.”
VITÓRIA	“Eu fico entre as duas. Transporte. Não passa ônibus para ir até a estação de trem ou até a via principal de ônibus (2 km da minha casa). Meu companheiro sempre levou criança ao hospital de carro de madrugada. Hoje em dia, muita coisa mudou. Agora tem tráfico. Até as crianças se perdem. Muitas pessoas foram expulsas de lá. Já fomos na subprefeitura. Agora tem uma associação. Saúde. Para quem mora ali, não tem direito a nenhuma clínica da saúde. Fui na UPA, passei o dia inteiro esperando. Me furaram toda. Só tem uma médica. Enfermeira não pode prescrever remédio para controlar a pressão. Isso dá um desequilíbrio, uma insegurança! Não é possível a gente ter que ficar implorando, mendigando. Eu não quero fazer drama, mas a gente vai reprimindo esse sentimento.”
ZÉLIA	“Saúde. Cinco anos atrás, eu tive um cisto no ovário. Fui parar em uma clínica e fiquei com as pernas abertas para uma junta médica que não resolveu nada. Eu briguei com o médico porque, mais um pouco, eu poderia estar com câncer no útero. Eu tive que ir a uma clínica particular. Eu soube que o médico que me acompanhava na hipertensão foi embora. Na Vila Vintém, eu resolvi abraçar todo mundo. Tem uma senhora que me vê todo dia e já abre os braços para eu abraçar. Eu queria fazer um evento, mas tudo que a gente vai fazer tem que pedir autorização para o líder e dar dinheiro e eu não vou dar dinheiro. Se ele não deixar, a gente não consegue fechar a rua para a realização do evento. Evento de lazer para mulheres não pode, nem para o Dia das Crianças pode. Ele deu ordem que não pode fazer festa na casa de ninguém. Internet também é controlada. Ele deu ordem para quem colocar internet. Cortou a fiação da comunidade inteira. Agora que eles têm a internet deles mesmos, todo mundo tem que usar a dele. Agente Transformadora... eu tenho um bloqueio. Tudo o que eu quero fazer eu não posso... Tudo é direcionado a eles. Antes, eles avisavam quando tinha guerra. Hoje, tem caveirão e quem morreu, morreu. Esses dias meu marido foi à padaria e meu marido teve que se enfiar debaixo do carro por causa de tiroteio. E cadê que ele voltou com o pão? A gente vive assim. Se ele não for com a tua cara, ele atira e acabou. Minha mãe deixava fazer comidinha na rua... hoje em dia a gente é assaltada.”

MOEMA	“Moro aqui há 33 anos e adoro esse lugar. Vim de Madureira. De 15 anos para cá, mudou muito. Está terrível. Aqui só é bom para cachaça e droga. Fizeram uma casa de orgia. Não tem hora para botar o som, bem alto. Eles tiraram toda a condução. A gente sente impunidade. A gente não tem onde gritar. A vontade que eu tenho é sair do Rio de Janeiro. Está insuportável aqui. De 15 anos para cá... minha filha mais velha tem 31 anos. A gente andava por aqui. Não tinha essas coisas. Está muito difícil mesmo. Saúde. Clínica de família. Felizmente sou dependente do plano de saúde do meu marido. Segurança. Já bateram em casa porque a gente não tem o fio do ‘Gatonet’... não tenho onde pedir um socorro. É complicado.”
-------	--

Após a experiência dessa dinâmica com as três turmas, foi possível constatar que, quando feita em grupos divididos sob o critério da região de moradia, a atividade revela, de um lado, o aspecto positivo de promover mais integração por meio de debates para escolher quais são as necessidades mais relevantes. Por outro lado, os debates simultâneos impediram que eu registrasse informações muito ilustrativas do território, sobretudo o impacto da presença das redes de tráfico ou de milícias locais, conforme se viu nos relatos acima, que foram elaborados individualmente e expostos para o coletivo da Casa Elza Soares – Turma 2.

Em seguida, ponderei que, “embora seja importante a gente reconhecer os problemas, seja pela ausência do poder público, seja pela presença do narcotráfico e da milícia, não queremos nos limitar às ausências. Se o projeto é ‘Agentes transformadoras. A comunidade que queremos’, assim como fizemos um mapa dos nossos talentos pessoais, é importante a gente conhecer as iniciativas, as organizações e as mobilizações para bons projetos comunitários. A comunidade que escolhemos é qualquer ‘comunidade’, o espaço cujo alcance é estabelecido pelas pernas de cada uma de vocês. Cada uma vai escolher o espaço territorial em que quer atuar como Agente Transformadora”.

Propus que as integrantes dos Círculos Comunitários Transformativos mapeassem as iniciativas comunitárias, que não fossem serviços públicos, a partir das seguintes questões: “Quais as qualidades que eu encontro na minha comunidade? Onde eu me sinto incluído em minha comunidade?” Há algum aspecto histórico interessante? Uma luta histórica? Há formação de redes de cuidado mútuo; instituições sociais; ONG; redes institucionais; movimentos sociais; cooperativas; expressões culturais específicas?”.

Entreguei a cada uma delas a lista com as possibilidades de organizações populares mobilizadas em torno de temas e pedi que escolhessem um ou mais temas que as mobilizassem: “Dentro do tema, você conhece alguma iniciativa comunitária? Está

disposta a pesquisar (na internet, conversando com referências comunitárias, visitando Creas, etc?). A importância de mapear os recursos, as habilidades e os talentos comunitários é para que a gente aprenda a articular redes, ou seja, conectar iniciativas, agregando a potência de uma organização à carência de outra e vice-versa. A soma das incompletudes das experiências promove empoderamento e cooperação comunitários”. Como diz um provérbio africano, “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança”, porque é na soma das incompletudes que as pessoas se integram e comungam a vida.

Conforme se verá mais adiante, embora estratégica, essa tarefa não foi realizada com o mesmo compromisso que as participantes demonstraram nas demais atividades. Atribuo tal fato a três questões: a maioria das participantes não guardava qualquer vínculo com organizações ou movimentos sociais, o que dificultava o acesso às informações para a realização do mapeamento solicitado; eu não conduzi adequadamente as dinâmicas seguintes à solicitação da tarefa, de modo a articulá-la às demais atividades; faltou a previsão de um curso específico de elaboração de projetos e de mapeamento comunitários, capaz de habilitar as participantes a executar essa tarefa. Essas observações serão devidamente abordadas nas Considerações Finais deste trabalho, a fim de aprimorar a metodologia ora pesquisada.

Quadrante II

“Hoje o tema da nossa reflexão é o conflito, esse fenômeno tão complexo e inerente à nossa humanidade. Ao longo deste segundo quadrante, vamos compreender que os conflitos não nascem das diferenças, mas da forma como lidamos com elas, com as identidades e com o atendimento ou não das nossas necessidades. O filme a que a gente vai assistir é sobre um conflito entre pássaros, que ilustra vários dos elementos que compõem uma situação conflituosa: diferenças, julgamentos, necessidades, poder, identidades, escassez de recursos”.

Dinâmica com o filme_Os pássaros

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 1)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “Os Pássaros”

BEATRIZ	“Emoções com as pessoas. Respeito. Entender. Aproximação do pássaro maior era só para interação. Deduzir o que o pássaro grande queria.”
CARLA	“Os pequeninos eram iguais. Mais fácil se agrupar com pessoas que você se identifica do que com o diferente. Todos se uniram para deslocar do grande, em vez de interagir com ele. Às vezes, a gente acha que, por estar em maior grupo, podemos desmerecer o colega. A pessoa poderia somar muito mais.”
BIANCA	“Os pássaros tomaram decisões precipitadas... fizeram um julgamento pela aparência.”
ALICE	“Começo é bem interessante e engraçado. Mas depois você vê que são vários iguais, mas um deles é meio estressado. E parece que um deles gosta de botar fogo... são iguais, mas diferentes. Eles não percebem que cada um é cada um, ou seja, que também são diferentes. E daí pagaram o preço.”
JÚLIA	“No início, começam dois pássaros brigando. Um terceiro ignora a briga, mas a briga dos dois interfere nele e ele acaba brigando também. Me lembra pensamento de gado. Efeito manada. Mesmo que o grupo fosse igual, se você resistisse em participar da reação coletiva, seria melhor. O maior era mais extravagante, mais simpático. O maior continuou sendo o que ele era. Queria participar do grupo. Quando tentaram tirar ele dali, não viu como ofensa. Consequência foi que eles se machucaram. O maior, que continuou a ser quem era, ficou bem.”
ANA MARIA	“Eles estavam brigando entre si, mas estavam se protegendo. Não queriam que o maior se aproximasse dele. No final, derrubaram o maior, mas quem se prejudicou foram eles.”
HELENA	“A gente julga as pessoas pela aparência. Nem conhece, nem dá oportunidade de conhecer e já afasta.”
EUNICE	“Mesmo eles sendo iguais, um brigava com outro porque se incomodaram com o fio. Eles só se uniram quando chegou o diferente. Se uniram para fazer o mal. O maior era tão bom e ingênuo, que nem reparou o que fizeram para ele. Quem é do bem não reconhece quando alguém faz o mal. O bem prevaleceu.”

MADUREIRA (Casa Tia Doca)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “Os Pássaros”
LUANA	“Muitas tentaram ver coisas bonitas, tipo pássaro grande era a mãe botando ordem nos filhos... os filhos estavam em guerra e ela fez

	brincadeira para os filhos se acalmarem. Positividade e amor à vida: a turma ficou toda junta no final.”
LÉLIA	“Eu entendi que era ‘viver no coletivo’. A turma toda ficou junto no final, na amizade.”
OLGA	“Os pássaros riram quando chegou o diferente. O grandão resolveu se unir e o coletivo não gostou e se uniram contra ele. Se envergonharam do que fizeram. O grandão apoiou quem queria destruí-lo. Quem a gente critica, a gente vai precisar mais tarde. Ninguém deve julgar ninguém.”
NÁDIA	“Não deixa mostrar quem você é quando há julgamento. O pássaro era grande e feio e foi julgado por isso. Às vezes, as pessoas nem te conhecem e já te julgam. Eu sempre fui julgada. Pássaros julgaram o grandão sem conhecê-lo. Por ser grande e feio, o passarão foi julgado. Eu sempre fui julgada por ser alegre, por gostar de aparecer... por EU ser negra, da favela, do samba e mãe solteira, as pessoas me perguntam: ‘e você só tem 1 filha?’.”
MARINA	“Por ser filha única, fui muito perseguida pelas primas. Nós somos uma família e temos que conhecer uns aos outros com defeitos e qualidades.”

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “Os Pássaros”
VITÓRIA	“Apareceu um diferente que fazia de tudo para ser simpático. Ele só queria pertencer. Às vezes, a gente passa por isso e, sem perceber, faz isso mesmo.”
MOEMA	“Os pássaros não estavam habituados a viver em grupo e o pássaro maior tentou aproximar eles.”
URSULA	“Por ser diferente, o grupo começa a tratar diferente, o que não era para acontecer porque somos todos iguais. Somos mais fortes juntos e aquele pássaro estava sozinho.”
BÁRBARA	“Interessante que o conflito entre eles continuou o mesmo, com tudo o que aconteceu...”
TATIANA	“A questão é a diferença.... mas o interessante é que, mesmo com todas as diferenças, eles eram unidos, mesmo um empurrando o outro, quando chegou alguém diferente, eles se uniram. Errados ou certos, eles estavam unidos.”
PALOMA	“Nós somos assim. No mundo. Eu me vi um pouquinho ali. Às vezes, as pessoas não me entendem. Eu me identifiquei com o pássaro maior, por ser diferente e nem sempre aceitam por causa do preconceito.”

SIMONE	“Pássaro grande chegou como uma ameaça, mas, embora tenha resistência, eles se uniram. Ao mesmo tempo que acharam que tinha vantagem com o grande pendurado, eles não tiveram empatia de pensar nas consequências. O pássaro maior queria uma integração. Faltou acolhimento.”
LAURA	“O fato de o grande ser diferente, eles não aceitaram. Tentaram prejudicar o pássaro. Alguns tentaram avisar quando estavam bicando, mas foi tarde demais.”
MARCELA	“Um grupo já estava em conflito. O pássaro conseguiu dar a volta por cima. Sem fazer mal para eles, foram os outros que se prejudicaram.”
AURORA	“Eles não perceberam que estavam se prejudicando. Não viram o risco que eles estavam correndo ao não acolher, ao não se unir... a desunião.”

Eu me manifestei: “O filme é uma clara mensagem em defesa do não julgamento pelas diferenças. Uma alegoria de como nós, seres humanos, nos comportamos no coletivo. Eu preferi não dividir os pássaros entre bons e maus.

O primeiro pássaro que chega já vai se apropriando do fio. Um outro chega e quer partilhar o fio, mas o primeiro se inquieta... Eles se ‘estranham’. Eles brigam entre eles, disputando o espaço do fio. Assim nos comportamos: mesmo entre iguais, a gente briga por recursos escassos.

A chegada do pássaro grande tão diferente, com seu comportamento ‘brincalhão’ e ‘diferentão’, causou estranhamento. A meu ver, os pássaros pequenos se sentiram ameaçados em suas identidades com a presença eloquente do ‘grandalhão’. Como reação, os pássaros pequenos se uniram para debochar do grandão e tentar se livrar dele bicando o seu pé, para que ele caísse. O coletivo se comportou como em um linchamento, sob ‘efeito manada’, sem pensar no que estavam fazendo. Queriam eliminar o diferente e se colocaram em risco. Quando eles perceberam que a estratégia poderia ser prejudicial a eles, eles tentaram se comunicar, mas já era tarde...

Ou seja, todos os pássaros se comunicaram muito mal e se deram mal, inclusive o ‘grandão’. Quando o ‘grandão’ chega para brincar, em vez de tentar se integrar, com cuidado, negociando, ele ‘chegou chegando’, sem dialogar, causando desconforto. Quando a diferença causa mal-estar, a gente tenta excluir o diferente. Daí partimos para a lógica do adversarial, cuja soma é zero, porque ninguém ganha nada.

Quando os pássaros pequenos se dão mal, o ‘grandão’ ri com traços de vingança... sua postura tampouco foi de colaboração. Todos perderam: os pássaros pequenos foram depenados e o ‘grandão’ continuou sozinho...

Mas tudo que a gente interpreta é único. Então, não há resposta certa. É a soma dos olhares e a partilha de lentes que nos ensinam a escutar outros pontos de vista. É assim que a gente desenvolve respeito pela autonomia do outro.”

Dinâmica da Ilha Deserta

“Essa dinâmica é para aprofundar a reflexão sobre os conflitos. É para a gente aprender a analisar as nossas necessidades e as do outro com quem temos um conflito, sem julgamento. Quando a gente julga, a gente rompe a comunicação e a conexão com o outro. O outro não vai querer nos ouvir, só vai querer se defender. Julgar é descartar o outro.

A dinâmica é a seguinte: se você fosse obrigada a ficar um período em uma ilha deserta e pudesse levar uma pessoa ou personagem, quem seria essa pessoa? E quem você não levaria de jeito nenhum? Explique o motivo. A partir das respostas trazidas ao Círculo, vamos registrando no quadro as posições de cada uma, para tentar entender as necessidades ocultas. Explico: quando a gente tem um conflito, sabemos o que queremos e o que não queremos. Essas são as nossas posições. Mas, para compreender o conflito, temos que entender a necessidade humana que está por trás da posição.

Vamos utilizar a classificação abaixo, que distribui as necessidades humanas em 6 grandes blocos:

- Amor/afeto/carinho
- Liberdade/autonomia
- Proteção/segurança/paz
- Lazer/prazer/ócio/criatividade
- Compreensão/reconhecimento/acolhimento/pertencimento/integração
- Subsistência”

PADRE MIGUEL	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES	MINHA MANIFESTAÇÃO
	Dinâmica “A Ilha Deserta”	

(Casa Elza Soares – Turma 2)		
AURORA	“Eu levaria o meu marido, porque estamos casados há 34 anos e nós estamos em uma fase esquisita... eu ia aproveitar para a gente conversar sobre coisas que saíram do controle, dos desentendimentos... eu passei uma fase cuidando da minha mãe... no feriado, nós tivemos a oportunidade de ficarmos sós e não acontece porque chama, vamos juntar, vêm! E a gente está sem diálogo. Estamos desconectados. No momento estou chateada... e não levaria de jeito nenhum a minha nora, porque nós estamos com dificuldade de convivência. Eu sou uma pessoa que sou amiga e gosto de me doar, fazer... mas sabe aquela pessoa que faz de tudo para não estar... para não ter ninguém ao redor. Aconteceu com ela a mesma coisa que eu... me casei pobre e meu marido é muito esforçado e tudo o que ele quer, sai... a minha nora também veio de família pobre, mas não é que eu despreze ela por isso, mas quero alertá-la, mas ela é arredia, é muito difícil... Ela não ouve e não participa. Eu não quero que vocês entendam que eu quero me desfazer dela, mas eu quero a transformação dela. Minha intenção é ajudar. Eu sinto que não é bom para ela e não é bom para o meu filho. Ela está fazendo tudo ao contrário. Estamos de braços abertos, querendo conviver. Se ela quer algo, a gente quer ajudar a conseguir muito mais. Eu não sei o que se passa na cabeça daquela criatura. Ela é jovem...”	“Aqui ninguém vai te julgar. Temos liberdade, sem medo de falar o que temos vontade de falar. Está tudo bem não querer levar a nora. No próximo encontro, vamos falar sobre como acessar essa nora com a comunicação não violenta. O importante é entender o que está por trás disso. Todas aqui estamos cientes da sua boa intenção. Quando a gente julga o outro em um conflito, o outro não nos ouve. O julgar é o caminho contrário a integrar, a transformar. Julgar promove descarte, exclusões. É importante integrar, acessando a tua necessidade, mas também compreender a necessidade dela.”

	POSIÇÃO: “Levaria o marido, porque estamos desconectados e precisamos conversar para nos resgatar”. POSIÇÃO: “Não levaria a nora, porque ela está fazendo de tudo para não estar presente e não se integrar à família”.	NECESSIDADE: amor/afeto/conexão amorosa NECESSIDADE: pertencimento/integração
BÁRBARA	“Eu levaria a minha filha primogênita para ela poder ter momentos de reflexão e parar de se preocupar com o que está em volta dela... não adianta eu estar com ela, conversar, e ela querer absorver coisa para ela. Porque eu não absorvo. Ela quer proteger suas filhas de um homem que mora com ela e não quer nada com a vida... eu levaria para ela se lembrar que ela é gente, para ela se conectar com ela mesma, se reconhecer. Para ela respirar e falar: “eu estou aqui!”. A gente precisa aprender a se autovalorizar. Eu não levaria todos os meus 5 irmãos. Eu nunca me senti da família. E tudo o que eu aprendi, eu aprendi com os outros. Não tive carinho, nem amor. Eu lavava meu uniforme, comecei a trabalhar para dar o dinheiro para a família (choro). Eu sei o que eu sou hoje. Eu queria eles mais presentes na minha vida. A minha filha fala que ela é o que eu a ensinei, que a vida é para fazer o bem. Eu nunca me senti parte da família.”	Obs.: no penúltimo Círculo, Bárbara compartilhou que, após anos, o irmão foi visitá-la e ganhou um abraço dele e que foi muito acolhedor!
	POSIÇÃO: “Levaria a minha filha para ela se conectar com ela mesma, se reconhecer e lembrar que ela é gente”.	NECESSIDADE: liberdade/autonomia

	POSIÇÃO: “Não levaria todos os meus irmãos, porque eles fizeram com que eu nunca me sentisse parte da família”.	NECESSIDADE: pertencimento/reconhecimento
MARCELA	“Eu não levaria ninguém, porque eu não gosto que as pessoas se preocupem muito comigo. Acho que eu não mereço essa preocupação... Eu não levaria meu padrasto, porque ele me deixou com muitas marcas... não é mágoa guardada, mas eu não saberia mais como conviver.... eu acabaria deixando de ser ré primária. Ele me maltratava... Antigamente eu não saía e eu aprendi coisas dele como pai. Mas eu não levaria.”	
MARCELA	POSIÇÃO: “Não levaria ninguém, porque não gosto que as pessoas se preocupem comigo.” POSIÇÃO: “Não levaria ninguém, porque as pessoas se preocupam comigo e eu não sei se eu mereço isso...” “Eu acho que são os dois. Eu não queria me sentir presa. E ao mesmo tempo eu gosto de atenção...”	“Às vezes, uma frase pode gerar vários sentidos. Quem tem que conferir sentido é o emissor da frase. Uma coisa é: ‘gente! Parem de se preocupar comigo! Eu já sou crescida. Eu quero autonomia, liberdade. Não é preciso se preocupar tanto comigo!’. Se for isso, você está desejando autonomia, liberdade. NECESSIDADE: autonomia, liberdade Mas, pode ser “eu não quero que você se preocupe comigo, porque eu não sei se eu mereço”, e essa versão me leva para outro lugar que é: “eu não me sinto merecedora de receber reconhecimento atenção”. Nesse caso, a necessidade é de amor, atenção, afeto. NECESSIDADE: amor. “Você, assim como todas nós, é uma pessoa complexa, cheia de dobrinhas dentro de você... você tem desejo de liberdade e de afeto, mas a dúvida é o meio pelo qual você quer receber afeto. Teu medo pode ser de

	POSIÇÃO: “Meu padrasto, porque me lembro dos maus-tratos”.	que o afeto possa tirar sua liberdade. O importante é descobrir que você tem duas necessidades que pulsam em você: amor e liberdade. E elas não são inimigas!” NECESSIDADE: proteção/segurança.
VITÓRIA	“Eu levaria a mim mesma, para que eu pudesse me encontrar. Poderia me curtir, saber quem eu sou. Me sentir livre de toda e qualquer responsabilidade. Me sinto confusa. Seria uma oportunidade de eu me entender: o que eu mereço, o que eu quero. Eu não levaria... vocês vão achar estranho... o meu atual companheiro, estamos juntos há 30 anos... as coisas foram acontecendo... ele é íntegro, legal... ele não tem cultura, mas é inteligente, muito trabalhador, muito franco... ele é parceiro, mesmo sendo fechado. mas de vez em quando, ele é frio, ausente. Eu sinto que eu que permiti... por isso eu só levaria a mim mesma, para saber o que eu mereço, o que eu quero.”	“Você repete muito que você é confusa, complicada.... mas complexidade é algo bom. Se a gente foca em ser confusa, complicada, a gente perde o complexo, que tem várias dimensões. Complicado é paralisante. Complexo é bom. É bom ter dúvidas, ter várias dimensões, mil curvinhas dentro de si. Valorize a sua complexidade.”
	POSIÇÃO: “Eu levaria a mim mesma, para que eu pudesse me encontrar. Me sinto confusa. Seria uma oportunidade de eu me entender o que eu mereço e o que eu quero.” POSIÇÃO: “Eu não levaria meu atual companheiro, porque ele é frio, ausente”.	NECESSIDADE: reconhecimento e compreensão de mim mesma NECESSIDADE: amor/afeto
ZÉLIA	“Eu levaria meu marido, porque ele é parceiro. Ele é parceiro e topa tudo. A gente ia ficar nus, namorando muito na praia. Eu não levaria meu sogro... mas aí vocês vão pensar: ela acabou de falar que vai para casa do sogro para cuidar dele... então, gente... quando eu estava no vício, quem	“A necessidade de reconhecimento é forte candidato a estar presente em várias situações, porque ela se relaciona à identidade. Quando Zélia partilhou a história dela, a identidade, pela qual ela era vista (como pessoa em situação de rua e usuária de drogas), era a de absoluta falta de futuro. Zélia conseguiu superar essa ‘profecia’ e reconstruir sua identidade. E é

	me abraçou foi meu marido e quando a gente ia se casar (choro) meu sogro disse que não iria porque eu era viciada. Ela nunca teve nome, nem nada. A família do meu marido é muito tradicional. Meu marido assumiu que me amava muito. Hoje eu vou para casa do meu sogro, porque eu não posso fazer a mesma coisa que ele fez e não posso ser igual a ele. Quero mostrar que sou solidária e isso está me fazendo bem. Quando meu marido me assumiu, não estava desrespeitando o pai. Me marcou para o resto da vida.”	legítimo que ela necessite desse reconhecimento, dessa aceitação. Daí, se ela não quer levar o sogro, não se trata de julgar se o sogro é gente boa ou não... se ele é difícil ou não... a questão é que, em um momento difícil da vida dela, em que o marido a reconheceu e a pediu em casamento, esse sogro não atendeu a sua necessidade de reconhecimento de sua identidade”
	POSIÇÃO: “Eu levaria meu marido, porque ele é parceiro. Ficaríamos nus, namorando muito”. POSIÇÃO: “Eu não levaria meu sogro, porque ele me rejeitou quando meu marido me pediu em casamento.”	NECESSIDADE: amor e prazer NECESSIDADE: reconhecimento/acolhimento/pertencimento
ZÉLIA	“Meu sogro está muito doente e não consegue andar sozinho. Conversei com meu marido que disse que eu resolvo se vamos morar na casa dele ou não. Nós dividimos a casa em duas partes para manter nosso espaço. Mas meu marido disse que precisa cuidar do pai. Já tem assistente social. O meu sogro é difícil. Eu vou ter que lidar com essa transição. Não está sendo fácil. Mas eu sei que vou conseguir. Eu já fui viciada. Polícia entrava todo dia e eu estava em um beco e não levava tiro... Eu disse ao marido que não posso ir sem as minhas plantas, o meu oratório e a minha academia. São minhas filhas. Eu vou ter que ajudar ele na mudança. Mas a agente	“Quando Zelia traz a necessidade de levar suas plantas, seu oratório e sua academia, ela destaca o que lhe é essencial para poder se doar. Não é um problema. O que a gente precisa evitar é subordinar as nossas necessidades ao atendimento ao outro. A maior violência que a gente pode cometer é não honrar as nossas necessidades. É importante buscar esse equilíbrio que nos dá uma identidade saudável para enfrentar as adversidades. Ninguém é feliz porque não tem adversidade, a dor, a perda. A gente é infeliz quando a gente não sabe equilibrar. Quando a gente não consegue acessar as habilidades para lidar com as situações difíceis, sem perder os sonhos, os anseios.”

	transformadora não vai ficar para trás... eu vou embalar tudo e vou nessa. Eu falo para vocês, não desistam! A gente vai passar por perdas... (choro) esse negócio de agente transformadora...”	
--	---	--

Reflexões finais dialogadas: “Muitos dos conflitos trazidos foram de natureza familiar. Importante a gente pensar que a família não precisa ser estruturada dessa ou daquela forma. Família precisa ser funcional. As famílias podem assumir diferentes formatos e estruturas: mulher sozinha; homem-homem, inúmeras possibilidades. Funcional é atender às necessidades de amor, proteção, prazer, acolhimento e subsistência.

Compreender as necessidades que se escondem por trás das posições é libertador, porque promove autonomia e emancipação: ao contrário do médico, que aplica seu saber para diagnosticar doenças e prescrever remédios; do psicólogo, que aplica seu saber para diagnosticar sofrimentos e prescrever psicoterapias; e do advogado, que aplica seu saber para diagnosticar uma violação de direito e prescrever a ação judicial adequada, um indivíduo que compreende suas necessidades diante do conflito desenvolve a capacidade de se auto diagnosticar e de prescrever os caminhos para a sua transformação”.

Dinâmica da Comunicação Não Violenta (CNV)

Introduzi o tema: “O Círculo anterior foi destinado à identificação das necessidades. Neste Círculo, a gente vai refletir sobre as diferentes maneiras de reagir ao conflito e quais delas são capazes de promover transformações na relação entre as partes em disputa.

Nós temos, basicamente, três formas de lidar com o conflito: a competição; a evitação e a colaboração”.

Importante observar que essa parte expositiva ensejou muito interesse no tema, mas as perguntas e intervenções indicaram uma dificuldade significativa em romper com o padrão do julgamento. Por exemplo, muitas participantes compartilharam que, quando há briga entre os filhos, por exemplo, em vez da violência física, elas mandam que eles se abracem e peçam perdão; ou mandam que eles reflitam no “cantinho do pensamento”; ou, ainda, barganham um prêmio caso adotem um outro comportamento. É muito forte a

associação entre pacificação e evitação – “estou me controlando para não falar”; ou “prefiro deixar pra lá; ou “não vale a pena”...

Retomei a exposição dialogada: “A evitação pode ser uma forma de proteção em uma situação de iminente perigo, mas também pode significar a reprodução da violência do silenciamento. A não violência não está na ausência de agressão física ou em “ser fofa” nas palavras, mas na busca pelo atendimento das necessidades. Sendo assim, seja quando barganhamos para condicionar o comportamento do outro, seja quando ouvimos “os dois lados antes de decidir” – algo, aparentemente, ‘justo’ e equilibrado –, a solução oferecida – ou, muitas vezes, imposta – por um terceiro não necessariamente atenderá às necessidades dos conflitantes e, ainda, vai retirar a possibilidade de que desenvolvam autonomia. E, nesse sentido, ela será violenta”.

Solicitei, então, que fizéssemos um Círculo, para que todas as participantes tivessem a oportunidade de aplicar a estrutura da CNV em seus conflitos atuais: fato + sentimento + necessidade + pedido. Antes, porém, apresentei o “Caso da Laranja”, mencionado no início deste capítulo, a fim de tornar mais compreensível a associação entre a emergência do conflito e o não atendimento das necessidades e o não reconhecimento das identidades. A avaliação dessa atividade foi muito positiva, porque cada uma delas tentou romper com o padrão adversarial, adequando seus conflitos pessoais à estrutura do CNV, conforme se vê a seguir.

PADRE MIGUEL	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES	MINHA MANIFESTAÇÃO
(Casa Elza Soares – Turma 1)	Dinâmica “Comunicação-não-violenta”	
		“Podemos refletir sobre essa questão no quadrante da violência? Ainda temos alguns conceitos anteriores para explorar bem esse questionamento tão importante.”
HELENA	“Eu tenho 3 filhas que brigam muito. Fico de fora ouvindo e não me meto. Desde pequenas. Meu marido entra no meio e eu não. Qual a minha posição?”	“Depende. O desfecho que elas encontram está atendendo às necessidades ou é um desfecho de prevalência do mais forte? Perguntar as necessidades não é intervir, mas colaborar.

EUNICE	“Mas isso acontece mesmo? Tive um conflito com a minha família e optei pela evitação. Eu virei a empregada da casa da minha mãe. Eu que entrei na vida dela e não o contrário. Eu comecei a fazer todas as tarefas domésticas. Eu cedia, mas isso me cansa. Vou fechar os olhos, ficar no meu quarto. Estou bem com isso...”	“Nós vamos praticar e vocês vão avaliar se funciona...”
CARLA	“Eu gosto de ouvir histórias e aplicar as histórias de outras pessoas na minha vida. Isso acontece muito com meu companheiro e me deixa muito cansada. Meu pai me ensinou a realizar o que eu preciso, sem depender de ninguém. Pedir para o marido fazer serviço que as pessoas falam que é tarefa masculina... mas eu não concordo. Eu não sei pedir. Eu preciso controlar para que as coisas fiquem do meu jeito e fico cansada. Por exemplo, eu estava fazendo comida e ele começou a fazer reparos no banheiro à tarde e acabou tarde. Eu fui limpar o banheiro e ele me cobrou que eu não tinha lavado a louça. Eu fui dormir no ódio. Quando eu vou me deitar, eu penso: não consegui fazer nada por causa dele!”	
ALICE	“Essa semana aconteceu um fato inusitado. Fiz uma postagem de pregação que exige renúncia... postei sem direcionar a ninguém, que eu achei bonito. Daí minha comadre escreveu que o mundo está cheio de julgadores... fiquei indignada com aquilo. Pensei: eu não vou ligar para isso... se fosse outro tempo, eu chamaria para perguntar e dizer: eu não tenho tempo para cuidar da vida dos outros. Eu entendi que tenho que passar por certos conflitos e ceder. Uma pessoa que eu convivo há quase 30 anos! Daí eu resolvi evitar, porque se eu fosse procurá-la ela iria negar que tivesse sido para mim! Eu não fui procurar o conflito. Eu fiquei rindo, como se fosse um deboche...”	“Já que você disse que evitou, mas ficou indignada, como você faria diferente?”

HELENA	“Eu tenho dois casos de conflito: com o meu irmão e com os vizinhos. Meu irmão é 15 anos mais novo que eu. Nós discutimos muito. Muitas vezes, eu deixo ele falando sozinho. Mas na maioria das vezes eu não consigo. A evitação não está funcionando. Tudo que ele fala, ele acha que está certo. A mãe também quer que eu resolva os problemas dele. Tenho também conflito com a vizinha “leva e traz”. Estou tomando conta do gato do vizinho. A vizinha ligou para saber o que eu estava fazendo na casa do vizinho.”	“Você tem utilizado a evitação, mas não está funcionando, né? Minha sugestão é pegar um dos casos e adequar à estrutura da Comunicação não-violenta. Quando a gente fala de uma determinada forma, o outro vai se defender. Por isso que às vezes a gente sabe o que o outro vai falar... mas isso reproduz a abordagem da competição ou da evitação. Obs.: Em outro círculo, Helena nos informou que aplicou as técnicas da comunicação não violenta e a relação com o irmão está se transformando. Ela relatou, sob emoção, o abraço que ambos deram após o diálogo.
FLAVIANA	“Em geral, evito, cedo ou confronto. Pessoas que furam fila para pegar o trem. O lado certo da escada rolante... Coisas simples, mas tão estúpidas que eu vivo nesses conflitos. Quero compartilhar duas teorias que me ajudam: a pirâmide de Maslow (psicólogo que definiu a escala do desenvolvimento humano) para entender as necessidades das pessoas e a constelação familiar para compreender o contexto das pessoas. Se eu quero mudar essas coisas, preciso focar em como eu reajo, e não no estímulo que a pessoa me dá. Minha mãe é superprotetiva. Quando há feminicídio, é preciso saber: de onde vem esse cara? Como eu lido com isso e evito situações. A pessoa põe aquela música para fortalecer sua autoestima.	“Bem importante que você esteja compreendendo as necessidades do outro, mas é preciso não negligenciar com as suas necessidades. A comunicação não violenta também precisa ser aplicada a nós mesmas, para que a gente não silencie as nossas necessidades.”
ISIS	“Eu tenho três filhos (de 19, 9 e 6 anos) e é uma pena que eu não tinha essa estrutura da CNV antes... por que brigam tanto? Me ajudou a entender. Quero partilhar um conflito. O pai do filho do meio se relacionou com minha cunhada, minha madrinha de casamento. Eu não quis mais conviver	“Talvez na justiça você consiga uma boa mediação, porque não é justo esperar que você o faça sozinho. Não é impossível, mas é muito difícil. O importante é que ambos entendam as necessidades que estão em questão aí.”

	com eles. Fiquei muito chateada com ela. Eles se separaram e meu ex-marido descontou em mim... como punição, diminuiu o valor da pensão do filho e ofendeu minha avó. Me deixou com muita raiva, que eu sinto até hoje. Como ele cortou a pensão, eu cortei um dia de visita. Meu filho perde com isso! Mas, cortei para ver se dava jeito e não deu. Para contornar o conflito pedi ajuda... compreendi que eu não criei essa situação. Iniciei uma ação judicial para atender às necessidades do filho.”	
BIANCA	“Ao longo dos meus 80 anos, vivi vários conflitos. Sou viúva há 25 anos. O marido, antes de morrer, disse que não gostaria que os filhos, depois de se casarem, morassem muito perto. Ele dizia: ‘nem tão distante que precise levar mala e nem tão perto que vá de chinelo!’. Quando fiquei viúva, a mais velha e o rapaz já tinham se casado. A caçula não quis me deixar sozinha e eu entrei na canoa furada. Às vezes, a gente quer ajudar, mas a gente está impedindo o crescimento. Atrapalhou a minha vida e me impede o crescimento. Ela tem 4 filhos, sendo um casal de gêmeos de 12 anos. Desde o início, assumi aquelas crianças. Eu queria fazer o máximo que eu pudesse. Eu era louca para ter uma neta. Mas eles se acomodaram nessa situação. Agora eu não tenho mais a minha casa... a casa é da vovó... eu quero minha casa de volta! A minha vida de volta!! O meu nome de volta! Mas, eu que provoquei isso, talvez inconsciente, querendo ajudar. E agora quero recuperar e não estou sabendo como... meu neto mais velho está sempre lá. Fico tentando fazer coisas para mim mesma e não consigo. Não sou perfeccionista com arrumação de casa, mas não admito banheiro sujo... eu não tenho marido, por que eu preciso ter cheiro de urina de homem no meu banheiro? 25 anos de viúva invicta. Isso eu fico tentando	“A senhora entende que a solução precisa ser pensada entre várias cabeças... A solução depende das pessoas, não de uma cabeça. O caminho da transformação de conflitos requer coragem e honestidade. A estrutura da CNV é para acessar a sensibilidade do outro, sem julgamento. O desfecho resulta desse caminho. Sua necessidade é de autonomia, de liberdade, de individualidade. Estão todas sendo desatendidas. Você precisa de um bom caminho para partilhar essas necessidades, tipo: “eu sou uma mulher de 80 anos, criei todos vocês e penso que eu mereço uma solução para atender a essas necessidades. Vamos trabalhar juntos?”.

	uma solução. Eu não quero chegar ao extremo de dizer... ‘eu não quero mais...’! uma irmã na igreja sugeriu fazer uma divisão no quintal. Eu não consigo pensar um muro dividindo a família. A minha filha mais velha diz: ‘o que é seu é seu’ e ‘o que é deles, é deles’... eu procuro não interferir na vida da minha filha, mas se ela pede... eu faço comida... eu trabalhei 30 anos como merendeira... Mas depois eu fico com raiva de mim. Às vezes você pensa em ajudar e perde crescimento.”	
--	--	--

MADUREIRA Casa Tia Doca	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES Dinâmica “Comunicação-não-violenta”	MINHA MANIFESTAÇÃO
OLGA	“Um professor aqui da Casa foi demitido. Fizeram um abaixo-assinado contra a demissão. Fui contra, porque eu não poderia tomar posição sem ouvir os dois lados da história...”	“A chave não é ouvir ambas as partes para tomar uma decisão. Esse é o padrão culturalmente consolidado. A chave é compreender as necessidades por trás dos conflitos. Conflito não surge das diferenças. Por exemplo, eu posso ter uma religião e não estar em conflito com outra pessoa de outra religião... Conflito surge quando as necessidades não são atendidas e as identidades não são reconhecidas. Transformar conflito é dar oportunidade para atender às necessidades.”
OLGA	“É preciso conhecer antes de julgar... Tenho um conflito antigo com a filha que se separou do marido e não queria levar nenhum bem da separação. Eu disse a ela para não deixar nada para ele. Mas ela não queria trazer nada. E eu disse a ela que ela tinha que trazer, porque ele que não quer mais e você não sabe o que aconteceu. Ele vem com essa historinha de que ela é como uma irmã... nunca vi casal que a mulher é como irmã... ela estava com	“Na verdade, julgar é o padrão da competição...”

	ansiedade. Se você deixar lá, ele vai usar com outra. E a gente ajudou para ela comprar as coisas. Ela disse que então ia dividir. Ela concordou, mas ela estava muito triste. Eu disse que ela não deve sofrer com quem não te ama. E ela disse que melhorou pelo que eu disse... A filha aceitou a sugestão e elas fizeram as pazes. Eu sempre converso com ela... Meu marido bateu o carro e eu decidi acalmar ele”.	
LUANA	“Falar de conflito mexe muito conosco porque vivemos conflito o tempo todo. Na escola, no ônibus, em casa... mas nós podemos evitar. Infelizmente, vivemos a competição. Queremos ser respeitadas e nem sempre somos. A liderança também tem que aprender a analisar o conflito. Nós não aprendemos a dividir para que não tenha competição nos conflitos. O meu pastor é líder e tem que ter sabedoria para lidar com cada uma. Ele fala. Ele está ensinando. Deve procurar agir igual a todos. Se eu falar, ele não aceita porque ele é pastor. Mas eu falo o que eu acho. Estou me afastando. É para evitar, para ficar em paz. Eu falei o que eu acho. Sou a única que tem coragem de peitar ele... Falei a minha necessidade... isso, isso, isso, isso... não vou fazer o que você mandou e o pastor disse: ‘quem manda aqui sou eu’. Uma pena que muitos aqui não vão praticar porque a competição fala mais alto”.	
PATRÍCIA	“Não tenho conflitos, só comigo mesma, com minha diabetes. Sou eu que faço tudo em casa. Mas isso não me deixa frustrada. Eu gosto de comer, de cerveja e a minha diabetes me impede. O resto eu vou levando a vida, conforme Deus permite. Tenho medo de ficar cega com a doença. O resto eu vou levando com a barriga...”.	

ROSA	“Tenho dificuldades de partilhar as tarefas domésticas com minha família e me sinto sobrecarregada. Eu não sou dona da verdade, mas se está me incomodando, eu vou falar. Hoje o conflito começa quando eu exponho meu pensamento. Em casa, quando tem conflito, dou um tempo e depois eu converso sobre isso. Antigamente eu não falava. Mas hoje eu falo. Se tem louça, eu não quero mais lavar sozinha, eu quero dividir. Minha preocupação com minhas dores e minha necessidade é preservar minha saúde. O machismo do meu marido impede de eu falar. Eu coloco o cesto no corredor para ele pegar. Eu peço que todos colaborem para viver em harmonia. Eu não trabalhava com isso, nem pensava em conflito. Tudo que a gente pensa é julgamento?”	
MARINA	“Eu estou enfrentando uma mudança em casa, devido ao acidente com meu marido. Isso tem mudado a nossa vida; porque ele era uma pessoa muito ativa. O médico disse que os movimentos vão começar a retornar em 6 meses. Eu me sinto muito responsável e preocupada e não quero levar mais preocupação para ele. Um dente dele quebrou e até isso eu tenho que acompanhar. Agradeço a Deus. Sou muito ansiosa e não estou dormindo direito. Achei o exercício sensacional porque a nossa preocupação é sempre achar o que o outro vai achar... a gente precisa ser responsável com as nossas atitudes, a gente enfrenta o problema com mais segurança.”	
NÁDIA	“Não dar mais agrado para estimular os netos a fazerem a coisa certa. O conflito que está me fazendo muito mal é aqui... aqui ninguém é melhor do que ninguém. Aqui tem que respeitar a opinião do outro. Toda vez que eu falo, eu vejo caras. Aqui tem muita competição. E sempre fui do	Ponderei que a situação pode ser abordada com evitação, competição ou cooperação. Para isso, propus adequar a fala à estrutura da CNV e Nádia foi me respondendo: Fato (“falar e ser criticada”) + sentimento: (“estou muito magoada... “sua voz estava embargada”) + necessidade

	jeito que eu sou. Eu mudei porque senão eu já teria estourado. É muito triste sempre estar sendo julgada. Eu quase parei de vir e conversei com gente alta que não me deixou afastar da casa. Também converso com meu Deus. Decidi entrar e ficar calada para não ser mais julgada. Estou sendo perseguida. Eu quero ser ouvida. Todas somos iguais. Mas eu não vou deixar de vir à casa. Resolvi ficar calada. Só falo com a pedra! Sempre que eu falo, sou criticada com caras e bocas... eu preciso me expressar.	(“ser ouvida, me expressar, ser respeitada, integração, ser autêntica”) + pedido. Quando estimei o pedido, o conflito entre Nádia e Rosa eclodiu.
NÁDIA	“Ontem me chamaram para fazer uma gravação. Essa casa me ajudou muito. Essa situação está me fazendo mal. Eu vou ser sincera... é a Rosa que está me fazendo mal. Ela demonstra uma coisa e faz outra. Eu só quero ajudar. Eu não quero competir com ninguém. Você me chamou de sem-educação”.	Nádia disse que Rosa a desrespeitava e trouxe alguns episódios. Faltavam 5 minutos para o término do Círculo. Propus uma mediação e todas ficaram para assistir.
NÁDIA	“Meu pedido a Rosa é que ela me respeite... para me julgar, a pessoa precisa me conhecer. Eu sempre me dei bem com ela.”	Exploramos os 4 passos da CNV e o pedido foi a ética do cuidado uma com a outra. Choraram muito e se abraçaram. Ambas perceberam que têm as mesmas necessidades em relação às atividades da casa e que querem se sentir autênticas para se expressarem sem críticas. ³⁴²

PADRE MIGUEL	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES	DAS	MINHA MANIFESTAÇÃO
(Casa Elza Soares – Turma 2)	Dinâmica “Comunicação não violenta”	não	

³⁴² A mediação durou pouco menos de 1 hora e, claro, não foi suficiente. Nos encontros subsequentes, as duas se evitaram, mas conseguiram conviver até o último círculo. O recomendável seria a continuidade do processo com outras sessões de mediação.

AURORA	“Quando eu começo a conversar com meu marido e ele começa a assobiar, eu me sinto frustrada, tenho vontade de matar ele. Porque eu preciso de atenção. O que eu peço?”	“Eu peço que, quando eu quiser conversar algo importante, vamos combinar que eu vou te perguntar se você está disponível e, se você estiver disponível, haverá compromisso de prestar atenção um no outro?”
VITÓRIA	“Quando a pessoa assume um compromisso e fura. Eu preciso de comprometimento e atendimento das minhas necessidades. Peço que me valorize e se responsabilize com o horário. E cumpra o que disse, sem vitimização”.	“Minha filha, quero falar sobre aquele dia que a gente combinou de você buscar o seu filho na escola e trazê-lo para mim e isso não aconteceu. (fato sem julgamento). Naquele dia, eu me senti muito desrespeitada (sentimento). Porque tenho uma necessidade de organizar minha agenda, meus compromissos (necessidade). Assim, vamos fazer um combinado (não é imposição, é um pedido, um convite à reciprocidade): para eu poder organizar minha agenda, quando você se comprometer, eu preciso que você cumpra, caso contrário, eu não vou conseguir organizar a minha vida. Ou ainda, como você acha que a gente poderia fazer para isso não acontecer novamente?”
		“A gente tem que buscar identificar qual o padrão de relação que se repete (EPICENTRO) em cada EPISÓDIO de conflito. Hoje é o filho na escola e outro dia pode ser o pagamento de aluguel... Os episódios aparecem só na ponta do iceberg, mas as relações e as necessidades estão submersas”.
ÚRSULA	“Eu sempre fui uma boa ouvinte. Isso não me afeta, ao contrário. Quando você ouve, você tem oportunidade de falar o que pensa e de ajudar. Eu sempre pergunto, antes de dar opinião: por que você está fazendo isso? Quando eu não sou ouvida, que é a maioria das vezes, isso me deixa chateada. Quando acontece que a pessoa conta a situação dela para mim, fica falando, falando... eu estou ouvindo, mas quando eu quero que a pessoa me ouça e ela não me ouve, me	“Fulana, quando eu digo algo para você e você não me ouve (FATO SEM JULGAMENTO), eu me sinto triste/frustrada (SENTIMENTO), porque preciso da tua atenção (NECESSIDADE)... sendo assim, vamos combinar que, quando você não puder me ouvir, você me avisa e a gente marca um outro momento para eu poder ser ouvida? (PEDIDO)”

	sinto triste porque também tenho direito de ser ouvida, mas as pessoas não estão disponíveis para mim, elas só querem ser ouvidas.”	“Se a pessoa não te der a oportunidade de você fazer essa abordagem, mande uma mensagem, uma cartinha... As pessoas que têm necessidade de falar procuram as que têm um ouvido enorme... mas as pessoas que têm ouvido enorme também têm boca e precisam falar. Dei um exemplo no trabalho em que uma pessoa é muito faladeira e atrapalha os colegas. Quais as qualidades dessa pessoa? Entusiasmada pelo trabalho e engraçada. Daí o chefe pode abordar a pessoa, reservadamente, em um momento de calma: (chefe) “eu percebo que você tem muita intensidade em tudo o que faz no trabalho... todo mundo gosta de você, porque você é muito entusiasmada pelo trabalho, engraçada e espontânea. Mas, quando você expressa esse teu entusiasmo no horário do expediente e entre os colegas (FATO), eu (chefe) me sinto preocupado (SENTIMENTO), porque, como chefe, como gestora, tenho necessidade de manter um ambiente de concentração... (NECESSIDADE). Sendo assim, te peço: não perca a sua intensidade porque ela é muito valiosa, mas que tipo de sinal a gente pode te dar, quando eu perceber que seu entusiasmo pode estar interferindo no trabalho dos outros? (PEDIDO)”
TATIANA	“Quando acontece de eu ter um problema e meu marido não me ouve, eu me sinto ignorada, porque preciso de atenção e ser ouvida na minha necessidade. Se ele não presta atenção, eu me sinto silenciada.”	“Sim! E o pedido pode ser: vamos combinar um sinal de disponibilidade para quando a gente precisar se ouvir?”
AURORA	“Tinha uma festa e eu adiantei o máximo possível e deixei o restante para a minha nora, porque eu levei meu marido ao hospital. Ela ficou se maquiando e largou tudo lá e ainda se achou na razão. Lá somos um por todos e todos por um... menos a minha nora. Ela me incomoda. Eu tento integrá-la.”	“A nossa tendência é achar essa nora uma folgada, né? Mas isso é só julgamento e não transforma a relação. Vamos tentar aplicar a CNV?”

		“Nora, a gente procurou organizar a festa juntos, de maneira partilhada, e você não cumpriu as tarefas que você se responsabilizou (FATO). Daí eu me senti frustrada/magoada (SENTIMENTO), porque eu tenho necessidade de ver você integrada nessa família (NECESSIDADE). Sendo assim, eu quero te fazer um PEDIDO: quando a gente for fazer algo junto em família, eu gostaria que você participasse, deixando claro o papel de cada uma e o que podemos fazer se algo acontecer... como você acha que a gente pode fazer para que você se sinta mais integrada?” Também você pode falar sem se vincular a um fato específico: “Nora, como eu já disse, a nossa família gosta de integração... sendo assim, o que nós podemos fazer para você se sentir mais pertencente e integrada à família?”. “Na terapia comunitária,³⁴³a gente aprende que “quando a boca cala, o corpo fala, quando a boca fala, o corpo sara”. A evitação (quanto ao atendimento das nossas necessidades) adoece. É mais um silenciamento.” “É um bom primeiro passo, porque revela que há afetos. Mas é preciso que vocês conversem sobre as suas necessidades. Vamos imaginar que a
--	--	--

³⁴³ Criada pelo psiquiatra Adalberto Barreto, “a Terapia Comunitária é um instrumento que nos permite construir redes sociais solidárias de promoção da vida e mobilizar os recursos e as competências dos indivíduos, das famílias e das comunidades. Procura-se suscitar a dimensão terapêutica do próprio grupo valorizando a herança cultural dos nossos antepassados indígenas, africanos, orientais e europeus, bem como o saber produzido pela experiência de cada um. É essa diversidade cultural que faz a grandeza deste país. Possibilitar a cada um agregar novos valores é uma riqueza inestimável no processo de empoderamento e na construção da cidadania. Enquanto muitos modelos centram suas atenções na patologia, nas relações individuais, privadas, a TC nos convida a uma mudança de olhar, de enfoque, sem querer desqualificar as contribuições de outras abordagens, mas ampliar seu ângulo de ação. Propõe: 1. Ir além do unitário para atingir o comunitário. 2. Sair da dependência para a autonomia e a corresponsabilidade. 3. Ver além da carência para ressaltar a competência. 4. Sair da verticalidade das relações para a horizontalidade. 5. Da descrença na capacidade do outro, passar a acreditar no potencial de cada um. 6. Ir além do privado para o público. 7. Romper com o clientelismo para chegarmos à cidadania. 8. Romper com o modelo que concentra a informação para fazê-la circular”. Descrição do livro *Terapia comunitária: passo a passo*, de Adalberto de Paula Barreto. Disponível em: <https://www.adalbertobarreto.com.br/product-page/terapia-comunit%C3%A1ria-passo-a-passo>. Acesso em: 22 fev. 2025.

	“Esses dias, a gente se abraçou e se desculpou... mas, depois volta tudo!”	questão dela esteja vinculada a um medo de controle familiar... ou seja, é importante que ela expresse as necessidades dela.”
PALOMA	“É difícil esse processo. Eu tenho problema com minha mãe... eu fiz esse exercício e deu certo! Eu convivo com minha mãe e eu tenho o mesmo gênio: ela não cede e é organizada. Eu tenho o meu jeito e ela o dela. Aconteceu a semana passada e eu pensei: ‘vou testar a Gláucia’. Eu estava na pia e ela queria fazer outra coisa, veio em cima de mim. Eu respirei e saí... mas eu gosto de terminar... depois que ela terminou, a gente tranquilizou. Eu pedi para ela sentar e conversar. Eu não quero te julgar, nem botar defeito. Você pode me dizer o que você acha, qual momento a gente deve fazer para não ter atrito... ela disse: é, realmente. Ela explicou o que ela precisa mais de mim. Eu sei que você gosta do seu jeito, mas eu também tenho o meu. Daí ela falou o que ela gosta e o que ela espera de mim. Ela quer fazer tudo e fica exausta. Eu disse que ela não permite eu fazer. Agora estamos distribuindo as tarefas e tomando café juntas. A gente se batia, eu metia a mão para fazer do meu jeito. Agora a gente decidiu montar a mesa de café da manhã à noite e já decide o que cada uma tem que comprar e o que vai fazer. A gente tava se machucando muito com essa raiva e essas brigas.”	“Vocês fizeram planejamento a partir das diferenças, mas atendendo a ambas as necessidades. Parece algo banal, mas não é. O tempo e a energia que a gente gasta com essas microviolências do cotidiano podem ser dedicados para algo positivo”. Obs.: No dia seguinte, PALOMA enviou foto do café da manhã com a mãe para o grupo de zap.
MARCELA	Eu tenho problema com a minha mãe, que exige tempo de mim em casa. Por exemplo, eu acordo, faço curso, venho aqui, vou para a escola correndo. Eu tenho um problema de tempo. Minha mãe exige tempo de mim. Ontem, eu não tive aula e fui arrumar a casa.	“Você já tentou se organizar com uma agenda semanal? Eu, por exemplo, não tenho como controlar os desencontros que a vida traz, mas eu posso organizar minha semana... Você acha importante que haja divisão de tarefas em uma casa, em uma família? Como se

	Minhas irmãs estavam dormindo. Fui limpando. Eu fico indignada! Eu não tenho tempo de limpar a casa e, quando eu tenho tempo, minhas irmãs dormem. Quando a minha família demanda que eu me dedique mais à família (para limpar ou para ficar mais com minha mãe), eu me sinto deslocada, sem espaço, sem saber o que fazer... insegura”. “Eu também tenho necessidade de aprender a viver a vida... eu sou muito sonsa, sou feliz, sou boba, dou bom dia para todo mundo... Eu sempre tive medo da minha mãe porque ela é o elo forte. Quando a minha família demonstra preocupação excessiva comigo, eu me sinto deslocada, fora do ninho, porque me sinto sem liberdade.” “Amei!”	organizar? Para mim, é muito importante eu planejar minhas tarefas, distribuindo com equilíbrio, com espaço para os imprevistos. ‘Mãe, eu quero organizar minha vida com muitas realizações. Para mim é muito importante estudar, mas eu também quero me organizar para colaborar aqui em casa. É justo. Olha que legal eu fiz essa agenda e estou com essas janelas. Qual tipo de tarefa eu posso fazer para colaborar em casa? Mas eu já te adianto que, durante as obrigações tais e tais, eu não gostaria de ser demandada’. Assim, você demonstra responsabilidade. Além disso, você que montou a sua agenda... ninguém fez isso para você. E, também, você está sendo generosa em se colocar à disposição para a família. Daí você pode limpar enquanto sua irmã estiver dormindo... o problema é dela. Você sai da posição de reagir às coisas e você é que toma a iniciativa.”
VIVIANE	“Estou vivendo conflitos com meu marido. Estou me tratando porque eu era muito autoritária. Eu já melhorei porque isso atrapalha qualquer relacionamento. Agressiva nas palavras. Tipo: fez, levou! Mas agora eu consigo mandar de volta de forma mais suave. Aprendendo a me moldar e me controlar. Desde que fiz curso pela PUC de perdão e conciliação, que me ajudou muito. Mas eu tenho muita dificuldade porque sou extremamente organizada e meu marido é o oposto. Isso me incomodava de forma extrema. Eu não peço a ele mais nada para consertar as coisas. Eu conserto as coisas. Mas eu gosto e ele não	“Quando a gente tem a nossa casa juntos, que tem tantas demandas e eu estou realizando muitas tarefas, eu te peço: vamos fazer um plano de ação juntos para listar as tarefas da casa e distribuir de maneira equilibrada entre a gente?” “A divisão de tarefas precisa ser honesta, no sentido de respeitar as características de cada um... por exemplo, se meu marido lava mal a louça, eu não vou propor que haja divisão dessa tarefa com ele. Ou seja, tem que ser coisas que um não fique criticando o outro. A questão é

	gosta. Eu já vi que não adianta ficar debatendo com ele, ser agressiva, ficar cobrando aquilo que ele não é. Eu sou assim, mas ele não é. Estou naquele estágio de ficar cansada de tantas cobranças e não conseguir o resultado que eu queria. Hoje eu consigo alcançar isso, mas infelizmente ele ainda não conseguiu alcançar as minhas necessidades. Ele é uma pessoa ótima e tem qualidades excelentes, mas quando se diz casa, ele não faz nada. Ele só olha para a minha cara e eu falando sozinha e esse dia nunca chega e eu fico com muita raiva.”	construir juntos um planejamento que atenda a ambas as necessidades.”
SIMONE	“Eu tenho 2 filhos que já são rapazes que já têm rotina de trabalho. Lavar a louça é algo simples na minha rotina. Eles chegam do trabalho cansados. Deixam a louça lá e já vão descansar, por causa da correria de trabalho. Eu vou lá. Eu estava julgando. Eu não quero julgar. Eu conversei com eles, mas não quis colocar uma rotina. Eu conversei então... procura... então assim... eu sei o quanto para eles... assim... eles acham que estou aposentada e acham que eu não faço nada. Hoje tem um jogo e já está tudo organizado. Eu estou aposentada, mas eu vou voltar a trabalhar!!! Conversei com eles no grupo de zap, onde eu coloco as informações. Precisamos conversar sobre a rotina da louça... eu compreendo que vocês têm muitas atividades, mas eu também tenho as minhas atividades e tenho as minhas brechas. Vamos tentar colaborar para evitar os conflitos. Antes, eu falava, se não lavar, eu não faço mais sobremesa. Daí eu me vi chata pra caramba! Estou deixando um pouco disso também, porque estou fazendo um curso on line.”	“Você colocou sua necessidade de integração da família por meio do equilíbrio da divisão de tarefas? A regra só funciona quando as pessoas conhecem as necessidades que estão por trás das regras. Daí, seguir a regra não significa medo da punição, mas receio de não atender a necessidade do outro que foi colocado de maneira tão aberta. Falar das necessidades, por mais óbvio que seja, é importante para que eles se lembrem do valor por trás da regra de divisão de tarefas.” “Meninos, como estou aposentada, eu tenho necessidades muito urgentes, que são: cuidar de mim e me valorizar... que eu não conseguia quando eu trabalhava. Se eu for fazer tudo para vocês, vou me sentir injustiçada. Sendo assim, vamos fazer juntos essa divisão de tarefas, a partir do que cada um pode e prefere fazer?”
VITÓRIA	“Eu estou ajudando a criar meu neto e tenho conflitos com minha filha. Eu sou muito autoritária e controladora! Mando mensagens enormes e ela fala	“Quando acontece de o meu tempo que eu tinha programado para mim eu ter que dedicar ao neto, me sinto sobrecarregada, porque tenho

	para eu parar de mandar podcast. Estou começando a me conscientizar. Tudo muda se eu mudar... se eu olhar só para mim, me vitimizando, como a coitadinha... quantas vezes eu provoco? Conversamos. Eu quero ajudar, mas a minha ajuda precisa ser solicitada para eu não invadir. Eu conversei com ela, filha, eu preciso de solitude, às vezes. Vamos nos organizar para eu poder fazer as minhas coisas? Eu não sentia que ela me via... Agora ela sabe que eu também tenho necessidades. Eu disse: estou me sentindo sobrecarregada... Ela disse: mãe, vamos organizar para que você tenha tempo para você se cuidar?”	necessidade de organizar meu tempo para eu fazer coisas, cuidar da saúde ou mesmo não fazer nada. Daí, eu peço para a gente se organizar melhor. E quando não der certo, como eu posso sinalizar para você que precisamos reajustar?
--	--	---

“Pelo que eu percebi, vocês gostaram bastante das técnicas da Comunicação não violenta e muitas tiveram a oportunidade de aplicar na prática, com resultados animadores! No entanto, conforme a gente vai analisar no próximo encontro, a violência é um fenômeno complexo e, como tal, não se limita à violência direta entre os indivíduos. Vamos ter a oportunidade de conhecer outras dimensões com que a violência se apresenta e, daí, a gente vai compreender que, por mais transformadora que seja a aplicação da CNV, há expressões da violência que não são transformadas somente por meio dessa metodologia.”

Quadrante III

Conforme exposto no Capítulo 5, a abordagem teórica da violência em suas dimensões direta, estrutural e simbólica, baseada em Galtung, foi utilizada nos Círculos. A ilustração abaixo foi elaborada e utilizada por mim como um recurso didático para a análise dos conceitos.



Fonte: autoria própria, utilizada nos Círculos Comunitários Transformativos

A associação entre a parte submersa do iceberg e as violências estruturais e simbólicas foi muito útil para identificar a dificuldade de percepção das manifestações das violências não diretas no cotidiano. Conforme se vê nos registros abaixo, foi adotada uma modalidade de Círculo mais conceitual e menos vivencial, mas muito participativa e reflexiva.

PADRE MIGUEL (Casa Elza)	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES “As expressões da violência” ³⁴⁴	DAS	MINHA MANIFESTAÇÃO

³⁴⁴ O encontro da Casa Elza Soares – Turma 1 estava programado com uma exposição dialogada sobre as dimensões da violência, segundo Johan Galtung – direta, estrutural e simbólica –, para ampliação da compreensão de como a violência pode estar além da ação direta entre indivíduos ou entre indivíduo contra o patrimônio ou contra a natureza. No entanto, no dia destinado a esse tema tão essencial e sensível, houve um evento na casa, que prejudicou a nossa reflexão. A proposta era debater, de forma horizontal e dialógica, as ideias que naturalizam as violências estruturais e motivam as violências diretas. No entanto, o imprevisto provocou alteração na programação e a desorganização do trabalho, somada a minha inabilidade em lidar com a pressão do tempo, impediu que o tema fosse debatido com profundidade e de maneira menos “intervencionista”, conforme se vê nos registros.

Soares – Turma 1)		
CARLA	“Não deveríamos ter quotas porque o que vale é o conhecimento das pessoas. A quota deveria ser para pobres e não somente para negros. Isso é para ser direitos iguais. Na favela, há negros e brancos.”	“Nesse caso, estamos diante de dois tipos de opressão: a pobreza e a cor. Uma mulher branca pobre tem mais acolhimento social do que uma negra pobre. Na escola, ainda que o professor não seja racista, é bem provável que se dedique mais a um aluno branco do que a um negro...”
EUNICE	“Não concordo!”	“Nossa estrutura social cria hierarquias e exclusões. Um exemplo: uma criança de classe média que nasce com talento musical terá mais oportunidade de estudar música do que uma criança pobre que nasce com o mesmo talento musical. A violência estrutural é também institucional. Outro exemplo: a justiça trata réu negro diferente do réu branco. Além disso, nos concursos públicos, as chances dos brancos são maiores. E se alguém é preterido na hierarquia social é em razão do privilégio de alguém.”
EUNICE	“Eu vi na tevê sobre um prédio que foi assaltado porque o porteiro deixou o cara entrar porque era branco e bem-vestido. Na tevê não falava isso da cor... dizia só que era bem-vestido.”	
CARLA	“Ninguém vai dizer que branco está errado porque isso é cultural!”	“Por isso que esse tipo de violência chama... cultural!”
CARLA	“Lá em casa sou a que debate tudo. Racismo, fobia. Eu levanto esse questionamento. Por exemplo, eu lavava louça e meu irmão não ajudava... minha mãe dizia que ele era mais novo. Eu sempre fiz esse movimento e faço até hoje. Mas nem sempre a gente consegue. Porque mexe com as estruturas.”	“É difícil mesmo... porque, sendo estrutural, quem está em um lugar de inclusão na estrutura tem privilégios. E se você começa a questionar isso, você questiona o privilégio!”
		“Muitas vezes, não temos repertório para lidar com as situações e

		reproduzimos o que aprendemos. Por exemplo: muitas pessoas tentam justificar que bater em criança para educar é legítimo! Se a pessoa demonstra ter boa intenção – a de educar a criança ‘para o mundo’ –, está justificada a violência! Uma professora em aula com menino debochando de tudo... atrapalhando a aula. A professora, se não tiver repertório, manda o menino para a diretoria. Na cabeça dessa criança, haverá uma associação imediata entre questionamento e punição. É a mesma lógica do “Cantinho do pensamento” da Super Nanny...”
ALICE	“Lembrei da conversa que tive com minha patroa e ela perguntou de você porque eu sempre falo de você. Eu disse: antes, eu não sabia diferenciar violência e conflito. Comecei a perceber que não. Como as pessoas mudam o jeito de pensar eu acho que a violência mais importante é a ideológica...”	“A desconstrução da violência ideológica é um processo. Quando a gente não sabe, a gente deve perguntar para a pessoa que sofre o preconceito. É a incompletude de uma pessoa que se completa na incompletude da outra. Cada um tem o seu tempo...”

MADUREIRA Casa Tia Doca	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES “As expressões da violência”	MINHA MANIFESTAÇÃO
PATRÍCIA	“Os ricos são donos de 10% de todo o global brasileiro e têm 90% dos pobres. Com os 10% eles comandam os 90%. Eles querem que o pobre continue sendo pobre. O pobre só é visível pelo voto. Eles só se lembram da gente na época de eleição. Os pobres são invisíveis. Não têm acesso ao trabalho, à faculdade, ao plano de saúde. Eles trocam voto por cesta básica.”	
NÁDIA	“Minha mãe seria presa hoje porque ela foi obrigada a deixar 2 crianças sozinhas em casa para ela poder trabalhar. Quem resolve mudar, eles calam.”	

KÁTIA	“Quando pobre tenta mudar, eles não deixam porque acham que vão tomar o lugar deles e eles não querem. A diferença de salário de um para outro é um absurdo. O salário-mínimo não dá para nada. A gente vai para supermercado e não compra nada.”	
PATRÍCIA	“Tinha que colocar o salário igual ao salário-mínimo para poder melhorar.”	
		“Vamos ver se dentro de casa reproduzimos ideias violentas? Ideias que sustentam para que tudo continue igual como sempre foi. Essas ideias estão no ápice e na base da pirâmide social.”
KÁTIA	“Na escola, tem aquele estudo básico. A história do Brasil não é contada. A gente só sabe a história que o livro te conta. Se a gente não for atrás da história verdadeira, você não sabe o que aconteceu. Por que o Brasil é assim agora? Quem estava aqui antes dos portugueses chegarem? É preciso contar a verdade e mudar o estudo. Precisa crescer sabendo a verdade. Mas eles não deixam para você não querer mudar...”	
NÁDIA	“Marcha das mulheres pretas. Achei muito bonito porque tinha mulheres pretas e brancas.”	
		“O racismo é poderoso porque contamina toda a sociedade... O preconceito é uma ideia que alimenta a atitude de discriminação. Racismo pode ser imperceptível quando não se trata de violência direta. Se eu escolho só o direito penal e a punição para eu punir o racista, é suficiente? Essas ideias vão deixar de existir quando eu punir o racista? Exemplo de preconceito religioso... advogado que foi vestido de terno afro (branco, corte diferente, guia, turbante) na sustentação oral em segunda instância. Os desembargadores não assumiram que isso era racismo...”

		disseram que se tratava de vestimenta inadequada. Nenhum deles saiu de casa pensando: hoje é dia de maldade... dia de ser racista... Outro exemplo: na família, a pia cheia de louça suja. Filhos meninos e meninas. O que a gente ouve? Quando nasce uma garota, a gente só pensa em brinquedo de reprodução dos papéis sociais.
QUITÉRIA	“Quando um menino está brincando com boneca, eu digo que ele será um bom pai, um pai cuidador.”	
NÁDIA	“Eu, de primeiro, tinha preconceito. Agora meu neto gostava de brincar com boneca e eu brigava. Agora eu deixo. Ele pode ser um bom médico, um pai... Filha tira nota boa e eu digo: não faz nada além da sua obrigação...”	
KÁTIA	“Minha mãe foi trabalhar e eu sou a segunda mais velha com 5 irmãos e eu ajeitava a comida deles todos.”	
MARINA	“Nós sempre fomos muito rígidos com nossos filhos. Hoje eu não seria... um deles foi para escola militar e aprendeu a se virar sozinho.”	
PATRÍCIA	“Meu filho melhorou depois que entrou para o quartel. Cada um aprende a fazer a sua parte.”	“Mas, será que se a família fizesse a sua parte nessa educação, precisaria aprender a colaborar no quartel? É preciso explicar para a criança os porquês... não é porque estou mandando.”
OLGA	“Lá em casa, eu digo: não sujo sozinha.”	
		Perguntei onde aprendemos a pensar com violência. Todas foram respondendo: escola, família, mídia, igreja, no trabalho, novelas.
NÁDIA	“Meu ex-patrão dizia que era bom ver jornal, porque você pode interagir quando estiver em uma conversa. Quando teve o massacre no colégio em Realengo, eu fiquei desesperada,	

	mas minha irmã, que só assistia tevê religiosa, não estava nem sabendo...”	
OLGA	“Minha filha é clara. Quando pequena, ela não quis que a atendente negra a atendesse... eu fiquei cheia de vergonha! Quando a atendente branquinha chegou, ela aceitou. Eu pensei: “o que está acontecendo com essa garota? Eu sou preta!”. Quando eu cheguei em casa, eu conversei com ela para dizer que somos todos negros.”	
NÁDIA	“Minha filha sofreu preconceito quando tinha 6 anos.”	
PATRÍCIA	“Agora está mudando... a novela tem personagens protagonistas negros...”	
KÁTIA	“E isso foi uma grande conquista!”	
		Provoquei o assunto de alguns dogmas religiosos que não aceitam as relações homoafetivas.
QUITÉRIA	“Se a pessoa nasceu assim, não foi escolha!”	
NÁDIA	“Eu falei para minha filha... você está preparada para esse mundo? Vou te amar do mesmo jeito... a irmã dela tinha vergonha. Minha sobrinha acha que ela se casou com homem para ser aceita.”	
OLGA	“Tem gente que escolheu a homossexualidade. Tem outros que já vêm com essa doença mesmo...”	
KÁTIA	“Não é doença! Minha professora chamava os alunos para leitura, menos eu, que era negra.”	
NÁDIA	“Perguntei para minha mãe se era normal marido bater na mulher... ela me disse para eu nunca deixar isso acontecer e eu resolvi nunca me casar!!!”	

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2)	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES “As expressões da violência”	DAS MINHA MANIFESTAÇÃO
--	--	---------------------------

ÚRSULA	“O próprio negro tem preconceito. Eu já presenciei no hospital uma situação em que uma pessoa negra, que é médica, olhou para outro médico, também negro, e achou que era faxineiro.” “Eu me sinto impotente, porque o que eu passo, a pessoa não está preparada. Fui criada em uma família de muito preconceito. Você é invisível aos olhos dos brancos. Isso me deixa muito entristecida e impotente. Muitas vezes vejo opressão. No ambiente de trabalho, há muita diferença entre brancos e negros.” “Estou grata pela oportunidade de estar aqui.”	“O racismo naturaliza representações que causam estranhamento quando os oprimidos não estão no lugar da subordinação.”
AURORA	“Minha nora reproduz a rixa sogra-nora... ela tem uma criação... e eu tento mudá-la, mas sou mal compreendida. Eu gostaria que ela desconstruísse essa ideia de rixa.” “Eu tinha a mania de falar: ‘eu sou ruim como meu cabelo...’. É como se a gente quisesse se fazer de forte, mas a gente está se ofendendo... hoje, nessa roda, eu percebi que eu me ofendia a mim mesma falando isso. Hoje eu desconstruí isso. Toda essa discussão aprofundada entrou em mim. Eu ouvi, cresci ouvindo isso. Desconstruí. Muito obrigada!” “Hoje, entrou em mim essa desconstrução coisas que eu achava muito natural. A partir de hoje eu entendi que não era nada natural. Comigo mesma. Com a minha família. De muita autoridade. Hoje estou desconstruindo.” “Minha filha está desconstruindo a forma de educar as crianças.”	
TATIANA	“Quando eu saio com minha melhor amiga, que é negra, ela costuma pagar a conta – porque gosta e porque ela tem condições –, mas os garçons sempre trazem a conta para eu (que sou branca) pagar. Na minha igreja	“Os avanços dos direitos humanos resultam de lutas de movimentos sociais. Isso significa que as mudanças positivas não vieram ‘de cima’... e, sim, resultaram de organização popular...”

	havia 5 jovens homossexuais, mas somente o branco foi acolhido. Os negros foram excluídos. Mas, hoje eu vejo negros em profissões liberais. Não sei se a coisa está melhorando...” “Eu me peguei reproduzindo violência de gênero... eu disse para a minha mãe essa semana que ela tinha que dar um jeito na minha prima, porque ela está muito masculina. Na hora eu percebi... eu não sou essa pessoa...” “Estou desconstruindo ainda muita coisa... não consigo resumir em uma palavra.”	
VITÓRIA	“Eu me pego reproduzindo muita coisa... eu me pergunto: estou certa ou errada? Onde está o meu racismo? Em tantos lugares escondidos... também em relação a gênero... tenho amigas casadas com mulheres e eu fico sem saber agir. Também tenho um sobrinho neto que gosta de brincar de ‘Beyoncé’... eu me peguei com preconceito. Faço autocrítica. Como eu posso ser mais leve? Eu pensava: por que é orientação? Parece que está sendo encaminhado a ser assim... na sala de aula, eu era identificada como negra e fui discriminada.” “Estou grata. São ondas muito fortes que vêm com essas reflexões.”	
BÁRBARA	“Eu sofro intolerância religiosa. Sou espírita. Já fui budista. Os meus familiares se afastaram de mim. Deus é um só. Será que eu sou diferente das outras pessoas? Simplesmente o que eu tenho que falar para você, eu falo na tua cara. Hoje, você faz tudo pela pessoa, e, quando está tudo bem com ela, ela diz: “eu não preciso de nada não, Deus me deu tudo”. Se respeitar. Se me derem um papel na rua eu digo: obrigada! Agora, um irmão entrar na tua casa depois de tanto tempo e ter problema com meus santos dentro de casa? É minha vida! São meus protetores, meus ancestrais! Se você fizer isso, você vai para o inferno!”	

	Que inferno? Ele acha que está na Bíblia. Quando Noé botou todo mundo na Arca, e aí? Somos filhos de quem? A vida é assim... Deus é um só...”	
--	---	--

Após a reflexão sobre as expressões da violência, propus como tarefa de casa que cada participante identificasse os mecanismos de reprodução das violências estruturais e simbólica na tevê, no jornal, nas revistas ou na internet; uma imagem, texto ou manchete.

*Dinâmica “O Caso da Bruxa da Rua”.*³⁴⁵ *A Justiça Transformativa*

“Peço a vocês que imaginem uma comunidade na qual crianças jogam bola na rua porque não dispõem de um campinho adequado. Suas mães estão conversando na calçada. O assunto é o de sempre: a falta de emprego, a falta de segurança, as incertezas sobre o futuro... mulheres que se reúnem para lamentarem as suas inúmeras faltas... Nessa mesma rua, mora uma senhora com cara de poucos amigos, apelidada de “a bruxa da rua” e que vive solitariamente com seus gatos, em especial, o seu favorito, Felini. De repente, a bola atinge a janela da “bruxa” e os cacos de vidro cortam a pata do Felini, que se esvai em sangue. A “bruxa”, que preparava o almoço, sai pelo portão, com a feição desfigurada, a bola em uma mão e a faca na outra e berra: “da próxima vez, eu furo a bola e sei lá o que mais eu posso fazer com essa faca!”. Diante da evidente ameaça às crianças, as mães correm em direção à “bruxa” e a confrontam: uma a empurra e as demais começam a xingá-la. Uma viatura leva todas as mulheres para a delegacia. O Sistema de Justiça as enquadra: a “bruxa” responderá por crime de ameaça; a mãe que empurrou, por vias de fato e as demais, por injúria. Qualquer que seja o desfecho – conciliação, aplicação de penas alternativas ou, na pior das hipóteses, julgamento criminal –, as responsabilidades recíprocas serão atribuídas e a vida seguirá sob o mesmo padrão de relacionamento entre os envolvidos nessa história. Como vocês solucionariam esse conflito, caso tivessem o poder de fazê-lo?”

MADUREIRA (Casa Tia Doca)	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES Dinâmica “O caso da Bruxa da Rua”	MINHA MANIFESTAÇÃO
------------------------------	--	--------------------

³⁴⁵ O “Caso da Bruxa da Rua” está registrado com mais detalhes em FOLEY, 2023.

NÁDIA	“Se eu fosse juíza desse caso, eu julgaria a bruxa por ter ameaçado. Era melhor ela ter furado a bola do que ter ameaçado. Eu não sei qual reação eu teria se alguém tivesse ameaçado minha filha ou meus netos. Se tivesse furado a bola, seria violência, mas menos. A mãe partiu para cima... ela errou, mas não sei qual seria a minha reação. Várias vezes, a vizinha furou a bola da minha filha, mesmo que a bola nunca tenha quebrado a vidraça dela. Já aconteceu de cair a bola na minha casa.”	
KÁTIA	“A bruxa tomou um susto e o vidro machucou o gato favorito. Vejo ela em um momento de raiva. Ela fez essa ameaça. Mas ela não esperava aquilo. Machucar o gato é o mesmo que machucar uma criança, para a bruxa. Em um ponto, ela estava errada, porque fez ameaça que não foi cumprida. No momento da raiva, precisa controlar bem. A mãe perdeu a razão por ter empurrado uma senhora, com idade para ser mãe ou avó dela. A gente não pode partir para a violência. Tem que conversar. Violência gera violência. As mães que xingaram... tinham motivo? Talvez... primeiro, precisa observar o lado de todas as envolvidas. Na justiça, o mais prejudicado não é nem ouvido. Teve violência contra o idoso, é preciso levar em conta isso. Violência verbal e ela nem reagiu.”	
MARINA	“Eu faria um convite às mães e à bruxa para assistir a uma palestra, igual estamos aqui. E ouvir cada uma dizer o que as levou até aí. Por que jogar bola bem em frente da casa da bruxa? Por que esse apelido? Era uma pessoa sozinha? O que aconteceu no passado para ela ser isolada assim? Após ouvir cada uma... o que podemos fazer para as crianças continuarem	

	jogando bola e as mães tomarem conta para a bola não cair? Já sofri com isso. Nunca furei bola, mas eu dizia que devolveria depois. As mães teriam outro olhar sobre a bruxa. Já iam convidá-la para ver as crianças jogarem bola, ceder uma água para as crianças se molharem. Essa bruxa ia ser vista com olhar diferenciado. Eu já tive uma vizinha assim. Uma bruxa com gatos e plantas.”	
ROSA	“Eu já acho uma agressividade chamá-la de bruxa. Melhor chamá-la de senhora. Também acho que ela estava na casa dela, fazendo as coisinhas dela. Elas (mães) que estavam na rua, falando uma da vida da outra. Quer dizer, a agressividade veio até a casa dela. Chamada de bruxa sem ser conhecida. Por que bruxa? Por ser sozinha? Por ter um montão de gatos? Cesta básica? Não sei se adianta muito... às vezes, não tem condições. Talvez uma palestra. Quem foi mais violento ali? Ela não se machucou por sorte, porque ela foi empurrada. A violência começou com o empurrão de uma senhora. Como ela iria se proteger de pessoas mais jovens que ela? O gatinho era como se fosse filho ou neto dela. Acho que a punição da senhorinha não era válida. As mães, mais novas, poderiam ter evitado esse desfecho. Não daria sentença para essa senhora. Ela estava nervosa.”	
PATRÍCIA	“Eu colocaria todo mundo em volta de um tapete como esse aqui... não julgamento, para nenhuma julgar a outra. Daria penalidade para as duas partes. A bruxa deveria passar um ano cuidando das crianças, para aprender a não maltratar as crianças. As mães iriam ser condenada a cuidar dos animais de rua, dar comida, água e remédio. Se	

	voltasse isso, a penalidade seria dupla.”	
QUITÉRIA	“A senhora foi agredida. A mãe não deveria ter agredido. Deveria ter conversado e perguntado por que ela era assim. Esse apelido de bruxa é porque a pessoa fica excluída. Daria uma penalidade para as mães conviverem com os idosos. Eu não daria pena para a velhinha. Ela sempre foi julgada por uma coisa que ela sabia que não era.”	
LUANA	“Isso já aconteceu comigo... os meninos foram jogar bola bem em frente ao meu portão. A bola batia no portão e fazia um barulho muito forte. Os dois cachorros latiam. Eu abri o portão e só olhei. Os meninos disseram ‘desculpa, tia’. Nunca mais jogaram. A vizinha é uma bruxa. Você está dentro da sua casa para não incomodar ninguém. Então, o julgamento tem que ser analisado antes. A vítima se torna julgada. As mães estavam no portão fofocando porque não trabalham, não têm emprego. A casa está toda bagunçada, porque estão conversando no portão na rua. Deveriam cuidar dos filhos. Eu ficava atenta com meus filhos. Enquanto estava lá fofocando, deveriam orientar as crianças: ‘tenham cuidado!’. Elas deveriam pedir perdão para a senhora, junto com os filhos. Mas não. Botaram a senhora... mudou tudo! A nossa lei, na escola, na família, na mídia e nas religiões, o coitadinho que vira o errado. Essa é a realidade, do dia a dia, na comunidade. Onde tem ser humano, tem injustiça. Muitas vezes, o juiz não tem sabedoria para julgar os casos. Tem muita injustiça... imagine essa bruxa, coitada...”	
		“O conflito surge a partir de necessidades não satisfeitas. Vamos analisar o caso da bruxa da rua a partir

		dos conceitos que vimos e vamos tentar deixar de lado a juíza que mora dentro de cada uma de nós. No caso, houve um conflito que desdobrou em violência recíproca. Em vez de solucionar quem é o bonzinho e o malzinho (o repertório que a gente conhece), assim como o caso da laranja, vamos buscar outros desfechos mais criativos e colaborativos. Não podemos ficar presos ao episódio (o que aconteceu). Precisamos entender o epicentro, ou seja, todo o contexto das relações. Quem são essas pessoas? Quais os valores? Quais identidades?
DESFECHO DO CASO ILUSTRATIVO		O conflito causa inquietude. É desconfortável. A nossa tendência é tomar uma posição... Eu compro uma versão e vou colocando palavras, tipo, ‘mães fofocando, ou folgadas’. Há grupos que se identificam muito mais com as mães. Neste grupo, o alinhamento foi outro. O Círculo Comunitário Transformativo não tem juiz. Quem eu convido? A lista é muito mais ampla em relação ao que aconteceria na justiça. Várias participantes: mães, bruxa, crianças, poder público local, vizinhos, associação de moradores. O episódio envolve o uso do espaço público, daí por que é interessante chamar a comunidade. Não perguntamos ‘o que aconteceu?’ e sim ‘quem são vocês? Quem somos nós nessa rua?’. É uma pergunta de futuro. ‘Como nós queremos que essa rua seja?’ As crianças disseram do terreno abandonado. Poder público (limpar o mato e consertar a iluminação pública). As crianças se dispõem a gerir o espaço público com a ajuda do vizinho professor de educação física. Dispensa o deputado que iria resolver pela comunidade. As mães falam da insegurança, do desemprego e do incômodo com o isolamento da bruxa. Bruxa da rua se identifica e diz que não gosta do apelido. Era professora

		de arte e se isolou com a morte do filho. Ela achava que as mães não trabalhavam porque não queriam. Mas ficou muito sensibilizada com o relato delas. Vizinha enfermeira que cuidou da patinha do gato. Os episódios foram resolvidos. Mas o epicentro mudou. Crianças participaram na gestão do espaço público. Construíram comunidade, sem santos e malvados. Não teve salvador da pátria. Foi a partir da pergunta sobre as necessidades. Como seria se essa rua fosse nossa? Dar voz a quem sempre foi silenciado e ouvir as necessidades é metodologia apaixonadamente democrática e respeitosa.”
LUANA	“Entendi que tem que ter a união. Todos fazem sua parte, tem solução. Todo mundo ficou bem. Final feliz. Ninguém sabia o passado dela. Deus estava ali.”	“O resultado não derivou somente do diálogo, que pode ser julgador. Foi construção humana e apaixonadamente democrática. Se é da interação amorosa entre as pessoas que nasce Deus, então Deus estava ali...”
QUITÉRIA	“Não devemos julgar ninguém sem conhecer as partes”	“A metodologia proporciona que o lado não julgador prevaleça sobre o julgador. As pessoas que participaram chegaram com preconceitos e julgamentos, mas são convidadas a revelar suas necessidades.”
PATRÍCIA	“A união faz a força, sem julgar”	
ROSA	“Espero que isso aconteça em outros bairros. Se todos os lugares tivessem isso, o mundo estaria melhor.”	
MARINA	“Gostei do desfecho da história. Foi o que eu pensei no início. Uma roda para expor a necessidade. Mas foi melhor porque teve amplitude com outras pessoas.”	
QUITÉRIA	“Eu sabia que ia sair da senhora uma coisa boa. E foi bom envolver as crianças.”	
		“Transformou violência estrutural, porque proporcionou a instalação de um equipamento público e geração de renda. E a violência simbólica foi

		transformada pela cultura da cooperação. Não se constrói mundo novo com ideias velhas.”
--	--	---

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dinâmica “O caso da Bruxa da Rua”	MINHA MANIFESTAÇÃO
AURORA	“É um caso que a gente já viveu, mas não tinha a visão que você trouxe agora. A gente se colocava como juíza da situação, sem nenhuma maldade, sem querer, colocava um pouquinho de lenha nessa fogueira. É o padrão. Com a minha nora, não é porque eu queira ‘bater de frente’. Eu sinto uma necessidade de ajudar. Eu sei que tem algo a tirar dela. Eu não desisto dela. Agora que eu não vou desistir mesmo. A história da bruxa da rua, já vi casos de botar fogo. Mas agora, com essa visão, a gente pode trazer isso para nossos bairros. A gente tem espaço que está sendo usado para... não tem crianças na rua, justamente porque o bairro está se transformando... e o que acontece? Estamos segurando as crianças em casa. As crianças não têm participação comunitária porque a gente tem receio... então, assim, não há a bruxa, mas eu vou procurar ver para procurar ajudar para soltar mais essas crianças e terem mais vida comunitária e social.”	
SIMONE	“Me lembra a minha infância. Meus pais sempre ficavam de olho quando eu ficava na rua, naquelas brincadeiras de rua. Depois, com meus filhos, tinha uma bruxa da rua. Eu tenho uma história que me lembrou da bruxa da rua. Foi na escola onde eu trabalhava. Eu chegava na escola e não tinha onde estacionar. Eu queria deixar o carro na frente do vizinho e ele não deixava. Ele fez um canteiro e não deixava ninguém estacionar. Uma vez ele	“Falta debate sobre como vamos usar esse espaço público. Em geral, a gente personaliza o problema. As relações é que são importantes. Como se trata de um espaço público, seria legal, nesse episódio, lembrar do epicentro. ‘O que podemos fazer com a carência de espaço para estacionamento?’ É melhor do que ficar tentando entender a necessidade do vizinho.... só ele sabe. Em vez de tentar corrigir a pessoa, vamos refletir sobre a relação do

	jogou tinta no carro que estacionou em frente. Tudo é questão de diálogo. Eu achava grosso, mas daí é saber o que tem por trás disso. Ele estava sempre cuidando da casa dele e das plantas da jardineira que ele colocou no meio da calçada. A calçada é pública.”	espaço público, pois ele é um dos componentes. Saber diferenciar episódio de epicentro é mesmo libertador. A gente deixa de julgar e deixa de sentir tanta raiva.
TATIANA	“Eu sou a bruxa da minha rua! Eu moro em um condomínio de casas e tem uma praça no meio que é arborizada. Eu moro há 23 anos. Quando adolescente, eu brincava muito na rua. Hoje somos adultos e temos novos adolescentes e novas crianças que brincam nessa praça. Todo mundo começou a deixar os carros ali estacionados, em torno da praça, não nas calçadas. Quando alguém deixava carro estacionado na frente da minha casa, eu pedia para tirar. Todo mundo dizia: que chata! O espaço é público! Mas meu filho é autista, e quando saímos de casa a gente entra no carro na praça. Meu vizinho estacionou o carro em frente à minha casa e meu filho queria entrar no carro do vizinho. Mas ele não entende que o carro não é nosso e ele começou a bater a cabeça. O vizinho viu e perguntou o que aconteceu? Eu expliquei e o vizinho que propôs uma reunião de condomínio para debater como a comunidade poderia utilizar o espaço para as crianças, para os carros, para os cadeirantes, etc. todos colocaram suas necessidades. Ele perguntou o porquê da minha necessidade.”	“Ao perguntar sobre as necessidades de cada um, teu vizinho conseguiu saltar do episódio para o epicentro, sem julgar. Vejam como é possível!”
BÁRBARA	“Eu evito ao máximo o conflito. Se as crianças jogam pedra, eu falo: vamos conversar? Se vocês jogarem no vidro, quebra. Sua mãe pode ser chamada. Dá problema... Na minha concepção, se você está com problema, vamos conversar? As pessoas querem que você seja quem você não é e a vida não é assim...”	

O “Caso da Bruxa da Rua” é uma ilustração de como a abordagem transformativa de um episódio de violência direta pode acessar o epicentro das relações pessoais, comunitárias, ideológicas, institucionais e políticas.

Isso porque, em vez de focar em “o que aconteceu?”, visando restaurar eventuais relações havidas no passado, o diálogo comunitário proporcionou a seguinte reflexão: “quem integra a nossa comunidade?”; “como nos relacionamos?”; “quais são nossas necessidades e qual o papel do Estado diante delas?”; “como gostaríamos de nos organizar?” “como é a comunidade que queremos?”. Perguntas de futuro, a partir da leitura da realidade presente.

Nesse caso, as mães compartilharam suas preocupações com segurança e geração de renda, as crianças expressaram o desejo de ter um campinho na rua para os jogos de futebol. A “bruxa da rua” disse que foi professora de arte e que, desde que perdeu o seu filho ainda criança, não consegue conviver com o barulho provocado pelas crianças. Ela disse que sabia do seu apelido e que gostaria de ser reconhecida pelo seu nome, Dona Ana. Sensibilizada com a condição das mães, ofereceu sua casa para ministrar cursos de artesanato que pudessem gerar renda. O representante do poder público local se comprometeu a recuperar o terreno abandonado da esquina, em parceria com a comunidade. As crianças se comprometeram a cuidar desse espaço e se animaram em criar um clubinho de futebol, sob a coordenação de um estudante de educação física que se ofereceu para treiná-los.

Dessa experiência emergiu um coletivo capaz de diagnosticar seus problemas, prescrever suas soluções. O desfecho dessa história tocou, ainda que localmente, as três dimensões da violência analisadas. Primeiro, porque transformou a violência direta havida entre as mulheres; depois, porque proporcionou que os preconceitos recíprocos e a cultura da exclusão do outro fossem convertidos em relações horizontais de solidariedade nas diferenças; por fim, porque colaborou para que parte das violências estruturais sofridas pudessem se transformar em possibilidades de geração de renda, segurança e acesso a equipamentos esportivos.

Antes de avançarmos para o Quadrante IV, ou seja, os Círculos de elaboração dos projetos de transformação “A comunidade que queremos”, abrimos um Círculo para tirar dúvidas ou simplesmente partilhar experiências conquistadas pela participação nos Círculos, conforme se vê abaixo.

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 1)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dúvidas e partilhas	MINHA MANIFESTAÇÃO
JÚLIA	“Fiquei pensando no caso da laranja... e se os 2 irmãos quisessem a mesma parte da laranja?”	“A limitação ou escassez de um recurso pode ser um dado da realidade... nesse caso, ambos os alunos poderiam negociar com seus professores: ‘é possível levar só a metade? Ou posso substituir por outro ingrediente?’ O caminho de descobrir as necessidades e buscar o reconhecimento das identidades é mais importante que o desfecho. Após a compreensão das necessidades, ambos vão juntos tentar achar uma solução que os satisfaça.”
FLAVIANA	“Eu gostaria de compartilhar algo... Sou muito agressiva. Estou preocupada em não confrontar tanto... Algumas coisas foram naturalizadas para mim. E eu mudei coisas, principalmente a forma de eu educar meu filho. Estou procurando ser mais colaborativa em coisas em que eu era mais de evitar ou de confrontar.”	
CARLA	“Eu queria partilhar uma experiência que eu aprendi no 2º quadrante sobre conflito. A gente se autoanalisa com todo esse aprendizado. Eu testei uma situação. Eu falei para meu marido sobre a minha necessidade de eu ter tempo para mim, que eu nunca tenho, porque cuido da casa e das crianças. Ele estava de férias e ele só me ajuda se eu peço. Eu não sou de pedir. Prefiro resolver eu mesma, do que pedir que alguém faça por mim. Eu reconheci que isso vem desde a minha infância. Minha mãe diz que, desde os 6 anos, eu arrumava o cabelo e ia para escola sozinha. Hoje isso seria impossível. E eu contei as necessidades para ele, que eu gostaria de me dedicar a coisas que futuramente vão me dar retorno. Não	“Interessante observar a dinâmica limitadora aqui: o marido da Carla só ajudava se ela pedisse... mas ela não pedia! E sentia muita raiva e cansaço...”

	sei se foi o modo de eu falar, mas pareceu fácil, porque ele disse que tudo bem. Eu já senti tanta raiva! Por que eu não fiz isso antes?! Na educação que ele teve, ele funciona assim... tem que pedir para ele ajudar. Eu fiz conforme eu aprendi e funcionou. Amanhã acabarão as férias e ele vai me ajudar. Eu vi que ele queria me ajudar, tanto que fez sem ter que pedir. Eu só tive que dar um toque, tipo... a louça. A mulher tem que ficar ligada o tempo todo, faz tudo ao mesmo tempo. É muito cansativo ter que pedir a ele. Eu via isso como algo muito cansativo. Eu queria fazer do meu jeito e sem pedir a ele. A gente tem aplicado a comunicação e ele me falou: 'você tá muito sabidinha!', isso soou elogioso. Foi muito valoroso o que eu aprendi. Como meu trabalho é lidar com pessoas, abordar, ouvi-las, esse aprender veio no momento certo."	
SIMONE	"Minha ausência por esses últimos dias me causou impacto. Fiquei nervosa. Eu resolvi minha questão com minha chefe. Recebi uma proposta de trabalho na escola para fazer a coordenação pedagógica. Eu sempre fui de topa, eu cedia. Eu não conseguia dizer não, para não criar conflitos. Mas eu não aceitei a proposta. É um ambiente que não me fez bem. Eu tentei fazer meu trabalho... eu acabo abraçando tudo e me faz mal. Faz mal à minha saúde. Hoje eu vejo os outros projetos que eu tenho para a minha vida e eu sei que, se eu fosse, não me faria bem. Eu estaria cedendo e não ficaria feliz. A Flaviana me deu suporte quando eu não pude vir, mas eu queria estar aqui."	"Falar não para se resgatar pode ser muito libertador!"

HELENA	“Me lembrei do exemplo da laranja. Meu marido ouviu as meninas brigando e não conseguia deixá-las resolver. Elas tiveram uma briga. Uma falava alto e a outra falava baixinho. Ele tomou partido da que falou baixinho porque não a ouviu. A outra tentou explicar. Ele não quis saber. Eu tentei falar com ele, mas ele não aceitou. Daí, a aula de conflitos foi tão boa! Dei a ele o exemplo da laranja, das 3 mães... falei tudo para ele. Daí ele chamou toda a família para conversar. Ele perguntou para cada uma o que tinha acontecido. Ele ouviu e se sentiu mal, porque viu que não havia uma única responsável. Ele só ouviu uma delas e julgou a situação, aos gritos. Ele pediu perdão à filha castigada por ele.”	
ANA MARIA	“Estou sempre ajudando e preciso sempre me policiar. Depois das aulas aqui, eu tive outra discussão com meu irmão. Mas, dessa vez, eu consegui conversar, eu aprendi a escutar ele. Ele me disse que sou grosseira e acabo descontando nele. Ele disse que eu precisava de um abraço e me abraçou. Ele me pegou de surpresa, porque não sou de ficar abraçando. No trabalho eu também tive problemas e estou agindo diferente... se fosse antes, eu teria brigado. Eu consegui evitar...”	“Você está evitando o confronto ou o conflito? (ela afirmou que ainda está evitando o conflito, para evitar briga). Veja, o teu silêncio com teu irmão fez você receber um abraço... as coisas são relacionais. O problema não está em uma pessoa; a relação é que precisa ser revista. Um silêncio teu provocou mudanças. Claro que um abraço não é um passo de mágica, mas é um bom começo. A gente toma sopa quente pelas bordas.”
EUNICE	“Estou com uma dúvida: eu coloquei a minha necessidade no projeto que estou escrevendo, mas não coloquei a necessidade do outro... é para que as crianças possam levar educação de coleta de lixo para dentro de casa. Mas eu percebi que eu não perguntei por que as pessoas não fazem a separação do lixo. Acho que tenho que começar por compreender essa necessidade. Por exemplo, pode ser que a pessoa que mora em uma quitinete precise deixar o lixo fora do horário por conta da falta de espaço... Qual a sua necessidade? Eu também tive um	

	problema com minha irmã e percebi que não havia necessidade alguma de ter falado algo por impulso. A vida está ficando mais leve. Essa parte eu estou levando na minha vida. Virei uma grande chave!	
JÚLIA	“Estou com dúvida: quando, na conversa, as pessoas colocam as necessidades e o impasse continua, quem deve dar o primeiro passo para esse processo de transformação do conflito?”	“Às vezes, é necessária a ajuda de um terceiro mediador. É possível fazer diretamente, mas é difícil. Nós temos um impasse e precisamos ver como a gente pode fazer funcionar... é bom adotar estratégias para demonstrar que aquilo não é competição e sim colaboração.

MADUREIRA Casa Tia Doca	MANIFESTAÇÃO PARTICIPANTES Dúvidas e partilhas	DAS	MINHA MANIFESTAÇÃO
ROSA	“O trabalho me colocou muito para refletir... para mim é difícil a questão do julgamento. É estranho para mim. Tenho pensado muito nisso. Não sabia que tudo que eu falasse poderia ser julgamento... está sendo gratificante. Estou pensando mais no outro. Minha palavra é agradecimento. Espero que esse conhecimento seja levado a mais pessoas. A gente precisa de um olhar melhor. Isso acrescenta.”		
PATRÍCIA	“Para mim está tudo normal até agora. Viver em harmonia e a vida se tornar melhor. Não tem essas brigas. Para mim é só paz. Eu desejo um mundo melhor, mas eu sou mais individualista. Quando a gente vai ajudar, as pessoas só querem criticar... não quero me meter na vida de ninguém. Mas foi um aprendizado e agradeço a você proporcionando palavras diferentes. Esse tipo de reunião eu não conhecia...”		
MARINA	“Eu sempre procurei usar o óculo para ver melhor o outro lado. Já pensava e tentava ver o lado do		

	outro. Tudo na vida se torna melhor quando a gente se coloca no lugar do outro. Muitas vezes, a pessoa não é má, mas a sua circunstância a levou àquilo. Lembrei de vocês. Uma amiga chegou com um problema e estava julgando a irmã. Grata por esse momento por você partilhar tua experiência conosco que nos levou a refletir sobre a conciliação. Tu te tornas responsável por aquilo que cativas”.	
OLGA	“Muitas coisas que conversamos aqui eu já faço. Já sou calma mesmo. Sou considerada centrada pela família. Não levo mágoa de ninguém. Compreendo todo mundo, sei perdoar e não levo nada no coração. Sou inteligente, não sou boba.”	
NÁDIA	“É uma pena que já está acabando. Essa pedra me dá tanta força e eu aprendi muito aqui. Estou me sentindo bem mais forte. Cada dia eu aprendo mais. Aprendi com o conflito. Eu vou evitar, mas não vou me calar. Não guardo rancor. Sei pedir perdão. Vou continuar fazendo as coisas. Se eles não gostarem, não posso fazer nada. Fico contando os dias para chegar quinta-feira. Muitas coisas que eu não sabia e outras que eu sabia, mas não entendia. Estou aprendendo como resolver. Essa pedra me dá muita força. Ela é abençoada. Dá vontade de falar o tempo todo. Adoro falar porque moro sozinha. Converso com Deus. Esse encontro me fez entender mais a Luana. Conheci Patrícia aqui. Quero agradecer a você e a minha psicóloga, porque sem ela eu não estaria aqui. As coisas boas a gente leva. As ruins, a gente joga fora.”	
LUANA	“Essa roda dá medo às vezes, porque tem compromisso com a verdade. Porque a gente é sincera.	

	Amor, amizade, perdão, empatia. Tem que falar a verdade. Do seu passado, na mãe, nos filhos, dá um pouco de medo. Por que está falando seu segredo? Cada um tem um modo de pensar. Vamos falar de coisa muito íntima. Nosso sentimento, da nossa mente, do seu particular. A pedra nos dá força. Não se importa com o que o outro te julgar. Se a gente evitar ou ceder, evitamos problemas... mas é melhor falar o que é necessário. Eu tenho que mudar primeiro. Quero mudar o que não é bom. Aqui é um encontro que nos transforma. O poder sempre atrapalha nossa vida. Eu tenho que saber a necessidade do outro. Essa aula nos confronta. Quero me desculpar. Quero guardar as coisas boas e vou tentar praticar. Vou tentar mudar. Valeu muito a pena. Obrigada pelo teu tempo. Esperamos que retorne. Valeu a pena que eu não desisti. Mas eu preciso praticar”.	
OLGA	“Aquela pedra é tão bonita! É tão perfeita! Parece um coração! Agradecimento. Vou ficar com saudade.”	
		“Acho que essa pedra acaba sendo tão querida porque ela, no seu generoso formato de coração, sinaliza que é hora de sermos ouvidas.”

PADRE MIGUEL (Casa Elza Soares – Turma 2)	MANIFESTAÇÃO DAS PARTICIPANTES Dúvidas e partilhas	
ZÉLIA	“Com base no que aconteceu comigo, não desistam dos seus sonhos. Por mais que venham barreiras, ultrapasse-as!”	

VIVIANE	“Gratidão por vocês existirem porque vocês só somaram. Cada encontro, cada palavra. Eu tive problemas seríssimos, mas estou ótima, graças a vocês!”	
BÁRBARA	“Eu tenho muito o que agradecer a vocês! Foi um despertar da vida! Essa roda foi um despertar para eu saber a importância que eu tenho! E saber compartilhar com vocês os sentimentos. Amor. Vamos juntas! Unidas venceremos!”	
ÚRSULA	“Gratidão, pelo aprendizado, pela amizade, pelo acolhimento. Gente, muito importante esse encontro. Eu não tinha a menor noção!” (Choro)	
VITÓRIA	“Esses encontros foram especiais. Obrigada!”	
TATIANA	“Eu quero muito agradecer. Muito mesmo. Primeiro porque, pela primeira vez, em 39 anos, eu fui ouvida... eu passei a ter um outro olhar sobre as questões da vida. Apesar de sempre ser uma pessoa que ouvia, eu não compreendia. Eu passei a entender a necessidade das pessoas em tudo. Eu parei para ouvir e entender e foi esse curso que me ensinou. E isso se deve ao fato de que eu poder ser ouvida e compreendida. Eu posso fazer isso por outra pessoa. Agentes Transformadoras me transformou e vai continuar. Não só transformou só a Tatiana amiga, mãe, mas a Tatiana que está dentro de mim. Muito obrigada!”	

CAPÍTULO 8

OS PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO

Este último capítulo tem por objetivo apresentar os projetos desenvolvidos pelas participantes nesta pesquisa. Embora não tenha havido obrigatoriedade na formulação de propostas, a adesão a essa etapa da investigação foi significativa, tendo em conta o número de participantes que apresentaram projetos, algumas individualmente, outras em grupos. Do total de 32 (trinta e duas), 24 (vinte e quatro) participantes apresentaram 22 (vinte e dois) projetos; 2 (duas) indicaram, ao menos, o objeto que gostariam de desenvolver; 2 (duas) se colocaram à disposição para colaborar com as demais e 4 (quatro) não se manifestaram nessa etapa.

Conforme se verá a seguir, os projetos foram partilhados no início do Quadrante IV dos Círculos, ainda em fase embrionária, para que as demais participantes e eu pudéssemos oferecer ideias, questionamentos e reflexões quanto às dificuldades e potencialidades de cada uma das propostas. Esse formato foi delineado para o fomento da prática colaborativa entre as participantes. No entanto, é preciso registrar que a pressão do tempo inibiu que a reflexão coletiva ocorresse de forma mais participativa.

Além disso, embora as participantes tenham recebido minha orientação sobre como elaborar um projeto – título, objeto, justificativa, metas, execução e cronograma –, a avaliação é a de que os projetos poderiam ter sido mais consistentes se as participantes tivessem tido a oportunidade de acessar uma formação específica, tanto para o mapeamento territorial – presenças e ausências de bens, serviços, instituições, movimentos sociais, dentre outros em suas comunidades – quanto para a elaboração de projetos.³⁴⁶

Também é importante destacar que a maioria dos projetos foi apresentada na modalidade individual – e não coletivamente –, provavelmente em razão da dispersão territorial do grupo. Isso porque os (poucos) projetos coletivos tiveram como autoras as integrantes que partilhavam o mesmo território.

³⁴⁶ Em Padre Miguel, as integrantes da Turma 1 contaram com a colaboração da professora Waleska Malhano, que ministrou uma oficina de elaboração de projetos, proporcionada pela Coordenação da Casa Elza Soares, que, além de ter sido muito bem recebida, impactou positivamente na qualidade dos projetos apresentados pelas integrantes que participaram do curso.

O registro de algumas “frases quebradas” e observações em meio à apresentação das propostas teve por objetivo revelar o contexto dos debates, as construções discursivas, as emoções, as descrenças e os desejos.

Os projetos, tematicamente variados, oscilaram entre aqueles que se mostraram demasiadamente amplos e os que se expressaram de maneira limitada, mas com imenso potencial de ampliação. Em ambos os casos, participei ativamente para provocar reflexão tanto sobre a necessidade de redução do escopo, a fim de viabilizar a execução, quanto das possibilidades de ampliação, para potencializar a proposta.

É preciso registrar, ainda, o quão relevante foi a manifestação da Coordenação da Casa Elza, quando da apresentação dos projetos da Turma 1, no sentido de oferecer às Agentes Transformadoras a colaboração da Casa da Mulher Carioca para a articulação das redes necessárias para a execução dos projetos. Cabe ressaltar, aqui, que o desenho dos Círculos Comunitários Transformativos foi pensado exatamente com o propósito de que cada integrante concluísse o processo circular e iniciasse sua jornada de transformação comunitária, a partir da articulação de redes que integrem instituições das mais variadas, mas sempre a partir daquelas já reconhecidas e respeitadas pelos participantes, que possam servir de “casulo” para propiciar os voos seguintes.

Por fim, é preciso esclarecer que, em nenhum momento esta pesquisa indicou a possibilidade de avaliar a execução (ou não) dos projetos apresentados. Primeiramente, porque isso implicaria uma ampliação inviável do prazo de investigação; depois, porque o objetivo principal deste trabalho é justamente compreender se a metodologia dos Círculos Comunitários Transformativos é capaz de impulsionar práticas sociais com potencial para a transformação das violências. Em nenhum momento, se anunciou a pretensão de avaliar se houve ou não efetiva transformação das violências.

Os projetos expostos a seguir foram organizados em três blocos, de acordo com as Turmas que participaram dos Círculos Comunitários Transformativos. Algumas propostas foram apresentadas em várias laudas, outras oralmente. A configuração aqui adotada teve por objetivo conferir uma certa homogeneidade na forma, para que a análise tenha como foco o conteúdo de cada um deles. Os destaques em negrito chamam a atenção para os elementos do projeto que dialogam com o propósito deste trabalho de analisar as possibilidades de transformação das violências em suas 3 dimensões – direta,

estrutural e simbólica, por meio da adoção de práticas horizontais, dialógicas e participativas.

Turma 1 Casa Elza Soares – Padre Miguel

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 1 “POÇO MÁGICO”
SIMONE (Realengo)	
REFLEXÕES INICIAIS	“É um projeto de incentivo à leitura. Quero valorizar a infância da minha região. Quero ver o que as crianças necessitam de suporte em termos de educação. Vi uma charge, recentemente, destacando que um livro não precisa tem bateria para ser carregada... quero fazer um trabalho lúdico com leitura, escrita e teatro. Podemos buscar parceria com a Secretaria da Educação. O local pode ser uma praça abandonada perto de onde eu moro, que não tem vida, e esse é o local ideal para iniciar o projeto. Eu sonho muito! Eu criei um poço para contar histórias e alfabetizei várias crianças assim. As histórias trazem outros prismas na educação das crianças.”
	Após várias manifestações do grupo, dando sugestões em relação aos locais – desde o uso de um espaço em algum equipamento da Prefeitura ou de alguma associação de moradores – e parceiros para ajudar a mobilizar, Simone apresentou o projeto nos termos expostos a seguir.
PROJETO	“Hoje é um dia importante para mim, porque meu projeto é um sonho que acabou se materializando nesse momento. Projeto ‘Poço Mágico’ para incentivar as crianças ao hábito da leitura. A questão de buscar, hoje em dia, os mecanismos de celulares e tablet faz mais importante resgatar o hábito da leitura. Projeto voltado a crianças de 4 a 10 anos. Durante 30 anos da minha vida eu alfabetizei em sala de aula. Esse projeto é um resgate do meu trabalho, resgatar o lado lúdico. Da contação de histórias, podemos resgatar a parte cognitiva, afetiva e a identidade para trabalhar as diferenças. Além de trazer a literatura da contação de histórias, a gente vai incentivar a criança a participar desse universo imaginário. Tratando de assuntos relacionados à vivência da criança do dia a dia. Há fatores que trazem dificuldade de alfabetização, que é uma base importante para a vida toda. Fiz um poço que, na realidade, tudo é sonho. Já pensei em fazer um poço maior para desenvolver o universo do imaginário para o resgate da identidade ligado à leitura e do desenvolvimento da linguagem, da leitura e da escrita. Os princípios que regem o projeto são: <i>respeito, determinação, criatividade e afetividade.</i>”
ANÁLISE	É nítida a pretensão do Projeto “Poço Mágico” de transformar a violência estrutural derivada da desigualdade social de acesso à alfabetização e à literatura, assim como a violência simbólica, ao propor o resgate das identidades pelo respeito às diferenças, operando com imaginação, criatividade e afetividade. Além disso, Simone soube

	explorar muito bem suas habilidades de professora aposentada, articulando o seu saber, sua emoção – muito marcante na apresentação do Projeto – e sua disposição para a prática social.
--	---

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 2 “UM GESTO DE AMOR”
ANA MARIA (Padre Miguel)	
REFLEXÕES INICIAIS	“De acordo com mapa da Prefeitura, 7.800 pessoas vivem nas ruas. Os moradores não estão ali porque querem. Há uma série de motivos. Fazer um levantamento de dados com os moradores em situação de rua e um espaço com cozinha para oferecer refeições e banho para essa população que sofre preconceito. Possibilidade de acesso a exames médicos, apoio psicológico, ‘banco de empregos’ e palestras sobre empreendedorismo. Parcerias com empresários, voluntários, restaurantes, estabelecimentos comerciais de material de higiene e entidades do Poder Público afins, como, por exemplo, o CRAS.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Seu projeto tem a ver com segurança alimentar. Que tal você investigar na sua região se já existem iniciativas para a promoção de segurança alimentar? Não seria um bom começo tentar se articular? Lembre-se que um projeto integrado a uma rede comunitária e institucional potencializa seu alcance.”
ÍISIS	“Por exemplo, nós não temos restaurante popular aqui!”
CARLA	“E se o projeto integrar os moradores para fazer um cadastro das habilidades das pessoas em situação de rua?”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Muito boa a ideia de fazer um mapa das habilidades das pessoas em situação de rua para prestar serviços e, também, dos moradores que podem ser parceiros. A propósito, fazer o mapa das pessoas em situação de rua já é um projeto, porque ele serve de base para futuros projetos que podem ser construídos coletivamente, a partir das necessidades que forem sendo expressas.”
EUNICE	“As pessoas em situação de rua precisam sentir segurança e não serem julgadas.”
ÍISIS	“Sim, podemos incluir entrevistas para entender o que esse público quer!”
ANÁLISE	O Projeto “Um gesto de amor” ostenta vários aspectos importantes, com grande potencial para se transformar em um movimento mais amplo na comunidade. Em primeiro lugar, é um projeto participativo , porque organizado para fazer um mapeamento “com” as pessoas em situação de rua, indicando a preocupação em mapear não somente as pessoas, como suas necessidades. E, para tanto, será necessário o uso da escuta ativa. Além disso, a articulação de uma rede de indivíduos e instituições para oferecer acesso à saúde física e mental e oportunidades de trabalho indica que o Projeto tem como alvo o combate à violência estrutural refletida na brutal desigualdade social que enseja um número significativo de pessoas em situação de rua. Por fim, a menção ao preconceito sofrido por esse segmento da população

	sinaliza uma intenção de transformação da violência simbólica que invisibiliza esse segmento social.
--	---

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 3 “ELAS”
JÚLIA (Senador Camará)	
REFLEXÕES INICIAIS	“O meu projeto está guardado desde que sou pequena. Todas as estatísticas indicam a desigualdade de gênero na capacitação para o trabalho com reflexos na remuneração. ”
PROJETO	O Projeto ‘Elas’ prevê cursos preparatórios gratuitos para meninas e mulheres que queiram conquistar seu diploma de segundo grau para prestar provas para escolas técnicas, vestibulares, Enem e Encceja. São exames com capacidade de abrir portas e alterar trajetórias . A educação abre portas e derruba barreiras. Com o projeto, as mulheres terão maior representatividade nos cargos de liderança . Como a maioria das chefes de família são as mães, o projeto vai beneficiar a família como um todo. Os recursos necessários são uma sala de aula equipada com lousa e carteiras; professores voluntários para as diferentes áreas de aprendizado. Os planos de aula serão voltados para as principais instituições e contarão com simulados. Há previsão de duas turmas: uma para escolas técnicas e outra para ingresso na universidade. As parcerias possíveis são com a Prefeitura e instituições religiosas, como “pastorais”, por exemplo, para disponibilizarem professores.”
ANÁLISE	O Projeto “Elas” tem como alvo o combate à desigualdade de gênero, proporcionada pelo descompasso do acesso à educação, com efeitos nítidos na diferença de remuneração no trabalho – um aspecto importante da violência estrutural – e na representatividade nas posições de poder – uma dimensão significativa da violência simbólica . Também, aqui, o projeto emana afetividade, demonstrada quando Júlia diz: “o meu projeto está guardado desde que sou pequena...”

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 4 “TERAPIA COMUNITÁRIA E RODAS DE CONVERSA”
BEATRIZ ³⁴⁷	“Eu vivi uma ansiedade e transtorno de ansiedade. A comunidade precisa de ouvido que a ouça. Promoção da saúde mental e

³⁴⁷ Beatriz relatou que estava vivenciando uma crise de ansiedade e que não conseguia elaborar um projeto, mas disse que gostaria de desenvolver rodas de conversa para a saúde mental. Eu reiterei a todas as participantes do grupo a proposta da Terapia Comunitária, o que estimulou Beatriz a elaborar um projeto com esse conteúdo. Sobre Terapia Comunitária, ver <https://www.adalbertobarreto.com.br/product-page/terapia-comunit%C3%A1ria-passo-a-passo>. Acesso em: 22 fev. 2025.

	valorização da experiência de vida das participantes; resgate da identidade e restauração da autoestima. Prevenção e cuidado da população, por meio da prática de massoterapia, reflexologia, musicoterapia, crochê-terapia. A comunidade precisa ser ouvida, precisa de apoio e ajuda. A meta é promover a saúde mental, o alívio do estresse e da ansiedade. A execução das rodas de conversa demanda parceria com psicólogos, terapeutas e assistentes sociais.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Seria interessante pesquisar se a rede de saúde pública do Rio de Janeiro, a exemplo do que ocorre no Distrito Federal e outros estados, disponibiliza a Terapia Comunitária e o curso de formação de facilitadoras. Assim, você poderá articular uma rede de facilitadoras para a execução do Projeto.”
ANÁLISE	Embora Beatriz não tenha tido a oportunidade de desenvolver mais detalhadamente o Projeto “Terapia Comunitária e Rodas de Conversa”, sua motivação parece bastante evidente. A partir de sua própria experiência, que implicou o binômio “necessidades não atendidas e identidade não reconhecida”, Beatriz exalta no projeto a questão nuclear da prática comunicativa e participativa dos Círculos Comunitários Transformativos: a escuta e partilha das histórias de vida para melhor compreensão de suas necessidades e resgate de suas identidades.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 5 “O UNIVERSO DA JUVENTUDE”
Ísis (Bangu)	“É um projeto itinerante de educação sexual nas escolas, com foco na conscientização sobre gravidez precoce e todas as suas consequências para as meninas. Na equipe multidisciplinar, haverá um profissional de saúde, uma psicopedagoga, uma agente de saúde, uma mediadora. Parceria com a clínica da família. O projeto aborda a gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens inseridos no ambiente escolar, cujos índices são muito altos no Brasil, para prevenir esses dois riscos a que estão sujeitos. Eu fui mãe adolescente. É muito difícil ser mãe, estudar e se desenvolver como pessoa, tendo um filho. É importante a gente falar sobre isso entre os jovens. A sexualidade está tão banalizada hoje em dia... eles trocam de parceiros como trocam de roupa. Sem julgamentos... A gravidez indesejada afeta o desenvolvimento social, cognitivo e emocional. Dados da OMS indicam aumento desses índices entre crianças de 10 a 19 anos. A sexualidade precisa ser abordada como algo natural e na linguagem dos jovens. Levar para eles o quão importante é que eles se cuidem e se para previnam, na perspectiva de realizarem seus sonhos. Projeto vai falar de métodos anticoncepcionais. Como se proteger. O projeto da “Clínica de família” é diferente. Podemos abordar esse tema, por meio da roda de conversa, com as vivências, a troca de experiências. Fica muito mais dinâmico e mais atrativo. Toda criança tem direito à educação, à saúde, ao lazer, à liberdade e à dignidade. Precisamos conscientizar os jovens sobre as consequências que podem causar para a saúde e para a vida deles. Metodologia: dentro das

	escolas públicas com áudio, palestras, atividades interativas. Não é só usar camisinha [...] é também conhecer outros métodos anticonceptivos. Esse projeto era um sonho não só meu, mas de minha mãe que era minha maior parceira. Ela nunca me deixou sem apoio (emoção). Eu fui mãe cedo. Ela era professora da rede pública. Era bióloga. A gente conversava muito sobre isso. A importância de falar sobre isso. Eu tinha amigas que, há 20 anos atrás, não tinham liberdade em casa e não tinham com quem falar... não tinha palestras nas escolas. E elas procuravam minha mãe para orientação. Hoje em dia há liberdade digital. Mas, mesmo assim, esse projeto me fez acordar e acreditar que é possível sair do papel. Eu achei que nunca ia conseguir. Sou grata por estar aqui hoje. No projeto escrito, há detalhamento da justificativa, objetivos, parcerias, público-alvo e execução, sem indicação da fonte de receita.”
ANÁLISE	O Projeto “O universo da juventude” veicula um tema de extrema relevância social, sobretudo nas camadas mais pobres da população que, por força da violência estrutural , não têm acesso a uma educação sexual de qualidade. Além disso, a proposta sugere a utilização de uma linguagem jovem, capaz de proporcionar o relato de vivências e trocas de experiências em rodas de conversa, que respeitem as identidades do universo adolescente. É nítida a preocupação do projeto em confrontar a desigualdade no acesso à educação, à saúde, ao lazer, à liberdade e à dignidade de todas as crianças e adolescentes, sem exclusão. Há também, nesse projeto, evidências de que a autora, Ísis, tem envolvimento pessoal e afetivo com a proposta, porque foi mãe “cedo” e porque era um projeto seu com sua mãe, que era bióloga.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 6 “CULTIVO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL”
GILDA (Rocha Miranda)	“Eu quero ensinar as pessoas a cuidarem do solo, a plantarem, a aproveitarem todo o alimento e a consumirem alimentos saudáveis. Parceria com biólogos e pessoas da comunidade. Vou procurar o Sr. Raimundo, que sabe fazer substrato e mudas. Quero utilizar pneus para os canteiros e fazer minhocário. O melhor aproveitamento dos alimentos pode desenvolver o lixo zero. Também me despertou o desejo de escrever um livro. ”
PROJETO	“O projeto envolve ações de esclarecimento para a produção, trato e cultivo de alimentos saudáveis. As pessoas se alimentam muito mal. Há excesso de consumo de alimentos processados. A escassez e o desperdício geram desigualdade no acesso à segurança alimentar. Benefício de uma alimentação boa: comer adequadamente alimentos orgânicos. Os jovens e os idosos não comem alimentos saudáveis. Alimentos feitos com produtos orgânicos. Há muito preconceito com alguns alimentos que as pessoas não sabem que podem ser comidos. Há muito desperdício. Público-alvo: pessoas em situação de vulnerabilidade. Parcerias: eu moro em Rocha Miranda. Eu conheço várias ONGs. Eu falei com o vereador de lá... nutricionistas,

	educador e população local, biólogos, pessoal que trabalha com minhocário, o pessoal da comunidade. Importância de alcalinizar o organismo quando comemos alimentos vivos. Sem se alimentar direito, você não consegue educar seu filho, estudar nem trabalhar. Execução: feiras; apresentação de plantas comestíveis; receitas; preparação do solo para plantio; cultivo de mudas e hortalças; palestras com profissionais; preparo de alimentos com ajuda de profissionais.
ANÁLISE	O Projeto “Cultivo de Alimentação Saudável” é uma iniciativa que, além do claro enfrentamento da violência estrutural , promovendo segurança alimentar às pessoas em situação de vulnerabilidade, procura superar a desigualdade de acesso a uma alimentação saudável e orgânica, que repercute na qualidade da educação dos estudantes e na capacidade de trabalho dos adultos. Importante destacar que o fato de a proponente Gilda integrar uma rede de indivíduos e instituições facilitará o estabelecimento das parcerias necessárias para a execução do projeto. O fato de Gilda manifestar o desejo de escrever um livro sobre o tema revela o quão comprometida Gilda está com a proposta.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 7 “AJUDA MULHER! UM PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL”
FLAVIANA (Padre Miguel)	“A ideia é reforçar a importância do projeto em que estamos inseridas. Eu escolhi 3 problemas que justificam o projeto. Ensinar o que a gente aprendeu aqui no Agentes Transformadoras. Não só a violência sexual, mas também comportamento sexista que todas nós passamos, pelo simples fato de sermos mulher. Encaminhamento aos canais adequados (exemplo: ligações para os números 1746 e 180). Cursos para desenvolvimento social. A secretaria tem parceria com Sesi, há poucas mulheres que trabalham com tecnologia da informação. Conexão e amparo desde o primeiro contato até o final do atendimento. [...] é diferente a forma de tratar as mulheres, a depender da região. Vai ser preciso entender as necessidades desse mulherio. Além do apoio jurídico e psicológico que já temos nos equipamentos do Município, nós queremos desenvolver competência: acesso ao conhecimento (saber fazer; compreender conceitos e técnicas). É preciso desenvolver habilidades (capacidade de fazer, aptidão). Desenvolver atitude (querer fazer; postura diante dos desafios). Meta: transformar uma visitante desinformada em uma agente de transformação pessoal e coletiva. Objeto? Cliente interno das secretarias municipais e externo que inclui todos os tipos de mulher: cis, trans, empreendedoras, egressas do sistema prisional, vítimas de violência. FOFA – Força: 51,1% são mulheres no RJ; Oportunidades da tecnologia, dos aplicativos; Fraquezas relativas à saúde mental; Ameaças da imprevisibilidade das adesões aos programas). Tem um foco preventivo. Nós somos mais de 50% da população no Rio de Janeiro. A tecnologia favorece isso, um alcance maior de pessoas. [...] A Prefeitura tem uma árvore de link com contatos, informações. Parcerias: sociedade civil e marcas que queiram ter seu nome associado à causa das mulheres.”

ANÁLISE	Esse Projeto feminista pretende reproduzir o aprendizado nos Círculos Comunitários Transformativos , no sentido de que a violência de gênero é muito mais ampla que a violência direta, seja sexual ou não. Como uma das modalidades da violência estrutural e simbólica , a violência de gênero ocorre pela simples condição de ser mulher. Daí porque Flaviana propõe um projeto de desenvolvimento social que seja participativo, para que as necessidades das mulheres sejam ouvidas e atendidas . Para tanto, prevê atividades que habilitem mulheres para conhecerem novos conceitos, desenvolverem competências e adotarem novas atitudes diante da realidade .
---------	--

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 8 “CONSCIÊNCIA COM O LIXO”
EUNICE (Realengo)	
REFLEXÕES INICIAIS	A Apresentação foi feita em uma cartolina, com ilustração sobre a situação atual do lixo em sua comunidade. “Estou em uma dor de parto, mas é uma dor de alegria para apresentar meu projeto. Só por estar aqui, já estou muito feliz.”
PROJETO	“Projeto para conscientizar as pessoas sobre a gestão do lixo. Eu sou moradora de Realengo há 57 anos. Nasci lá. Na minha rua não tinha lugar para colocar o lixo. Lixeiro vinha e buscava o lixo. De uns anos para cá, a rua virou uma grande lata de lixo. A prefeitura faz a parte dela, mas as pessoas que moram lá colocam lixo logo após a coleta. Pretendo fazer uma mobilização no bairro, primeiro com as crianças, para promover mudança de hábitos. Ação social na praça em um sábado, com as crianças. Fazer teatro, palestra, explicando para as crianças os malefícios para a população: doenças, mal cheiro, lixo no esgoto que causa enchente. Ninguém quer caçamba de lixo na porta de casa. A caçamba deve ficar em um local específico. As pessoas precisam ter o bom senso de pegar o lixo e levar até a caçamba, mas não para colocar animal morto, nem móveis. Horário e local adequados para colocar o lixo. Projeto é para conscientizar as pessoas, começando com as crianças, que leva o conhecimento para dentro de casa para mudança de hábitos.”
ANÁLISE	O projeto apresentado pela Eunice está em alinhamento com o conteúdo analisado nos Círculos Comunitários Transformativos, no sentido de que a falta de coleta seletiva em bairros pobres é uma das expressões da violência estrutural , na medida em que perpetua as desigualdades patrocinadas por uma gestão ambiental excludente. A ausência de uma política pública nessa área enseja problemas de saúde pública, contaminação do solo e marginalização econômica (aspecto estrutural), reforçando um ciclo de exclusão que naturaliza a forma como essas comunidades são desconsideradas pelo Poder Público, por força da violência simbólica . Ao propor que as crianças sejam protagonistas do Projeto, em um formato horizontal de conscientização, Eunice impulsiona a prática da democracia participativa e da construção coletiva de direitos .

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 9 “PROJETO PAZ E BEM”
ALICE (Vila Aliança)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Sou estudante de Recursos Humanos e estou estudando para prestar vestibular de psicologia na PUC-Rio. Tenho 8 filhos e 8 netos, uma filha especial e uma mãe maravilhosa. Essa casa me ensinou que eu tenho que estar onde eu quiser estar. Já tenho parceiros na comunidade D. Zita. Meu pai era alcoolista e havia muita violência entre meu pai e minha mãe. Meu irmão foi preso 3 vezes. Um filho, que não tinha necessidade, roubou e foi preso. Hoje é outra pessoa. Ver os jovens... é o mais desafiador, é incômodo... não tem médico, professor na escola, ônibus... por causa da violência. As consequências são avassaladoras: além do trauma psicológico, afeta o bem-estar de toda a comunidade. Os jovens são reféns do crime. É preciso conscientização e luta por igualdade. Ao contrário das outras comunidades como Alemão, Vidigal, Maré, Rocinha que tem projetos, tem estrutura... nós não temos nada na Vila Aliança. Os projetos que nós tínhamos foram deslocados. Nos calaram. Minha ideia é falar com jovens, em um espaço aberto, sem ser escondido.”
PROJETO	“Meu projeto tem por objetivo o enfrentamento da violência por meio do diálogo com os jovens da minha comunidade. Parceiros: vou fazer contato com referências na comunidade que já atuam com adolescentes. Eles farão a ponte para mim. Daí eu vou conversar, em Círculo Comunitário, para saber o que eles querem, para eles se expressarem e para construírem um projeto juntos. Eu sou moradora da Vila Aliança. Por eu ter essa imensidão de filhos e a maioria ser homens, ver aqueles jovens com aqueles fuzis me incomoda. Eles podem ter lugares melhores, com voz. Eles têm sonhos, mas não conseguem ser ouvidos, nem enxergados, notados. A gente age com eles da mesma forma que a gente age com os moradores de rua. Deixam eles invisíveis. Eu já perguntei para alguns deles: você quer passar o resto da vida nesse lugar? Muitas vezes, eles abaixam a cabeça e falam: ‘ô tia, não é isso que eu quero...’. Sempre que eu tenho brecha, sem meter o peito, chegando com carinho, brincando, rindo, eu converso com eles. Justificativa: sair da violência por conscientização de que eles têm potencial e podem ser mais do que aquilo ali, tirar a venda dos olhos. Eles poderão falar: eu já tive nas drogas, mas hoje eu sou um médico, um advogado, um faxineiro, um pedreiro, um pai de família... muitos são bons filhos, mas quando a família não abraça, o mundo abraça... a gente tem que ser amigo dos nossos filhos, se não o tráfico abraça esses jovens. E eu tenho netos. Eu não me conformo com essa situação. Meta: muita dificuldade para ser realizada, buscando ajuda com algumas referências da comunidade, que já se disponibilizaram a me ajudar, fazendo uma ponte deles comigo para que eu possa fazer círculos com eles e eles possam se expressar. Eu vou ali, mas eles é que vão criar o projeto, não eu. Todo mundo conhece

	alguém que esteve ou está nesse caminho. Nós somos mães, avós, madrinhas e podemos fazer a nossa parte. Quero deixar como exemplo para meus filhos e netos. Eu não vim ao mundo a passeio. Eu busco. Quero cada dia ser melhor que eu mesma. Eu sei que vou olhar e falar: valeu a pena!”
ANÁLISE	A proposta da Alice, que já tem uma articulação grande nas redes de sua comunidade, é instalar Círculos Comunitários Transformativos com os jovens da sua comunidade que, segundo seu relato, estão sendo cooptados pelas organizações criminosas . O projeto tem por justificativa o fato de que a ausência de acesso aos direitos básicos – transporte, saúde e educação – é causa e consequência da violência . Sua proposta é que, nessas rodas de conversa, os jovens possam expressar suas necessidades , além de se conscientizarem da importância de se lutar por igualdade, já que há uma relação direta entre desigualdade e violência . O projeto adota metodologia participativa de transformação social, para dar voz aos jovens, como enfrentamento do silenciamento e da invisibilização a que são submetidos.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 10 “FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS”
CARLA (Padre Miguel)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Quero agradecer a cada uma que apresentou suas histórias e possibilitou as trocas que aconteceram ao longo do trabalho.”
	“Meu projeto é de política pública para formação e treinamento de primeiros socorros para estudantes de ensino médio e para pais de primeira viagem junto com os cuidadores de crianças que tenham interesse em participar. Parcerias: uma enfermeira que abriu um espaço em sua comunidade e está disposta a desenvolver esse projeto. Eu, como mãe de 3 filhos, quero colocar em prática hoje. As unidades de saúde colaborariam melhor com o treinamento... houve muitos casos de perda de crianças e jovens em razão de acidentes domésticos. Um caso bem próximo de mim, uma criança que perdeu a vida porque não havia treinamento para afogamento. O treinamento pode ocorrer nos espaços na comunidade: nas escolas, em Ongs... Parceiros: enfermeiros e bombeiros civis que sejam moradores da comunidade. ”
ANÁLISE	A Carla elaborou um projeto de muita utilidade para evitar mortes por falta de acesso à formação em primeiros socorros em comunidades pobres. Essa ausência se relaciona diretamente à violência estrutural , porque reforça a desigualdade de acesso à saúde e à segurança . As comunidades que não sabem agir em situações de risco, cuja resposta rápida é crucial, augmentam sua vulnerabilidade , porque operam na base da improvisação entre moradores. Ademais, é visível a naturalização com que o Poder Público e a sociedade como um todo reagem aos acidentes em áreas vulneráveis, revelando o aspecto da <i>violência simbólica</i> . A proposta do projeto é articular uma rede

	horizontal de solidariedade para que parceiros da comunidade que tenham formação técnica possam emprestá-la ao coletivo.
--	---

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 11 “EMPREENDEDOR DO FUTURO”
DIVA (Vila Aliança)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Contatei uma amiga que faz parte de uma instituição religiosa que fornece cestas básicas. Ela topou ensinar mães a fazerem salgados para geração de renda. Mais tarde, a gente expande para doces. Nessa instituição religiosa parceira, já tem cozinha. Enquanto as mães aguardam seus filhos nas atividades voltadas para as crianças, a ideia é ensinar as mães. Estamos iniciando esse projeto juntas.”
PROJETO	“O projeto é para oferecer cursos de salgados fritos e assados e confeitaria básica de doces para a comunidade. Qualificar homens e mulheres para ensinar pessoas acima de 30 anos que estejam desempregadas e que não tenham qualificação profissional. Objetivo: gerar renda para a pessoa e gerar empregos no próprio bairro. Parceria com instituições religiosas e escolas que já possuam uma cozinha estruturada para adaptar para o oferecimento do curso. Primeiros contatos por meio de anúncios para atrair voluntários salgadeiros para que ensinem no bairro mesmo, para que ninguém tenha que gastar com transporte. Duração de 3 meses para o curso, e o cronograma depende dos voluntários.”
ANÁLISE	Considerando a natureza solidária e a estrutura horizontal do projeto da Diva, essa iniciativa de geração de renda para combater os efeitos perversos do desemprego , aparentemente simples, tem potencial para se converter em um nascedouro de cooperativa de salgadeiras e confeitarias da comunidade. Isso porque, o empreendedorismo coletivo assegura linhas de crédito mais acessíveis, maior poder de negociação, benefícios fiscais, partilhas de riscos e de responsabilidade e, portanto, mais segurança. Essa abordagem promove o fortalecimento da comunidade, porque implica o desenvolvimento de autogestão, de apoio mútuo em tempos de crise e de democracia na tomada de decisões, afastando a precarização do trabalho. Quando da apresentação do Projeto no Círculo, no entanto, eu não tive oportunidade de provocar essa reflexão.

HELENA (Padre Miguel)	“Não apresentei projeto, porque pessoalmente não estou preparada para isso. Sou mais de ficar atrás dos bastidores. Quem precisar de ajuda, estou disposta. Aprendi a me soltar mais e a ter menos vergonha. Eu nem conseguia falar. Cheguei aqui só observando... Com o tempo, consegui me expressar melhor, me soltar e me tornar uma mãe e esposa melhor. Eu consegui colocar o que a gente aprendeu na prática. A gente é capaz de mudar e transformar não só a nossa vida, mas também as relações com as pessoas que estão ao nosso redor. ”
--------------------------	---

ANÁLISE	A despeito da ausência de projeto, o depoimento da Helena é muito impactante, porque revela o seu processo de transformação pessoal, sobretudo na sua relação familiar, conforme relatos no Capítulo 7. Não acredito ser totalmente descabido considerar que a Helena apresentou um projeto de transformação da própria vida .
---------	---

BIANCA (Padre Miguel)	“Eu gostaria de trabalhar com redação com as crianças. É um tema que pesa no Enem. Eu posso agregar no projeto da Simone. Eu fiz muitos esquetes na escola quando eu trabalhava... e eu era merendeira! Eu ensaiava as crianças. Eu fiz a peça do Rei Salomão. A menina que era bem bagunceira se saiu muito bem e surpreendeu a diretora, que havia perguntado: “tem certeza que é ‘isso aí’ que você vai colocar na peça?”.
	“Eu fiz esse artesanato com pote de massa de tomate pintado e uns biscoitos dentro, que representa o curso de Agente Transformadora. Elefante, uma boa marca. Mas, e quando termina o conteúdo? Normalmente, o pote é jogado fora. Esse curso faz isso com a gente. Muitas de nós estávamos assim, como potes de massa de tomate vazios. Mas a gente pode pintá-los e colocar biscoitos dentro. Me senti muito bem acolhida aqui. Primeiro eu pensei, o que estou fazendo aqui? Mas, com o carinho que fui recebida aqui... sem discriminação de idade. Fomos transformadas para transformar. Ninguém está guardando conhecimento na gaveta. O novo conteúdo do pote de massa de tomate – os biscoitos – é muito bom! Normalmente eu me expresso através da poesia, mas hoje eu trouxe algo..... Fui informada que os cursos são de zero a 100 e saio daqui transformada. Espero que vocês também. Eu só tenho 80 anos e desejo ir mais além. Quando tenho oportunidade, falo com sinceridade o que me transformou de verdade. E sempre convido alguém. Digo com carinho: vem! Eu digo vem, porque sei que aqui vai receber o acolhimento que eu recebi. Eu fui transformada realmente. Entrei aqui como uma funcionária aposentada. Não aposentada de ficar em casa fazendo crochê, porque eu não sou desse tipo, mas – não tenho nada contra quem faça... – mas eu vim que aqui pelo acolhimento, eu consegui a minha casa de volta dos netos que foram se apropriando, já sentando, vendo televisão... eu queria ir na cozinha e já existia alguém e eu fui observando e adquirindo esse conhecimento. Eu quero me deitar, quero me sentar. Quero ser uma agente transformadora. Cada um em suas casas.... é preciso levar esse conhecimento a outras pessoas. Não deixem isso morrer. O conhecimento adquirido aqui precisa ser levado para outras pessoas. Eu só tenho 80!”
ANÁLISE	A participação de Bianca nos processos circulares, sem faltar nenhum dia sequer, com seu senso de humor elegante e sua sabedoria de vida, enriqueceu muito as nossas reflexões e as nossas vidas. Trata-se de uma mulher de 80 anos que, na condição de merendeira e produtora de esquetes na escola, já ofereceu muito de sua sabedoria ao coletivo. Mas, como é uma mulher de potência, Bianca resolveu mergulhar no processo de emancipação a que os Círculos nos convidam e imprimiu em sua vida familiar uma nova dinâmica relacional que a deixou mais inteira, mais mulher, mais feliz. É isso o que eu interpreto de seu relato generosamente

	oferecido a nós em nosso último Círculo. Um belo projeto apresentado por uma lindeza de mulher!
--	---

Casa Tia Doca – Madureira

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 12 “BERÇO DAS FLORES”
LUANA (Oswaldo Cruz)	
REFLEXÕES INICIAIS	“É tanta coisa que precisa ser mudada! Acabo ficando confusa. Estou em dúvida das plantas. Acho elas maravilhosas. Anos atrás, eu tinha umas plantas no meu portão. Eu tenho visto amigas que querem plantar plantinhas no portão. A vizinha do lado jogou uma semente de tomate e ficou a coisa mais linda. Jogou semente na rua! E ficou a coisa mais linda! Mas os meninos destruíram tudo. Ela e o marido tiraram tudo. Eu plantei uma florzinha, quando acordei de manhã, levaram a florzinha. Fiquei entristecida. Também me pergunto: e os cachorros abandonados? Fico triste com cachorros. Tenho um cachorro adotado de uma ONG e um outro que alguém abandonou. Se eu entrar nisso, vou sofrer também. E os idosos? Também é uma coisa maravilhosa! Se eu não morrer, vou chegar nessa fase. Então, eu vou ajudar para quem quiser ajuda. A minha planta ficou lá...”
KÁTIA (Madureira)	“Mesmo que tirem, coloca a planta porque a pessoa que tirou vai perceber que é melhor deixar lá... destruíram, você coloca outra, destruíram, coloca outra, senão, você vai se destruir por dentro. Não deixar a tristeza te dominar.”
LUANA	“ Eu não acho isso... lutar com pessoas que não querem mudança... ”
KÁTIA	“ Ninguém muda da água para o vinho, tudo é uma sequência. Temos que mudar o mundo é assim. ”
MINHA MANIFESTAÇÃO	Após um início de discussão acalorada...entrevi: “Pessoal, a proposta não é estabelecer um debate para prevalecer uma opinião, mas permitir a colaboração de outras ideias, mesmo que a gente discorde. Vamos fazer diferente? A pessoa termina de expor, eu faço perguntas para a gente compreender bem o projeto e, depois, as demais podem colaborar. Vamos colocar em prática o que refletimos até agora. Vamos tentar fazer diferente do que sempre fizemos. Eu tenho uma opinião, outra tem outra e a gente não consegue se entender, é o que sempre fizemos. Estamos tentando fazer diferente... Luana, eu te perguntei quais são três assuntos que te sensibilizam, certo? Plantas, cachorros e idoso. Vamos pensar na questão das plantas: você observou que algumas pessoas fazem e outras destroem. Como você faria diferente? Você teria algum impulso de mobilizar a comunidade a plantar e a manter as já plantadas? Me pareceu que você quis dizer: ‘Eu queria mudar, mas eu sei que vou sofrer!’ Então, como a gente tenta mudar, sem sofrer com o comportamento do outro? Mudar e dividir com outras pessoas as eventuais frustrações e se fortalecer na transformação, não te parece uma

	boa ideia? Você disse que suas vizinhas plantam. E se essas pessoas que têm plantas formassem um grupo que gostaria que sua comunidade fosse mais florida e pudesse ensinar as outras a fazer mudas de flores (sementes ou estacas?). Alguém do grupo sabe essa diferença? Você já tem esse recurso. Alguém tem uma casa com sol para um berçário de flores ou para formar minijardins?”
LUANA	“Uma amiga minha, por coincidência, tem aquele negócio de fazer minhocas. Eu aprendi a não jogar mais fora as cascas das frutas...”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Quando a gente enfrenta as inevitáveis frustrações, a gente se fortalece com mobilização comunitária. Se a gente faz uma coisa boa para a comunidade, a força que arranca vai minguando... é uma questão de correlação de forças. Que tal um berçário de flores e a Luana e o grupo vão ensinar a fazer mudas, a separar o lixo para o minhocário? Não é um belo projeto? Luana ama flores. E ela manifestou seu afeto com flores uma certa ocasião... ela estava pensando em sair do grupo, nós conversamos e ela apareceu no encontro seguinte com uma florzinha para mim, que, por coincidência, era a minha preferida, porque me recorda meu falecido pai. É claro que esse tema é importante para ela porque ela demonstrou afeto assim. Esse tema desperta algo muito bom em Luana. Se esse é um tema legal, e se ela tem medo de sofrer, como viabilizar esse tema mobilizando a comunidade? Que sejam 5 mulheres o projeto, mas que vocês possam escrever uma cartinha para a vizinha “estamos iniciando um projetinho chamado..... e queremos trocar experiência”. Quanto mais nova a geração, menos sabedoria em relação às coisas da terra. Uma sabe fazer o minhocário, a outra ajuda na educação para separar o lixo e alimentar o minhocário... a outra sabe se a planta é para sol ou sombra, vento ou não. Faz diferença abrir o portão e ver um jardim ou um muro todo pichado? ”
MARINA	“ Achei que o projeto era uma coisa maior, porque tinha que entrar em contato com poder público... eu gosto muito de plantas. E nem precisa de dinheiro. Podemos fazer estacas de plantas e divulgar na vizinhança. Podemos ter alguém que doe mudas de plantas. Meu bairro é o mesmo da Olga e a prefeitura fez a arborização das ruas. A calçada é nossa porque nós somos responsáveis. Quem calça e varre é o morador. A calçada é nossa! Eles plantaram, mas muita gente não cuidou. Quanto a cachorro, tem muito cachorro que faz as necessidades na rua. ‘Fulano, toma conta do teu cachorro! minha calçada não é banheiro de cachorro!’. O projeto da Luana, eu me identifico. Se depender de mim, posso trabalhar nisso também”.
QUITÉRIA	“As crianças podem ser convidadas a tomar conta das plantas. E podem colocar pneus para estimular pequenos canteiros.”
ROSA	“Concordo que as crianças podem ser envolvidas e, também, com os vizinhos. Fazer mudas. Dar de presente aos vizinhos. Quem não gosta de planta e de idoso não tem sentimento. Idoso a gente acaba esquecendo.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“O que Luana precisa pensar: nome? Parceiros? Como? Divulgar? De porta em porta? Panfleto? Conversa? Tem comércio local? É de interesse do comércio local esse projeto? Problema: falta de plantas. Como? Mobilizando a comunidade. Superação: plantar junto com a comunidade e com a colaboração das crianças?”

LUANA	“Minhas plantinhas em frente de casa chamam a atenção. Chamar os vizinhos que gostam para se unir e plantar florzinha. Não deixar morrer a sabedoria de como cuidar de plantas. Divulgar com panfletos. Fazer cronograma com previsão do número de pessoas a serem contatadas.”
PROJETO	“Aprendi na Casa que ninguém pode calar a nossa boca. Somos mulheres e valorizadas. Princesas do Senhor. Mas também temos que aprender a ouvir. Muitas vezes, falamos e falamos e, quando alguém fala, a gente não quer ouvir. Por isso temos dois ouvidos. Muitas vezes, é ouvir mais e falar menos. Estamos aprendendo muito umas com as outras. Eu pensei em proteção de cachorros de rua. Também pensei em proteção dos idosos. Mas decidi pelas plantas. Eu adoro plantas. Eu vou precisar da ajuda dos vizinhos para me ajudar a espalhar. Nossa rua precisa de verde e de flores. Recurso financeiro é baixo. Pega pneu, mudas. Não deixe seu portão ser depósito de lixo. Faremos visitas com as parceiras da comunidade uma vez por semana nos vizinhos para ensinar a fazer minhocário, distribuir mudas e ensinar a fazer mudas. A divulgação será por de meio de panfleto e o boca a boca. No lugar de lixo, coloque flores brancas e divulguem nas comunidades. Não escondam seus projetos!”
ANÁLISE	O processo de construção do Projeto de Luana foi muito interessante, porque ela parecia não acreditar ser capaz de elaborar e executar um projeto, por medo de se frustrar caso alguém tentasse inviabilizá-lo... Era como se ela se sentisse responsável pelo comportamento das outras pessoas. E isso é muito paralisador! Ao perceber, ao longo das nossas reflexões, que as ideias diferentes não são um problema, que a gente precisa aprender a ouvir o outro e que um projeto pequeno, porém com pessoas interessadas e comprometidas, pode iniciar um processo de transformação, ela se entusiasmou e foi perceptível! Ela percebeu que saber fazer mudas e plantá-las – rara no cotidiano urbano das novas gerações – era potência que poderia se articular a outras iniciativas, como a do vizinho que tem um minhocário e poderia fornecer o adubo. Com uma dose de entusiasmo e autoconfiança, Luana criou uma pequena rede para transformar a estética de sua comunidade. O espaço urbano reflete a política pública adotada, de inclusão ou exclusão. É um dos aspectos da violência estrutural . Uma rua sem o cuidado do Poder Público e com descarte de lixo aleatório por parte dos moradores representa exclusão e naturalização do abandono. Plantar e florir essa rua e organizar o descarte do lixo, conforme proposto, rompe com essa normalização e cria um espaço de cuidado, dignidade e desejo de transformação. É um ato de resistência à violência simbólica , porque tenta criar um espaço de pertencimento. Não pretendo, por óbvio, sugerir que o plantio de flores seja a solução dos problemas estruturais, mas esse projeto é um bom início de ato simbólico contra a violência da estética urbana da exclusão e tem a qualidade de mobilizar pessoas da comunidade para uma gestão coletiva e horizontal do cuidado com o espaço comunitário .

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 13 “TRANSPORTE DIGNO PARA IDOSOS.”
---	---

NÁDIA (Oswaldo Cruz)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Como cheguei na casa destruída e hoje sou outra mulher, quero propor algo para a dignidade do idoso, principalmente na condução. As vans passam batido. Eles nem sabem se eu vou pagar ou não. Final de semana passaram mais de 7 vans e o ônibus demora. Se tivesse uma reunião com os motoristas de vans e ônibus. Um curso com motoristas para aprenderem a respeitar idoso. Amanhã, serão eles. Tenho contato com a Casa do Idoso (da Prefeitura) para propor uma roda de conversa com a cooperativa de vans”.
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Essa ideia nos dá a oportunidade de pensar que roda de conversa é partilha e compreensão das necessidades, daí porque não é necessária a imposição do respeito.”
PROJETO	“O projeto de transporte digno para idosos é por causa da dificuldade de transporte, principalmente aos domingos. A Van não para e o ônibus passa longe da Igreja. Idosos não são respeitados. Vocês conhecem a pedrinha da Gláucia, né? Me dá uma potência! Uma força! Quero montar essa Roda de Conversa entre as cooperativas de vans e os idosos, com a parceria com a Casa dos Idosos (que é um equipamento da Prefeitura) para conversar sobre a necessidade de respeito aos idosos no transporte.”
ANÁLISE	O projeto da Nádia nasce da consciência de que a violação cotidiana do direito do idoso a um transporte digno – por sua própria experiência – pode ser transformada pelo diálogo. A “Roda de Conversa” que ela propõe implica a participação de idosos, o apoio institucional da “Casa dos Idosos” e a presença da Cooperativa de vans. Trata-se de um Projeto de promoção dos direitos dos idosos, por meio da criação de um espaço dialógico articulado pela comunidade, em parceria com o Poder Público. O fato de Nádia ter se referido à “pedrinha” que lhe dá tanta “potência e força” demonstra a necessidade de ser ouvida e a convicção de que a metodologia circular será capaz de promover esse diálogo. Como ela mesma anunciou, a Casa lhe transformou e, hoje, acreditando em sua potência, Nádia é uma mulher com muita articulação política e uma importante referência comunitária, o que faz com que esse Projeto revele imenso potencial.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 14 “ALDEIA”
KÁTIA (Madureira)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Penso em montar um espaço com várias equipes com cada um fazendo algo diferente. Um espaço redondo que um olhe para a porta do outro. No meio, haveria um espaço recreativo para crianças. Ao redor, haveria salas, cada qual com atividades. Cabeleireira, médico, manicure, massagista. Uma pessoa tomando conta das crianças. Um outro espaço aberto e fechado onde pudesse convidar pessoas para dar palestras,

	serenata, etc., buscar parcerias na prefeitura para o espaço. Pedir apoio em algumas lojas para ajudar em algumas atividades. Chamar médicos, nutricionistas. Voluntário no início, mas depois cada qual montaria sua clientela. Faria a divulgação do trabalho. Não seria cooperativa, cada um atuaria no seu estabelecimento.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Em vez de construção, poderiam ser tendas com serviços remunerados? A comunidade vai cuidar das crianças? Seria só para mulher? Qual a frequência? O tema é o autocuidado? A ideia é desenvolver o autocuidado individual e comunitário?”
KÁTIA	“Poderia ser bimensal. Para pais e mães. Na minha comunidade, não tem esse espaço. Só tem o Parque Madureira. Também poderia haver oficina para fazer horta comunitária, artesanato, outros.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Mesmo que não haja tenda, é possível demonstrar as habilidades aprendidas aqui na Casa, por exemplo, nesse Parque? Massoterapia, tranças... Se a ideia pegar, o projeto pode crescer... Desenvolve empatia e autocuidado. Poderia ser uma espécie de aldeia em um espaço público, sob sombras de árvores, para que as mulheres que se habilitaram em cursos na Casa da Mulher Carioca possam expor suas artes. Além disso, é um espaço de ajuda mútua, com a possibilidade de trazer as crianças, para que elas fiquem no meio do círculo, sob os cuidados de mulheres parceiras. Não depende de recursos financeiros, mas requer o apoio da Casa e das mulheres que vão querer demonstrar suas artes”.
PROJETO	“Criação de um espaço público para divulgar as habilidades do que aprendemos na Casa da mulher carioca. Objetivo de demonstrar o trabalho, inspirar outras mulheres a empreender e de união entre as mulheres da comunidade pelo autocuidado . Nós, mulheres que fizemos os cursos na Casa da Mulher Carioca – maquiagem, massagem, etc. –, precisamos colocar o curso em prática. Cada ciclo, ao terminar, a gente pode ir para um lugar aberto (tipo parques) para atender ao público, em mutirão. Mostrar o que você aprendeu, que a mulher tem o seu valor e que ela pode fazer por ela . Buscaremos parceria para local, informação, fotos para divulgação. Tem também um espaço para quem fez curso de recreação cuidarem das crianças enquanto as atividades são divulgadas. Como se fosse uma aldeia. Um círculo onde todas se veem e que possam se dedicar ao autocuidado . Convido todas a lerem juntas essa frase que resume o projeto: ‘Você é capaz de descobrir sua força. Ela está em você e vai te levar a lugares que sempre sonhou’ ”.
ANÁLISE	O Projeto “Aldeia” elaborado pela Kátia iniciou com uma ideia genial, porém sob um formato que demandaria construção, terreno e grande investimento. Ao longo da reflexão no Círculo, o Projeto foi ganhando um formato mais modesto, mantendo, porém, a ideia nuclear que é muito criativa. Aldeia nos remete a uma organização de base, horizontal e circular. Um local que inspira autocuidado e cooperação, mas que também, nesse Projeto, revela seu lado prático, ao possibilitar que as mulheres capacitadas na Casa da Mulher Carioca possam colocar suas habilidades em prática, divulgá-las e gerar renda . A ideia de criar um espaço de acolhimento para as crianças, organizado pelas mulheres que se formaram no Curso de Recreação, é muito educativa, porque as crianças aprendem a se relacionar em um espaço, cuja geometria é a da solidariedade . Destaca-se, ainda, o desejo de Kátia de

	promover um “círculo onde todas se veem”, ou seja, um espaço da visibilidade.
--	---

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 15 “SOPA DAS 5 COM CIDADANIA”
MARINA (Bento Ribeiro) QUITÉRIA (Marechal Hermes) OLGA (Bento Ribeiro)	
REFLEXÕES INICIAIS	
MARINA	“Queremos distribuir comida para quem não tem o que comer. Checar quem tem ou não documento e conscientizar sobre a importância do documento. Sempre tem que perguntar se a pessoa de rua quer receber... pode ser uma violência. Na minha casa tem um espaço grande. Meu plano seria chamar alguém para dar aula de dança. Ceder o meu espaço para isso, mas não deu certo. Meu marido começou a acumular madeira, ferramentas, nesse espaço... Daí, veio o acidente que cortou a mão dele e quebrou a minha esperança...”
QUITÉRIA	“Queremos distribuir quentinhas na rua. Meu vizinho é feirante e tem muita sobra. Eu cozinho e posso chamar outras pessoas para cozinharem. Pode ser na minha casa. Meu genro tem carro e ele pode levar as quentinhas. Mais adiante, podemos pedir ajuda na prefeitura.”
OLGA	“Meu projeto é o sopão das 5, como eu vi em São Paulo. Um espaço para fazer sopão e ninguém dormir com fome . Eu moro perto da Quitéria. Podemos fazer juntas. Muita gente que não tem necessidade vai lá e toma... mas a gente pode fazer um cadastro. Vamos fazer cadastro para não ter gente recebendo sem necessidade.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Vocês acham interessante pensar uma parceria com Cras/Creas para fazer cadastro para acessar os benefícios sociais e converter o projeto em combater a fome com cidadania? É que é importante a gente lembrar do que refletimos sobre a violência estrutural: como colaborar para que as mudanças sejam mais amplas e a ação não se restrinja à urgência da fome?”
PROJETO	“ Alimentar o povo das ruas que passa fome . Vamos fazer um sopão na casa da Quitéria para distribuir. A pessoa que dorme com fome não consegue fazer nada. É para melhorar o ânimo da pessoa, para que ela saia da rua. Parceria com feirantes para conseguir legumes e verduras. A princípio, vamos usar nossos recursos para fazer as quentinhas. Vamos pedir colaboração dos feirantes para doação de alimentos. Também vamos orientar as pessoas em situação de rua a buscarem o Cras para conseguirem documentos pessoais caso não tenham. Vamos cadastrar cada pessoa que vai participar, para que ninguém se

	aproveite sem precisar. Vamos começar pequeno, mas queremos crescer no futuro”.
ANÁLISE	O projeto “Sopa das 5 com cidadania” constitui um recurso imediato de promoção de segurança alimentar, para o combate à fome, uma das expressões mais perversas da violência estrutural . No entanto, para que não se limite a uma assistência pontual, o Projeto prevê a orientação das pessoas em situação de rua para que procurem o Cras/Creas para acessar benefícios sociais. Nesse aspecto, a iniciativa revela potencial para desenvolver uma abordagem mais ampla, que envolva o desenvolvimento de autonomia e inclusão social , sem as quais a pessoa não terá recursos para sair da condição de vulnerabilidade.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 16 “RECICLAGEM MAIS VIDA”
PATRÍCIA (Madureira)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Quero ajudar o meio ambiente, que hoje estão derretendo as geleiras, poluição e as pessoas não estão conscientes. Se eu puder ajudar a separar o lixo lá no condomínio. Se eu puder botar na cabeça deles lá no condomínio, já é uma grande ajuda. Vou contatar o síndico. Mas tem hora que sou curta e grossa e não tenho paciência. Meus vizinhos são o shopping e os camelôs. Na minha árvore tem pés de camelôs. Lá é muito complicado. Tem um vizinho que não fala com o outro. Tem um vizinho que quer saber se vai separar o lixo. Desde o ano passado que começamos com isso. Lá tem muitos jericos. A gente separa o lixo e os garis misturam tudo. Os vizinhos não se falam. Tem aquelas divergências. Eu não quero me aborrecer com ninguém e nem tenho saco para isso. Então...eu pensei em não fazer projeto nenhum... eu não quero me aborrecer. Na Zona Sul, a divisão dá certo. Aqui, não...”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Se você realmente estiver disposta, como desenvolver essa ideia? São três os personagens que você citou: moradores, garis e poder público. Tem lixeira? Os moradores sabem fazer a divisão do lixo? Existem entidades que ensinam como fazer a divisão do lixo? Caso a Comlurb³⁴⁸ ensine, seria ótimo porque a própria entidade vai incentivar os garis a não misturarem. Caminhos para esse projeto existem. Mas se você não tem entusiasmo, ninguém vai fazer por você. De repente, o que a Comlurb precisa é de uma conexão com a comunidade. Poderia ser uma boa iniciativa essa conexão? Eu não acredito nesse teu desânimo...”
PROJETO	“Ajudar a natureza pela coleta seletiva do lixo no meu condomínio, em parceria entre os moradores e a Comlurb. Execução: contato com síndico para desenvolver uma campanha dentro do condomínio para separar vidro, papelão e lixo molhado. Aquisição de lixeiras apropriadas e diálogo com a Comlurb”.

³⁴⁸ Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro.

ANÁLISE	O processo de Patrícia na definição de seu projeto foi interessante. Ela expressou, de maneira eloquente, sua dificuldade em lidar com as divergências entre os moradores do seu condomínio e demonstrou ceticismo ao afirmar que esse tipo de projeto só daria certo na “Zona Sul”, fazendo alusão à desigualdade no trato do lixo, o que revela sua consciência em relação a esse aspecto da violência estrutural. Por outro lado, Patrícia revelou acreditar que sua ação local – coleta seletiva de lixo no condomínio – pode “ajudar o meio ambiente que está derretendo as geleiras”. Dessa nítida tensão entre ceticismo e consciência, Patrícia apresentou um projeto que busca a mobilização local, com potencial para desenvolver uma rede entre os moradores – que, segundo ela, não existe – para a conscientização sobre o impacto positivo que a separação do lixo pode ensejar na natureza e na saúde das pessoas. A iniciativa prevê parceria com a entidade pública que o coleta, por meio de diálogo.
---------	---

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 17 “A ARTE É UMA ESPERANÇA”
ROSA (Madureira)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Eu gostaria de trabalhar com idosos, mas o sofrimento é tão grande e a gente não quer sofrer, né? O medo já um sofrimento. Eu já quis ser voluntária em creche. Mas meu filho já ficou em creche e sofreu muito. Meu projeto, hoje... não sei... é artesanal. Cada um aprender a fazer a sua parte para gerar renda. Principalmente para adolescentes, que estão muito dispersos com namoro. Eu quero amarrar os adolescentes. Eu sei fazer biscoito, telha, decupagem com MDF. Pensei em fazer na minha casa, mas não pode... tem que ser um lugar protegido... poderia ser no “Sargento” (espaço comunitário para festa). Podemos divulgar em feiras, mercado, igrejas”.
MARINA (Bento Ribeiro)	“Você pode pedir uma sala uma vez por semana para alguma igreja, de qualquer religião.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Partilhar a sua arte para gerar renda aos adolescentes na comunidade. Além disso, pode ser uma oportunidade de espaço livre para os adolescentes se expressarem.”
ROSA	“Pode ser um projeto para que adolescentes não fiquem jogados na rua, em lugares inconvenientes... eu vou oferecer um espaço para ensinar artesanato para que eles se formem... é um começo bom para qualquer adolescente. Esse lugar é para que eles se sintam protegidos e possam se expressar por meio da arte. Sem imposição.”
PROJETO	“O Projeto ‘A arte é uma esperança’ prevê aulas de artesanato para adolescentes, para geração de renda e para ser um espaço de proteção e expressão. Vou procurar espaços nas instituições e patrocínio para a aquisição de materiais. Vou pedir ajuda na Casa da Mulher para material de artesanato.”

ANÁLISE	Rosa, assim como outras integrantes dessa turma, demonstrou medo de iniciar uma prática que possa causar sofrimento. Para contornar essa dificuldade, Rosa pensou em um projeto que envolvesse algo que lhe dá prazer e que integra sua identidade: o artesanato. Sua proposta é ensinar artesanato, para estimular a geração de renda, em um espaço em que os jovens possam se expressar, por meio da arte. Rosa pretende buscar os recursos na própria comunidade e na Casa da Mulher Carioca.
----------------	--

Turma 2 Casa Elza Soares – Padre Miguel

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 18 “PROJETO COMUNITÁRIO ITINERANTE PARA AUTONOMIA E QUALIDADE DE VIDA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO”
ÚRSULA (Padre Miguel) VITÓRIA (Padre Miguel) SIMONE (Realengo)	
REFLEXÕES INICIAIS:	
ÚRSULA	“Eu gostaria de trabalhar com idosos, porque eles são esquecidos pela comunidade ” (começou a chorar e passou a pedra...)
VITÓRIA	“Eu quero um projeto para gerar autonomia para a terceira idade. Atividades para fortalecer a musculatura e promover artes, lazer e literatura. Eu pretendo procurar saber quais projetos existem na Prefeitura com esse objetivo para mobilizar uma rede horizontal de pessoas para se ajudarem. ”
SIMONE ³⁴⁹	“Quero aderir ao Projeto da Úrsula e da Vitória”
	Esse grupo pensou em fazer um projeto itinerante para desenvolver um modelo em cada local. Atividade física para desenvolver autonomia motora, mas também intelectual.
PROJETO	“Proporcionar atividades físicas e intelectuais para que a população idosa tenha oportunidade de fazer ginástica, de forma a fortalecer a musculatura e proporcionar a mobilidade. Criação de rede por meio de grupos de whatsapp que já existem para divulgar. Os equipamentos de ginásticas podem ser criados com sucatas, tipo garrafas com areia, cabos de vassoura, etc. Buscar Faculdade Castelo Branco (que tem parceria com a Casa) para parceria com os professores de educação física. Promover autonomia e reforço dos vínculos afetivos dos idosos, cumprindo o previsto no Estatuto do Idoso. ”

³⁴⁹ Importante registrar que Simone já havia apresentado o Projeto “O Poço Mágico”, quando participou da Turma 1 de Padre Miguel.

	Além disso, o projeto pretende desconstruir a imagem do idoso como alguém descartável.”
VITÓRIA	“Fui estudar sobre o tema e descobri que a OMS reconhece o etarismo (palavra que eu nem conhecia) como um problema a ser enfrentado. Eu entendi que isso é violência ideológica e estrutural. Antes, eu achava que só eu (que sou idosa) sofria isso. Agora eu entendi que essa dor é coletiva. A família desconstruiu o idoso como sábio. As crianças não têm liberdade, tem ‘libertinagem’. Não respeitam os idosos e os pais não fazem nada. Como eu vou ajudar a educar?”
ÚRSULA	“O processo de envelhecimento é único. Cada um envelhece ao seu modo e depende da família... dos que estão em volta. Do acolhimento. Vou chorar... O projeto é para cada um envelhecer ao seu tempo. Tem pessoas que envelhecem como eu... olha só a poderosa, mas tem pessoas que não têm isso... Nossa pesquisa foi toda feita com base no estatuto do idoso.”
VITÓRIA	“Deixam de se ver e não percebem o que podem oferecer. Queremos incluir pessoas a partir de 55 anos. Lembram daquela estudante universitária de 40 anos que foi vítima de deboche dos colegas por ser madura? Na verdade, o projeto é para dar apoio ao processo de envelhecimento, porque abarca mais pessoas que vão ser preparadas para a velhice.”
BÁRBARA	“Essa semana, eu passei uma no trem... eu estava sentada e levantei antes porque tenho problema no joelho. Estou me segurando aqui e ali e continuei encostada no assento. Nisso, veio um cara e me empurrou para se sentar. Eu confrontei: “o senhor está no vagão de mulher e você me empurrou e eu tenho problema na perna!”
ANÁLISE	Esse projeto foi apresentado no formato itinerante, para que seja desenvolvido em vários locais. Seu objetivo é proporcionar atividade física para desenvolver autonomia motora e intelectual. Esse processo de construção coletiva foi muito bonito! Havia em comum a preocupação em proporcionar dignidade ao idoso , por meio de práticas desportivas que pudessem fortalecer o corpo e a mente. Mas, após os debates iniciais, o grupo se reuniu, fora dos Círculos, e desenvolveu ideias muito criativas. Merece destaque o objetivo de envolver amplamente a comunidade para desconstruir a imagem do idoso como um ser “descartável” – uma nítida expressão da violência simbólica – e para promover autonomia e renovação dos vínculos afetivos entre os idosos e sua comunidade . Há que se evidenciar, também, que a proposta é de resgate do idoso como alguém que tem muita experiência a partilhar . Além disso, cada pessoa deve ser livre para envelhecer da forma e no tempo que desejar . A descoberta de que o etarismo é uma violência estrutural e simbólica e não somente direta ficou nítida na manifestação de Vitória. Por fim, o fato de a proposta prever parceria com Universidade e ser itinerante conferiu sustentabilidade ao Projeto.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 19 “ARCO-ÍRIS”
TATIANA (Bangu)	
PROJETO	“É sobre acolhimento Infantil. Elaborei o projeto baseada na proposta da Casa. Propor à Casa da Mulher Carioca a criação de um espaço para as crianças (inclusive as atípicas) com atividades lúdicas (músicas, artesanato com material reciclável), enquanto as mães fazem os cursos de profissionalização. Isso é necessário porque as mulheres não têm com quem deixar suas crianças, o que inviabiliza a adesão de muitas aos cursos. Destinação de uma equipe da Casa (psicologia, pedagogia) e voluntárias alunas da própria casa. Esse corpo de voluntariado, assim como a equipe da Casa, seria capacitado pela equipe psicopedagógica para ampliar o repertório para lidar com crianças de maneira não violenta. A própria casa faz um processo de transformação das violências”.
ANÁLISE	Tatiana demonstrou, ao longo de toda a pesquisa, muito interesse e compromisso com as reflexões nos Círculos. O fato de ela ser uma mãe atípica ensejou a elaboração de um projeto de integração de crianças, no mesmo ambiente em que as mães possam se capacitar nos diversos cursos promovidos pela Casa da Mulher Carioca. O que há de inovador em sua proposta é que, muito além de destinar um espaço físico onde as crianças podem permanecer enquanto suas mães estudam, o Projeto prevê a integração das alunas da Casa nessa atividade lúdica e de cuidado com as crianças, sob a supervisão da equipe psicopedagógica. Essa experiência de integração entre crianças com ou sem deficiência, brincando juntas, revela o potencial de uma metodologia transformadora, capaz de desconstruir os preconceitos que alimentam a violência simbólica. O projeto também tem um caráter de enfrentamento da violência estrutural, que se expressa na criação de alternativas solidárias para a falta de creches. A proposta prevê, ainda, que essa mesma equipe possa oferecer às mães oficinas sobre como educar as crianças sem o uso da violência, o que é muito transformador.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 20 “SAINDO DO BURACO”
VIVIANE (SANTA Cruz)	
REFLEXÕES INICIAIS	“A partir do que refletimos nos encontros circulares, uma reflexão específica sobre o direito à cidade que realizamos, inspirou a elaboração desse projeto. Mobilizar a comunidade para fazer um jogo de golfe nos buracos das ruas que não foram asfaltadas pela Prefeitura. É para a mobilização possibilitar a horizontalização

	das relações comunitárias, de modo a empoderar a comunidade e mitigar a dependência com um político local”.
ANÁLISE	De fato, quando conversamos sobre o conceito do “Direito à Cidade”, Viviane demonstrou muito interesse, porque é uma mulher muito ativa em sua comunidade. Falávamos sobre as formas não violentas de lutas sociais e eu usei esse exemplo pândego de transformar os buracos do asfalto em um campo de golfe, para chamar a atenção do Poder Público e da mídia. Essa iniciativa demonstra como é possível a luta por direitos coletivos, sem necessariamente de recorrer à violência para que a comunidade seja ouvida. Viviane se interessou, sobretudo, porque é uma iniciativa que não fica na dependência da interlocução com o Poder Público, exclusivamente por meio de um parlamentar, já que a comunidade se expressa diretamente. Viviane gostou da ideia e já começou a se mobilizar para executá-la como projeto.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 21 “CRIANÇA 2”
VIVIANE (SANTA Cruz)	
REFLEXÕES INICIAIS	“O Projeto ‘Criança 2’ é uma iniciativa que eu já desenvolvo em meu condomínio. Criação de um espaço lúdico para as crianças do condomínio, onde brincam e aprendem a fazer artesanato com material reciclável. Minha filha tentou suicídio recentemente. Fiz uma árvore de Natal com a cooperação dos condôminos e com um galho de árvore caído. Há aproximadamente 15 crianças envolvidas, fora as que visitam aos finais de semana. Esse espaço também tem livros coletivos para empréstimos e para estimular a leitura. Vou iniciar o reforço em matemática.”
ANÁLISE	Embora seja um projeto preexistente aos encontros circulares, considerando que as reflexões havidas nos Círculos promoveram ampliação do repertório conceitual, partilha de experiências e práticas colaborativas, Viviane poderá integrar várias técnicas da não violência e metodologias dialógicas ao seu projeto de educação lúdica das crianças de sua comunidade.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	PROJETO 22 “DO JEITO QUE VOCÊ CUIDA DE UMA SEMENTE PARA TER UMA BELA FLOR, DÊ UM ABRAÇO EM ALGUÉM E VOCÊ VAI VER UM SORRISO BROTAR DE ALGUÉM QUE PODE ESTAR MORRENDO...”
ZÉLIA (Realengo)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Esse projeto é ligado ao que aconteceu na minha vida, todas aqui já sabem... Isso veio de mim porque eu estava morrendo e ninguém estava vendo. Eu poderia estar morta hoje, mas alguém veio e me abraçou e me deu a oportunidade de mudar. Quantas pessoas se

	sentem assim? Esse projeto veio do meu coração. Tem uma mulher na minha rua (eu já falei dela) que fica todo dia me esperando na esquina, com os braços abertos, esperando meu abraço. Os filhos não cuidam. Quando eu abraço alguém da rua, dou comida, roupa e atenção, as pessoas perguntam se eu sou maluca. Mas, quando eu dou cobertor, suco, biscoito, outras pessoas vão se espelhando e começam a dar também. A gente passa na rua e não está nem aí. Não vê essas pessoas. O projeto é para as pessoas sentirem o que as pessoas estão sentindo. Aquela semente que você buscou tanto tempo pode virar uma flor. Vocês não imaginam como eu me sinto quando um morador de rua consegue estudar! Se hoje eu sou formada em administração e estou aqui, é porque alguém um dia me ajudou. Queria conscientizar as pessoas dos sentimentos que cada uma tem. Você tem que se colocar no lugar da outra. Empatia... Tenho um professor que tem um projeto sobre empatia. Eu quero, um dia, ver uma prostituta fazendo uma faculdade. Quando eu vejo alguém na rua, mesmo que eu não tenha nada no bolso, eu me sento para conversar. Eu quero mobilizar mais pessoas, mas isso é difícil, porque as pessoas hoje em dia estão muito centradas em si mesmas. Lá na minha igreja, tem um bazar e a gente faz um café com biscoito. Tem gente que se senta lá, toma um café e não compra nada e está tudo bem! É um lugar de acolhimento. Não falamos de religião e nem tentamos vender nada. Eu oriento: deixa a pessoa se sentar, comer e, se quiser um abraço, dê um abraço. Eu poderia tentar fazer na rua, mas a gente precisaria da autorização do pessoal da comunidade... para fazer festa e para ter internet, precisa de autorização... esse bazar, embora seja da igreja, é aberta a todos. Um dia desses, foi uma mãe de santo lá devagarzinho e eu a atendi, abracei ela... convidei para um cafezinho... ela ficou meio assim... ela disse: “é a primeira vez que um evangélico me trata assim...”, e nós ficamos conversando. Posso fazer uma camiseta, tipo “Abraço com café”.
VITÓRIA	“Não corre o risco de ter doutrinação religiosa para tentar converter?”
TATIANA	“O maior risco é perder o foco do projeto nas pessoas e colocar na religião...”
ZÉLIA	“Nenhuma pessoa que entra no bazar é abordada com religião.”
ANÁLISE	Esse projeto é a expressão da trajetória pessoal de Zélia, que conseguiu sair de uma condição de extrema vulnerabilidade e hoje quer se dedicar a ajudar as pessoas em situação de rua. É um projeto que busca aperfeiçoar sua prática de escuta e acolhimento de uma parcela da população que vive invisibilizada e silenciada, por força da violência em suas dimensões estrutural e simbólica. Merece destaque o fato de que a escolha de receber as pessoas para “Um abraço com café” no espaço destinado à igreja evangélica não tem conotação religiosa. Foi a alternativa que Zélia encontrou para driblar a proibição do “pessoal da comunidade”, em uma clara referência às organizações criminosas locais. Tanto é verdade, que Zélia já recebeu uma mãe de santo para um café. Embora seja uma prática espontânea e individual que Zélia já vinha realizando, o Projeto se apresentou como algo organizado para envolver outras pessoas, com camisetas “Abraço com café” e a consciência de que a escuta com afeto, sem doutrinação religiosa, pode ser transformadora, assim como foi para ela.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	
AURORA (Padre Miguel)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Gostaria de orientar os catadores a aumentarem suas rendas com reciclagem. Começaria orientando meus vizinhos, minha família, para separar o lixo. É muito indigno a pessoa ter que revirar o lixo em busca de material. Eu queria orientar as pessoas que sobrevivem desse ganho que, se elas se organizarem, elas podem aumentar a renda e viver dignamente. Elas não veem aquela atividade como evolução para elas. Eu queria que elas entendessem que, se organizassem, como recicladores, poderia ser o ganho de vida delas.”
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Essa capacitação de catadores para aumentar geração de rendas pode ser via cooperativa, por exemplo? Como? Você procurou saber se já existe alguma organização no local? A primeira coisa é entender o mapa das ausências e das presenças. Como a gente fez o mapa da gente mesma... Se já existe uma organização, fazer contato com uma instituição que capacite para a criação de cooperativa, já é um projeto. Ser uma articuladora! O projeto pode ter dois momentos: articular a comunidade para separar o lixo e depois articular a comunidade com os catadores para pensarem juntos como fica melhor a separação. E, em um segundo momento, ver se o coletivo de catadores tem interesse em uma capacitação e buscar parcerias.”
AURORA	“Eu tenho contato com o “Paizão”, que é o catador que foi ajudado pela comunidade”.
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Se você tem o Paizão, você já tem muita coisa, porque você poderá perguntar a ele quais são as principais necessidades e se ele conhece os demais catadores para uma reunião.”
ANÁLISE	Aurora, que foi uma participante muito ativa durante os Círculos anteriores, infelizmente não retornou para desenvolver o projeto que se anunciava em suas primeiras manifestações. Como a ideia era muito positiva, porém demasiadamente ampla, o meu papel foi provocar, por meio de perguntas, a possibilidade de conexão com outras iniciativas já existentes para que ela iniciasse uma articulação entre todas, o que já configuraria um projeto.

APRESENTAÇÃO E DEBATES NO CÍRCULO	
LAURA (Padre Miguel)	
REFLEXÕES INICIAIS	“Comecei pensando em ensino inclusivo, mas depois fui ampliando. Pensei que os professores precisam ser capacitados para identificar possíveis problemas nas crianças, por exemplo, dificuldades de aprendizado. Na escola tem que ter uma rede psicossocial para dar esse apoio. Minha irmã tem 3 filhos e coloca as crianças na escola quando ela

	quer. Uma de suas filhas tem 9 anos e ela não sabe ler e escrever. Minha vizinha fazia a mesma coisa e ainda brigava e falava palavrão o dia inteiro. É preciso uma rede de apoio para essas crianças. Minha irmã só dá importância quando chega a assistente social. Aprendi aqui que, quando a gente fala, a gente alivia as dores. É preciso fazer isso com as crianças também...., identificar os problemas é importante. Minha filha não enxergava direito na escola e descobrimos que ela precisava de óculos. O professor precisa ter essa capacidade de observar o aluno. Às vezes o aluno está triste porque ele está com fome. Às vezes, são muito agredidos dentro de casa. Isso mexe muito com o desenvolvimento da criança”.
MINHA MANIFESTAÇÃO	“Você conhece o Conselho Tutelar da região? É possível uma parceria? Se você for pensar a formação dos professores, é uma proposta muito ampla que talvez seja de difícil aplicabilidade, no início. Como você pretende fazer? Quem são os parceiros? Associação de pais? Conselho Tutelar? A proposta poderia ser uma articulação dessas instituições e pessoas para pensarem juntas como enfrentar esse problema? (Ela achou complicado... as demais começaram a tentar colaborar com ideias...) Importante você delimitar o que quer trabalhar: inclusão de criança atípica, evasão escolar ou violência contra a criança? Talvez esses temas sejam tão amplos que demandem projetos próprios... Qual seria o seu local inicial? Uma escola? Você quer criar uma rede da comunidade escolar que vá além dessa escola? Você, como Agente Transformadora, pode identificar quem são as pessoas e instituições que podem pensar um projeto contigo, e isso já é um belo projeto! Escolher uma escola, procurar a coordenadora pedagógica e sugerir reunião com o Conselho Tutelar e associação de pais para conversar sobre o problema que te mobiliza. Não é justo esperar que cada uma de vocês faça um projeto que dê conta de todo o problema! É preciso mapear o que já existe e o que não existe em relação ao problema que te sensibiliza e oferecer parcerias para as instituições e fazer conexões. Esse é um movimento que pode começar da base. Outra possibilidade de projeto é chamar o Conselho Tutelar para promover uma roda de conversa com pais cujas crianças estão fora da escola. É um bom começo que vai substituir a abordagem punitivista pelo diálogo comunitário. E pode começar em uma área pequena. Fazer um café da manhã para conversar com a vizinhança: nossas crianças estão na escola? Você tem capacidade de pensar como acessar essa comunidade? Via associação? Conversando com os vizinhos?”
ANÁLISE	Não sei se minha tentativa de delimitar o alcance do esboço de projeto foi um fator de desestímulo... O fato é que Laura, que teve participação ativa ao longo de todo o processo, não retornou após essa reflexão. De qualquer maneira, seu desejo de criar uma rede de proteção às crianças com deficiência e de enfrentamento à evasão escolar é muito positivo. Laura demonstrou que vem refletindo sobre essa questão, por experiência própria, e compartilhou um aprendizado muito importante: o de que, quando há fala, há o alívio de dores e que as crianças precisam ser ouvidas para que seu desenvolvimento seja possível. Quiçá essa ideia nuclear possa ser objeto de um projeto bem delineado para a execução no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu fiz esse artesanato com pote de massa de tomate pintado e uns biscoitos dentro, que representa o curso de Agente Transformadora. Elefante, uma boa marca. Mas, e quando acaba o conteúdo? Normalmente, o pote é jogado fora. Esse curso faz isso com a gente. Muitas de nós estávamos assim, como potes de massa de tomate vazios. Mas a gente pode pintá-los e colocar biscoitos dentro. Me senti muito bem acolhida aqui. Primeiro eu pensei: o que estou fazendo aqui? Mas, com o carinho com que fui recebida... sem discriminação de idade. Fomos transformadas para transformar. Ninguém está guardando conhecimento na gaveta. O novo conteúdo do pote de massa de tomate – os biscoitos que eu fiz – é muito bom! Normalmente eu me expresso através da poesia... ‘Fui informada que os cursos são de zero a 100 e saio daqui transformada. Espero que vocês também. Eu só tenho 80 anos e desejo ir mais além. Quando tenho oportunidade, falo com sinceridade o que me transformou de verdade. E sempre convido alguém. Digo com carinho: vem!’ Eu digo vem, porque sei que aqui vai receber o acolhimento que eu recebi. Eu fui transformada realmente. Entrei aqui como uma funcionária aposentada. Não aposentada de ficar em casa fazendo crochê, porque eu não sou desse tipo – não tenho nada contra quem faça... –, mas eu vi que aqui, pelo acolhimento, eu consegui a minha casa de volta dos netos que foram se apropriando, já sentando, vendo televisão... eu queria ir na cozinha e já existia alguém e eu fui observando e adquirindo esse conhecimento. Eu quero me deitar, quero me sentar. Quero ser uma Agente Transformadora. Cada um em suas casas... é preciso levar esse conhecimento a outras pessoas. Não deixem isso morrer. O conhecimento adquirido aqui precisa ser levado para outras pessoas. Eu só tenho 80!’ (Bianca, a nossa querida “Decana”, integrante da Turma 2 da Casa da Mulher Carioca, Elza Soares, em Padre Miguel)

Ao perguntar quais seriam as práticas sociais potencialmente adequadas para desenvolver protagonismo popular na identificação e transformação das expressões das violências, sob uma perspectiva emancipatória, fui desafiada a desenhar e aplicar uma hipótese, traduzida na metodologia dos Círculos Comunitários Transformativos.

Desde o seu esboço, o propósito foi o de imprimir uma dinâmica aos Círculos que apresentasse potencial para impulsionar ações individuais e sociais voltadas não somente para a desconstrução das violências do presente, como também para a construção de um

futuro de paz, regido por novas sociabilidades, pautadas no respeito, na horizontalidade e na cooperação.

Afinal, a utopia de Ernest Bloch (2005) nos convida a operar na dimensão do “ainda-não ser”, ou seja, nas potencialidades imanentes do ser que constituem uma força que o projeta para o futuro. Se é por meio de suas ações e comportamentos do presente que o indivíduo já vive o futuro, podemos afirmar que a utopia começa desde já.

Ao longo dessa trajetória acadêmica, uma outra questão desafiadora emergiu: se os meios autocompositivos de gestão dos conflitos – que operam sob um padrão horizontal e cooperativo – não estão imunes a reproduzir violências estruturais e simbólicas, como assegurar que o resultado dos Círculos Comunitários não o faça? Em outras palavras, é possível traçar uma metodologia voltada à construção de relações cooperativas e que também seja capaz de enfrentar as violências estruturais e simbólicas, por meio da desconstrução dos padrões sistêmicos e relacionais que naturalizam as desigualdades e as hierarquias?

Para responder a essa pergunta, foi preciso conferir especial relevo à dimensão política no desenho da metodologia. Assim, a disposição dos conteúdos temáticos, somada às dinâmicas escolhidas em cada encontro circular, buscou ativar três dimensões das participantes: a *racional*, por intermédio da ampliação do repertório conceitual necessário para a leitura crítica do mundo; a *emocional*, para permitir a tradução de como cada conceito reverbera na vida concreta das pessoas e nas suas emoções; e a *política*, para impulsionar a práxis transformadora.

A adoção dos princípios da Justiça Transformativa para reger os traços do desenho revelou-se adequada, na medida em que seu objetivo é a criação, sob modelos variados e plurais, de novos espaços políticos para a participação popular na promoção de paz com justiça social, o que requer o enfrentamento das estruturas que sustentam as hierarquias de poder.

Mas não é só. Além das transformações das violências estruturais impressas na desigualdade social, o desequilíbrio de poder também se revela no cotidiano das comunidades, onde as violências simbólicas se expressam nos padrões de comunicação e nas relações estabelecidas entre os indivíduos.

Em diferentes contextos, a internalização da opressão dificulta a percepção de que as relações de poder podem ser transformadas. A Justiça Transformativa deve patrocinar um fluxo comunicativo, no qual o diálogo comunitário seja permanente, e que, nessa dinâmica reflexiva, seja possível rever práticas herdeiras de tradições autoritárias e que são difíceis de serem transformadas, porquanto não problematizadas nos silêncios que as naturalizam no cotidiano. Sob essa gramática dialógica, permeada pela horizontalidade, a identidade constitucional, que pressupõe alteridade, vai sendo construída a partir do reconhecimento da igualdade na diferença.³⁵⁰

Para tanto, é preciso acionar os elementos da Justiça Transformativa para impulsionar a ação comunitária que, sob a pedagogia da resistência, permite compreender as relações de poder e decidir o que deve ser transformado. É o que bell hooks denomina a “construção de uma identidade na resistência” (hooks, 2017, p. 66-67), como um “momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas”.

A Justiça Transformativa tem como *ethos* a criação de comunidade, a partir do acionamento de seus elementos nucleares: protagonismo popular na interpretação das necessidades; reconhecimento das identidades e referências culturais; e consciência crítica para qualificar a ação política, sob a égide da democracia participativa.

E foi exatamente aqui que este trabalho identificou a possibilidade de diálogo entre os princípios da Justiça Transformativa e a Teoria Tridimensional de Nancy Fraser. A filósofa ganhou centralidade no desenvolvimento desta pesquisa porque, na condição de teórica crítica, sua atenção está voltada à leitura da realidade – o diagnóstico de suas crises e conflitos – para a compreensão de como os movimentos sociais podem desenvolver projetos emancipatórios que assegurem igualdade social, diversidade cultural e democracia participativa, tal qual ansiado nos Círculos Comunitários Transformativos.

Ademais, sua formulação de que a esfera pública é composta por arenas integradas pelos *contrapúblicos* para a política de interpretação das necessidades e para a emergência de identidades, guarda estreita conexão com a proposta dos Círculos. Em especial, quando se considera que os recursos discursivos que permeiam o diálogo político – os padrões de

³⁵⁰ Cf. CARVALHO NETTO, 2003.

argumentação disponíveis, os repertórios de narrativas e de retóricas e até mesmo as expressões corporais – devem ser objeto de aprendizado, por meio de uma capacitação para a contra-hegemonia, a partir da politização de necessidades antes despolitizadas, e para a compreensão dos mecanismos de reprodução das opressões.

Assim como Fraser, este trabalho sustenta que se o diálogo sobre as necessidades e identidades não promover contestação política, rompendo com o padrão hegemônico, o resultado a prevalecer é a assimetria de poder em todas as esferas relacionais e a perpetuação da internalização de uma política de necessidades e de identidades que opera em prejuízo do público subalternizado.

Os Círculos Comunitários Transformativos foram projetados para superarem os arranjos que impedem a paridade participativa e, nessa condição, funcionarem como arenas discursivas e plurais para a emergência dos *paradigmas populares de justiça*, a partir da reflexão sobre as causas e soluções para as injustiças vividas.

Considerando toda essa amplitude, ao contrário dos meios autocompositivos de solução de conflitos, os Círculos Comunitários Transformativos prescindem de conflitos pontuais para serem praticados, porque, embora não haja qualquer impedimento para que atuem como mecanismo restaurativo ou mediador em situações de violação pretérita, os Círculos podem ser prospectivos na construção da comunidade em que se deseja viver.

Adotar uma metodologia de enfrentamento das violências e de construção da paz como tarefa eminentemente política é admitir que a paz sustentável ocorre quando articulada à justiça social, o que implica o atendimento das necessidades, o reconhecimento das identidades e a prática da democracia participativa.

Os Círculos também podem patrocinar, como deseja Lederach, a compreensão de que a transformação dos conflitos implica abraçar a complexidade, cuja temporalidade é distinta do padrão linear de causa e efeito, porque contextualiza os episódios aos contextos epicêntricos. Além disso, ao contrário do pensamento binário, que não aceita paradoxos complementares, a complexidade do processo de transformação de conflitos permite: que algo tenha repercussão pessoal e sistêmica; que o empoderamento conviva com a interdependência; que resultado e processo sejam articulados; e que a linguagem dialógica traduza as diferentes vozes das múltiplas identidades em polifonia.

Uma vez estabelecidos os referenciais teóricos para o conteúdo desenvolvido nos Círculos Comunitários Transformativos – princípios da Justiça Transformativa e fundamentos da Teoria Tridimensional da Justiça –, o seu desenho metodológico articulou um mosaico de elementos da educação popular no contexto dos Círculos de Cultura de Paulo Freire; dos processos circulares derivados das experiências ancestrais dos povos tradicionais; e das metodologias de Transformação de Conflitos de Galtung e Lederach.

A experiência de campo, detalhadamente narrada no Capítulo 7, foi realizada com um público-alvo, raras exceções, sem qualquer conexão com movimentos sociais. E esse aspecto foi positivo, porque testou se a metodologia desenhada tem ou não o potencial de impulsionar práticas participativas de transformação das violências, cujas ações, inclusive, podem se articular futuramente a uma rede de outras iniciativas e, juntas, iniciem um novo movimento ou agreguem força a movimentos sociais já existentes.

Oportuno afirmar que a articulação de redes aqui proposta está fundamentada na perspectiva do pluralismo jurídico comunitário-participativo, configurado, segundo Wolkmer:

Através de espaços públicos abertos e compartilhados democraticamente, privilegiando a participação direta de sociabilidades excluídas e subalternas, capazes de instaurar novos direitos enquanto necessidades desejadas e possibilitando que o processo histórico de lutas se encaminhe por vontade e por manifestação autêntica das bases comunitárias. (WOLKMER, 2015, p. 82)

Nessas arenas plurais é que se pretende construir o “Constitucionalismo achado nas ruas da América Latina” (SOUSA JUNIOR e ESCRIVÃO FILHO, 2019, p. 148), pelo qual as lutas sociais são a expressão da soberania popular cotidiana, capazes de instituir novos direitos e que derivam da tomada de consciência da injustiça social, transformando indivíduos subalternizados em sujeitos coletivos e protagonistas na promoção dos direitos humanos.

Somente um trabalho de base participativo, que crie espaços para a afirmação dos direitos e a política de interpretação das necessidades, aliadas ao reconhecimento das múltiplas identidades, poderá se contrapor à emergência das redes populistas de direita, que ganharam musculatura nos últimos tempos apresentando soluções simples para problemas complexos.

Para que os Círculos Comunitários Transformativos tenham a capacidade de colaborar na construção dessas arenas discursivas, entretanto, será preciso superar a

lacuna no planejamento da metodologia utilizada neste trabalho, que desconsiderou a importância de promover a capacitação das participantes na confecção do mapeamento comunitário, com vistas à articulação de redes, e na elaboração de projetos.

O Capítulo 7 deixa nítido que a pesquisa não fotografou a percepção das participantes em relação às violências, o que demandaria uma metodologia muito diferente da aplicada. Os Círculos Comunitários Transformativos proporcionaram um filme dinâmico, permeado por processos de transformação em diferentes dimensões. Por exemplo, o entusiasmo com que as participantes praticaram as técnicas de comunicação não violenta – e colheram bons frutos em suas relações cotidianas – foi confrontado com o impacto da reflexão sobre os meios pelos quais a violência estrutural e simbólica é reproduzida. As participantes compreenderam que uma técnica de comunicação, embora essencial, não é suficiente para promover transformações tão profundas.

No entanto, os exercícios que partiram de suas narrativas pessoais para a identificação das necessidades não atendidas e identidades não reconhecidas – ocultas por detrás de suas posições – foram extremamente positivos para a compreensão de que a dinâmica da transformação dos conflitos pode ter alcance bem mais amplo. Como exemplo, o “Caso da Bruxa da Rua” ilustrou de que forma a abordagem transformativa de um episódio de violência direta pode acessar o epicentro das relações pessoais, comunitárias, ideológicas, institucionais e políticas.

Em vez de perguntar “o que aconteceu?”, visando restaurar eventuais relações havidas no passado, o diálogo comunitário focou na reflexão: “quem integra a nossa comunidade?”; “quais são as nossas identidades?”; “como nos relacionamos?”; “quais são nossas necessidades e qual o papel do Estado diante delas?”; “como gostaríamos de nos organizar?”; “como é a comunidade na qual queremos viver?”. Perguntas de futuro, a partir da leitura da realidade presente.

Dessa experiência ilustrativa nasceu uma comunidade. Emergiu um coletivo capaz de diagnosticar seus problemas, prescrever suas soluções, mobilizar-se para exigir do Estado a sua responsabilidade e desenvolver solidariedade entre os seus integrantes.

Aqui é oportuno questionar se um caso de violência interpessoal, que não seja de reciprocidade – ao contrário do “Caso da Bruxa da Rua” –, e que haja expressivo descompasso de poder entre as partes, pode ser abordado nessa perspectiva transformativa. E a resposta é afirmativa. Nesses casos, os cuidados, os ritos e os formatos

serão diferentes, a depender das pessoas, dos seus anseios e das circunstâncias envolvidas, para que não haja a reprodução de mais violência, sob o manto da “pacificação”. As metodologias de mediação e as práticas restaurativas devem oferecer um cardápio variado para cada situação, sempre zelando para que os descompassos de poder sejam considerados. Da perspectiva da abordagem transformativa aqui adotada, o que importa é proporcionar que as comunidades sejam desafiadas a transformar seus episódios de violência em oportunidade de construção de novas relações para a configuração de novos epicentros.

Nesse sentido, nada impede, por exemplo, que sejam instalados Círculos Comunitários Transformativos para o enfrentamento da sistêmica violência policial direcionada, em especial, aos jovens negros e moradores das favelas brasileiras. A necropolítica que, segundo Mbembe (2018), constitui o controle e o poder de decidir quem pode e quem deve morrer, é exercida pelos agentes do Estado, sob um regime de exceção que seleciona quais territórios e segmentos sociais terão seus direitos fundamentais suspensos. Trata-se de uma série de episódios que, juntos, oferecem os contornos de um epicentro marcado pela morte como política pública.

Em uma situação de extrema violência como essa, os CCTs podem mobilizar as comunidades para conferir voz aos jovens, em arenas horizontais livres de estereótipos, julgamentos e exclusões, e para o diagnóstico de suas necessidades, afirmação de suas identidades e participação nas ações de transformação política.³⁵¹

Desses diálogos, muitas são as iniciativas para a afirmação de direitos e transformação das violências que podem emergir: desde a propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, tal qual a de nº 635, denominada “ADPF das Favelas”,³⁵² até a implantação de CCTs que integrem representantes dos jovens e das forças policiais locais, desde que haja disponibilidade, interesse e preparo cuidadoso para essa interlocução. Mesmo porque, conforme SOUSA SILVA (2015, p. 93) “a reprodução histórica da atuação repressora da polícia apoia-se em estruturas que agriem o público-

³⁵¹ O “Programa Jovens de Expressão” do Distrito Federal é um bom exemplo de iniciativa de protagonismo e empoderamento da juventude. Consultar o *website* Jovem de Expressão para mais informações a respeito do programa. Disponível em: <https://jovemdeexpressao.com.br/o-que-e-jex/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

³⁵² A ADPF 635 resultou da incansável mobilização da Organização Redes da Maré no enfrentamento da violência policial sistêmica do estado do Rio de Janeiro. Para melhores informações sobre essa organização, consultar o *website* Redes da Maré. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/busca?busca=adpf+favela>. Acesso em: 10 mar. 2025.

alvo da barbárie instalada, as populações pobres, mas também oprimem de forma profunda o agente condutor das práticas de violência cotidiana na favela”.

Além disso, a legítima luta por direitos não exclui, necessariamente, a prática dialógica. Ao contrário, a mobilização política é o recurso indispensável para assegurar que as vozes historicamente silenciadas sejam escutadas.

Também é possível vislumbrar a possibilidade de instalação dos CCTs no espinhoso contexto dos conflitos agrários. Nas situações em que, por exemplo, uma comunidade quilombola, que ocupa área pendente de regularização e sob constante ameaça de grilagem, esteja enfraquecida diante de seus adversários, em razão de eventuais divergências internas quanto à melhor forma de organizar e gerir o território comum, a aplicação dos CCTs pode ser muito transformadora. Isso porque, quando se adota uma metodologia dialógica, inclusiva e cooperativa, os próprios membros da comunidade quilombola serão os protagonistas no diagnóstico de suas necessidades, na afirmação de suas identidades e, ainda que haja divergências, poderão fazer escolhas políticas consensuadas para o atendimento à necessidade de todos, sem a exclusão de nenhum segmento da comunidade.

Portanto, para a Justiça Transformativa, o “nascimento de uma comunidade” prescinde da ocorrência de uma violência direta. Onde houver o desenvolvimento de práticas sociais que envolvam análise crítica da realidade, somada à construção de relações inclusivas e cooperativas e à participação democrática na elaboração de políticas públicas – tal qual delineado na metodologia desta pesquisa –, haverá potencial para que a comunidade seja protagonista dos processos de transformação de suas violências. A construção de comunidade requer, objetivamente, planejamento para a identificação das demandas, organização das ações e busca de parcerias. No entanto, não se cria comunidade sem o desenvolvimento da extraordinária capacidade humana de gerar entusiasmo, afetado pelo interesse de nos encontrarmos, nos ouvirmos e nos reconhecermos.³⁵³

Ao concluir esse ciclo acadêmico, iniciado a partir de uma pergunta que me acompanha ao longo de toda a minha jornada profissional e política, posso afirmar que os Círculos Comunitários Transformativos são berços de sementes a germinar. Para que

³⁵³ Ver hooks, 2017, p. 17.

os solos se revelem férteis, é preciso, como diria José Carlos Mariátegui, “contaminar o povo com a fecunda inquietude” da transformação (MARIÁTEGUI *apud* SANTOS, 2019, p. 394).

REFERÊNCIAS

- ABEL, Richard L. Conservative Conflict and the Reproduction of Capitalism: The role of Informal Justice. *International Journal of the Sociology of Law*, v. 9, n. 3, p. 245-267, ago. 1981.
- ACHUTTI, Daniel. *Justiça restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ANAND, Divya; HSU, LAURA. M. Think outside the book: Transformative justice using children's literature in educational settings. *Journal of Curriculum Studies Research*, v. 2, n. 2, p.122-143, dez. 2020. Disponível em: <https://curriculumstudies.org/index.php/CS/article/view/45/30>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- AOLÁIN, Fionnuala Ní. Transformative Gender Justice? In: GREADY, Paul; ROBINS, Simon (eds.). *From Transitional to Transformative Justice: a new agenda for Practice*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2019. p. 150-171.
- ARMATTA, Judith. Ending Sexual Violence Through Transformative Justice. *Interdisciplinary Journal of Partnership Studies*, v. 5, n. 1, p. 12, inverno 2018. Disponível em: <https://pubs.lib.umn.edu/index.php/ijps/article/view/915/1066>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- AUERBACH, Jerold S. *Justice without Law?* UK: Oxford University, 1983.
- BALL, Jennifer; CALDWELL, Wayne; PRANIS, Kay. *Doing democracy with Circles. Engaging Communities in Public Planning*. St. Paul, Minnesota: Living Justice Press, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BASKIN, Deborah R. *Community Mediation and the Public/Private Problem*. Social Justice, n. 15, 1988, (p. 98-115).
- BERNSTEIN, Salomão e MONTROYA, Jesús (Apresentação). *Era uma vez... Os contos como terapia*. Tradução: Maria Lúcia Martins e Maria Luisa Soriano de Sousa Martins. Instituto Girassol do Brasil, Rio de Janeiro, 2011.
- BILLINGSLEY, Ahjané D. *Reimagining Gender Violence: Understanding Community-based Organizations' Use of Restorative and Transformative Justices as Social Change Strategies*. 2019. Tese (Ph.D. em Educational and Psychological Studies) – Education and Human development, School of Education, University of Miami, Miami, 2019.
- BLOCH, Ernest. *O princípio esperança*. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. I.
- BONAFÉ-SCHMITT, Jean Pierre. *Alternatives to Judicial Model*. In: WRIGHT, Martin; GALAWAY, Burt (ed.) *Mediation and Criminal Justice, Victims, Offenders and Community*. London: Sage Publications, 1989.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA NETO, Adolfo; LEVY, Fernanda Rocha Lourenço (coord.). *A mediação de conflitos no Brasil: memórias e vivências*. São Paulo: CL-A Cultural, 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 13-48.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio: Em volta de um fogo aceso, em volta de um círculo. In: SPIGOLON, Nima Imaculada; CAMPOS, Camila Brasil Gonçalves (Orgs.). *Círculos de cultura: teorias, práticas e práxis*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. *A pesquisa participante: um momento da educação popular*. Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em 3 out. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO NETO, Waldemar; SILVA, Marta Angélica Iossi; AQUINO, Jael Maria de; LIMA, Luciane Soares de; MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles. Violência sob o olhar de adolescentes: intervenção educativa com Círculos de Cultura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 4, p. 617-25, jul./ago. 2015.

CAPEHEART, Loretta; MILOVANOVIC, Dragan. *Social Justice: Theories, Issues and Movements*. Londres: Rutgers University Press, 2007.

CARIOCA DIGITAL. *Casa da Mulher Carioca*. Rio de Janeiro: Rio Prefeitura, 2024. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/casa-da-mulher-carioca>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CARVALHO, Gilberto de Oliveira. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

CARVALHO NETTO, Menelick. A hermenêutica constitucional e os desafios postos aos direitos constitucionais. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (Org.). *Jurisdição constitucional e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CARIOCA DIGITAL. *Casa da Mulher Carioca*. Rio de Janeiro: Rio Prefeitura, 2024. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/casa-da-mulher-carioca>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2018.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A história de Severino: o trabalhador invisível*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

COKER, Donna. *Transformative Justice: Anti-Subordination Processes in Cases of Domestic Violence*. In: STRANG, Heather; BRAITHWAITE, John (eds.). *Restorative Justice and Family Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 128-152.

CONCHA, Percy Calderón. Teoría de conflitos de Johan Galtung. *Revista Paz y Conflitos*, n. 2, p. 60-81, 2009.

COOK, K. Doing difference and accountability in Restorative justice conferences. *Theoretical Criminology*, v. 10, n. 1, 2006.

DAVIS, Fania E. *Raça e Justiça Restaurativa: vidas negras, cura e transformação social nos Estados Unidos*. Tradução de Fernanda Ferreira Pradal e Renata Saggiaro Davis. São Paulo: Palas Athenas, 2023.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro, 2004. Série Pesquisa em Educação, v. 8.

DYCK, David. Reaching toward a structurally responsive training and practice of Restorative justice. In: SULLIVAN, D.; TIFFT, L. (Eds.). *Handbook of Restorative Justice: a Global Perspective*. Londres; Nova York: Routledge, 2006.

EVANS, Matthew. Structural Violence, Socioeconomic Rights and Transformative Justice. *Journal of Human Rights*, Routledge, n. 15, p. 1-20, 2016.

FARMER, Paul. An Anthropology of Structural Violence. *Current Anthropology*, The University of Chicago Press on Behalf of Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, v. 45, n. 3, p. 305-325, jun. 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/382250?seq=1>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 89. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FITZPATRICK, Peter. The impossibility of Popular Justice. In: MERRY, Sally Engle; MILNER, Neal (Eds.). *The Possibility of Popular Justice: a Case Study of Community Mediation in the United States*. Michigan: The University of Michigan Press, 1995. (p. 453-474).

FOLEY, Conor. The evolving legitimacy of humanitarian interventions. *SUR International Journal on Human Rights*, v. 10, n. 19, dez. 2013. Disponível em: Acesso em: 19 fev. 2025.

FOLEY, Gláucia. *Justiça comunitária: por uma justiça da emancipação*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FOLEY, Gláucia. A mediação Comunitária para uma justiça democrática e participativa. In: BRAGA NETO, Adolfo; LEVY, Fernanda Rocha Lourenço (Coords.). *A mediação de Conflitos no Brasil: memórias e vivências*. São Paulo: CL-A Cultural, 2023. p-254-259.

FOLEY, Gláucia; PASSOS, Célia. *Guia de Formação em Mediação Comunitária*. 2. ed. atualizada e ampliada. Madri: EUROsociAL, 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/justica-comunitaria/publicacoes/2-edicao-manual-justica-comunitaria-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FOLEY, Gláucia; ANDREOZZI, Thaís Cruz; BENÍCIO, Cláudio Marcos Monteiro (Orgs.). *Vozes da paz: uma experiência de mediação comunitária nas escolas*. Brasília: Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD Brasil); Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/justica-comunitaria/publicacoes/manual-do-projeto-vozes-da-paz-pagina-dupla-1-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FOLEY, Gláucia; CASARA, Rubens. The Political Crisis, the Judiciary, and the democratic reconstruction of Justice. In: FOLEY, Conor (ed.). *In Spite of you: Bolsonaro and the New Brazilian Resistance*. Londres: OR Books, 2019. p. 117-133).

FRASER, Nancy. Toward a discourse ethic of solidarity. *Praxis International*, v. 5, n. 4, p. 425-429, jan. 1986.

FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

FRASER, Nancy. La justicia en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madri: Ediciones Morata S.L.; Fundación Paideia Galiza, 2006. p. 17-88.

FRASER, Nancy. *Escalas de Justicia*. Tradução de Antoni Martínez Riu. Barcelona: Herder, 2008.

FRASER, Nancy. O que há de crítico na teoria crítica? O caso de Habermas e o gênero. In: FRASER, Nancy. *Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2024a. p. 33-69.

FRASER, Nancy. *Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2024b.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024c.

FRASER, Nancy. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”*. Tradução de Ana Claudia Lopes e Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 93-124.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madri: Ediciones Morata S.L.; Fundación Paideia Galiza, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 89. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a filosofia da modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, v. 16, p. 23-45, 1993.

FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo. *Habermas*. Sociologia. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GABARRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad Hernández. O que é a pesquisa Participante? Tradução de Telmo Adams. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 89-119.

GALANTER, Marc. A justiça não se encontra apenas nas decisões dos tribunais. In: HESPANHA, António (Orgs.). *Justiça e litigiosidade: história e perspectiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means*. Londres: Sage, 1996.

GALTUNG, Johan. GALTUNG, Joahn. *Tras la violência, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución*. Afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violência. Bilbao: Bakeaz, 1998. Colección Red Gernika.

GALTUNG, Johan. *Conflict Transformation by Peace-full Means (the Transcend Method)*. Participants' Manual – Trainers' Manual. UN Disaster Management Training Programme. Nova York: United Nations, 2000. Disponível em: https://www.transcend.org/pctrcluj2004/TRANSCEND_manual.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GALTUNG, Johan. *Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bilbao: Bakeaz, 2003.

GALTUNG, Johan. *Transcender e transformar: Uma introdução ao trabalho de conflitos*. Tradução: Antonio da Silva Rosa. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GALTUNG, Johan. Introduction: peace by peaceful conflict transformation – the transcend approach. In: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan (eds.). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Londres; Nova York: Routledge, 2007. p. 14-32.

GENERATION FIVE. *Toward Transformative Justice: a Liberatory Approach to Child Sexual Abuse and Other forms of Intimate and Community Violence*. [S.l.: S.n.], jun. 2007. Disponível em: https://transformharm.org/tj_resource/toward-transformative-justice-a-liberatory-approach-to-child-sexual-abuse-and-other-forms-of-intimate-and-community-violence/. Acesso em: 16 fev. 2025.

GIAMBERARDINO, André. *Crítica da pena e Justiça Restaurativa: a censura para além da punição*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Pesquisar, participar: sensibilidades pós-modernas*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante. a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 247-261.

GIUBILEI, Sonia; CAMPOS, Silmara de. *A pedagogia do oprimido em debate*. In: *Círculos de Cultura: teorias, práticas e práxis*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

GREADY, Paul. Introduction. In: GREADY, Paul; ROBINS, Simon (eds.). *From Transitional to Transformative Justice: a new agenda for Practice*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

GREADY, Paul; ROBINS, Simon. From Transitional to Transformative Justice. *International Journal of Transicional Justice*, v. 8, p. 339-361, 2014.

GREADY, Paul; ROBINS, Simon. Rethinking civil society and transitional justice: lessons from social movements and 'new' civil society. *The international Journal of Human Rights*, v. 21, n. 7, p. 956-975, 2017.

GREADY, Paul; ROBINS, Simon (eds.). *From Transitional to Transformative Justice: a new agenda for Practice*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

GREADY, Paul; BOESTEN, Jelke; CRAWFORD, Gordon; WILDING, Polly. *Transformative Justice: a Concept Note*, out. 2010. Disponível em: https://wun.ac.uk/files/transformative_justice_-_concept_note_web_version.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos Filosóficos*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. I e II.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade*. Tradução de Ana Maria Bernarndo, José Rui Meirelles Pereira, Manuel José Simões Loureiro, Maria Antónia Espadinha Soares, Maria Helena Rodrigues de carvalho, Maria Leopoldina de Almeida e Sara Cabral Seruya. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

HAIDER, Asad. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Tradução de Leo Vinicius Liberato., São Paulo: Veneta, 2019.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A (re)invenção dos direitos humanos*. Tradução de: Carlos Diogo Roberto Garcia; Antonio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HODDY, Eric T. Peasant's Rights and agrarian violence in transitional settings: from transitional justice to transformative agrarian justice. *Journal of Human Rights*, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14754835.2020.1850242>. Acesso em: 16 fev. 2024.

HODDY, Eric T. Transformative Justice in Practice: Reflections on the Pastoral Land Commission During Brazil's Political Transition. *Journal of Human Rights Practice*, Oxford, v. 13, n. 2, p. 339-356, jul. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/jhrp/article/13/2/339/6528419>. Acesso em: 17 fev. 2025.

HODDY, Eric T.; GREADY, Paul. From agency to root causes: addressing structural Barriers to transformative justice and post-conflict settings. *Contemporary Social Science*, Routledge, v. 15, n. 5, p. 561-576, 2020.

HODDY, Eric; EVANS, Matthew. Towards a Framework of Practice for Transformative Justice: a Critical Approach. Research and Practice Brief, maio 2020. Produzido para o workshop "Delivering Transformative Justice in Practice", University of Sheffield, UK, 21 maio 2020.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKER, David Anderson. *Transformar comunidades: uma abordagem prática e positiva ao diálogo*. Tradução de Luís Fernando Bravo de Barros. São Paulo: Palas Athenas, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HURTADO, Carlos Núñez. Uma consulta cidadã participativa: o caso do Estado de Michoacán, México. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu

(Orgs.). *Pesquisa participante: partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 191-228.

LAMBERTO, Raúl; BAUCHÉ, Eduardo German. Prólogo. In: PIVIDORI, Ariel *et al.* (Eds.). *Justicia Restaurativa. Aportes y reflexiones sobre el campo restaurativo y la cultura de paz*. Burzaco: Fundación Latinoamericana Objetivo 16; Lomas de Zamora: defensoría General de Lomas de Zamora; Santa Fe: defensoría del Pueblo de la Provincia de Santa Fe, 2021. Libro digital. Disponível em: https://www.academia.edu/49513123/Justicia_Restaurativa_Aportes_y_reflexiones_sobre_el_campo_restaurativo_y_la_cultura_de_paz. Acesso em: 18 fev. 2025.

LEDERACH, John Paul. *Preparing for Peace: Conflict and Transformation Across Cultures*. Nova York: Syracuse University Press, 1996.

LEDERACH, John Paul. *Transformação de conflitos*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas. 2012.

LEDERACH, John Paul; KRAYBILL, Ron. The Paradox of Popular Justice: A Practitioner's View. In: MERRY, Sally Engle; MILNER, Neal. *The Possibility of Popular Justice: A Case Study of Community Mediation in the United States*. Michigan: The University of Michigan Press, 1995, p. 357-378, p. 360.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAGENDZO, Abraham K.; BRAVO, Jorge Manuel Pavéz. *Educación en derechos humanos: una propuesta para educar desde la perspectiva controversial*. Cidade do México: Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal, 2015. Disponível em: https://upla.cl/vinculacion/wp-content/uploads/2018/12/Educacion-en-derechos-humanos_Magendzo_Pavez.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARINHO, Andrea Rodrigues Barbosa. *Círculo de Cultura. Origem histórica e perspectivas epistemológicas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação. São Paulo, 2009. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-155120/publico/Pre_texto.pdf Acesso em 10 de maio de 2024.

MAXWELL, Gabrielle. A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia. In: SLAKMON, C.; VITTO, R. de; PINTO, R. Gomes (orgs.). *Justiça Restaurativa*. Brasília: Ministério da Justiça; PNUD, 2005.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopolítica, soberania, Estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERRY, Sally Engle & MILNER, Neal. *The Possibility of Popular Justice: A Case Study of Community Mediation in the United States. Introduction* Michigan: The University of Michigan Press, 1995.

MOLLOY, Sean. Conceptualising the transformative justice potential of peace processes. *The International Journal of Human Rights*, v. 27, n. 2, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://peacerep.org/wp-content/uploads/2022/08/Molloy-2022-Conceptualising-the-transformative-justice-potential-of-peace-processes.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MORRIS, Ruth, *Stories of Transformative Justice*. Toronto: Canadian Scholar's Press Inc, 2000.

MOURÃO, Barbara Musumeci; NAIDIN, Silvia (orgs.). *Mediação comunitária no Brasil: diálogo entre conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: CESeC; Universidade Cândido Mendes; Instituto Mediare, 2019.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica*. Tradução: Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

MUSLERA, Esteban A. Ramos. *Paz transformadora (y participativa): teoría y método de la paz y el conflicto desde la perspectiva sociopráctica*. Tegucigalpa, Honduras: Instituto Universitario en Democracia Paz y Seguridad (IUDPAS); Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH); [G&F Impresiones], 2015.

NADER, Laura. Introduction: When Is Popular Justice Popular? In: MERRY, Sally Engle; MILNER, Neal. *The Possibility of Popular Justice: a Case Study of Community Mediation in the United States*. Michigan: The University of Michigan Press, 1995. p. 435-451.

NATÒ, Alejandro Marcelo; CUNILLERAS, Lola Montejó; CARRILLO, Oscar Negredo (Coords.). *Mediación Comunitaria: recorridos, sentires y vocês em tempos de cambio*. Buenos Aires; Bogotá; Porto Alegre: Astrea e FEN Editora Notarial, 2018.

NEUMANN, Lylia Tramujas Vasconcellos; NEUMANN, Rogério Arns. *Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário*. São Paulo: Global; Instituto para o desenvolvimento Social (Idis), 2004.

NOCELLA II, Anthony J. An Overview of the History and Theory of Transformative Justice. *Peace and Conflict Review*, v 6, n. 1, 2011.

NYAMU-MUSEMBI, Celestine. An Actor-oriented Approach to Rights in Development. *IDS Bulletin*, v. 36, n. 1, 1 jan. 2005. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/articles/journal_contribution/An_Actor-oriented_Approach_to_Rights_in_Development/26464564?file=48240031. Acesso em: 16 fev. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Princípios básicos para utilização de programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal*: Resolução 2002/12. Tradução Livre de Renato Sócrates Gomes Pinto. [S.l., s.d.], 2002. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/nupia/resolucao_onu_2002.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

PALI, Brunilda. La diferencia de la justicia restaurativa: una concepción de cuatro características: nuevas dimensiones del principio de legalidad en el proceso penal. Justicia restaurativa. *Revista de Derecho Procesal Penal*, Santa Fe: Rubinzal Culzonin, n. 1, set. 2019.

PALLAMOLLA, Raffaella. *A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7735/5/TES_RAFFAELLA_DA_PORCIUNCULA_PALLAMOLLA_COMPLETO.pdf. Acesso em 10 mar. 2025.

PASSOS, Celia. *Circulando dentro e fora dos Círculos. Narrativas de uma prática em Processos Circulares*. Rio de Janeiro: Isa-adrs – Instituto de Soluções Avançadas, 2019.

PASSOS, Celia. Prefácio. In: PRANIS, Kay. *Processos Circulares*, Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010. Série Da reflexão à ação.

PAVLICH, George C. *Justice Fragmented: Mediating Community Disputes under Postmodern Conditions*. Londres: Routledge, 1996.

PRANIS, Kay. *Processos Circulares*. Tradução de: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010. Série Da reflexão à ação.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos Estudos para a Paz. *Organicom*, ano 15, n. 28, p. 74-89, 1º sem. 2018.

REDORTA, Josep. *Cómo analizar los conflictos*: la tipología de conflictos como herramienta de mediación. 2. ed. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 2006.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; VALENTE, Lúcia de Fátima; BORGES, Maria Célia; COSTA, Maria Simone Ferraz Pereira Moreira. Círculos de Cultura: gênese, fundamentos e experiências vivenciadas em um curso de Pedagogia. In: SPIGOLON, Nima Imaculada; CAMPOS, Camila Brasil Gonçalves (Orgs.). *Círculos de Cultura*: teorias, práticas e práxis. Curitiba: Editora CRV, 2016.

ROBINS, Simon. Toward Transformative Justice. In: GREADY, Paul; ROBINS, Simon (eds.). *From Transitional to Transformative Justice*: a new agenda for Practice. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2019. p. 297-313.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta*: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª. Edição, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica. 2019.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHEHR, Robert Carl. From Restoration to Transformation: victim-Offender Mediation as Transformative Justice. *Mediation Quarterly*, v. 18, n. 2, p. 151-169, 2000.

SCHWERIN, Edward. *Mediation, Citizen Empowerment and Transformational Politics*. Londres: Westport Connecticut, 1995.

SERRANO, Manuel Montañés; MUSLERA, Esteban A. Ramos. La paz transformadora: una propuesta para la construcción participada de paz y la gestión de conflictos desde la perspectiva socioprática. *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, v. 7, n. 2, p. 241-269, 2012.

SILVA, Enrico Patenrosto Bueno da. Para uma teoria crítica da democracia: o conceito de esfera pública em Habermas e Fraser. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade – RICS*, São Luís, v. 3, jan./jul. 2017.

SILVA, Filipe Carreira da. *Espaço público em Habermas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Imprensa de Ciências Sociais, 2002. Coleção Estudos e investigações 26.

SOBOTTKA, Emil; EGGERT, Edla; STRECK, Danilo R. A pesquisa como mediação político-pedagógica. Reflexões a partir do orçamento participativo, p. 168. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante*: a partilha do saber. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 167-189.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O Direito achado na rua: questões de teoria e práxis. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo et al. (Eds.). *O Direito achado na rua*. Brasília: Editora UnB; OAB Editora, 2021. v. 10. *Introdução crítica ao Direito como liberdade*, p. 71-101.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; ESCRIVÃO FILHO, Antonio. *Para um debate teórico-conceitual e políticos sobre os Direitos Humanos*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

SOUSA SILVA, Eliana. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2015.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STRECK, Danilo Romeu. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade. *Interface. Comunicação saúde educação*, ano 20, n. 58, p. 537-547, 2016.

STRECK, Danilo R. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 263-281.

SUERTEGARAY, Maíra. *Dandara: seus cachos e caracóis*. Porto Alegre: Mediação. 2014.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel. *A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p. 151-166.

UN. SECRETARY GENERAL. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies: report of the Secretary-General*. Nova Yorke: United Nations, 23 ago. 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/527647?v=pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

VEZZULLA, Juan Carlos. *La mediación para una comunidad participativa*. Lisboa: Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal – IMAP, 2008. Disponível em: <https://mediate.com/la-mediacion-para-una-comunidad-participativa/>. Acesso em: 1 out. 2013.

VIEIRA, Lilia Simone Rodrigues da Costa. *A Pedagogia da Restauração: aproximações entre a pedagogia da libertação de Paulo Freire e a Justiça Restaurativa a partir da experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal*. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43260/1/2021_LiliaSimoneRodriguesdaCostaVieira.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

VIEIRA, Kauê. Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino. Portal Geledés, 22 mar. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

VOIROL, Olivier. A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 11, p. 33-56, jan./jun. 2008.

WARAT, Luis Alberto. *Em nome do acordo: a mediação no Direito*. Buenos Aires: Almed, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WOOLFORD, Andrew; NELUND, Amanda. *The Politics of Restorative Justice: a Critical Introduction*. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2019.

WOOLFORD, Andrew; RATNER, R. S. Disrupting the informal-formal justice complex: on the transformative potential of civil mediation, restorative justice and reparations politics. *Contemporary Justice Review*, v. 13, n. 1, p. 5-17, 2010. DOI: 10.10282590803549094.

ZEHR, Howard. *Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009.